**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

A PEDOFILIA E SUAS NARRATIVAS
uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil

HERBERT RODRIGUES

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Adorno

[versão corrigida]

São Paulo
2014

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**A PEDOFILIA E SUAS NARRATIVAS
uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil**

HERBERT RODRIGUES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do
Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Adorno

De acordo:

[versão corrigida]

São Paulo
2014

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado é o resultado de um trabalho coletivo. Este estudo não é diferente tal a quantidade de contribuições ao longo dos anos, desde a elaboração do projeto de pesquisa até a revisão ortográfica antes da impressão final. Como ainda não há autoria coletiva para a escrita de teses, gostaria de agradecer a todos que tornaram esse empreendimento acadêmico possível.

Em primeiro lugar, agradeço ao Prof. Dr. Sérgio Adorno, meu orientador, pela confiança e apoio, mas, sobretudo, pelas conversas amigáveis e pela certeza de que a vida não faria sentido sem música.

Agradeço aos membros da banca de qualificação: a Profa. Dra. Ana Lucia Pastore Schriztmeyer e o Prof. Dr. Marcos César Alvarez, pelas críticas e sugestões preciosas que contribuíram para o aperfeiçoamento do enfoque da tese.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Sociologia da FFLCH/USP. Agradeço também aos colegas da turma de 2010, especialmente Joaquim Maloa, Ariadne Natal, Fábio Tsunoda, Isabelle Anchieta, Juan Ernesto Mora e Patrícia da Silva Santos. Agradeço imensamente à Sérgia Santos, do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP), pela ajuda nos momentos mais críticos.

Agradeço aos colegas de congressos e seminários acadêmicos, especialmente os participantes dos grupos de trabalho sobre sexualidade da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM). Apesar do breve contato, tenho certeza que as contribuições nos diálogos foram essenciais à pesquisa.

Aos meus amigos, em especial aos que contribuíram diretamente para este trabalho com palavras de apoio, leituras, críticas, sugestões e gestos de solidariedade. Os agradecimentos vão para Eliane Alves da Silva, Humberto Francisco, André Medrado, Sérgio Perales, Paulo Ramirez, Danilo Paiva Ramos e Gilmar Santana.

Agradeço a todos os funcionários e professores do departamento de sociologia da University of Massachusetts/Amherst, nos Estados Unidos. Pessoas amigáveis e extremamente profissionais. Sem o apoio e a compreensão deles a minha estadia seria praticamente impossível. Em especial, agradeço à Profa. Dra. Millie Thayer, minha orientadora nos EUA, pela sensibilidade, pela recepção no seu departamento e por ter facilitado a minha vida nesse período de estágio doutoral no exterior.

Agradeço também à Profa. Dra. Jennifer Lundquist, diretora do *Social and Demographic Research Institute* (SADRI), da UMass/Amherst; à Profa. Dra. Lisa

Fontes, psicóloga e pesquisadora da University Without Walls (UMass/Amherst); ao Prof. Dr. Rick Fantasia, do departamento de sociologia do Smith College, por autorizar minha presença no curso “Pierre Bourdieu: Theory and Practice”; à Profa. Dra. Laura Lovett, do departamento de história da UMass/Amherst, por autorizar a minha participação no curso “History of Childhood And Youth”; à Melissa DuPont-Reyes, coordenadora de projetos do *Center for Youth Violence Prevention* (CCYVP), da Columbia University, em Nova York, pela gentileza em me receber e pelo fornecimento de informações; à Naomi Harris, coordenadora de projetos da *International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect* (ISPCAN); ao John Gaudiosi, estatístico do *Children’s Bureau*, uma divisão do *Department of Health and Human Services* (HHS), por fornecer dados estatísticos importantes sobre os casos de abuso sexual infantil de diversos estados americanos; ao James Hafner, psicólogo e responsável pelo desenvolvimento institucional e marketing da *Stop it Now!*, uma das mais importantes organizações de defesa contra o abuso sexual infantil nos EUA; ao Andres Arroyo, responsável pelo arquivo do *National Data Archive on Child Abuse and Neglect* (NDACAN); à Profa. Dra. Jill Korbin, antropóloga e diretora do *Schubert Center for Child Studies*, da Case Western Reserve University; e ao Prof. Dr. James Green, da Brown University, um dos responsáveis pela minha ida aos EUA.

Agradeço aos meus “american friends” por todos os gestos de solidariedade e pela imensa capacidade de tornar a vida de um estrangeiro mais confortável, principalmente na lida diária com a língua inglesa e todas as suas nuances. Agradecimento especial a Sonny Nordmarken, Karen Brummond, Shawn Trivette, David Rodriguez, Tim Oeschle, Celeste Curington, Cassaundra Rodriguez, Armanthia Duncan, Paul Erb, Juyeon Park, Md. Abdus Sabur, Julie Chaparro, Luis Valdiviezo, Ragini Malhotra, Sarah Miller, Anilyn Diaz-Hernandez e Abby Templer.

Por fim, um agradecimento em dobro à FAPESP. Em primeiro lugar, pela bolsa de doutorado no país, que possibilitou a dedicação exclusiva à pesquisa, um imenso privilégio nos dias de hoje. Em segundo lugar, pela Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE), sem a qual um novo universo jamais seria descoberto e explorado. Os doze meses de convívio no ambiente acadêmico da UMass/Amherst foram cruciais para a pesquisa, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, mas sobretudo pela questão profissional e pessoal.

RESUMO

Esta tese empreende uma análise genealógica das estratégias narrativas presentes no processo de criminalização da pedofilia no Brasil. O principal foco de análise foi a produção discursiva do judiciário e da psiquiatria que constitui objetividades sobre a pedofilia e busca definir o sujeito pedófilo. Para realizar esta pesquisa, foram analisadas diversas fontes de conhecimento que formam os discursos sobre a pedofilia no Brasil – e em outros países –, tais como textos históricos e teóricos das ciências humanas, uma bibliografia especializada sobre o assunto, manuais prescritivos de ações de combate ao abuso sexual infantil, legislações, e a jurisprudência disponível no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Visando realizar uma história crítica do presente, foram ainda problematizadas as representações sobre a criança e o sexo, os pânicos morais em torno das sexualidades dissidentes e a fabricação de subjetividades contemporâneas.

Palavras-chave: pedofilia, genealogia, psiquiatria, judiciário, discurso.

ABSTRACT

This dissertation undertakes a genealogical analysis of the narrative strategies present in the criminalization process of pedophilia in Brazil. The primary focus of analysis was the discursive production of the judiciary and psychiatry, which creates objectivity about pedophilia and defines the subject pedophile. To accomplish this research, I analyzed the various sources of knowledge that form the discourses on pedophilia in Brazil – and other countries – such as historical and theoretical texts of human sciences, the specialized literature on the topic pedophilia, prescriptive manuals to prevent child sexual abuse, the legislations, and the jurisprudence available at the São Paulo Justice Court (TJSP). In order to achieve a critical history of the present, I also problematized representations about children and sex, the moral panics around dissident sexualities, and the construction of contemporary subjectivities.

Keywords: pedophilia, genealogy, psychiatry, judiciary, discourse.

SUMÁRIO

MOTES	8
INTRODUÇÃO	9
I – PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A CRIANÇA E O SEXO	24
A relação sexual entre adultos e crianças: uma reconstrução sócio-histórica	25
Concepções de infância e de abuso sexual infantil	38
Pedofilia: problemas iniciais de definição	49
A criança como vítima “natural” do adulto	63
A questão do consentimento	66
II – A EMERGÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL	71
A violência sexual infantil na América do Norte: primeiros diagnósticos	72
Diagnósticos e métodos de avaliação de pedofilia	99
Ordenamento jurídico acerca da violência sexual infantil nos EUA: a <i>Lei de Megan</i>	106
Registro nacional de agressores sexuais nos EUA: <i>Dru Sjodin National Sex Offender Public Website</i> (NSOPW)	110
Em defesa da sociedade: <i>Stop it Now!</i>	113
III – A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO DA PEDOFILIA NO BRASIL E O PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO	116
Rede de proteção à criança e ao adolescente no Brasil	117
A emergência do tema pedofilia no Brasil	127
O processo de criminalização da pedofilia no Brasil: os marcos legais	140
Jurisprudência e laudos psiquiátricos: análise de processos jurídicos	151
“Todos Contra a Pedofilia”: causa política e cruzada contra o mal	206

IV – PÂNICOS MORAIS EM TORNO DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES ..	211
Sexualidades dissidentes: a busca pela legitimidade	212
<i>Boy-lovers</i> , sexo intergeracional e o ativismo pedófilo	215
Pedofilia na Igreja Católica	225
Pornografia infantil e pedofilia na internet	235
Pedofilia e o pânico moral: o caso da <i>Escola Base</i>	247
V – A ESTETIZAÇÃO DA SEXUALIDADE CONTEMPORÂNEA	261
Sexualidade e pedagogização do sexo das crianças	262
Pedofilia: um mote genealógico da ideia contemporânea de sexualidade	269
Pedófilo: o monstro contemporâneo (análise do caso <i>Eugênio</i> <i>Chipkevitch</i>)	277
Subjetivação e criminalização do desejo	292
CONSIDERAÇÕES FINAIS	301
REFERÊNCIAS	310

MOTES

1.

Penso (...) na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade.

(Michel Foucault)

2.

A confissão foi, e permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo. (Michel Foucault)

3.

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. (João Guimarães Rosa)

4.

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. (Michel Foucault)

5.

Eu não sou pedófilo. Coisa que eu te confesso aqui e agora. Não sou pedófilo por uma definição científica do que é pedofilia. (Eugênio Chipkevitch, entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, 29/03/03)

INTRODUÇÃO

Uma das tarefas mais interessantes – e perversas – da sociologia é sua capacidade em desmascarar a naturalização das relações sociais. Aos olhos das pessoas, a sociedade pode apresentar-se como algo desconexo, fragmentado, com elementos aparentemente separados uns dos outros. Daí a necessidade de fornecer explicações lógicas, racionais e coerentes do mundo social. Embora isso seja possível teoricamente, Max Weber lembra que a ciência possui, tal como a arte e a religião, efeitos mágicos capazes de propiciar aos homens sentido e inteligibilidade sobre o mundo. Nessa tentativa de desmascarar a naturalização das relações sociais, a sociologia contribui para a formação de possível sentido intelectual da sociedade investigada. Paradoxalmente, a sociologia empreende uma série de desencantamento do mundo, a partir de suas propostas de investigação que buscam descrever e caracterizar a morfologia do mundo social e, ao mesmo tempo, a criar imagem consoladora – ainda que áspera – da realidade, sem a qual a vida em sociedade perderia o sentido.

Investigar a relação entre adultos e crianças é uma boa maneira de discutir a ideia de desnaturalização e de criação de outras representações sobre as relações sociais. Não é absurdo imaginar que tais relações possam ser interpretadas pelo senso comum a partir de um critério “natural” de divisão sexual ou geracional. Sabemos que as diversas interpretações e os significados sociais não surgem do nada: estão profundamente enraizados em estratos sociais claramente definidos. E um dos papéis da sociologia é justamente o de compreender essas relações, não como fatos óbvios e naturais e, sim, como arranjos situacionais que ganham diferentes significados no curso da história.

Diante disso, pensa-se na possibilidade de realizar uma reflexão sobre os limites entre o saber jurídico e o poder psiquiátrico, acerca da violência sexual infantil, confrontando universos discursivos a partir de exemplos e materiais mobilizados durante o processo de pesquisa, na tentativa de problematizar estratégias narrativas desenvolvidas, diferenças e semelhanças de abordagens do problema e sugestões prescritas. Trata-se de interpretar a realidade social como produto de práticas sociais produtoras de significados e representações.

Mas, de saída, um desafio: como falar do silêncio? E mais: como pesquisar o segredo? Afinal, esta tese é um esforço de abordagem de tema que ainda é considerado um dos maiores tabus de nossa sociedade: o abuso sexual infantil. Tabu não apenas nos lares, mas em escolas, espaços públicos, sistema judiciário, serviços de saúde e, até mesmo, no meio acadêmico. Além do tabu, que contribui para silenciar o assunto, especialmente quando algo ocorre dentro da família (ainda considerada uma das únicas instituições brasileiras que goza de

reconhecimento e respeitabilidade¹), há uma barreira legal, que quase inviabilizou o andamento desta pesquisa, que é o chamado “segredo de justiça”.

Como sabemos, os atos e os processos judiciais são públicos no Brasil, porém há casos que correm em segredo de justiça, garantidos pela própria Constituição Federal. A lei limita, principalmente, o acesso aos processos que envolvem crianças e adolescentes e proíbe a identificação dos menores de idade. Apesar dessa interdição, a consulta aos processos relacionados ao abuso sexual infantil foi realizada no arquivo de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP, conforme veremos no capítulo III, e o segredo pôde então ser pesquisado.

Para a sorte desta pesquisa, o segredo dos documentos disponíveis era extremamente prolixo; e o silêncio da sociedade em torno do tema, ruidoso. Assim, foi possível analisar alguns processos judiciais – que constituem as controversas e problemáticas discussões em torno da pedofilia – para realizar um exame crítico das questões relacionadas à atração sexual de adultos por crianças, em pauta no Brasil desde a última década do século XX.

Sendo assim, pode-se dizer que esta não é propriamente uma tese sobre a “questão da pedofilia no Brasil”. É empreendimento genealógico sobre as práticas discursivas que permitiram a emergência de saberes empenhados em criminalizar a pedofilia, até então vista pela literatura psiquiátrica como uma perversão sexual. Trata-se, antes de tudo, de uma tese de confrontos de textos, ideias, enunciados, comentários, estratégias narrativas, discursos das ciências humanas sobre a pedofilia, e das consequentes ressonâncias sociais sobre o tema.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer uma questão ética: esta tese não nega a violência sexual infantil e as consequências que qualquer forma de abuso sexual pode acarretar na vida das crianças. Aqui, buscou-se problematizar o debate em torno da questão da pedofilia na sociedade brasileira contemporânea e suas narrativas discursivas. Trata-se de uma genealogia das forças sociais presentes no processo de criminalização da pedofilia, a partir de problematização situada no presente momento.

O chamado processo de criminalização da pedofilia é analisado aqui como experiência no interior da sociedade brasileira a partir da emergência de saberes, de técnicas de poder e de formações discursivas preocupadas com os riscos de sexualidade infantil e sexualidade adulta

¹ O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) possui um Índice de Confiança Social (ICS) que aborda questões de confiança dos brasileiros nas instituições, pessoas e grupos sociais. Na pesquisa realizada entre 11 e 15 de julho de 2013, o índice de confiança na família era maior do que em qualquer outra instituição. Numa escala de 0-100, a família obteve 90. A “Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência”, realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP em 11 capitais de estados brasileiros, revelou também alta confiança na instituição família (cf. Cardia, 2012).

desreguladas. Não se procurou pelo marco zero de proveniência da questão da pedofilia no Brasil, pois como diria Nietzsche, “o ato do nascimento tem pouca importância relativamente ao processo hereditário” (Nietzsche, 2001, p. 13). E uma história crítica das emergências e das formações conta justamente com desvios e várias entradas para situar os problemas de investigação sociológica no presente sem, necessariamente, se preocupar com a gênese da hegemonização de certas forças morais.

Segundo Michel Foucault, “a emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é sua irrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude” (Foucault, 1979, p. 24). Isso significa dizer que as principais questões investigativas que nortearam esta pesquisa estão inscritas nas formulações de Michel Foucault acerca do saber, do poder e dos modos de subjetivação. Além da emergência de saberes e poderes, investiga-se o contexto social de fabricação dos sujeitos. A chamada questão da pedofilia é entendida aqui como forma de subjetivação através da qual se pode falar da loucura, da doença, da criminalidade, da sexualidade, enfim, de experiências fundamentais de nossa sociedade.

Como a maioria das questões sociais, o abuso sexual infantil não é fenômeno novo, mas a discussão em seu entorno aumentou significativamente nos últimos anos. Até praticamente o final da década de 1990, raramente se ouvia falar em abuso sexual infantil. O termo pedofilia não era usado para descrever a preferência sexual de adultos por crianças e, tampouco, para qualificar o crime de abuso sexual infantil. Uma questão importante é que, comparado com outras classes de crimes sexuais, o abuso sexual infantil nunca foi devidamente denunciado e reportado, sobretudo quando ocorria na privacidade do lar.

Na sociedade ocidental contemporânea, o sexo ainda é assunto delicado, problemático e cercado de silêncios, tabus e paradoxos. De um lado, fala-se prolixamente tudo sobre sexo, mas quando envolve crianças há forte atitude de reprovação pública, especialmente se for algum caso de violência sexual infantil ou de incesto. Por outro lado, o abuso sexual infantil é um tipo de crime que nossa sociedade abomina em abstrato, mas tolera na realidade. Aparentemente, tolera-se o abuso sexual infantil porque a falta de denúncia e o silêncio são as práticas mais adotadas. E, apesar de a sociedade condenar teoricamente o abuso sexual infantil, a resposta para cada caso depende muito de quem está sendo acusado e de quem foi abusado. Em muitos casos, é mais fácil negar o que aconteceu e culpar a própria vítima pelo abuso, conforme veremos em casos apresentados ao longo da tese.

Na busca da verdade sobre a pedofilia e sobre o pedófilo, alguns setores da sociedade passaram recentemente a se ocupar com as seguintes questões: que tipo de adultos interessam-

se sexualmente por crianças? Por qual tipo de criança e por quê? Quais efeitos esse interesse tem sobre as crianças? Como a sociedade enxerga os adultos que são sexualmente interessados por crianças? Como a sociedade deveria lidar com esses adultos?

Essas e outras perguntas nasceram do debate subjacente aos discursos difusos sobre o tema nos últimos anos, desencadeados por uma espécie de comoção internacional. Não se pretende dar respostas a essas questões, nesse trabalho. Pelo contrário, esta tese vai justamente problematizar os discursos que se apresentam como verdadeiros, mostrando que as estratégias discursivas constituem expressões de lutas, enfrentamentos, jogos de posições – tudo em busca do controle dos corpos e da constituição de sujeitos assujeitados, por meio de uma sexualidade normatizada e regulada.

A problematização do sexo entre adultos e crianças, nas sociedades contemporâneas, introduz uma série de interrogações morais sobre as condutas fundadas a partir de novos padrões de monitoramento de proximidade e distância entre as gerações, de controle das famílias, seus hábitos, virtualidades, forças e resistências.

A dificuldade desse trabalho ocorreu já no início ao tentar definir-se a própria palavra “pedofilia”, gerada por variações – e imprecisões – nos mais diversos tipos de saberes. Segundo a maioria dos dicionários, os termos “pedófilo” e “pedofilia” têm suas origens nas palavras gregas *paîs*, *paidós* (criança) + *philos* (amigo). Seguindo a lógica etimológica, o sentido da união dessas duas palavras seria, para *pedofilia*, “amar, gostar de crianças” e, para *pedófilo*, “que gosta, ama crianças”. A definição mais simples de pedofilia seria a de um adulto sexualmente atraído por crianças.

No entanto, a noção contemporânea de pedofilia tornou-se tão elástica que pode explicar desde práticas sádicas com crianças até a contemplação de fotos sensuais de meninas e meninos menores de idade na internet. Além disso, podemos encontrar presentes numa única noção, variadas práticas: exploração sexual infantil, prostituição infantil, pornografia infantil, entre outras. Na contemporaneidade todas essas noções, de certa forma, se confundem, uma vez que as fronteiras entre prática sexual, crime, desejo e fantasia são borradas. Afinal, estamos sempre diante de regras arbitrárias que nossa sociedade estabelece para consolidar a sexualidade como experiência moral dos sujeitos.

Outra dificuldade diz respeito ao tipo de sociedade que se tem em mente. Quando se fala em sociedade brasileira contemporânea pensa-se, em linhas gerais, no país das duas últimas décadas que acessou aos mercados mundiais; incorporou novos avanços tecnológicos; obteve conquistas democráticas e relativa estabilidade política e econômica. E, também, num país no qual persistem enormes desigualdades sociais; baixa qualidade de vida (inclusive de

vida democrática); dificuldades de *accountability* das ações governamentais; de acesso extremamente desigual aos direitos; de elevada taxa de criminalidade e de violações da dignidade humana. Nesse sentido, cabe perguntar: o que é ser criança e ser adulto na sociedade contemporânea? Mais especificamente: o que é ser criança e ser adulto na sociedade brasileira contemporânea?

Pensa-se não apenas em termos de situações “objetivas” (a de ser criança ou adulto no Brasil), mas também em termos das representações e simbolizações. Algumas dessas questões são analisadas nesta tese à luz das ações e dos cuidados, cada vez mais especializados, de proteção, tutela e pedagogização do sexo das crianças e, ao mesmo tempo, do controle da sexualidade adulta. Por mais que não haja determinismo da sociedade sobre as condutas há, seguramente, relações mediatizadas pelos poderes e saberes que constituem os sujeitos.

O debate em torno da questão da pedofilia no Brasil tem ocupado lugar de destaque na última década nos mais diversos espaços: mídia, poderes judiciário, legislativo e executivo; interior do saber psiquiátrico e de outros saberes científicos; igrejas; aparatos policiais; órgãos internacionais que atuam no país, entre outros. A emergência do tema ocorreu em meados do final do século passado e ganhou força na primeira década do século XXI, não apenas no Brasil, mas em vários países do mundo.

A ideia de pedofilia, tal como é pensada nos dias de hoje, enreda-se em diversos pontos controversos e ultrapassa a imagem de um adulto com atração sexual por criança. Diante disso, nesta tese pretendeu-se explorar justamente o transbordamento conceitual da pedofilia, e sua presença no debate contemporâneo da sexualidade, a partir de seus mais diversos contornos políticos e acadêmicos dos últimos anos. Mais especificamente, investigou-se o alarde em torno do processo de criminalização da pedofilia em curso no Brasil.

Foi possível perceber este processo ao observar os recentes movimentos do sistema jurídico e as diversas ações políticas e policiais de combate ao chamado crime de pedofilia no Brasil. Em 25 de março de 2008 foi instaurada, no Senado Federal, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para tratar especificamente da pedofilia. O objetivo, segundo o presidente da comissão, era “tipificar a pedofilia como crime”. Antes, em 2004, já houve a CPI da Exploração Sexual, cujos resultados serviram de base para elaboração de leis contra o abuso e a exploração sexual de crianças e de adolescentes. E no ano de 2007, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, do Senado Federal, discutiu o projeto de lei nº 552, que incluía a castração química (tratamento hormonal para conter a libido) nas penas previstas para crimes de pedofilia. No dia 25 de novembro de 2008, o Presidente da República

sancionou a Lei nº 11.829 que tornou “crime produzir, reproduzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente”. Essa é a chamada lei contra a pedofilia na internet. Em 07 de agosto de 2009, foi aprovada a Lei nº 12.015 que aumentou a pena prevista no Código Penal Brasileiro e na Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8072/90) para crimes sexuais contra crianças e adolescentes, e que alterou os títulos dos crimes de natureza sexual para “crimes contra a dignidade sexual” em vez de “crimes contra os costumes”. Pode-se dizer que estes são os principais marcos legais recentes da tentativa de tipificar a pedofilia como crime no país.

A própria Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL, coordena grupo especial de combate ao crime contra a criança e realiza algumas ações no Brasil em conjunto com a Polícia Federal, que já deflagrou operações específicas de combate à pedofilia (*Anjo da Guarda, Carrossel, Turko*, entre outras). A Polícia Federal mantém núcleo permanente de prevenção e repressão a crimes pela internet que monitora, apura e reprime toda movimentação suspeita pela rede que tenha algum indício de pornografia infantil. No Brasil, isso evidencia movimento interno, articulado a movimento internacional, que passou a se preocupar cada vez mais com a questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Esses movimentos e essas ações comprovam a centralidade que a conduta sexual envolvendo crianças ganhou nos aparatos jurídicos e legislativos brasileiros nos últimos anos; e evidenciam que a atração sexual de adultos por crianças estaria diante de disputa de saberes e de poderes: saber médico-psiquiátrico, que a tratava como perversão, doença ou loucura; e saber jurídico-penal, que passou a tratá-la como crime.

Foi justamente na discussão desses acontecimentos recentes que esta tese se situou. Mas o que significam estas mudanças e transições? Como estão relacionadas às mudanças mais gerais das sociedades contemporâneas? Em que medida, antes de traduzirem mudanças mais gerais, compreendem mudanças relacionadas às condutas e aos desejos sexuais dos adultos nessas mesmas sociedades? Como o sexo e a sexualidade na sociedade contemporânea, que não são naturais – embora tendam, no senso comum, a aparecerem como relações naturalizadas –, mas socialmente construídos, envolvem relações de poder e de força entre desiguais, homens e mulheres, adultos e crianças?

Nesta tese procurou-se investigar essas questões que vieram à tona no Brasil nas últimas décadas. Para isso, o foco de análise centrou-se na produção discursiva do poder psiquiátrico e do saber jurídico que tornaram o contato sexual entre adultos e crianças um objeto de conhecimento. O principal objetivo foi analisar a maneira pela qual se constituiu dispositivo médico-legal que formulou noções e categorias aplicadas no controle da

população e nas intervenções penais das condutas individuais. O foco central foi acompanhar caminhos que estratégias discursivas percorrem ao longo desse processo de criminalização da pedofilia no Brasil, cuja problemática despertou uma explosão de saberes constituídos que colocaram em funcionamento os diversos dispositivos de constituição dos sujeitos e de controle da sexualidade adulta.

Em decorrência disso foram coletadas e analisadas diversas fontes de informação e documentos que conformam os discursos sobre a pedofilia no Brasil e em outros países. Esta tese apresenta análise bibliográfica sócio-histórica sobre a emergência do tema no seio do conhecimento científico; sistematiza discussão de cunho técnico-especializado que tenta diagnosticar, avaliar e propor soluções à pedofilia (especialmente no Canadá e nos Estados Unidos); apresenta os principais elementos do ordenamento jurídico acerca da violência sexual infantil nos EUA; expõe grande parte da legislação sobre o processo de criminalização da pedofilia no Brasil e a jurisprudência encontrada no TJSP com decisões de alguns casos julgados. Logo, a partir dessa base empírica, a ideia foi desenvolver uma problematização teórica fundada nos escritos de Michel Foucault com o propósito de realizar empreendimento arqueo-genealógico das narrativas discursivas que contribuíram para tal processo empenhado no Brasil. E essa genealogia significa que a análise foi encaminhada a partir de uma questão do presente.

Desde já é preciso esclarecer que por discurso entende-se um conjunto prescritivo de enunciados que permite a produção de saberes e de verdades sobre determinado objeto; tal como Foucault empenhou em seus trabalhos iniciais, especialmente em *A arqueologia do saber* (2008a) e *A ordem do discurso* (2002). Desse modo, tratou-se de realizar uma genealogia a partir de discursos, focos de problematização, técnicas e procedimentos que formam os saberes sobre a pedofilia atualmente no Brasil.

Para tanto, buscou-se seguir um percurso que se iniciou na formação histórico-discursiva do contato sexual entre adultos e crianças, que organizou e produziu verdades sobre a sexualidade durante décadas, até a constituição de um regime jurídico-penal moderno de controle da população. Os discursos sobre o abuso sexual infantil não representam apenas suposta condenação universal de sexualidade ilegítima; representa estratégias de controle colocadas em prática por meio da biopolítica.

Segundo Foucault, o discurso não é somente o lugar de expressão de um saber: apresenta relação estratégica com o poder. Para o autor, “não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é

autorizado ou que forma de descrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos” (Foucault, 1988, p. 30). Ainda segundo o autor, “é justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. É essa distribuição que é preciso recompor, com o que admite em coisas ditas e ocultas, em enunciações exigidas e interditas; com o que supõe de variantes e de efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra; com o que comporta de deslocamentos e de reutilizações de fórmulas idênticas para objetos opostos” (Foucault, 1988, pp. 95-96).

O problema de investigação sociológica desta tese está inserido nas estratégias de produção de saberes e de objetividades médicas e jurídicas que, num passado recente, definiam o desejo sexual de adultos por crianças como perversão sexual e que, nos últimos tempos, passaram a problematizá-la como prática criminosa passível de sanções penais. Mais uma vez, não se trata de uma busca pelo fundamento originário da pedofilia no Brasil, ou em qualquer outra parte do mundo, mas de diagnóstico crítico da presente discussão em torno do tema buscando seus significados no passado recente do Brasil e no interior da sociedade brasileira.

Nas palavras de Foucault, “trata-se de revelar os princípios e as consequências de uma transformação autóctone que está em vias de se realizar no domínio do saber histórico” (2008a, p. 17). As questões aqui exploradas não podem, necessariamente, ser consideradas autóctones, por haver trocas e afinidades com outras discussões estrangeiras. Mas indubitavelmente há certas especificidades nesse processo empenhado no Brasil que serão destacadas nesta tese.

Do ponto de vista metodológico, é importante ressaltar que não se tratou de armar modelo explicativo foucaultiano de análise normativa dos discursos, simplesmente transpondo os conceitos e buscando aplicá-los numa pesquisa empírica. Tratou-se de realizar um exercício de pensamento que considerasse as propostas de Michel Foucault que consistem em ler as coisas fora dos lugares comuns.

No que concerne especificamente a esta tese, procuramos pensar a pedofilia nos dias de hoje sem cair em dicotomia entre vítimas e algozes, sem limitar-se aos discursos de juristas

e legisladores, médicos e psiquiatras; sem se restringir ao conteúdo dos autores trabalhados, sem focar na discussão que a mídia reproduz e, principalmente, sem envolvimento emocional e moralizante que esse tipo de tema pode acarretar.

Trata-se de esforço em deslocar o olhar sobre a pedofilia e pensar as práticas de sujeição da sociedade contemporânea de outra maneira. Em resumo, esta é uma análise genealógica dos discursos, que colocaram em funcionamento um conjunto de dispositivos de controle da população e uma série de mecanismos de normatização da sexualidade a partir de procedimentos jurídicos de punição das sexualidades dissidentes amparados pelo saber médico-psiquiátrico.

A metodologia, em termos foucaultianos, é algo mais complexo do que as conhecidas abordagens arqueológicas e genealógicas que aparecem em muitos de seus principais textos. Em *História da sexualidade 1: a vontade de saber* (1988), há a discussão do método em que Foucault faz questão de deixar claro que não se trata de imperativos metodológicos, mas de “prescrições da prudência”. O autor tinha consciência das virtudes e dos limites de tal sugestão metodológica, por isso apresenta quatro regras – ou quatro cuidados – a serem observadas numa pesquisa sobre sexualidade. A primeira delas é a “regra da imanência” que consiste em considerar que não existe um único domínio de conhecimento livre e desinteressado sobre o sexo. A segunda são “as variações contínuas” que consiste em não procurar os agentes, mas as correlações de força que constituem os discursos. A terceira é a “regra do duplo condicionamento”, pois nenhum foco funciona de modo contínuo, homogêneo e individual, mas a partir de uma estratégia global. A quarta é a “regra da polivalência tática do discurso”, pois, como sabemos, o discurso é múltiplo e articula poder e saber, daí é preciso admitir uma multiplicidade de elementos e de estratégias diferentes para capturar os discursos.

Segundo Roberto Machado, “se pode ser considerada um método, a arqueologia caracteriza-se pela variação constante de seus princípios, pela permanente redefinição de seus objetos, pela mudança no sistema de argumentação que a legitima ou justifica” (Machado, 1981, p. 57). Para realizar uma arqueologia é preciso, portanto, reconstruir o sistema geral de pensamento cuja rede torna possível um jogo de opiniões simultâneas e aparentemente contraditórias.

A arqueologia é sempre descontinuísta. Um discurso não se organiza por seu encadeamento, seu tema ou estilo, mas por conjunto de formulações e de enunciados heterogêneos. A unidade de um discurso não se dá em torno de sistema fechado de conceitos compatíveis entre si, mas como espécie de arquitetura conceitual, uma vez que alguns

conceitos são até incompatíveis. Por isso que Foucault trabalha com a noção de formação discursiva. Um discurso é, portanto, pura dispersão. E a análise arqueológica do discurso é a descrição dessa dispersão por articular acontecimentos discursivos e não-discursivos.

Já a genealogia é o procedimento estratégico pelo qual é possível realizar uma história crítica do presente, não como busca pelas origens, mas como análise da emergência de certa problemática. No curso, apresentado no *Collège de France* em 1975-1976, *Em defesa da sociedade*, Foucault faz uma distinção sintética sobre abordagens arqueológica e genealógica. Para o autor, “a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem” (Foucault, 1999, p. 16).

Em linhas gerais, a arqueologia seria a análise do discurso cuja tarefa é a de descrever a história dos enunciados que produzem verdades. E a genealogia, por sua vez, seria o modo de problematizar certa unidade do discurso e do contexto histórico, uma vez que trabalha com dispersão dos dados, diversidade das fontes e acidentes de percurso. A genealogia não visa à continuidade histórica, ao contrário, quer restituir os acontecimentos em sua singularidade.

No que se refere à questão da pedofilia no Brasil, foi utilizado um conjunto de procedimentos que envolveram aspectos da arqueologia e da genealogia. A abordagem arqueológica foi importante porque não se tratou de fazer uma reconstrução histórica da pedofilia, no sentido tradicional do termo, mas de revelar configurações que formaram diversas narrativas sobre a pedofilia.

Por sua vez, o procedimento genealógico procurou partir do momento atual e do solo concreto de constituição dos problemas presentes, a fim de percorrer as relações que se formaram em torno dessa questão. Desse modo, tratou-se de fazer uma genealogia a partir de práticas institucionais, processos jurídicos, ações policiais, laudos técnicos descritivos, textos acadêmicos teóricos e históricos aqui apresentados. Portanto, essas duas posturas de análise foram as principais ferramentas de investigação, utilizadas nesta tese, porque permitiram articular diferentes elementos discursivos acerca da pedofilia.

Podemos dizer então que arqueologia e genealogia foram os dois procedimentos metodológicos (ou “prescrições da prudência”) desta tese. Mas, no fundo, o que contou mesmo não foram os aspectos formais da metodologia e dos procedimentos de pesquisa e, sim, o tratamento dado às fontes utilizadas. A ênfase de uma pesquisa dessa natureza está na seleção e na análise das fontes aliadas a uma discussão teórica consistente.

Em nosso caso, as principais fontes utilizadas foram: discursos do saber psiquiátrico e do poder judiciário, presentes nos processos penais; ações políticas e policiais de combate aos

crimes qualificados de pedofilia; reações sociais desencadeadas pelos pânicos morais; além de um conjunto de saberes das ciências humanas, disponível em publicações acadêmicas no Brasil e em outros países.

São muitas as razões que justificaram a escolha da pedofilia como objeto de estudo. A primeira delas foi a possibilidade de uma análise crítica do presente a partir de algo que está em curso neste momento. Percebe-se que nas últimas décadas ocorreram mudanças importantes no Brasil, relacionadas ao sexo envolvendo adultos e crianças, que ultrapassam os casos de abuso sexual infantil e precisavam ser problematizadas. A segunda razão era entender a pedofilia como termo de classificação vital para a representação de uma sexualidade tida como normal e de uma infância livre de perigos, com fortes ressonâncias políticas e consequências para o sistema judiciário, para o saber psiquiátrico e a “polícia das famílias”, segundo a noção de Donzelot (1986). A terceira razão foi a seguinte: para além dos discursos jurídico, psiquiátrico e político – e do apelo midiático – a pedofilia se apresentava também como noção científica que se popularizou no senso comum. Daí toda a disputa dos saberes em torno desse tópico: direito, psiquiatria, sociologia, antropologia, psicologia, história, serviço social, entre outros saberes das ciências humanas, apresentam pesquisas, experimentos, definições, convicções e produzem verdades sobre a pedofilia que se espalham pela sociedade. A quarta razão foi o fato de que a pedofilia envolve um poderoso campo de problematização moral por ser considerada, nos dias de hoje, das piores agressões que uma pessoa pode fazer contra outra (Hacking, 2000). Por essas e outras razões, a pedofilia foi problematizada como objeto cercado de profundas interrogações morais das sociedades contemporâneas que envolvem diversos atores sociais. Esperamos ter compreendido grande parte desses discursos e, a partir da análise de diversas fontes de dados, ter reconstruído uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia.

Na maioria dos trabalhos a respeito de pedofilia, conforme será visto nos capítulos a seguir, as análises estão frequentemente centradas na figura do agressor, em sua patologia, em seu possível controle, ou até mesmo na cura. Nesta tese, o problema cuidou, antes de tudo, de descrever o modo pelo qual cada discurso constituiu os seus objetos e formou seus conceitos. Tratou-se de ver, a partir da definição do discurso médico-psiquiátrico da pedofilia e de seus desdobramentos, a maneira pela qual a questão da pedofilia foi isolada, depurada e classificada em diversos domínios dos saberes que contribuíram para a formação de noções e conceitos que pretendem tipificar a pedofilia como crime.

Portanto, acreditamos que a pedofilia possa ser compreendida como instância discursiva de uma sexualidade polimorfa, transgressiva e ilícita que necessita, antes de tudo,

ser gerida e controlada e cuja finalidade é a criação de parâmetros de inteligibilidade de uma sexualidade entendida como normal, sadia e socialmente aceitável – preferencialmente uma sexualidade heterossexual, adulta, monogâmica, conjugal e reprodutiva. A partir dessa hipótese inicial, o processo de criminalização da pedofilia no Brasil foi investigado e problematizado. E, embasados pelas contribuições conceituais e metodológicas de Michel Foucault, tentamos compreender uma realidade empírica transformada em problema teórico de investigação sociológica.

Há uma hipótese amplamente defendida de que o contato sexual entre adultos e crianças constitui risco real para uma criança sexualmente imatura, podendo esse risco ser ético (deturpação de padrões morais do caráter), psicológico (desenvolvimento de distúrbios emocionais, de organização das ideias e de atitudes distorcidas de uma sexualidade humana considerada normal) e também físico (comprometimento da integridade da criança).

Apesar de todos os outros aspectos envolvidos na interação adulto-criança, considera-se inadequado e potencialmente traumático para uma criança viver a experiência da sexualidade adulta. E, apesar da forte sanção social e legal de tal comportamento, há inúmeros grupos ativistas que defendem o direito de se exercer legitimamente esse tipo de sexualidade, considerada ilegítima. De modo que esta tese também considera os discursos da chamada militância pedófila como parte importante das narrativas sobre a pedofilia.

Conforme veremos a seguir, a caracterização de uma violência sexual contra criança, geralmente mais presente no senso comum, é a de um indivíduo significativamente mais velho cujos desejos e respostas sexuais são direcionados, parcial ou exclusivamente, a uma criança pré-púbere (pedofilia) ou a uma criança púbere (efebolia ou hebefilia), podendo ou não ter relações de parentesco (incesto) entre a vítima e o agressor. De modo geral, continua-se a pensar que o perpetrador seja alguém estranho à criança e à família. A figura do *dirty old man in the alley* (a famosa lenda do *homem do saco*) ainda permanece no imaginário social como o estereótipo de um agressor sexual infantil. Porém, em muitos casos, o perpetrador é alguém da própria família ou pessoa conhecida: pai, padrasto, tios, namorados da mãe, amigos, professores, padres, enfim, pessoas que possuem acesso às crianças e à casa delas. De acordo com Barnard, “the child molester is most commonly a respectable, otherwise law-abiding person, who may escape detection for exactly that reason” (Barnard *et al.*, 1989, p. 177). Além disso, acredita-se que muitos agressores, inclusive, são indivíduos cuja orientação sexual não está necessariamente voltada às crianças. Por essas e outras razões, essa pesquisa sobre violência sexual infantil tornou-se mais complexa, por envolver diversas camadas discursivas socialmente construídas como verdadeiras.

Durante muito tempo, e de certa maneira ainda hoje, falar publicamente sobre o abuso sexual infantil era praticamente impensável; causava constrangimento e implicava em total desconhecimento dos fatos que envolviam a sexualidade das crianças e dos adultos. Implicava, sobretudo, em miopia com relação ao abuso sexual infantil em suas mais diversas formas. O interesse pela questão da pedofilia surgiu – justamente da observação das mudanças sociais ocorridas no Brasil nas últimas décadas – a partir de dois movimentos que, aparentemente, correm em paralelo, mas que se encontram e se relacionam: a preocupação crescente com as crianças (saúde, segurança, educação); e a discussão de temas relacionados à sexualidade do adulto. Outras formas de violência como castigos físicos, negligência, abandono intelectual e emocional representam diferentes ações, para além do abuso sexual. Mas esse trabalho considera, de maneira mais restrita, o abuso sexual infantil e, nesse mesmo domínio, o foco de atenção é prioritariamente o debate em torno da pedofilia. É sempre difícil descrever com propriedade um evento que ainda esteja acontecendo, apesar de toda importância histórica que isso possa ter. Na maioria dos casos espera-se o fato ocorrer completamente para que, então, ele seja compreendido como certo devido as evidências históricas.

Por essa razão, os capítulos a seguir podem ser entendidos como camadas narrativas que remetem às condições sócio-históricas da existência de discursos, de saberes acerca do sexo e dos códigos culturais que interditam a sexualidade infantil. Demarcar superfícies; indicar emergências; mostrar onde e quando possam ter surgido, por quem possam ter sido criados; a serviço de qual interesse e a quem são designados, foram preocupações que moveram esta tese.

Assim, o capítulo I problematiza série de temas muito próximos uns dos outros, cujas fronteiras são cinzentas, uma vez que lidam com questões problemáticas, como a própria noção de criança. Cronologicamente, acredita-se que criança é todo ser de 0 a 14 anos, com um limbo entre os 14 e 16. A ideia de autonomia sexual só ocorreria plenamente aos 21 anos – contudo existe um abismo problemático entre os 16 e 21, porque se pode votar, dirigir automóveis e até servir ao exército (em alguns países) aos 16 anos. De qualquer modo, pode-se dizer que há arbitrariedade na noção de maioridade fixada aos 18 anos para uma série de direitos, deveres, obrigações e restrições. Além disso, as noções de vulnerabilidade, incesto, pornografia infantil, prostituição infantil, quebra da posição de confiança, entre outras, são todas noções fundamentais e subjacentes ao debate sobre violência sexual infantil ou a questão da pedofilia. Sendo assim, o capítulo I apresenta reconstrução da relação sexual entre adultos e crianças a partir de uma perspectiva sócio-histórica; e também percorre algumas

categorias organizadoras das condutas, como as noções de inocência, de tutela e de consentimento, uma vez que sexo sem consentimento é violência.

O capítulo II apresenta as primeiras discussões sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes na América do Norte, ao longo das últimas três décadas, sobretudo nos EUA. Este capítulo é fruto direto do período de estágio doutoral no exterior. Os EUA têm larga tradição em produzir pesquisas e dados quantitativos, em elaborar documentos e relatórios nos mais diversos centros de pesquisas, organizações não-governamentais e órgãos públicos, como o Ministério da Saúde e Bem Estar, o Departamento de Justiça, o Senado e outras instituições federais. Além de outras formas de manuais prescritivos que oferecem planos de ações sobre os mais variados tipos de problemas enfrentados pela sociedade. Essas mesmas agências oferecem dados qualitativos de políticas e de ações públicas realizadas por diversas instituições em todo o país. Além disso, nos EUA existe uma prática bastante comum em divulgar planos, avaliações e, principalmente, resultados das ações em diversos meios, seja pela internet seja por meio de publicações impressas. Esse panorama internacional, com foco no contexto norte-americano acerca da violência sexual infantil, foi de suma importância para esta tese, por guardar diversas afinidades eletivas, apesar das diferenças de tempo e de lugar, com os debates desencadeados no Brasil na virada do século XXI.

O capítulo III apresenta as forças morais e sociais que definem aquilo que convencionalmente passou a ser chamado de “pedofilia” no Brasil. Será visto que, apesar de não ser categoria criminal, a noção de pedofilia é amplamente utilizada no sistema de Justiça e norteia as decisões dos operadores do direito, conforme foi possível perceber na análise da jurisprudência do TJSP. Nesse capítulo, algumas passagens da jurisprudência foram mitigadas a fim de facilitar a leitura. Não foram alterados ou acrescentados nenhum elemento, termo ou palavra nas peças jurídicas, houve apenas uma edição do excesso de referências aos autos, apensos, processos, aos códigos e às leis (foram suprimidas informações do tipo folhas e números de parágrafos, que normalmente aparecem em forma de símbolos e siglas, tais como §, fls.), além das deferências formais aos juízes, desembargadores, procuradores, defensores e outros bacharéis. Enfim, tentou-se reduzir ao máximo o uso excessivo de jargões e de termos técnicos jurídicos, para fazer aparecer com mais nitidez o conteúdo dos discursos presentes nas decisões judiciais em que o termo “pedofilia” foi utilizado. Além disso, os nomes das crianças aparecem apenas as iniciais. O capítulo ainda traz abordagem sócio-histórica do domínio das ciências humanas no Brasil para recompor os contextos sociais em torno da atenção ao menor e das políticas de proteção à infância em que o debate contemporâneo se insere. E, para encerrar o capítulo, também são discutidas algumas mobilizações

sociopolíticas, de matriz conservadora, que pretendem empenhar uma cruzada moral contra a ameaça da pedofilia na sociedade brasileira.

O capítulo IV apresenta discussão acerca das questões atuais em que a pedofilia aparece como categoria de inteligibilidade de uma forma de sexualidade considerada transgressiva. Como contraponto aos conteúdos moralizantes em torno da pedofilia, apresenta-se panorama dos grupos de ativismo pedófilo e suas lutas pelo reconhecimento e legitimidade de exercício de uma sexualidade considerada dissidente. Destaca-se, ainda, a presença da pornografia infantil na internet e as questões envolvendo o incesto, além de breve discussão dos casos de acusação de pedofilia na Igreja Católica. Para discutir essa questão, foi necessário recorrer à noção de puritanismo – como um modo de ver o mundo a partir do prisma religioso – por ter valor conceitual importante na problematização em torno dos casos de abuso sexual infantil na Igreja Católica, principalmente nos EUA. Foi possível perceber que em diversos segmentos da sociedade a questão da pedofilia está mais para o alarde do que para a análise. Daí a importância de empenhar uma crítica à partir da ideia de pânico moral, exemplificado pelo caso da *Escola Base*, que nos ajudou justamente a entender as ideias moralizantes que produzem e sustentam os discursos sobre o abuso sexual infantil.

Para encerrar a tese, o capítulo V apresenta a pedofilia como um mote genealógico para compreender a ideia contemporânea de sexualidade; e o sujeito pedófilo como um monstro contemporâneo, responsável pela generalização do pânico moral desencadeado pelas agitações sociais em torno da questão da pedofilia. Assim, a discussão da noção de monstrosidade (ilustrada pelo caso do médico pediatra Eugênio Chipkevitch) é central para o entendimento desse sujeito portador de uma condição tida como anormal e incorrigível, que combina o impossível e o interdito, que violenta, simultaneamente, as leis da sociedade e as leis da natureza. É com a imagem da criminalização do desejo dissidente que essa análise genealógica será finalizada.

Para Michel Foucault, as matrizes da experiência contemporânea podem ser compreendidas a partir da loucura, da criminalidade e da sexualidade. Assim, esta tese procurou identificar os contornos de uma nova atitude, diante do sexo, no interior da sociedade brasileira contemporânea. A pedofilia foi vista aqui como espécie de sismógrafo da sexualidade na contemporaneidade, analisada a partir de três eixos constitutivos: a formação de saberes sobre o contato sexual entre adultos e crianças; as estratégias de poder que visam criar normatividades dos comportamentos; e a constituição de sujeitos a partir de técnicas de controle dos corpos.

PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A CRIANÇA E O SEXO

O capítulo apresenta uma reconstrução sócio-histórica da relação sexual entre adultos e crianças. Para desenvolver essa questão, fez-se necessário falar um pouco da própria história do conceito de infância e de abuso sexual infantil. Por um lado, o capítulo demonstra que o sexo entre adultos e crianças está presente, com certa frequência, na história do mundo ocidental. Por outro, a noção de infância foi consolidada com o desenvolvimento da ideia de abuso infantil, e da desaprovação do sexo entre adultos e crianças apoiado no discurso de proteção à infância. Sob certa perspectiva, esse capítulo tem uma natureza histórica pelo fato de apresentar a pedofilia como tema clássico desde a Grécia antiga. Porém, não se trata apenas de reconstruir a história da infância, da pederastia, dos saberes sobre a infância e a família, das consequências políticas. Trata-se de mobilizar um conjunto de autores e tomá-los como objetos de análise para reposicionar as questões que envolvem a construção social da ideia de criança e do abuso sexual infantil, no presente, em suas mais variadas formas. Busca-se entender as concepções de infância a partir da construção do conceito de direito das crianças e de certas ideias organizadoras como inocência, tutela, vulnerabilidade; além de discutir o reconhecimento da criança como vítima “natural” do agressor adulto. Para isso, as noções de risco, pureza e inocência, encontradas em diversos domínios do conhecimento das ciências humanas, têm grande importância na análise, uma vez que a pedofilia não é execrada apenas pelo ato em si, mas pela poluição da criança, que é vista como um ser inocente e puro, e pelos danos (sobretudo econômicos) causados às famílias e à sociedade. Por fim, esse capítulo se encerra com uma noção que organiza a ética sexual: o consentimento, pois sexo sem consentimento é sinônimo de violência. E a criança, como ser vulnerável e tutelado, não tem autonomia para consentir qualquer tipo de contato sexual ao adulto.

A RELAÇÃO SEXUAL ENTRE ADULTOS E CRIANÇAS: UMA RECONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

O tema da sexualidade infantil (ou do contato sexual entre adultos e crianças) sempre teve forte presença na cultura ocidental. Sem necessariamente precisar recorrer profundamente à história desde os tempos dos gregos e dos romanos, a própria sociedade capitalista, moderna e ocidental tem produzido material suficiente sobre a relação sexual entre adultos e crianças e suas implicações morais.

Mas tomando o pensamento de alguns autores clássicos como objeto de análise, sobretudo de historiadores, pode-se dizer que o contato sexual entre adultos e crianças na Grécia e Roma antigas era prática socialmente aceitável, e até desejável. Todavia, a ideia de abuso sexual infantil, nesses dois contextos culturais, nunca esteve presente e deve ser entendida como categoria externa de análise – pensar o conceito de abuso sexual, tal como entendemos hoje, e tentar interpretar o passado a partir dele é anacronismo, uma vez que a categoria “abuso sexual infantil” se consolidou somente na segunda metade do século XX, conforme veremos a seguir e ao longo desta tese.

Aqui, apresentaremos breve percurso sócio-histórico que contribuiu para o desencadeamento de discursos científicos acerca do contato sexual entre adultos e crianças; das concepções em torno da ideia de infância; do discurso de proteção à infância; do alarde em torno dos perigos de uma sexualidade infantil; e das primeiras formulações modernas acerca da pedofilia.

O historiador Hans Licht, em *Sexual Life in Ancient Greece* (1931), afirma que embora houvesse a prática de utilizar crianças como objeto sexual na Grécia antiga, a ideia de abuso sexual infantil ou de perversões sexuais com crianças não estava presente naquele momento, naquela sociedade. Na Grécia antiga, a pederastia era entendida como fator central na formação do garoto (além de ser considerada normal), e tinha profundo significado político e religioso para os cidadãos. A pederastia grega era, tipicamente falando, um homem mais velho assumindo a responsabilidade pelo comportamento e pela formação de um jovem nobre. Esse contato era formal e desempenhado com a permissão dos pais, da cidade-estado grega e de suas instituições religiosas.

Os gregos acreditavam que a pederastia alimentava o garoto com as qualidades masculinas do mentor, por meio de contatos íntimos. A crença era de que o jovem receberia a essência do homem mais velho conforme essa relação se tornasse cada vez mais próxima. E quando o garoto chegasse à puberdade, e desenvolvesse características e interesses sexuais

secundários, essa relação com o homem adulto seria proscrita e o jovem estaria, então, apto a se casar, ter filhos e participar da vida política da cidade.

De acordo com a ética grega, a *paedophilia erotica* era prática de aperfeiçoamento da vida e exercício de liberdade. Para os gregos não havia oposição entre o amor pelo sexo oposto e o amor pelo próprio sexo. Da mesma forma, não havia fronteira demarcada entre o desejo sexual por uma mulher ou por um rapaz. Segundo Michel Foucault, aos olhos dos gregos, “o que fazia com que se pudesse desejar um homem ou uma mulher era unicamente o apetite que a natureza tinha implantado no coração do homem para aqueles que são ‘belos’, qualquer que seja o seu sexo” (Foucault, 1994, p. 168). E o sexo com rapazes mais jovens era visto como “natural” e como condição válida de formação desse jovem para a vida adulta.

Para Foucault, “havia nos gregos toda uma estética moral do corpo do rapaz; ela é reveladora de seu valor pessoal e do valor do amor que se lhe tem” (Foucault, 1994, p. 178). O vínculo estabelecido entre o adulto e o jovem era socialmente útil e se dava por meio de uma relação de amizade, *philia*. A diferença de idade era justamente o que tornava essa relação válida. Costumava-se, inclusive, ligar a pederastia grega à prática pedagógica e ao ensino da filosofia.

O sociólogo francês Michel Bozon, ao falar da Grécia no livro *Sociologia da sexualidade* (2004), desenvolve discussão bastante próxima à de Foucault. Para Bozon, “em todas as construções culturais da sexualidade, a prática lícita se distingue de uma prática ilícita ou transgressiva, cujas definições variam. No entanto, há uma constante na qual os limites entre o lícito e o ilícito não coincidem para os homens e as mulheres. Assim, na Antiguidade grega e romana, enquanto a sexualidade lícita para as mulheres livres se limitava à reprodução dentro do casamento, todos os prazeres eram permitidos aos homens livres adultos, desde que não pusessem em risco a sua posição social: sempre existia um perigo de excessos ou falta de limites (aos quais os gregos eram muito sensíveis), mas o risco maior cabia sempre à ‘inversão’ dos papéis, qualquer que fosse a sua forma. Um cidadão adulto podia perfeitamente ter relações com um escravo, uma escrava ou um jovem imberbe, assim como outras mulheres além da sua, mas de modo algum com outro cidadão adulto. Eram condenáveis todas as situações em que o homem livre se comportasse de maneira ‘débil’ ou se deixasse tratar como um jovem, um escravo ou uma mulher, ou seja, como um inferior: aquele que se deixasse penetrar, que realizasse uma felação, uma cunilíngua ou se deixasse cavalgar por uma mulher era um ‘impudico’” (Bozon, 2004, pp. 25-26).

Percebe-se que, para Bozon, a problemática grega e romana em torno do sexo estava mais ligada à hierarquia social dos indivíduos do que, necessariamente, ao gênero e à idade. Assentava-se sobre o princípio moral de que era preciso dizer a verdade sobre si mesmo.

Max Weber também ensaiou em suas análises a questão do amor grego. Para o autor, “dado o caráter exclusivamente masculino dessa época de ‘democracia’, tratar das experiências eróticas com mulheres como se fossem determinantes dos ‘destinos da vida’ teria sido considerado – para nos exprimirmos no nosso vocabulário actual – como um sentimentalismo de principiantes. O ‘camarada’, o rapaz, é que era o objecto apetecido, mesmo no centro da cultura helénica, com todo o cerimonial do amor. Por conseguinte, o eros de Platão é, apesar de todo o seu esplendor, ainda assim um sentimento fortemente *temperado*; a beleza da *paixão bacântica*, puramente como tal, não era oficialmente admitida nessa relação” (Weber, 2006, p. 342 – grifos do autor).

Com isso, pode-se dizer que, de acordo com o código moral em jogo na Grécia, a excelência ética era menos associada ao sexo e consistia no governo de si (no sentido discutido por Foucault), evitando os excessos, para poder governar bem os outros. A homossexualidade e a pederastia não eram problema na cultura grega, desde que obedecessem as fronteiras entre o lícito e o ilícito. O que realmente preocupava na Antiguidade era o sexo entre dois indivíduos distintos assimetricamente, a transgressão das regras e o descontrole das condutas socialmente admitidas.

Em *O uso dos prazeres* (1994), Foucault afirma que a sexualidade das crianças e o sexo intergeracional no mundo grego estavam presentes o tempo todo, sobretudo porque a pederastia era prática recorrente. Enquanto que no mundo romano, especialmente a partir do cristianismo, a moral sexual volta-se para uma pedagogia sexual das crianças e da normatização das relações conjugais e monogâmicas.

Além disso, na Roma antiga, a relação sexual entre um homem mais velho e um garoto não era considerada perversão sexual e, tampouco, conotava comportamento hostil e antissocial. Naquele tempo, o código de ética sexual permitia que jovens garotos, e também meninas e mulheres, pudessem ser usados como objeto sexual e vendidos para prostituição, e até mesmo como escravos. Alguns meninos eram castrados como preparação para o popular “brothel” (bordel) porque, de acordo com as práticas daquele período, as relações sexuais com jovens castrados eram especialmente excitantes.

As raízes do judaísmo-cristianismo historicamente influenciaram as atitudes sexuais, nas primeiras organizações sociais do mundo ocidental. O clima social no qual a tradição judaico-cristã foi fundada aceitava o contato sexual entre homens e crianças do sexo

feminino. Segundo o historiador Brown (1985), durante o tempo em que a Bíblia e a Torá foram estabelecidas, o sexo entre homens e crianças no casamento, o concubinato e a escravidão eram socialmente aceitáveis. A Torá inclusive diz que uma menina de três anos e um dia poderia ter relações sexuais com a permissão do pai.

Ainda na Idade Média, as crianças não tinham estatuto especial e, a prática sexual entre adultos e crianças, estendeu-se até a Renascença. Mas com a difusão do cristianismo na Europa, as práticas sexuais envolvendo crianças foram mudando gradualmente. As leis proibindo o sexo com crianças aos poucos emergiram a partir da influência da doutrina cristã e dos moralistas cristãos, que passaram a prescrever condutas; embora tais regras fossem difíceis de serem cumpridas, uma vez que as crianças eram consideradas propriedade privada. Somente no fim do Renascimento, e com a emergência das ideias iluministas, conforme apontou Philippe Ariès (1986), os adultos começaram a reconhecer as crianças como sujeitos de direito e a tratá-las como seres diferenciados. Consequentemente, as atitudes em relação ao sexo entre adultos e crianças passaram a ser proibidas; classificadas como crime e passíveis de intervenção legal².

O século XVIII é momento decisivo de transição no qual o estado passa a intervir e a elaborar as primeiras medidas de proteção às crianças, sobretudo para mantê-las afastadas da atividade sexual. Em 1722, a monarquia inglesa criou a lei *Parens Patriae* que obrigava o estado a defender direitos “das crianças, idiotas e lunáticos” e de todos aqueles incapazes de defenderem-se a si mesmos. Essa nova regulamentação derrubou a lei *Patria Potestas*, que dava ao rei o poder total sobre as crianças, incluindo o direito de cometer infanticídio e de vendê-las como escravas. Tais mudanças influenciaram decisivamente a criação de leis modernas, que passavam a obrigar o estado a proteger as crianças e a garantir seus direitos, mesmo que fosse necessário intervir no interior das famílias.

É justamente nesse momento, de emergência de medidas de proteção às crianças, que os saberes científicos começam a incidir na organização da vida da população, em especial no que diz respeito à sexualidade e à reprodução. Nesse contexto, o sexo entre adultos e crianças passa a ser entendido como patologia sexual e a ter implicações legais. Assim, o termo pedofilia foi utilizado pela primeira vez na literatura científica no século XIX pelo médico alemão Richard Von Krafft-Ebing, no livro sobre desordens psicosssexuais, *Psychopathia*

² É importante ter em mente que a tese de Ariès não é consensual entre os historiadores. Há historiadores, como os apresentados por Giovanni Levi e Jean Claude Schmitt, no livro *História dos jovens* (1996), que afirmam que a criança era pensada como um ser dotado de autonomia.

Sexualis (2011)³, publicado originalmente em 1886, no qual as perversões sexuais foram tratadas como objeto da medicina.

Krafft-Ebing recorreu à legislação alemã e austríaca para fundamentar o que chamou de “violação dos indivíduos sexualmente imaturos”. Os juristas desses países entendiam que os possíveis atos “imorais” com crianças menores de 14 anos de idade não deveriam ser compreendidos em termos de “estupro”, mas de “atos de perversão” cometidos por “escravos da luxúria”, por sujeitos “moralmente fracos”, e “carentes de energia sexual”.

O autor constatou que uma característica comum a estes atos, com exceção dos casos patológicos (caracterizados pela demência, senilidade, alcoolismo, e outras debilidades mentais), era que quase todos foram cometidos por homens jovens e “covardes”, que não acreditavam em sua própria virilidade. E ainda conclui dizendo que é psicologicamente incompreensível que um adulto, cheio de virilidade e mentalmente sadio, abuse sexualmente de crianças. Após esse primeiro julgamento moral, o autor apresentou o conceito moderno de pedofilia da seguinte forma: “there are cases in which the sexually needy subject is drawn to children not in consequence of degenerated morality or psychical or physical impotence, but rather by a morbid disposition, a *psycho-sexual perversion*, which may at present be named *paedophilia erotica* (love of children)” (Krafft-Ebing, 2011 [1886], p. 371 – grifos do autor).

Durante a compilação de dados para escrever *Psychopathia Sexualis*, Krafft-Ebing coletou, classificou e apresentou todo o material disponível sobre psicopatologias sexuais do período. E foi ele quem qualificou *Paedophilia Erotica*, ou “sexo com indivíduos abaixo dos 14 anos”, numa seção especial de patologias que continha uma série de outros desvios sexuais, que entravam em conflito com a lei. Embora o autor discutisse *Paedophilia Erotica* na seção forense do livro, a pedofilia foi classificada como paradoxo sexual, já que ele a entendia como impulsos sexuais desviantes que surgiam na infância e/ou idade avançada.

Krafft-Ebing afirmava que os atos de pedofilia poderiam ser cometidos por pessoas que não tiveram vida sexual “normal” ou que mesmo um indivíduo considerado “normal” poderia ter forte tendência pedofílica, mas nunca ter ofendido ou abusado de nenhuma criança. Portanto, de acordo com o autor, no sentido estrito do termo, para ser totalmente classificado como “pedófilo” o indivíduo não deveria ter nenhuma atração sexual por adultos, e deveria ser, por definição, um sujeito exclusivamente estimulado a ter relações sexuais com crianças.

³ Utilizaremos a versão mais recente traduzida, revisada e publicada em inglês em 2011.

Essa distinção é importante porque, com base nela, os mais diferentes tipos de saberes entendem que nem todos os abusadores infantis são pedófilos. E, esse mesmo princípio é utilizado por psiquiatras da atualidade ao tentar lidar com a pedofilia, o que gera tensão com o saber jurídico.

Há mais de 100 anos, Krafft-Ebing encontrou dificuldades em documentar a frequência e a distribuição de pedófilos na população, similar às encontradas pelas pesquisas hoje em dia, porque o problema reside, justamente, nas fronteiras que definem os chamados desvios sexuais. Mesmo assim, Krafft-Ebing observou que o uso de crianças para satisfação sexual ocorria surpreendentemente com frequência. E notou que a predisposição sexual dos pedófilos varia de caso a caso.

De acordo com o autor, as várias manifestações de pedofilia podem expressar diversas formas de contatos e de fantasias sexuais; não há única causa que pode ser observada em conjunto com outras perversões como o sadismo, o exibicionismo e o homossexualismo (entendido como “doença” naquela época). Apesar de todo esforço científico, para Krafft-Ebing, a pedofilia era um ato de imoralidade de pessoa mentalmente prejudicada e degenerada. A formulação inicial de imoralidade, degenerescência, desvio e perversão claramente evidenciam a natureza do tom de julgamento de valor feito pelo autor, e por demais autores do final do século XIX e começo do século XX, para lidar com qualquer outra forma de sexualidade, que não fosse regulada pela norma heterossexual e reprodutiva.

Segundo o psicanalista Mário Eduardo Costa Pereira, ao comentar a noção de perversão trabalhada por autores como Krafft-Ebing, Freud e Georges Lantéri-Laura, diz que “o prazer obtido da relação sexual será natural na medida em que contribua para a reprodução. Todo erotismo praticado fora desse contexto deverá ser considerado como desviante. Sob esse prisma, deverão ser consideradas como ‘perversão sexual’ todas as satisfações eróticas cujo objetivo não seja a preservação da espécie” (Pereira, 2009, p. 382).

A noção de perversão não é exclusividade da psicanálise: foi designada por esse saber para tratar das práticas sexuais consideradas desviantes em relação à norma social vigente. Devido a essa carga psicanalítica, a perversão passou a ser vista como a manutenção da sexualidade infantil na vida adulta.

Diferentemente de Krafft-Ebing, o médico suíço August Forel acreditava que a relação sexual entre adultos e crianças derivava de uma patologia hereditária, a qual ele chamou de *pederosis*. Em seu livro, *The Sexual Question: a scientific, psychological, hygienic and sociological study* (1931), Forel dedicou um capítulo exclusivo para tratar de “patologias

sexuais”. Nesse trabalho, o autor desenvolveu a categoria *pederosis*, entendida como “apetite sexual por crianças”, em oposição à ideia de “pedofilia”, que seria o amor pelas crianças.

Segundo o autor, a noção de *pederosis* poderia ser identificada como categoria sexual específica, uma vez que as agressões sexuais cometidas contra crianças eram vistas como efeito de demência, degeneração ou fraqueza moral do indivíduo. No entanto, acreditava que a maioria das pessoas que abusavam de crianças também seria capaz de ter relações com mulheres, ou seriam “invertidos”; mas como muitos deles tinham o apetite sexual por crianças extremamente acentuado isso poderia demonstrar especial disposição hereditária. É justamente por causa desta disposição patológica, que Forel propunha o termo *pederosis* para definir a atração sexual de adultos por crianças.

Tal como Krafft-Ebing, Forel e outros pesquisadores, Sigmund Freud também especulou sobre a natureza do contato sexual entre adultos e crianças. Em *Studies on Hysteria*, de 1895, escrito junto com Breuer, o trauma sexual infantil é citado como explicação da origem dos sintomas de histeria. Em *Etiology of Hysteria*, Freud diz que na base de todo caso de histeria pode estar um ou mais episódios de uma experiência sexual prematura que ocorrera na infância com pessoas adultas. Decorrente de fortes tabus sexuais e da ênfase vitoriana na família como instituição sagrada, as tentativas de Freud em expor, em suas anedotas intimistas, os atos de abuso infantil cometidos pelos próprios pais foram consideradas extremamente polêmicas e radicais. Sua teoria teve resistência entre colegas, professores e, principalmente, pacientes, quase todos eles membros da alta sociedade. Como se sabe, após algumas tentativas de avanços sobre uma barreira de críticas, Freud abandonou a “hipótese da sedução” e desenvolveu a teoria do complexo de Édipo.

Embora Freud tenha falado sobre o descobrimento da sexualidade infantil (ou a “descoberta” da sexualidade na infância), não há exatamente uma discussão sobre o assunto em sua obra. No geral, as crianças são vistas como seres assexuados com apenas um interesse cognitivo (e de curiosidade) sobre o sexo.

É importante dizer que Freud nunca escreveu diretamente sobre pedofilia. E o que se sabe sobre a atração sexual de adultos por crianças está nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1996). Segundo o autor, “enquanto as pessoas cujos objetos sexuais não pertencem ao sexo normalmente apropriado, ou seja, os invertidos, afiguram-se ao observador como uma coletânea de indivíduos talvez bastante válidos em outros aspectos, os casos em que se escolhem pessoas sexualmente imaturas (crianças) como objetos sexuais são desde logo encarados como aberrações esporádicas. Só excepcionalmente as crianças são objetos sexuais exclusivos; em geral, passam a desempenhar esse papel quando um indivíduo covarde

ou impotente presta-se a usá-las como substituto, ou quando uma pulsão urgente (impreterível) não pode apropriar-se, no momento, de nenhum objeto mais adequado. Ainda assim, é esclarecedor sobre a natureza da pulsão sexual o fato de ela admitir tão ampla variação e tamanho rebaixamento de seu objeto, coisa que a fome, muito mais energicamente agarrada a seu objeto, só permitiria nos casos mais extremos. Uma observação similar é válida quanto à relação sexual com animais, que não é nada rara, sobretudo entre os camponeses, e onde a atração sexual parece ultrapassar a barreira da espécie” (Freud, 1996, p. 140).

Literalmente, Freud entende a atração sexual de adultos por crianças em termos moralizantes; ato de covardia perpetrado por indivíduos impotentes agindo numa situação extrema de falta de controle. E segue: “por motivos estéticos, de bom grado se atribuiriam estas e outras aberrações graves da pulsão sexual à loucura, mas isso não é possível. A experiência ensina que não se observam entre os loucos quaisquer perturbações da pulsão sexual diferentes das encontradas entre os sadios, bem como em raças e classes inteiras. Assim, com a mais insólita frequência encontra-se o abuso sexual contra as crianças entre os professores e as pessoas que cuidam de crianças, simplesmente porque a eles se oferece a melhor oportunidade para isso. Os loucos apenas exibem tal aberração em grau intensificado, ou então, o que é particularmente significativo, elevado a uma prática exclusiva e substituindo a satisfação sexual normal” (Freud, 1996, p. 140).

Para Freud, a relação sexual entre adultos e crianças ocorre em razão da disponibilidade de crianças no convívio com adultos. Esse contato pode ocorrer em escolas, clubes esportivos ou igrejas. Freud afasta, num primeiro momento, a hipótese de distúrbio mental e aponta para a questão demográfica e oportunista por parte do abusador. De modo que o abuso sexual infantil estaria mais no plano da moral e do caráter individual do que patológico; mais ao oportunismo do que ao desejo.

A perspectiva freudiana sugere que a pedofilia é incidente esporádico, oportunista e produto de interesse desviante. A escolha de um objeto sexual imaturo seria o resultado de um complexo de Édipo mal resolvido. Orientados psico-analiticamente, outros autores veem a pedofilia como sintoma de traumas da infância, de desejos incestuosos; resultado de impotências e de distorções psíquicas, pois uma mulher madura significaria para o homem a presença da mãe. E se a escolha do objeto sexual imaturo for do mesmo sexo, a interpretação se baseia na ideia de narcisismo: o pedófilo narcisista veria a si mesmo no objeto e se identificaria com sua mãe.

Em suma, Freud entende os impulsos sexualmente perversos e polimórficos como características de desenvolvimentos primários interrompidos pelas crianças em resposta aos

condicionamentos sociais e às pressões educacionais. A perversão do adulto denota a continuação na vida adulta de comportamentos e inclinações sexuais infantis e representa o resultado de possíveis falhas no condicionamento sexual do indivíduo.

Na virada do século XIX para o século XX, um famoso sexologista inglês, Havelock Ellis (1914), disse que a *Paedophilia*, ou “amor sexual por crianças”, não deveria ser considerada desvio sexual à parte, mas ser classificada como “parte de um corpo” de anomalias. Ele incluía a pedofilia entre outras anormalidades como atração por mancos, vessos, pessoas com marcas de varíola, atração sexual por velhos (gerontofilia), por cadáveres (necrofilia), e animais (zoofilia). Mas para Ellis, do ponto de vista médico-legal, classificar a pedofilia como desvio à parte poderia ser conveniente como categoria de análise; ele ainda chama a atenção para os aspectos legais desse ato.

Psiquiatras e psicanalistas como Krafft-Ebing, Freud e Ellis acreditavam que todos os desvios do comportamento sexual são, teórica e etiologicamente, similares e representam mesmo tipo de psicopatologia. Esse desvio de comportamento deve ser mais bem entendido como forma de desordem (ou má formação) do caráter do indivíduo. De qualquer modo, eles achavam que o interesse sexual de adultos por crianças era “aberração esporádica”, uma vez que, numa perspectiva evolucionista-darwiniana, a preferência sexual não reprodutiva, sobretudo com crianças, é sempre vista como padrão mal adaptado do indivíduo.

Na década de 1930, se junta a esses autores, importante nome na discussão sobre o contato sexual entre adultos e crianças, o psicanalista húngaro Sandor Ferenczi. Tal como Freud brevemente sugeriu, a prática de abuso sexual infantil ocorrida no interior das famílias vitorianas e puritanas foi citada por Sandor Ferenczi na clássica conferência de 1932 – *Sprachverwirrung zwischen den Erwachsenen und dem Kind*⁴, proferida no XII Congresso Internacional de Psicanálise (na cidade de Wiesbaden, na Alemanha) – que tratou justamente desse tema em termos de confusão de línguas entre adultos e crianças.

Ao falar sobre a busca patológica por satisfação sexual no ambiente doméstico, por pessoas da família, o autor afirma: “incluso los niños de familias honorables de tradición puritana son victimas de violencias y de violaciones mucho más a menudo de lo que se cree” (Ferenczi, 1984, p. 144). Para Ferenczi, é difícil entender quais os sentimentos das crianças nessas situações.

Por um lado, pode ocorrer reação de negação, desagrado e ódio. Mas, conforme as crianças se sentem física e moralmente indefesas, não há força e autoridade para protestar

⁴ Utilizaremos a versão em espanhol (Confusión de lengua entre los adultos y el niño) publicada em 1984.

contra o adulto. E, nesse momento, a negação se transforma em identificação com o agressor. O temor se converte em silêncio, culpa e até ternura. Por outro lado, o adulto se comporta como se nada tivesse acontecido e se convence de que a criança tem consciência do que está acontecendo, já que, a seus olhos, não se trata mais de uma criança. Segundo Ferenczi, “el niño del que se ha abusado se convierte en un ser que obedece mecánicamente o que se obstina; pero no puede darse cuenta de las razones de esta actitud. Su vida sexual no se desarrolla, o adquiere formas perversas; no hablaré de las neurosis y de las psicosis que pueden resultar en estos casos” (Ferenczi, 1984, pp. 145-146). A consequência disso não poderia ser outra senão confusão de línguas entre dois universos, entendidos pelo autor como abissais: o mundo do adulto e o da criança.

Na década de 1940, o médico inglês Clifford Allen publicou o livro *The Sexual Perversions and Abnormalities* (1940) sobre as “anormalidades sexuais do ponto de vista estritamente científico” e tratou de apontar os possíveis tratamentos e curas. O livro aborda os três agentes envolvidos no cuidado dessas anormalidades: as vítimas, os pacientes e os profissionais.

Já naquele momento, o autor chamava atenção para o fato de que as perversões sexuais eram mais comuns do que se imaginava. E apresentou as primeiras estatísticas sobre crimes sexuais na Inglaterra, e o crescente número de casos a partir do final da década de 1930, período marcado pela guerra. Para ele, as anormalidades sexuais existiam em grande quantidade e se tornavam mais frequentes na população na época de crise. E aquele seria o momento de pensar mais em tratamentos e terapias do que em severas mudanças judiciais, ou mesmo em prisões.

A ideia do livro era falar das perversões e das anormalidades sexuais como resultado de instintos aberrantes e que, antes de analisar a natureza dessas anomalias, era importante saber um pouco mais sobre o que seria considerado normal e como era seu desenvolvimento. Segundo Allen, os instintos em geral são difíceis de serem estudados em seres humanos. Por essa razão, muitas observações do livro *The Sexual Perversions and Abnormalities* (1940) foram feitas em animais, particularmente entre os primatas. O autor propunha, portanto, examinar os instintos em animais e em humanos, prestando atenção na maturação e no desenvolvimento da sexualidade.

O autor dedica capítulo inteiro para classificar o que considerava anormalidades sexuais, tais como: o oralismo (fellatio e cunnilingus), inflação vaginal, analismo, coprofilia, sadismo, masoquismo, sodomia, homossexualismo, exibicionismo, fetichismo, voyeurismo, frotteurismo, autosssexualismo e o infantossexualismo.

O infantosexualismo, para Clifford Allen (1940), seria justamente o uso de pessoa imatura como objeto sexual. Para o autor, a escolha de um objeto sexual infantil seria causada por transferência emocional e de identificação. Tal como Freud pensava, o motivo para essa escolha poderia ser um complexo de Édipo mal resolvido – já que uma mulher madura implicaria numa pessoa adulta, ou seja, a figura da mãe. Quando se trata de homens maduros interessados em garotos, o autor também trabalha com a ideia de narcisismo: o perverso procuraria alguém que ele gostaria de ser, nesse caso, uma criança bela. Essa caracterização psicanalítica da década de 1940 foi – e ainda o é hoje – utilizada para caracterizar o sujeito que tenha interesse sexual por crianças.

Talvez uma das únicas vozes contrárias a essa literatura “científica”, que frequentemente tratou a atração sexual de adultos por crianças como formas de perversões, e entendeu a sexualidade infantil como perigosa e um risco para a sociedade, foi Wilhelm Reich. De acordo com Anthony Giddens, “Reich acreditava que a reforma política sem liberação sexual é impossível: liberdade e saúde sexual são a mesma coisa. Embora defendesse a igualdade da expressão sexual para as mulheres, deu particular atenção aos direitos sexuais das crianças e dos adolescentes. Deve ser dado às crianças o direito de se envolver em jogos sexuais com outras crianças e também o direito de se masturbar; devem também ser protegidas do domínio de seus pais. Os adolescentes devem ter a oportunidade de satisfazer as suas necessidades sexuais sem qualquer controle, para que possam ser os agentes da futura mudança social” (Reich *apud* Giddens, 1993, p. 180).

Como sabemos, Reich operou teoricamente com a hipótese repressiva para interrogar o caráter neurótico da sociedade moderna e o recalque das pulsões, mas suas ideias radicais de liberação sexual foram duramente criticadas por não serem caminho para a emancipação política que ele acreditava.

De qualquer forma, o quanto era comum e frequente o contato sexual entre adultos e crianças no passado, os pesquisadores não conseguem precisar com exatidão. As evidências apresentadas por alguns historiadores indicam que as relações não eram tão recorrentes como se pensa e, além disso, a depender do contexto cultural e social, eram permeadas por regras e interdições. De acordo com outros historiadores discutidos aqui, a impressão geral é que o sexo intergeração era algo extremamente frequente. De qualquer maneira, é possível dizer que a relação sexual entre adultos e crianças passou por transformação: da ideia clássica associada ao “gostar de crianças” à de “perversão sexual”, como falha de caráter.

Enfim, a resposta também depende da maneira como cada sociedade entende o conceito de criança e a idade de consentimento para o sexo. É isto que leva, por exemplo, o

antropólogo Luiz Mott a afirmar que “dentre os tabus sexuais mais repelidos pela ideologia ocidental contemporânea estão a *pedofilia* – relação sexual de adulto com criança pré-púbere – e a *pederastia* – relação sexual de adulto com adolescente – também chamada *efebofilia*. [...] Tendo como pressupostos que o sexo é sinônimo de pecado, que a sexualidade destina-se à reprodução da espécie e só pode ser praticado, dentro do casamento, por seres maduros – considerando-se a criança como inocente e imatura, aproximá-la dos prazeres eróticos equivaleria a profanar sua própria natureza – a dessexualização da infância e adolescência impõe-se, assim, como um valor humano fundamental da civilização judaico-cristã” (Mott, 1989, p. 32).

Antes de encerrar a discussão acerca da relação sexual entre adultos e crianças é importante retomar algumas ideias de Michel Foucault, apontadas inicialmente, que entendia a ética grega da pederastia como prática de aperfeiçoamento da vida e exercício de liberdade. E, embora a problematização grega sobre o sexo e o sexo das crianças seja importante para iluminar a moral sexual ocidental, Foucault faz questão de afirmar que a noção de sexualidade surgiu apenas no final do século XIX, ligada à formação de saberes e de sistemas de poder que regulam as práticas nas quais os indivíduos se reconhecem como sujeitos de uma sexualidade: a ideia de sexualidade surge como prática discursiva ligada ao saber e ao poder.

Para Foucault, há três eixos na história da sexualidade que podem ser apontados como marco inaugural para a emergência dessa categoria no século XIX: “a formação dos saberes a que ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (Foucault, 1994, p. 10).

Michel Foucault, no capítulo *Scientia Sexualis*, de *História da sexualidade 1: a vontade de saber* (1988), diz que o sexo entre adultos e crianças expressaria posição de valor específico, que precisa ser examinado para que seja possível um entendimento das raízes que formam os discursos sobre a sexualidade ocidental. Ele formula essa ideia num momento especialmente importante em que o abuso sexual infantil começa a ganhar visibilidade, no final da década de 1970. Assim, Foucault discute a questão do “sexo das crianças” nos dois primeiros volumes de *História da sexualidade* (1988; 1994) e também no curso *Os anormais* (2010), ministrado no *Collège de France* em 1975.

Em *A vontade de saber* (1988), Foucault aponta que o sexo, no mundo ocidental moderno, aparece regulado e restrito ao espaço do quarto do casal, já que “as crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-

la de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado” (Foucault, 1988, p. 10).

Para Foucault, o sexo das crianças vai aparecer, num primeiro momento, como inexistente até a publicação, no século XVII, dos primeiros manuais pedagógicos que tratavam de silenciar mais o sexo e de colocá-lo em instâncias discursivas como a família, a escola e a medicina, que travaram, com o aval da Igreja, verdadeira cruzada moral contra o onanismo durante séculos. Segundo o autor, “seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas de discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores” (Foucault, 1988, pp. 31-32).

O discurso sobre o sexo das crianças foi, portanto, irradiado pela medicina, pela psicologia, pela pedagogia – e até pela justiça penal no século XIX, que estabeleceu jurisdição na tentativa de controlar as perversões sexuais dos adultos e afastar as crianças dos perigos do exercício de uma sexualidade.

A sexualidade seria justamente um ponto de passagem entremeado pelas relações de poder. Segundo Foucault, “nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias” (Foucault, 1988, p. 98). Enredado nesses pontos estaria, evidentemente, o sexo das crianças que, na história recente do mundo ocidental, passou por um processo de pedagogização, embasado na crença de que as crianças corriam o risco de ter atividade sexual contrária à natureza, que acarretaria perigos físicos e morais.

Ainda segundo Foucault, “as crianças são definidas como seres sexuais ‘liminares’, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação” (Foucault, 1988, p. 99). Contrariamente à visão que entendia as crianças como seres assexuados, as crianças eram sexualmente ativas, mas essa sexualidade era vista como “contrária à natureza”. Desse modo, pais, educadores, médicos e psicólogos deveriam se empenhar em preservar as crianças desses perigos, através de vigilância e controle constante de seus corpos, e de reduzir a sexualidade ao quarto do casal heterossexual e legítimo.

Em suma, qualquer forma de relação sexual da criança deve ser interdita devido aos riscos e perigos, principalmente se estiver em contato com um adulto. Para controlar e corrigir esta sexualidade de risco, as famílias devem recorrer a intervenções exteriores, como a medicina e o sistema judiciário, que definem os perigos de uma relação intergeracional e

buscam disciplinar, repartir e distribuir os corpos em pequenas células no interior da casa burguesa, que assegurem o controle das crianças. Trata-se de um policiamento das famílias a fim de proteger e manter as crianças afastadas dos perigos, sendo a maior ameaça justamente os pedófilos.

CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

A Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada em 20 de novembro de 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas – ONU, define “como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes”.

No entanto, pode-se dizer que há menos de dois séculos não havia preocupação com a idade cronológica para definir o que seria uma criança. O próprio conceito de infância sequer existia, e a segregação de idade não era preocupação com a experiência de vida das crianças. Por essa razão existe dificuldade em diferenciar, conceitualmente, as noções de criança e de infância. Em geral, e de acordo com as leis e regulamentações, a ideia de criança passa pelo viés cronológico.

No Brasil, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90), “considera-se criança, para todos os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Já a noção de infância é construída socialmente e, conseqüentemente, todos os desdobramentos que dela procedem dependem de seu contexto histórico, social, cultural, entre outros.

Segundo o historiador Philippe Ariès (1986), “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (Ariès, 1986, p. 50). Foi somente após o século XII que a infância passou a ter valor social como conceito, justamente quando passa a figurar na arte e a ter lugar nas representações sociais. Para Ariès, havia menos sentimentalismo em relação às crianças como seres especiais, inocentes e vulneráveis. Isso não significava que os adultos não reconheçam a infância como estágio da vida. Significava que não possuía características, necessidades e/ou cuidados especiais. Também não quer dizer que os pais se despreocupavam de suas crianças a ponto de deixá-las à própria sorte.

Foi somente a partir do século XIV que a noção de infância começou a ser

representada na pintura, nos vestuários e nas brincadeiras. Junto a essas mudanças, surge novo sentimento da infância no qual “a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto” (Ariès, 1986, p. 158). Isso quer dizer que, segundo Ariès, a infância foi “descoberta” no século XVII: até esse período não havia separação rígida entre o universo dos adultos e o das crianças.

Segundo Irene Rizzini, “em meio às grandes transformações econômicas, políticas e sociais, que marcam a era industrial capitalista do século XIX, o conceito de infância adquire novos significados e uma dimensão social até então inexistente no mundo ocidental. A criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado” (Rizzini, 2008, p. 23).

No contexto brasileiro, de acordo com Jurandir Freire Costa, “a criança, até o séc. XIX, permaneceu prisioneira do papel social do filho. Sua situação sentimental refletia a posição que este último desfrutava na casa. A imagem da criança frágil, portadora de uma vida delicada merecedora de desvelo absoluto dos pais, é uma imagem recente” (Costa, 1983, p. 155).

Desse modo, foi somente no século XX que ocorreu o auge da centralidade da preocupação com a infância, a partir da estabilização do saber científico da pedagogia, da psicologia e da pediatria, consolidando as ideias de criança e de adolescente, tais como as conhecemos hoje. Mas, tanto as definições quanto as experiências da infância vivida, variam de acordo com o ambiente cultural, a demografia, a economia e as circunstâncias históricas.

Como construção social e histórica, o conceito de infância é um modo particular de pensar a criança. E os autores aqui trabalhados nos ajudam a historicizar a emergência da categoria infância, uma vez que, conforme Clarice Cohn, “não existe desde sempre, e o que hoje entendemos por infância foi sendo elaborado ao longo do tempo na Europa, simultaneamente com mudanças na composição familiar, nas noções de maternidade e paternidade, e no cotidiano e na vida das crianças, inclusive por sua institucionalização pela educação escolar” (Cohn, 2005, p. 21). As concepções contemporâneas de infância, que embasam o modo como a nossa sociedade lida com a criança são, portanto, resultado de contextos específicos e de construção sócio-histórica com múltiplas dimensões.

Desse modo, a infância não deve ser vista como estágio biológico imutável da vida e, sim, construção social, histórica e cultural cujo entendimento tem mudado radicalmente ao longo dos últimos tempos. Diversos aspectos da infância – incluindo responsabilidades domésticas, brincadeiras, escolaridade, relação com os pais, com a família, com outras

crianças e o caminho para a fase adulta – vêm se transformando drasticamente no mundo ocidental, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. A ideia, por exemplo, de uma infância longa, voltada aos estudos e livre das responsabilidades dos adultos é invenção bastante recente e se tornou parcialmente realidade para as crianças no mundo ocidental apenas no período do pós-guerra.

No livro *Huck's Raft: A History of American Childhood* (2005), o historiador Steven Mintz enumera série de “mitos”, para utilizar seu termo, sobre a história da infância nos EUA. Um dos principais “mitos” seria a ideia de que a casa sempre foi um paraíso; bastião de estabilidade nesse mundo em constante mudança. Sabe-se que a estabilidade familiar tem sido mais exceção do que regra ao longo da história. Segundo o historiador, até o início de século XX, apenas um terço das crianças passava sua infância com os pais numa única casa. Em 1940, uma, a cada dez crianças, não vivia com os pais. Já em meados de 1990, apenas uma, em cada vinte e cinco, não morava com os pais nos EUA.

Outro “mito”, segundo Mintz (2005), seria a infância como a mesma para todas as crianças: espécie de *status* que transcenderia a classe social, a raça e o gênero. Pelo contrário, os principais aspectos da infância são modulados por classe, condição racial, gênero, espaço geográfico onde a criança vive, e também por religião, cultura e tempo histórico. Mintz diz que é possível pensar a infância como fenômeno biológico, contudo seria mais apropriado entendê-la como estágio da vida cujos contornos são modulados por tempo e espaço específicos.

Logo, as práticas da infância, a escolaridade e a idade com a qual o jovem deixa a casa dos pais, são todos produtos das circunstâncias sociais e culturais. Um terceiro “mito” seria que a sociedade (ele falava do contexto norte-americano, mas também podemos pensar em outros contextos) é amiga da criança quando o que se vê é uma situação extremamente ambivalente, ou mesmo antagônica, em relação aos cuidados com as crianças. E, finalmente, talvez um dos “mitos” mais difíceis de lidar seria a ideia de progresso (e seu consequente universalismo): tendência de se conceber a infância como sequência de encadeamentos, com prazo definido para acabar, igualmente determinada para todas as crianças do mundo.

Por fim, Steven Mintz (2005) aponta que uma das maiores ansiedades das famílias de classe média nos EUA em relação aos filhos é se eles conseguirão, ou não, reproduzir sua posição social familiar e preservar a propriedade privada. Desse modo, as categorias de raça, gênero e etnicidade, além do *status* socioeconômico e da classe social, estão intimamente ligadas à saúde, à escolaridade e à estabilidade familiar com consequências diretas na vida das crianças e no modo como a noção de infância é definida na contemporaneidade.

Por isso, pode-se dizer que a infância é conceito relativamente recente cuja formação percorreu lentamente um trajeto, que partiu de uma vida social gregária e comunitária para o domínio de uma vida privada e domiciliar. O modo como compreendemos as crianças e as questões da infância mudaram enormemente por causa das transformações sociais que alteraram pontos de vista, teorias e ideias sobre a infância nas últimas décadas. Desse modo, os direitos das crianças, promulgados pela ONU em 1989, devem ser pensados em termos de concepção particular da infância.

Conforme o conceito de infância foi se consolidando no início do século XX, ocorreram as primeiras convenções internacionais para debater os direitos das crianças, que extrapolam a questão da educação universal e do lugar da criança no interior da família. A preocupação passou a girar em torno da criança como sujeito de direitos.

As primeiras discussões a esse respeito foram promovidas pela extinta Liga das Nações e pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, que promoveram, entre 1919 e 1920, três encontros cujo objetivo inicial era abolir e regular o trabalho infantil. A Liga das Nações, em 1921, estabeleceu comitê especial com a finalidade de tratar questões relativas à proteção da criança e à proibição do tráfico de crianças e de mulheres. Em 1924, a Assembleia da Liga das Nações promulgou a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, um marco inicial na história dos direitos das crianças.

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU, no item 2 do artigo XXV, reconheceu que “a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social”. Tal dispositivo resultou num sistema de cuidados e atenções especiais às crianças, por meio de tratados internacionais, e preparou os países para a elaboração de uma declaração específica relativa aos direitos da criança.

Finalmente, a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pelas Nações Unidas e promulgada em 20 de novembro de 1989, constitui marco moral para os direitos da criança e declara expressamente em seu preâmbulo que “a criança, em virtude de sua falta de maturidade física e mental, necessita de proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento”. Essa Convenção é, sem dúvida, o principal instrumento jurídico que a comunidade internacional utiliza para lidar com as crianças do ponto de vista dos direitos.

A ideia de um direito universal sugere que as crianças são cidadãos com direito à participação da vida pública, social e cultural. Os termos acordados nos Direitos da Criança garantem proteção contra maus-tratos, negligência, exploração, discriminação e abuso;

cuidados necessários ao bem-estar: saúde, educação, cultura, esporte e lazer; e participação: liberdade de opinião, expressão e pensamento.

A elaboração de direitos universais da criança centra-se em certas noções organizadoras como inocência, vulnerabilidade, proteção e tutela, que constituem e geram a vida das crianças em nome do bem estar da família e da sociedade. Essas noções são centrais na definição da ideia de abuso sexual infantil. O artigo 34 da Convenção diz que o Estado deve proteger a criança contra a violência e a exploração sexual, nomeadamente contra a prostituição ou a participação na produção de qualquer material pornográfico. O texto diz o seguinte (UNICEF, 1989):

Os Estados Partes comprometem-se a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Nesse sentido, os Estados Partes tomarão, em especial, todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir:

- a) o incentivo ou a coação para que uma criança dedique-se a qualquer atividade sexual ilegal;*
- b) a exploração da criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais;*
- c) a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos.*

Porém o universalismo tem seus limites: se se pode dizer que a infância não é conceito estático e que as concepções de infância são histórica e socialmente construídas, o mesmo ocorre com a ideia de abuso sexual infantil.

Segundo a antropóloga Heather Montgomery – em capítulo escrito para o livro *Children and Sexuality: From the Greeks to the Great War*, organizado por George Rousseau (2007) –, as definições contemporâneas e ocidentais de abuso sexual infantil não podem ser aplicadas de maneira apropriada às sociedades não-ocidentais, nem às sociedades do passado. É extremamente problemático olhar para o passado com as lentes do início do século XXI, sobretudo de modo teleológico, e querer entender a relação adulto/criança como apropriada ou não; ou mesmo querer demonizar as atitudes de outras sociedades em relação à criança.

Para a autora, algumas abordagens acerca do abuso sexual infantil refletem a projeção contemporânea das ansiedades e das preocupações sociais a respeito dos “outros” (do adulto ocidental sobre a ideia de criança universal), estando ou não separados por tempo e espaço. Abordagens, como a de Montgomery (*apud* Rousseau, 2007), têm se preocupado em mostrar as problematizações do abuso sexual infantil a partir de como e por quem essas questões são

definidas. Além disso, a autora se esforça em separar práticas culturais locais – consideradas abusivas para quem está de fora –, procurando entender sua lógica interna e particular, daquelas práticas consideradas aberrantes que violam os direitos humanos.

Estudos de outras culturas levaram os cientistas sociais a analisarem práticas que aparecem como estranhas e, muitas vezes, repugnantes na visão ocidental. No entanto, olhar para a história do abuso infantil diz mais sobre as ansiedades e as preocupações das práticas sexuais contemporâneas do que as do passado. Sem uma relação dialética com o passado fica praticamente inviável uma representação coerente da sexualidade contemporânea, igualmente condicionada a um sistema simbólico capaz de dar sentido às experiências dos atores sociais. Invariavelmente, todas as sociedades têm certa ideia do que constitui o abuso infantil e os maus tratos com as crianças e, tais práticas são usualmente condenadas, de acordo com aquilo que é socialmente aceitável ou não.

O papel da abordagem antropológica nessa discussão é fundamental para poder observar mais amplamente as práticas sexuais das diferentes culturas e entender suas representações em torno do sexo, seus perigos e prazeres, e os possíveis atos que desviam das normas socialmente aceitáveis. Seria ingênuo acreditar que o abuso sexual infantil não ocorre em muitas sociedades; mas é importante distinguir entre o que parece ao olhar ocidental prática “exótica” daquilo que é realmente abuso sexual infantil.

A antropóloga Jill Korbin, em *Child Abuse and Neglect: Cross Cultural Perspectives* (1981), desenvolveu tipologia que distingue bem as práticas abusivas das não abusivas no trato com as crianças. São elas:

- 1.) aquelas que podem ser dolorosas e não prazerosas (tais como ritos de passagem e punições físicas) que são exercidas em pleno acordo com a sociedade;
- 2.) as formas estruturais de abuso contra criança (como a pobreza e o conflito armado);
- 3.) forma de abuso idiossincrático realizado em segredo, que envolve medo e angústia por parte da criança.

O abuso sexual infantil estaria justamente nessa terceira categoria, pois as questões do segredo e do ultraje diferenciariam o abuso sexual das práticas sexuais socialmente aceitáveis.

Como se sabe, alguns antropólogos se dedicaram durante muito tempo ao estudo da proibição do incesto, como regra quase fundante da civilização, por possibilitar a comunicação e as trocas simbólicas e econômicas; essa regra também proibiu o matrimônio com parentes consanguíneos e possibilitou o controle da sexualidade. Mas uma coisa é

admitir o tabu do incesto como regra que funda o caráter social das relações; outra é admitir que o incesto não ocorre em várias sociedades, assim como o abuso sexual infantil.

Portanto, a “descoberta” do abuso sexual infantil, especialmente no interior da família – que inclusive contribuiu para mudar a terminologia de incesto para abuso sexual infantil intrafamiliar – é fenômeno dos últimos 30 anos. De fato, a descoberta de todas as formas de abuso infantil tem história relativamente recente. De acordo com Ian Hacking (2000), a emergência do conceito de abuso infantil ocorreu no ano de 1961, num congresso da *American Medical Association*, realizado na cidade de Denver (estado de Colorado, EUA).

Foi o médico e professor Henry Kempe que utilizou, pela primeira vez, a noção de *battered child syndrome*, que poderia ser entendida por “síndrome da criança espancada” (ou “síndrome de maus tratos infantil”), para explicar lesões, não acidentais, sofridas por crianças no ambiente doméstico. A ideia de que o abuso sexual infantil não era apenas frequente, mas ocorria com constância nas casas, levou tempo para ser aceita e adotada como conceito.

Para Ian Hacking (2000), o abuso infantil foi uma das primeiras causas sociopolíticas dos anos 1960. Mas o autor faz questão de dizer que o combate à crueldade infantil foi importante cruzada moral da era vitoriana, marcada pela desigualdade social e circunscrita às famílias pobres. Já a ideia contemporânea de abuso infantil se tornou problema comum a todas as classes sociais. E assim se tornou ampla bandeira política com ressonâncias no controle da sociedade pela medicina e pelo direito.

Anteriormente, o autor já havia apontado, no livro *Rewriting the Soul: Multiple Personality and the Science of Memory* (Hacking, 1995), a diferenciação entre *cruelty to children* e *child abuse*. Para o autor, a primeira expressão designava, no século XIX, as denúncias contra o trabalho infantil durante a Revolução Industrial; e a segunda expressão designa, hoje, além dos abusos físicos, as violências psicológicas e os consequentes traumas agravados pelo abuso sexual infantil.

De qualquer modo, pode-se dizer que foi apenas no início dos anos 1970, quando alguns grupos feministas passaram a quebrar o silêncio em torno da violência sexual doméstica, que o abuso sexual infantil passou a ser tratado como problema social sério, com profundas consequências para o indivíduo. Apesar disso, muitos agentes, especialmente a mídia, continuam mais preocupados com os casos raros de abusos cometidos por estranhos do que com as crianças que são abusadas na própria casa. De fato, o abuso infantil até os anos 1980 era tratado apenas como violência física e psicológica no ambiente doméstico, sem a discussão em torno do abuso sexual.

A partir de certa data específica, o ano de 1961, que o abuso infantil adquiriu novo peso moral. O conceito emergiu articulado a nova legislação, incorporado a práticas específicas que envolviam o trabalho de profissionais como assistentes sociais, psicólogos, professores, policiais e os próprios pais. Um ano após o congresso de Denver (EUA), a ideia (crença) de abuso infantil era tão comum que levou as autoridades e a mídia a dizerem que se tratava de epidemia, uma vez que inúmeros casos de abuso físico, sexual e moral passaram a ser divulgados e a chamar atenção dos legisladores.

Isso desencadeou a promulgação de leis específicas em vários países e a criação de agências internacionais de combate ao abuso sexual infantil como a *International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect* – ISPCAN. E, finalmente, em 1999, o abuso sexual infantil foi declarado oficialmente pela Organização Mundial de Saúde – OMS, como problema de saúde pública.

Continuando a falar das abordagens antropológicas, o exemplo clássico da relação entre sexualidade e adolescência é o trabalho de Margaret Mead (1972) e seu estudo, realizado em Samoa, na Polinésia, que comparava a sociedade de uma ilha no Pacífico com a sociedade americana. Ela estava interessada nos efeitos da puberdade e da sexualidade nesses dois contextos. De acordo com Mead, uma menina de Samoa, assim que chegasse à puberdade, estaria apta a ter alguns parceiros sexuais, que poderiam ou não ser mais velho que ela, até finalmente se casar. Mead identificou naquele contexto a sexualidade como forma de prazer, mais do que de repressão. Logo, sem repressão, não havia a ideia de abuso.

É, evidentemente, problemático afirmar que a sexualidade entre os ditos “primitivos” é fonte de prazer, livre de culpa e mais direta, sobretudo porque há críticas sobre o trabalho etnográfico de Mead que, aparentemente, foi a Samoa com uma agenda explicitamente preestabelecida. A crítica principal é que Mead interpretou o que viu à luz da hipótese de que a repressão da sexualidade era a fonte do conflito dos jovens nos EUA. E que, sem a batalha entre adultos e adolescentes sobre o controle da sexualidade, o resultado de “crise e estresse” não era conhecido em Samoa.

Mead estava amparada pela hipótese repressiva de Freud na qual a centralidade do sexo é importante para a construção da identidade individual e social. Ela projetou a crença freudiana de que é possível entender as outras culturas a partir da chave da sexualidade em termos de repressão. Só que no momento de sua pesquisa, o abuso sexual infantil ainda não era problema social e político nos EUA.

Talvez seja por isso que essa questão não foi tratada em seu trabalho. Provavelmente alguém poderia ler *Sexo e temperamento* (1972) hoje e dizer que uma criança pré-púbere que

faz sexo com homens mais velhos está na condição de vulnerável sofrendo sexo abusivo e coercitivo. Em contrapartida, alguém poderia dizer que não há abuso sexual, uma vez que ninguém naquela comunidade acredita que haja. Portanto, é difícil ler o trabalho de Margaret Mead sem fazer suposições sobre o abuso sexual infantil e sem questionar se o que ela entendia como prazeroso não poderia ser ultrajante e traumático para aquelas meninas. Mas essas proposições são meramente especulativas.

De qualquer maneira, o trabalho de Mead possui diversas nuances valiosas. A mais importante delas é a impossibilidade de pensar a sexualidade infantil sem antes desconstruir a noção ocidental de infância e daquilo que se percebe como ideia de experiência sexual apropriada para as crianças. É inegável que o sexo das crianças tem se tornado um dos principais tabus das sociedades ocidentais nas últimas décadas, por força de mudança na forma como a criança passa a ser vista.

Apesar do aparente paradoxo de que hoje as crianças estão sendo sexualizadas mais cedo; de que são encorajadas a se vestirem e se comportarem como jovens adultas; e da média de idade da primeira relação sexual ter diminuído nos últimos anos; o ideal de uma infância livre de contato sexual é a chave da construção contemporânea de infância. E essa construção não é fundamentada apenas numa base ideológica, mas também em fatores econômicos, sociais e morais.

A antropóloga Heather Montgomery (*apud* Rousseau, 2007) apresenta alguns exemplos etnográficos para questionar o conceito de abuso sexual infantil. Segundo ela, entre o povo *Canela*, na Amazônia, há outras formas de lidar com a sexualidade infantil, e as crianças são encorajadas a fazer sexo desde cedo. A autora descreve que as meninas participam de uma prática de sexo sequencial que consiste em ter múltiplos parceiros, um após o outro, ao longo de algumas horas sobre a vista de todos. Isso não significa simplesmente que essa menina exerça liberdade sexual nessa sociedade ou que ela tenha controle sobre sua sexualidade, mas que a sociedade tem ideias diferentes sobre o corpo e a natureza do sexo.

Tais práticas podem parecer repugnantes ao olhar ocidental, mas são observadas regras estritas para saber quem faz sexo com quem. Além disso, segundo a autora, essa sociedade é livre da ideia de violência sexual infantil, entendendo o abuso sexual infantil como a violação de uma regra social.

Outro exemplo etnográfico trata da prostituição infantil na Tailândia, na comunidade *Baan Nua*. Montgomery (*apud* Rousseau, 2007) afirma que não se trata, necessariamente, de prostituição infantil porque esse é conceito totalmente ocidental, imposto de fora, baseado

num entendimento ocidental de identificar o que seriam os atos sexuais livres e a prostituição. Após descrever como a comunidade local entende aquilo que na visão ocidental seria prostituição infantil, a autora afirma: “for a western anthropologist, however, such viewpoints challenge the limits of how far cultural relativism can be pushed and whether because prostitution seemed such an accepted and open part of the lifestyle, it should be seen in its own terms and context and explained (if not condoned) as a rational economic choice within a particular cultural setting” (*apud* Rousseau, 2007, p. 340).

Para a autora, o certo ou o errado é para quem vê de fora: é preciso considerar a dinâmica interna, que permite às pessoas viverem de acordo com sua própria lógica e seu conjunto de preceitos éticos, que não afetam os sentidos de humanidade e de identidade daquele povo. Mas é importante deixar claro que ao utilizar um poder político, econômico e estrutural para explorar a pobreza daquela e de qualquer outra comunidade, a fim de obter benefícios sexuais de crianças, não resta dúvida de que o homem ocidental está, claramente, abusando daquelas crianças.

É o poder estrutural que certos homens, sobretudo ocidentais, têm em relação àquela comunidade para obter benefícios sexuais e econômicos que torna aquele tipo de relação sexual abusiva. Mas para a comunidade, nem a prostituição nem a sexualidade, são o foco de suas identidades. Aquilo que é considerado como abuso sexual infantil, para quem fora, não afeta os sentidos que aquelas pessoas têm de pertencimento à comunidade e às suas obrigações sociais.

As crianças podem não sentir prazer em fazer sexo com adultos, mas elas, e a sociedade, não necessariamente entendem aquilo como abusivo. É disso que se trata o texto de Montgomery (*apud* Rousseau, 2007). Para um ocidental, com ideias e entendimentos ocidentais, é difícil aceitar que uma criança não esteja sendo prejudicada. Mas é preciso entender o abuso de maneira mais abrangente e global em termos de desequilíbrios estruturais, econômicos e, principalmente, em termos locais, como variações das práticas sexuais, além de usos diversos do corpo.

Não se trata de relativizar os contextos. Trata-se de reconhecer que as definições e os discursos, em torno de uma sexualidade tida como abusiva, possuem variações importantes em diferentes sociedades que devem ser problematizadas. Além disso, mesmo que a relação sexual entre adultos e crianças seja socialmente aceita em outras sociedades, não significa que abuso sexual infantil seja tolerado.

Portanto, o estudo de Montgomery (*apud* Rousseau, 2007) sobre a comunidade *Baan Nua* ilumina uma das maiores questões para a sensibilidade ocidental: a inviolabilidade do

corpo da criança, ou seja, a ideia de inocência sexual infantil como direito universal de todas as crianças. Esses e outros casos ilustram bem que as questões relativas ao sexo das crianças não são naturais, imutáveis, universais ou inquestionáveis direitos humanos. Esses direitos tidos como universais são desafiados por pessoas em outros lugares, que demonstram entendimento diferente sobre as crianças, seus corpos, suas sexualidades e até mesmo sobre as configurações de família e de sociedade.

Olhar para diferentes sociedades e diferentes sexualidades não significa dizer que está tudo bem em fazer sexo com crianças. Também não se trata de advogar para que as pessoas continuem explorando a prostituição infantil. E não significa dizer que, só porque na Grécia antiga os homens mais velhos faziam sexo com garotos, essa prática seja aceita no Brasil ou em quaisquer outros países nos dias de hoje. Isso seria, no mínimo, anacronismo e equívoco intelectual.

Todavia, os exemplos históricos e os trabalhos etnográficos apenas indicam que a relação sexual entre adultos e crianças já foi normatizada e socialmente aceita em diversas sociedades. Se esse tipo de contato deve retornar a ser admitido depende de como cada sociedade lida com a sexualidade e de que maneira a ideia de infância opera. Mas as definições do que se entende por comportamento sexual em outros contextos se tornam importantes, uma vez que muitos atos classificados como abusivos hoje nem sempre foram vistos desta maneira.

Esses exemplos históricos e etnográficos ilustram como o controle da sexualidade infantil se tornou uma das principais ansiedades do mundo contemporâneo. Evidentemente, estamos longe de realizar um levantamento de todos os elementos históricos relevantes sobre a infância e o abuso sexual infantil, uma vez que o objetivo central é empenhar uma análise sociológica da construção de certos conceitos e ideias que norteiam e se relacionam com os processos que formam os discursos em torno desses temas, em especial a pedofilia.

Olhar para esses problemas sob a perspectiva histórica ou antropológica não é necessariamente um tipo de resposta, de relativismo, ou algum modo de estabelecer um novo código moral. Trata-se somente de mostrar que as ideias de abuso sexual infantil não devem ser entendidas fora de contexto cultural e temporal. Por isso, acreditamos que entender as concepções contemporâneas de infância e de abuso sexual infantil, como fizemos nos dois primeiros itens, são centrais para compreender os elementos discursivos que produzem a pedofilia.

PEDOFILIA: PROBLEMAS INICIAIS DE DEFINIÇÃO

Conforme dito anteriormente, um dos primeiros trabalhos a utilizar o discurso científico para falar de pedofilia, na tentativa de produzir verdades sobre as perversões sexuais, foi o clássico estudo de desvios sexuais *Psychopathia Sexualis*, de Richard von Krafft-Ebing – no final do século XIX – que descreveu a *paedophilia erotica* como psicopatologia caracterizada por interesse sexual primário pelas crianças, que se manifesta em comportamento sexual direcionado a elas. Essa caracterização básica foi mantida por muitas análises e diagnósticos clínicos subsequentes e permanece até hoje como base de entendimento “científico” da pedofilia.

Atualmente, existem duas fontes consideradas oficiais das quais emanam os critérios de definição da pedofilia, são elas: a Organização Mundial de Saúde – OMS e a Associação Americana de Psiquiatria – APA.

De acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, conhecida como CID-10, e desenvolvida desde 1992 pela OMS, a pedofilia é classificada como transtorno de preferência sexual e se encontra definida no código F65.4 da seguinte maneira: “preferência sexual por crianças, quer se trate de meninos, meninas ou de crianças de um ou do outro sexo, geralmente pré-púberes ou no início da puberdade” (CID-10, DATASUS, 2008).

Ao lado da pedofilia, encontramos uma nosologia que trata de outras práticas classificadas de distúrbios sexuais como fetichismo, travestismo fetichista, exibicionismo, voyeurismo, sadomasoquismo e os transtornos múltiplos da preferência sexual (nos quais a pessoa apresenta mais de uma preferência sexual sem que nenhuma delas esteja em primeiro plano).

Por sua vez, para diagnosticar a pedofilia, a APA utiliza o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV, de 1994⁵, a partir dos seguintes critérios: “a.) ao longo de um período mínimo de 6 meses, fantasias sexualmente excitantes recorrentes e intensas, impulsos sexuais ou comportamentos envolvendo atividade sexual com uma (ou mais de uma) criança pré-púbere (geralmente com 13 anos ou menos); b.) as fantasias, impulsos sexuais ou comportamentos causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo; c.) o indivíduo tem no mínimo 16 anos e é pelo menos 5 anos mais velho que a

⁵ O DSM-IV de 1994 sofreu uma revisão em 2000 e passou a ser denominado DSM-IV-TR. Esta versão é a que utilizamos aqui.

criança ou crianças no critério A.” A pedofilia é, assim, entendida no conjunto dos transtornos sexuais e está descrita no item que trata de parafilias como exibicionismo, fetichismo, masoquismo, sadismo, entre outros. Além disso, os critérios diagnósticos 302.2, que descrevem a pedofilia, trata de especificar se: “atração sexual por homens, atração sexual por mulheres, atração sexual por ambos os sexos. Especificar se: limitada ao incesto. Especificar tipo: tipo exclusivo (atração apenas por crianças), tipo não-exclusivo” (DSM-IV-TR, 2000).

Atualmente, o DSM-IV-TR, de 2000, (cuja primeira versão é de 1994) disponibiliza os critérios mais utilizados para classificar e definir a pedofilia do ponto de vista da psiquiatria. Antes disso, segundo Jane Araujo Russo (2004), as edições I e II (de 1952 e 1968, respectivamente), do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, não trataram explicitamente dos chamados desvios sexuais e, por causa de forte influência da psicanálise sobre a psiquiatria, os incluíram numa categoria “psicossocial” de “transtornos de personalidade”.

Com a publicação do DSM-III, em 1980, ocorreu transformação na forma de abordar os “transtornos psicosssexuais”, que passaram ser divididos em quatro subcategorias: “distúrbios da identidade de gênero”, “parafilias”, “disfunções psicosssexuais” e “outros transtornos psicosssexuais”. Para Jane Russo, as abordagens anteriores, presentes nos DSM I e II, influenciadas pelas interpretações psicanalíticas, cederam “lugar a uma visão estritamente biológica” (Russo, 2004, p. 95).

Mas é justamente no DSM-III, de 1980, que a pedofilia se tornou objeto de classificação e de diagnóstico do principal manual de psiquiatria. Segundo Lowenkron (2012), a pedofilia passou a ser “caracterizada por atos ou fantasias sexuais envolvendo crianças pré-púberes como meio preferencial ou exclusivo de excitação sexual, por parte de adultos com uma diferença de idade de dez anos ou mais em relação à criança ou de adolescentes mais velhos (para estes, não é definida diferença de idade precisa). Afirma-se ainda que atos sexuais isolados com crianças não devem ser diagnosticados como ‘pedofilia’, mas atribuídos a outros fatores ocasionais” (Lowenkron, 2012, pp. 77-78).

A pesquisadora ainda observa que “em 1987 foi feita uma revisão no DSM-III que alterou o diagnóstico de ‘pedofilia’, dividindo-o em dois critérios principais (A e B). O primeiro é mais descritivo e refere-se aos sinais e sintomas desta ‘parafilia’, que passou a ser caracterizada pela presença de impulsos sexuais e fantasias sexualmente excitantes recorrentes e intensas envolvendo atividade sexual com uma criança pré-púbere por um período mínimo de seis meses. O segundo define as circunstâncias ou condições que

permitem a realização do diagnóstico: se a pessoa realizou esses impulsos ou se estes lhe causaram acentuado sofrimento” (Lowenkron, 2012, p. 78).

No mais recente manual, o DSM-V, de 2013, na seção de códigos e critérios de diagnósticos, há item específico de transtornos de parafilias, que trata da pedofilia e inclui transtornos como voyeurismo, exibicionismo, masoquismo, entre outros. O DSM-V não modificou os critérios de diagnóstico de pedofilia, já descritos anteriormente, no DSM-IV-TR, apenas a terminologia foi alterada de “pedofilia” para “transtorno pedofílico” com o objetivo de manter coerência com os outros transtornos da lista. Portanto, não houve reformulação no modo de classificar e de diagnosticar a pedofilia, mas alteração sutil para diferenciar o transtorno da patologia.

Desse modo, segundo a APA, a pedofilia pode ser definida como interesse sexual persistente em crianças pré-púberes, manifestado em fantasias, pensamentos, excitação sexual, ou comportamento sexual. O pedófilo seria um indivíduo possuidor de intensa atração sexual por crianças sem mostrar qualquer inclinação a algum desenvolvimento sexual secundário ou em sexualidade madura com outro adulto. A APA prefere ainda especificar os casos, por isso alguns pedófilos não são necessariamente exclusivos ou podem exibir interesse sexual tanto por crianças como por adultos. Há alguns indivíduos que demonstram atração apenas por crianças ou bebês e há indivíduos que se interessam por pré-púberes. De qualquer maneira, a literatura psiquiátrica ainda não sabe se essas variações de preferência são variações de pedofilia ou representam diferentes parafilias.

Para Julia O’Connell Davidson, o uso indiscriminado e intercambiável para definir a pedofilia é problemático, pois “some of those who conform to this definition pose a very serious risk to children, and can be individually responsible for the sexual abuse of large numbers of children. Yet we should also note that to be clinically diagnosed as suffering from ‘paedophilia’, an individual need not necessarily have committed any act of child sexual abuse, and we cannot therefore claim that all ‘paedophiles’ are sex exploiters. It would be still more emphatically wrong to claim that *all* sex exploiters are ‘paedophiles’, and this would remain the case even if the term were more loosely used to refer to adults with a sexual interest in young children (as it is used in popular parlance)” (Davidson, 2001, p. 8).

Além dessa questão assinalada por Davidson, para muitos autores, os critérios utilizados pela APA no DSM-IV-TR para definir pedofilia não foram suficientemente testados por fontes interdiagnósticas confiáveis. Há problemas na inconsistência temporal em fazer o diagnóstico; e os procedimentos usados para obter os dados foram apontados como

problemáticos. Desse modo, a validade para o critério de definição e diagnóstico de pedofilia do DSM-IV-TR é comprometida porque é vaga, arbitrária, imprecisa e inadequada.

A solução, focada estritamente em comportamento ou num único ato sexual cometido com uma criança, para diagnosticar a pedofilia é problemática porque impede importante distinção entre indivíduos que têm preferência sexual por crianças, mas nunca molestaram nenhuma, daqueles que tenham cometido abuso sexual infantil, mas têm preferência por adultos. Apesar das críticas, o DSM-V, de 2013, optou por manter os critérios de definição do DSM anterior e alterou apenas a nomenclatura.

Não apenas o DSM-IV-TR (2000) é problemático ao distinguir entre preferência e comportamento como a confusão, entre pedófilos e molestadores, é encontrada em variados trabalhos das mais diversas áreas do conhecimento. Uma vez que o transtorno pedofílico é utilizado como critério suficiente de diagnóstico, as causas e os efeitos são ofuscados. Por um lado, a pedofilia poderia ser mais bem entendida como preferência sexual por crianças, que pode ou não estar associada a atos de abuso infantil. Por outro, os molestadores de crianças cometem agressão sexual contra criança, que pode ou não representar pedofilia. Por isso, pedófilos, molestadores de crianças e pedófilos que molestam crianças, devem ser entendidos como grupos separados, porque o simples diagnóstico de pedofilia implica numa série de equívocos tanto médico como jurídico.

Todas essas classificações, definições e esses critérios de diagnóstico da pedofilia são entendidos como transtornos da personalidade e do comportamento sexual do adulto. Embora a OMS e a APA não definam categoricamente a pedofilia como doença, encontramos entre médicos e psicanalistas divergências na forma de classificação e nas estratégias de abordagem ao problema. Mas pode-se dizer que há relativo consenso em torno da pedofilia, não em termos de doença, mas como perversão sexual, parafilia: distúrbio psíquico que se caracteriza pela obsessão por práticas sexuais fora dos padrões aceitos pela sociedade. De todo modo, a noção é tão elástica que pode explicar desde práticas sádicas com crianças até a contemplação de fotos sensuais de jovens de dezessete anos, onze meses e vinte nove dias pela internet.

Em suma, o elemento central de qualquer definição de pedofilia é o contato com crianças pré-púberes. A idade é outro elemento importante, porque em muitas jurisdições, a idade de consentimento é legalmente definida. Mas essas proibições são arbitrárias e variam de país a país (ou de estado a estado, como nos EUA).

Para a OMS e a APA, a pedofilia pode ser vista como preferência sexual, como a homossexualidade ou a heterossexualidade, no sentido de que ela emerge numa fase ainda jovem e permanece ao longo de toda vida. A heterossexualidade, a homossexualidade, e

outras identidades sexuais, tipicamente emergem antes da puberdade e podem ser descritas como processos de descobrimentos da sexualidade. O DSM-IV e outras fontes sugerem que o pedófilo descobre seu interesse sexual em crianças durante a adolescência, da mesma forma que outros descobrem suas orientações sexuais. Conforme aponta Tatiana Landini, é preciso deixar sempre claro que “a pedofilia não está vinculada a uma definição legal, mas a uma definição clínica” (Landini, 2004, p. 322).

De acordo com a APA e a OMS, a pedofilia se refere especificamente à preferência sexual por crianças pré-púberes. Além disso, há outros grupos de pedófilos que ainda não foram detectados e diferenciados pela medicina e pela justiça criminal, embora muitos possam ter tido contato sexual com crianças. De modo geral, muito do que se sabe sobre a pedofilia vem de alguns exemplos clínicos apresentados em trabalhos acadêmicos e pela justiça criminal, que pune as pessoas que cometeram abuso sexual contra crianças.

Mesmo sendo definição circunscrita ao domínio clínico é possível dizer que, do ponto de vista médico e psiquiátrico, as categorias não são unânimes e estão sempre em disputa. E do ponto de vista jurídico ocorre o mesmo problema: há crescente preocupação judiciária em torno da pedofilia como problema em diversos países cujo debate se alimenta do discurso psiquiátrico e também está longe de ser consensual.

O psiquiatra americano Stephen B. Karpman publicou um dos primeiros trabalhos dedicados exclusivamente aos agressores sexuais e tratou da violência sexual infantil. No livro *The Sexual Offender on His Offenses: Aetiology, Pathology, Psychodynamics and Treatment* (1954), o autor revisou a literatura clássica psicanalítica e introduziu na literatura médica as caracterizações dos agressores sexuais. Para ele, há dois tipos de pedófilos: o primeiro grupo desenvolve esse desvio como resultado de trauma de desmame; o segundo grupo desenvolve essa perversão por causa de forte identificação com a mãe e rivalidade com o pai.

Mas é somente a partir da década de 1960 que o termo pedofilia começa a figurar na literatura acadêmica médica com mais frequência. Em 1964 foi publicado no Canadá o livro *Pedophilia and Exhibitionism*. Os autores o abrem com o seguinte texto: “The pedophiles illustrate perhaps better than any other group the danger of making any broad generalizations about sex offenders in general or even about those guilty of one specific offense. And there is probably no group of criminal offenders with which the court can get more help in arriving at proper disposition through complete psychiatric evaluation than the pedophile” (Mohr *et al.*, 1964, p. 1).

Para Mohr *et al.* (1964), o sexo entre adultos e crianças seria um dos tipos de comportamento sexual menos aceitável na sociedade moderna ocidental. Algumas comparações antropológicas mostram diferentes atitudes diante desse tipo de comportamento e a variedade de significados e de configurações culturais também mudam em relação à sexualidade. O mesmo acontece em relação à história, há variação de diversas formas de comportamentos e de práticas sexuais cujos significados mudam de época para época. O melhor exemplo disso, dizem os autores, seria o sexo entre adultos e jovens na Grécia antiga, modelo considerado fora de contexto na sociedade ocidental.

No trabalho de 1964, os pesquisadores já afirmavam que a pedofilia poderia ser abordada em duas categorias: (1) estudo de casos clinicamente orientados e (2) grupos de estudos criminologicamente orientados.

Para entender o pedófilo, os autores trabalham com um quadro de distinção entre a psiquiatria e o direito:

<i>Psiquiatria</i>	<i>Direito</i>
Objeto	Vítima
Desviante	Agressor (criminoso)

Segundo os autores, para proteger as crianças tanto quanto possível, é importante oferecer ao público informações baseadas em fatos, mais do que em rumores e medos irracionais. A distribuição indiscriminada de material baseado no medo e no pânico moral poderia não apenas ter efeito danoso para as crianças, já que muitas delas nunca terão qualquer contato sexual com os adultos no curso de suas vidas, como também será mais difícil para os pais, professores e outros responsáveis lidarem com a situação, caso alguma coisa relacionada a essa forma de abuso acontecesse de fato.

O registro jurídico em torno da pedofilia é extremamente diversificado. No relatório da CPI da Pedofilia do Senado Federal (Brasil, 2010), existe breve apresentação comparativa entre os ordenamentos jurídicos penais da Itália, Argentina, Reino Unido, Japão, Alemanha e França. O objetivo desse relatório era comparar esses países com o Brasil. No que se refere aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, os principais aspectos jurídicos desses países são⁶:

⁶ As informações contidas nos próximos parágrafos foram retiradas do relatório final da CPI da Pedofilia no Senado apresentado em dezembro de 2010.

Na Itália não existe, na legislação penal, parâmetros específicos dedicados aos delitos de caráter sexual contra crianças e adolescentes. Em geral, os crimes praticados contra menores têm como circunstância agravante ou motivo para o aumento de pena a idade da vítima. Exceção feita aos crimes de prostituição infantil, pornografia infantil e turismo para exploração de prostituição infantil; nesses casos há legislação específica. Na Argentina não há igualmente legislação dedicada aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Exceção também aos delitos de pornografia infantil. Nota-se que não há, na Argentina nem na Itália, nomenclatura específica para crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, e não se utiliza o conceito de pedofilia para caracterizar crimes de abuso sexual infantil.

No Reino Unido, cada país trata a questão de maneira autônoma. Na Inglaterra e no País de Gales, as crianças a partir de dez anos de idade já podem responder pelos crimes praticados. Na Escócia, a imputabilidade penal pode se iniciar aos oito anos. No entanto, para a maior parte dos crimes de natureza sexual, somente podem ser agentes os maiores de dezoito anos. No que concerne aos crimes cometidos contra crianças, há casos em que só se configura se a vítima tiver menos de treze anos. A Inglaterra editou, em 2003, o *Sexual Offences Act* (Lei dos Crimes Sexuais), que observa a criminalização de diversas condutas de natureza sexual contra crianças.

No Japão, as crianças a partir de catorze anos de idade já podem responder pela prática de crimes. Mas em relação aos crimes contra menores, é considerada criança somente pessoas com menos de dezoito anos. No entanto, há casos em que só se configura crime contra criança se a vítima tiver menos de treze anos.

Na Alemanha, os adolescentes a partir de catorze anos de idade respondem por seus crimes. Em relação aos crimes contra crianças, há presunção de violência para relações sexuais com menores de catorze anos. Mas há tipos que condenam a relação sexual com menores de dezesseis e até de dezoito anos, quando o agente ocupa uma “posição de confiança” (*position of trust*) em relação à vítima e se aproveita dessa condição para a prática de atos libidinosos. Contudo, o termo pedofilia não é utilizado pelo legislador da Alemanha, do Japão, nem do Reino Unido.

Na França, adquire-se a maioridade civil aos dezoito anos completos. Essa também é a idade mínima para o casamento. No entanto, o Código Penal francês prescreve que os menores capazes de discernimento sejam penalmente responsáveis pelos crimes, delitos e contravenções cometidos, nas condições estabelecidas em lei especial que determine as medidas aplicáveis. Já a idade para consentimento sexual é de quinze anos. A mesma idade é também considerada para a aplicação de penas mais graves em crimes que definem agressões

sexuais. A legislação penal francesa não utiliza denominação específica para os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes e também, como a maioria dos países, não emprega o termo pedofilia para caracterizar crimes de abuso sexual infantil.

Embora a pedofilia seja questão mundial, não há ainda tratamento de noções médicas e jurídicas específicas e consensuais. O direito internacional tem sido desenvolvido no âmbito de organizações internacionais, como a UNESCO, e de ações da Interpol, que se apoia nas convenções internacionais em matéria jurídica de proteção à infância, principalmente quando se trata da pedofilia pela internet. Todavia, não há documento internacional em vigor que trate exclusivamente sobre a pedofilia. O Brasil, até onde se sabe, tem participação importante nessas convenções e é signatário de vários protocolos e tratados de cooperação internacional, contudo nesse domínio ainda opera numa espécie de limbo conceitual.

Para além das categorias médicas, de uma legislação específica, da ordenação jurídica de diferentes países, de tratados e de acordos internacionais, a pedofilia também é objeto de estudos acadêmicos em diversos países. Encontramos pesquisas e artigos publicados em países como Argentina, Chile, México, Nicarágua, Venezuela, Portugal, Espanha, Suíça, França e, evidentemente, nos Estados Unidos, cujas discussões estão muito próximas das apresentadas no Brasil. No geral, essas pesquisas concentram-se no campo da psiquiatria, do direito, das ciências humanas, que procuram refletir sobre o abuso sexual de crianças, buscam traçar o perfil do delinquente sexual, apontar formas de tratamento, discutir a questão da pedofilia na internet, o combate ao tráfico internacional de pessoas e a prostituição infantil.

Em linhas gerais, muitas pesquisas acadêmicas também definem a pedofilia como desejo expresso por gratificações sexuais imaturas com crianças pré-púberes. A pedofilia, por vezes, é reconhecida como abuso sexual infantil e uma série de outras perversões sexuais. Em alguns momentos, a pedofilia é definida pela tentativa ou pela relação sexual de adultos com crianças, mas também pode incluir estupro infantil e incesto. Em muitos casos, há sobreposição entre todos esses fatos tornando mais complexo o entendimento em torno da categoria pedofilia.

O que sabemos é que não há no Brasil e – até onde sabemos – em nenhum outro país, um crime chamado “pedofilia”. A categoria está ligada à psiquiatria, que alimenta o discurso jurídico e justifica o processo de criminalização. Esse é um dos motivos pelos quais a noção de pedofilia é utilizada para descrever diversos atos e várias ações relacionados ao abuso sexual infantil.

No livro *Pedophilia and Exhibitionism* (Mohr *et al.*, 1964) há uma das primeiras tentativas de análise distributiva entre grupos de várias idades em relação ao interesse sexual.

Segundo os autores, devido à proximidade geracional os adolescentes estão mais próximos de se envolverem com crianças, ou irmãos mais novos, amigos, colegas de escola e de centros de recreação. O envolvimento com crianças diminui no final da adolescência e por volta os vinte anos de idade; mas volta a crescer na idade dos 30 com o aparecimento de crianças na família e suas conexões com outras crianças.

Os autores entendem que haveria uma curva distributiva normal do ponto de vista demográfico. Isso significa que crianças e adolescentes abusariam de crianças em decorrência da presença delas no convívio diário, assim como um adulto com mais de 30 anos de idade que, após constituir família e ter filhos, passaria novamente a conviver com crianças. Isso reforça a ideia de que o abuso sexual infantil ocorre em razão do oportunismo e da disponibilidade de crianças por perto.

Segundo o psicólogo forense Michael C. Seto (2007), as pesquisas acadêmicas assinalam normalmente que a maioria dos pedófilos apresenta preferência sexual por crianças antes dos 18 anos. Primeiro por meninos, em seguida por meninas e, por último, o incesto. No entanto, o autor afirma que não há estudos longitudinais descrevendo o curso da pedofilia na vida dos indivíduos. Na verdade, infere-se que a pedofilia se manifesta na adolescência e se estabelece ao longo da vida, porque os pedófilos pesquisados declararam se interessar por crianças quando ainda jovens; e apenas uma parcela que teve algum contato sexual com crianças na fase adolescente volta a abusar novamente de crianças depois de algum tempo.

Desse modo, explicação provável é que muitas crianças com problemas no comportamento sexual e muitos adolescentes agressores são motivados por outros fatores como sexualidade precoce, oportunismo e delinquência. Para Seto (2007), somente os indivíduos que mantiveram esse comportamento na fase adulta podem ser considerados pedófilos.

Portanto, qualquer tentativa de definir o “abuso sexual infantil” (ou mesmo a “pedofilia”) é repleta de dificuldades: todas as definições possuem fronteiras temporais e culturais. Em sua maioria, as definições são baseadas em crenças individuais, e em discursos de organizações profissionais na forma de termos científicos, notadamente de médicos e de juristas, e também de outros campos do saber. De qualquer maneira, não há entendimento universal para a categoria “abuso sexual infantil” e, frequentemente, ocorre intercâmbio entre “exploração sexual”, “agressão sexual”, “pornografia” e “estupro”, todos qualificados com o adjetivo “infantil”, além do “incesto”.

Mais do que se referir a algum tipo específico de comportamento sexual, o termo “abuso sexual infantil” pode significar qualquer coisa desde exibicionismo, passando por

manipulação das genitálias, pornografia infantil. No quadro de referência legal e na esfera criminal, o abuso sexual (de crianças ou adultos) é classificado como ato criminoso, tal como o estupro, o incesto, as relações sexuais ilegais (sexo com menores de idade, com incapazes ou até mesmo o adultério, considerado ilegal por muito tempo), a sodomia, o atentado ao pudor.

Existe uma série de definições de abuso sexual infantil. A mais comum de todas é o uso sexual de criança, de até catorze anos de idade, para a satisfação sexual de um adulto sem considerar qualquer dano à criança.

Reconhecer um problema está diretamente ligado às definições e categorias. Todavia, até mesmo os profissionais que lidam constantemente com a questão encontram dificuldades para identificar a criança sexualmente abusada. Frequentemente, não há evidências físicas de que a agressão aconteceu. A penetração vaginal, oral ou anal pode não ocorrer, e mesmo se aconteceu, as marcas da agressão ou sinais de esperma podem ter desaparecido. Ainda assim, a forma mais evidente de reconhecer abuso sexual infantil são as lesões nas genitálias. Na esfera criminal é preciso haver a evidência da prova. Em resumo, é possível perceber que, ao longo dos anos, de acordo com o lugar, a forma como a sociedade é estruturada, o grupo de pessoas envolvidas, a categoria “abuso sexual infantil” vai se transformando em conceitos científicos, termos jurídicos e preceitos morais.

Do ponto de vista legal, conforme já vimos anteriormente, as legislações e as leis em vários países são frequentemente vistas como espécie de panaceia (um remédio) para todos os males e problemas sociais. O que elas fazem, portanto, é formar um quadro geral no qual um problema em particular deve ser endereçado. A legislação nunca é a solução, nela mesma, para o problema. Entretanto, acredita-se que se for elaborada com bom senso, discernimento e habilidade pode promover tratamento coordenado, eficiente e adequado para o problema. Simultaneamente, os tribunais de justiça não fornecem solução efetiva quando todo o resto falha, afinal, o sistema jurídico normalmente reage aos problemas sociais depois que ocorrem.

Utilizando novamente o exemplo dos EUA⁷ para ilustrar o modo como a questão é tratada do ponto de vista legal e criminal, temos a seguinte situação: em primeiro lugar, a responsabilidade primária para lidar com a questão do abuso sexual é de cada estado, a partir de sua própria legislação. Os estados norte-americanos, por meio do chamado “poder de polícia”, têm autoridade jurídica sobre seus cidadãos e definem os direitos relativos à saúde, à segurança e ao bem-estar. Como se sabe, nos EUA o governo federal tem pouco poder de

⁷ No capítulo III desta tese será apresentado o ordenamento jurídico do abuso sexual infantil no Brasil.

elaborar leis que determinem como cada estado deve agir⁸. O modo como cada acusado de cometer violência sexual infantil é julgado, condenado ou tratado depende de cada estado. A responsabilidade de debater, elaborar, promulgar, aplicar e revisar estatutos de proteção às crianças é também dos estados. Além disso, cada estado deve elaborar dois tipos diferentes de leis para lidar com o problema do abuso sexual infantil e adulto.

O primeiro tipo de lei seria um “estatuto criminal” que considere os atos sexuais entre adultos e crianças como algo repreensível. O estado deve classificar esses atos como “crimes contra o estado”. A intenção de um estatuto criminal é punir e deter o perpetrador. O escopo do estatuto criminal e a jurisdição da corte criminal atingem, unicamente, o perpetrador do crime. O estatuto criminal e a corte criminal não oferecem serviços ou tratamentos para a criança abusada ou para sua família. A pena para um condenado por esses estatutos pode ser uma multa, prisão, submissão a tratamento numa prisão psiquiátrica, prisão perpétua ou até pena de morte.

Já o segundo tipo de lei seria um “estatuto de proteção à criança”. Esse estatuto normalmente considera que as relações sexuais entre crianças e adultos são potencialmente danosas à saúde, à segurança e ao bem-estar da criança. O estatuto deve assegurar o direito de intervir na família em caso de risco. E, além disso, o estatuto de proteção deve prever também o tratamento apropriado para as vítimas e as famílias.

De modo geral, o abuso sexual infantil é considerado crime em todos os estados americanos. Contudo, assim como no sistema de proteção à criança, não há acordo comum entre os estados em relação às leis de abuso sexual infantil. É possível apenas dizer que a relação sexual entre crianças e adultos é crime e que a idade mínima para o consentimento sexual está entre 16 e 18 anos, dependendo da lei estadual.

Para além disso, as linhas que demarcam o comportamento sexual aceitável do não aceitável são frequentemente obscuras. No geral, os decretos oficiais, as definições, e as leis concernentes ao abuso sexual no sistema criminal são um pouco mais claros e compreensíveis do que as regulações do sistema de proteção à criança, porém ainda assim as margens e as fronteiras legais são cinzentas.

A resolução bem sucedida de um caso de abuso sexual no sistema criminal segue os mesmos passos e procedimentos que o sistema de proteção à criança, ou seja, identificação, investigação e intervenção. Porém, há três diferenças importantes a serem observadas: (1) No

⁸ No capítulo II veremos que o abuso sexual infantil é uma das raras exceções reguladas por uma lei federal nos EUA. Um exemplo disso é a *Lei de Megan*, um dispositivo federal que divulga publicamente a presença de agressores sexuais na comunidade.

sistema criminal é a polícia, e não o departamento de serviço social, que recebe a denúncia do suspeito de abuso sexual e dá início à investigação. Os propósitos da investigação policial são: determinar se a criança sofreu algum tipo de lesão corporal ou se o comportamento do adulto pode ser considerado como abuso sexual, de acordo com o código criminal, e determinar qual tipo de encaminhamento, se for o caso, deve ser aplicado sobre o suspeito; (2) Diferentemente do sistema de proteção à criança, o investigador num caso criminal não tem o poder de decisão final. Quando a polícia conclui a investigação, os dados são enviados para a promotoria que então decide se o abuso sexual ocorreu ou se é possível ou não instaurar um processo criminal; (3) O principal objetivo do sistema criminal é punir o perpetrador. Mas enquanto a promotoria considerar que a criança está segura, com proteção da família e tiver a opção de um tratamento, sua primeira responsabilidade é determinar que o crime foi cometido e proceder o caso até a conclusão do julgamento.

Como foi dito, as jurisdições das cortes criminais nos EUA tratam apenas do perpetrador e não da criança vitimada ou dos pais, a menos que o suspeito seja alguém da família. O ônus da prova na corte criminal é substancialmente maior do que na corte juvenil, uma vez que existe dificuldade maior em provar um caso de abuso sexual numa corte criminal do que numa corte juvenil. O devido processo legal na corte criminal requer dois elementos para comprovar as provas.

Num, o promotor deve demonstrar que o perpetrador cometeu ato ilegal; noutro, que o ato foi cometido com a intenção de ser ilegal. No caso de abuso sexual infantil, o promotor da corte criminal junta as provas necessárias para evidenciar que a criança foi sexualmente abusada, que o réu foi quem perpetrou o abuso e que o fez com a intenção de cometer tal ato. Assim, para a corte juvenil, basta apenas estabelecer que a criança foi sexualmente abusada e proceder com a denúncia.

Em qualquer estado americano, um caso de abuso sexual deve seguir três fases distintas. A primeira é uma audiência preliminar na qual a causa provável deve ser demonstrada. Isso significa que o promotor deve apresentar evidências suficientes para convencer a corte de que uma agressão foi cometida pelo réu. Se o réu for acusado de crime classificado como delito grave, então o caso deverá ser enviado ao júri popular, cuja responsabilidade é determinar se seguirá ou não para decisão judicial na corte criminal.

O terceiro procedimento é o julgamento em si. No julgamento, o promotor deve provar, sem deixar dúvidas, que a criança foi sexualmente abusada, que o réu é o abusador, e que tinha a intenção de cometer o abuso. Se o réu for declarado culpado a pena, como já foi

dito, pode ser multa, prisão ou os dois, a depender do caso e do estado. Se o perpetrador for parente a pena poderá ainda sofrer um agravante.

Portanto, há diferenças de procedimentos entre o sistema de proteção à criança e o sistema criminal nos EUA. Por isso, cada vez mais os casos de abuso sexual infantil são apelados no sistema criminal porque as penas são mais severas. Os resultados desses processos e dessas apelações são compilados em relatórios⁹ que fornecem elementos para a elaboração de políticas públicas e se tornam casos paradigmáticos para a elaboração de leis, conforme veremos no próximo capítulo. Muitas das condenações de crimes sexuais nos EUA resultam, inevitavelmente, em encarcerações, porém não há evidências concretas de que a prisão detém o abusador sexual de modo que a pena possa ser postergada e o réu receba tratamento apropriado.

Em *The Sexual Exploitation of Children* (1987), a pesquisadora Seth Goldstein fala do papel da polícia investigativa, cuja tarefa é averiguar o que possa ter ocorrido e esclarecer os fatos. É de responsabilidade do investigador de polícia esclarecer se o crime ocorreu ou não; oferecer proteção à vítima; coletar e preservar evidências para que um possível crime possa ser atestado; garantir que o responsável seja preso e levado à justiça. Para a autora, um crime de abuso sexual tem, certamente, diversas dificuldades investigativas especiais, que tornam as responsabilidades dos profissionais que lidam com as situações mais complexas.

Não resta dúvida de que o abuso sexual infantil é crime de complexa definição. De modo similar, a história do estupro é prova da complexidade que envolve a construção de um delito, tal como apontou Georges Vigarello (1998) em seu estudo clássico *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*.

Vigarello demonstra a trajetória da violência sexual ao longo de cinco séculos e a emergência da sensibilidade social em relação a esses crimes na França. Para o autor, existia certa tolerância em relação ao estupro, considerado apenas como crime moral no Antigo Regime. No século XVIII começam a se esboçar algumas mudanças e a aumentar o número de queixas, motivadas pelo incômodo da opinião pública formada pelas classes sociais emergentes.

Em meados do século XIX, com o desenvolvimento da psicopatologia surgiram as primeiras mudanças significativas na abordagem do problema. A violência sexual contra a

⁹ Nos EUA existem diversas organizações não-governamentais e órgãos públicos como o Ministério da Saúde e Bem Estar, o Departamento de Justiça e o Senado que elaboram relatórios sobre violência sexual infantil. Entre as principais fontes estão: o *National Data Archive on Child Abuse and Neglect* (NDACAN), o *National Sexual Violence Resource Center* (NSVRC), o *International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect* (ISPCAN), os *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC), e o *Children's Bureau*, ligado ao *Department of Health and Human Services* (HHS).

mulher passou a ser reconhecida como crime e o código penal foi revisto. Em fins do século XIX surgiram teorias médico-forenses, inspiradas por Cesare Lombroso, que tentaram explicar os crimes sexuais por meio de características físico-mentais do criminoso.

Consequentemente houve mudança significativa no Código Penal francês e os criminosos passaram a ser nitidamente condenados com mais vigor. E apesar da persistente ideia de possível depravação das vítimas, as mulheres e as crianças passaram a ser vistas como vítimas de violência física e moral. Por fim, em inícios do século XX, vários países ocidentais já haviam adotado leis contra o estupro e de garantias de proteção às crianças vítimas de abuso sexual.

Em relação aos casos de estupro de mulheres no Brasil, por exemplo, a vítima é por vezes mal tratada pela polícia, pelo sistema judiciário e pelos próprios advogados. Não raro, as mulheres são vistas como sedutoras. E se uma mulher estiver usando roupas sensuais quando foi estuprada, a lógica patriarcal e sexista é capaz de entender que ela provocou o agressor.

Por sua vez, se um homossexual sofre um crime, mesmo que não seja sexual, recebe tratamento discriminatório pela polícia e pelos operadores do direito. Os pesquisadores Sérgio Carrara e Adriana R. B. Vianna (2004) publicaram artigo, intitulado “As vítimas do desejo: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980”, que aborda os estereótipos reproduzidos pela polícia e pela justiça ao investigar crimes contra homossexuais. O comportamento sexual da vítima frequentemente foi utilizado como argumento para livrar o acusado da pena. Com as crianças isso também ocorre: além da deslegitimação da fala das crianças pelo sistema judiciário, há o argumento de que a criança tem o poder de seduzir o adulto e depois simular o desconhecimento da ação.

Mas o crime de estupro contra criança tem outras proporções exatamente por romper uma “existência sacralizada” da infância e ainda acrescentar elementos difusos e inquietantes, tal como aponta Vigarello (1998), para quem “a imagem do pedófilo homicida mudou totalmente, no que diz respeito à consciência comum. O estuprador inculto ou senil, o degenerado da periferia social cede lugar ao estuprador anônimo, pervertido ainda mais perigoso porque sabe como não levantar suspeitas. O temor durante muito tempo focalizado no inimigo público se desloca para o homem comum, o vizinho de quem se deve desconfiar” (Vigarello, 1998, p. 239).

Isso significa dizer que todos podem ser suspeitos. O perigo pode estar em qualquer lugar. Assim, o sentimento de insegurança se instaura e as crianças são vistas como as principais vítimas de uma sociedade abusiva.

A CRIANÇA COMO VÍTIMA “NATURAL” DO ADULTO

Vimos anteriormente que a principal contribuição de Philippe Ariès, no trabalho *História social da criança e da família* (1986), foi explicar a mudança de atitude dos adultos em relação às crianças. Deslocamento importante do sentimento em relação à infância foi o de certo despudor e ausência de reserva diante das crianças em torno de temas sexuais ao de total silêncio e cuidado com a linguagem dos adultos alimentados pela noção de inocência da criança como um ser ingênuo e puro. Segundo o autor, “uma das leis não escritas de nossa moral contemporânea, a mais imperiosa e a mais respeitada de todas, exige que diante das crianças os adultos se abstenham de qualquer alusão, sobretudo jocosa, a assuntos sexuais. Esse sentimento era totalmente estranho à antiga sociedade” (Ariès, 1986, p. 125).

O deslocamento do despudor à inocência, apontado por Ariès, é fundamental para entender o modo como a sociedade contemporânea enxerga o lugar e o papel da criança, os temas a serem abordados, e o que deve ser mantido em segredo. Essa mudança não diz respeito somente ao comportamento dos adultos e, sim às representações sociais sobre a criança. Forçosamente, pode-se dizer que a criança passou de ser despercebido pelo mundo adulto para figura angelical até se tornar sujeito de direito.

Com isso, a problematização da noção contemporânea de “vítima”, reproduzida e legitimada pelos reconhecimentos socialmente negociados, é central na construção do discurso sobre o abuso sexual infantil. Vista como ser frágil e indefeso, que necessita de proteção, a criança é entendida como vítima “natural” do adulto. Desse modo, a violência contra a criança passa a ser entendida, para além da profanação contra a pureza infantil, como uma violação dos direitos humanos.

Para o sociólogo francês Michel Wieviorka (2009), do ponto de vista da vítima, a violência invariavelmente resulta num ataque à integridade física, e também pode ser resultado da negação de sua subjetividade, de destruição dos pontos de referências subjetivas que permitiam a vítima reconhecer-se. A vítima sente que sua personalidade se desintegrou, e que houve ruptura em sua trajetória de vida. Mas ser vítima também significa, em muitos casos, se sentir envergonhado ou culpado por experimentar tais adversidades na trajetória de vida pessoal. E questões relacionadas à culpa e à vergonha estão demasiadamente presentes nos relatos dos adultos que foram vítimas de abuso sexual infantil, conforme apontam alguns especialistas discutidos ao longo desta tese.

Segundo Wieviorka, no capítulo sobre a emergência do conceito de vítima do livro *The Violence: a new approach* (2009), a ideia de vítima emergiu como objeto específico da política no final do século XIX por consequência do nascimento do Estado de Bem-Estar. Nova ênfase foi colocada na garantia contra os possíveis riscos existentes. Foi nesse momento que, segundo o autor, o Estado assumiu para si a responsabilidade de introduzir sistemas de proteção e de seguro de assistência social; aprovou leis de acidentes de trabalho; reconheceu que a sociedade deveria prever o pagamento de indenizações; e que a compensação ou a reparação a algum dano fosse paga em determinadas circunstâncias; enfim, todos esses mecanismos introduziram uma lógica que reconhecia a existência de vítimas em nossa sociedade.

Especificamente em relação às crianças, aponta Wieviorka (2009), a noção de vítima é ainda recente. A emergência ocorreu com as imagens transmitidas pela televisão e por fotografias publicadas em jornais de crianças passando fome e/ou mortas nas guerras do século XX. Em seguida, as imagens que passaram a chocar a opinião pública foram de pedófilos e dos casos de pedofilia que ocorreram nas escolas e nas igrejas, em especial na Igreja Católica.

Para o autor, esses casos de abuso sexual infantil não apenas tornaram esse problema questão pública como revelaram falhas institucionais que permitiam a prática de tais crimes. O autor lembra que comumente os escândalos de pedofilia eram contidos pelas instituições em que ocorriam: o professor era protegido pelo diretor, que era protegido pela autoridade educativa ou mesmo pelo ministro; o padre era protegido pela hierarquia da Igreja Católica; e assim sucessivamente; nas mais variadas instituições.

Isso começou a mudar com a promulgação dos Direitos da Criança pela ONU em 1989, quando as crianças passaram a ser vistas como sujeitos de direitos e as instituições não mais como universos fechados.

Segundo Vigarello, “a criança é declarada a nova vítima de uma sociedade abusiva. Se em um primeiro momento, os maus-tratos físicos e a negligência foram o principal foco da atenção política, ao longo da década de 1990 a ‘violência sexual infanto-juvenil’ vai se delineando como agenda política específica e prioritária” (*apud* Lowenkron, 2012, p. 29).

Pode-se dizer que o entendimento da criança como vítima do mundo adulto é anterior a essa agenda política que, inclusive, envolvia a luta contra a pornografia, e está fortemente

relacionado ao discurso de proteção à infância e à elaboração de formas de defesa e de salvação das crianças¹⁰.

O trabalho clássico de Anthony Platt (1977), *The Child Savers: the invention of delinquency* (publicado originalmente em 1969 com segunda edição ampliada e revisada em 1977), é estudo que descreve o “child-saving movement” não como uma tentativa de libertar e dignificar a infância, mas como esforço punitivo, romântico e invasivo de controlar as vidas das crianças e dos adolescentes urbanos pobres para perpetuar o *status* de dependência das classes subalternas.

Esse movimento foi gestado no bojo da criação de sistemas reformatórios, de práticas de tratamentos de menores infratores, e no sistema de tribunais de menores. Segundo Platt, ao utilizar o discurso de vitimização, o movimento de salvação das crianças não era empreendimento humanitário a favor das crianças. Era forma de controle social, idealizado pelas elites, visando sujeitar uma população às demandas do sistema capitalista emergente.

Quanto aos reconhecimentos socialmente negociados, observa-se que as crianças vítimas de violência sexual são apreciadas a partir de suas relações difusas. Como ser tutelado, a intersubjetividade da criança é relativa. O sociólogo alemão Axel Honneth, no livro *Luta por reconhecimento* (2007), destaca que os contextos normativos operam como gramática moralmente estruturada através de três princípios sociais integradores.

Tais princípios seriam buscados pelos indivíduos autônomos e livres (e também pelas coletividades) por meio do reconhecimento privado da pessoa no afeto (alicerce de uma autoconfiança do sujeito em si mesmo e no mundo), no reconhecimento legal do sistema de leis (elemento estruturante do autorrespeito calcado em interesses e direitos universais), e no reconhecimento ideológico ou valorativo (gerador de uma estima social que permita referir-se positivamente a suas propriedades e suas capacidades concretas).

O problema é que esses princípios integradores não operam no caso das crianças pelo fato delas não terem autonomia de suas condutas. As crianças têm a liberdade subordinada à figura legalmente constituída como responsável. Um menor de 14 anos não é um sujeito de direito. É um objeto passível de intervenções legais. Independentemente da condição de tuteladas as crianças, vítimas de abuso sexual, são destituídas de reconhecimento por sofrerem, além das agressões físicas e morais, a ausência de autonomia, o desrespeito e a perda de liberdade.

¹⁰ O movimento *Child Savers*, gerador do discurso salvacionista, será discutido com mais atenção no capítulo III desta tese.

A QUESTÃO DO CONSENTIMENTO

Para que um discurso de verdade se imponha como realidade, e para que práticas possam ser normatizadas, faz-se necessário que algumas noções organizadoras deem sentido a esse discurso. A noção de consentimento é, sem dúvida, um dos mais importantes gabaritos de inteligibilidade na compreensão das práticas sexuais nas sociedades ocidentais. O consentimento deve ser entendido como noção que organiza a ética das relações sexuais e, ao mesmo tempo, dá sentido aos discursos sobre o sexo.

Há entendimento geral em nossa sociedade de que qualquer tipo de contato sexual só pode ocorrer por meio do consentimento e que qualquer outra forma de sexo é considerada ilegal, violenta, crime e/ou tabu. A definição mais comum de abuso sexual é caracterizada pela ausência de consentimento – o estupro é justamente considerado crime por se tratar de ato sexual não consentido pela pessoa. Logo, o sexo entre adultos e crianças deve ser considerado crime pelo fato de não haver consentimento. Por essa razão, o artigo 217-A do Código Penal brasileiro define como “estupro de vulnerável” qualquer “conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”. Desse modo, o abuso sexual infantil é visto como mal que envolve horror e repulsa justamente por se tratar de ato sexual não consentido.

O que está em jogo nas leis e nas representações sociais não é saber se algumas crianças consentem o sexo, uma vez que o contato sexual entre adultos e crianças é comumente menos coercitivo que o estupro, pois, em alguns casos, as crianças aparentemente consentem e até colaboram com o agressor. Então, a pergunta que fica é: se dissermos que é legítimo o sexo com consentimento, isso não legitimaria o sexo consentido entre adultos e crianças?

No entanto, o consentimento só se realiza a partir de dois elementos básicos: a pessoa deve saber o que está consentindo e precisa ter liberdade para dizer sim ou não. A ideia, praticamente consensual, é de que as crianças são incapazes de consentir o sexo com adultos devido à condição de vulnerável e de tutelada. Por esses motivos, o contato sexual entre adultos e crianças não pode ser admitido, segundo os padrões morais das sociedades ocidentais, porque exige consentimento.

Acredita-se que a criança, muitas vezes, não tem liberdade de dizer sim ou não a um adulto, tanto do ponto de vista legal quanto do ponto de vista psicológico. Do ponto de vista legal, a criança está sob a autoridade de um adulto e não tem livre escolha. Do ponto de vista psicológico, a criança tem dificuldade em dizer não a um adulto, sobretudo porque o adulto

normalmente detém todos os tipos de recursos em suas mãos: afeto, comida, dinheiro, abrigo e segurança. Nesse sentido, a condição da criança é como a de um prisioneiro, por estar completamente rendida nas mãos de uma autoridade ou instituição. Por isso, a maioria dos casos em que parece haver sexo consensual pode ser apenas uma resposta ao poder exercido pela pessoa em posição de autoridade.

Sabemos que no Brasil a idade mínima de consentimento é de 14 anos. Existem projetos em tramitação na Câmara que propõem a alteração do Código Penal brasileiro para determinar que, mesmo em caso de possível consentimento (presente na jurisprudência da justiça brasileira especialmente nos casos de prostituição infantil), não haja a descaracterização de crime e nem o abrandamento da pena quando ocorrer uma relação sexual com menores de catorze anos. A ideia é tornar qualquer forma de contato sexual com menores de 14 anos automaticamente em crime de “estupro de vulnerável”.

Na Espanha, até abril de 2013, a idade de consentimento para relação sexual ou mesmo casamento estava entre as mais baixas do mundo: 13 anos de idade para o sexo e 14 anos para o casamento. Mas alegando questões de saúde e de segurança, o Ministério da Saúde espanhol propôs aumentar a idade mínima do casamento para 16 anos. E o parlamento espanhol ainda está discutindo nova idade mínima para o consentimento sexual. Já em outros países europeus a idade para o consentimento varia entre 14 e 16 anos.

Em todos os continentes, a idade de consentimento varia bastante em termos de definição. Observamos que na América do Sul, por exemplo, temos os seguintes cenários: Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Peru são países que estabelecem a idade para sexo consensual aos 14 anos; na Argentina, 13 anos; Uruguai, 15 anos; Venezuela, 16 anos. E ainda há casos curiosos como o do Paraguai, que estabelece 14 anos para sexo heterossexual e 16 para homossexual, e da Bolívia cuja situação depende da puberdade.

Evidentemente em países africanos e asiáticos a variação é maior por causa da própria complexidade e do tamanho desses continentes. Há casos extremos como o de Camarões em que não há qualquer lei ou regulamentação sobre idade mínima de consentimento, passando por Angola, cuja idade é de 12 anos, até o Egito que estabelece os 18 anos como idade mínima de consentimento, além de serem ilegais as relações homossexuais e a prática de prostituição. Em outros países islamizados, como o Irã, qualquer forma de sexo que não esteja circunscrito no interior do casamento heterossexual é ilegal, isso significa dizer que a idade mínima de consentimento, a prostituição e a homossexualidade estão fora de cogitação.

Independentemente do contexto utilizado como exemplo há algumas questões jurídicas, apoiadas nas definições médicas, que entendem a criança como sujeito posicionado

assimetricamente em relação ao adulto – daí o papel-chave da noção de consentimento. Por essa razão, a criança não seria capaz de consentir livremente a prática sexual. Os juristas também lançam mão da psicologia ao entender que a criança, no fundo, é envolvida em jogos de sedução propostos pelos abusadores com o intuito de passar a impressão de que a criança busca o envolvimento com o adulto. Acredita-se que as crianças são geralmente carentes de afetos e, pela falta de maturidade, são manipuladas pelo abusador.

Portanto, apoiado no ideal iluminista de indivíduo, o consentimento é o critério que define a legitimidade ou não do ato e a legalidade ou não da relação sexual. O consentimento opera como direito que a criança, por ser tutelada, está impedida de exercer. O consentimento como direito individual está ligado ao movimento feminista e a luta das mulheres contra a violência sexual. A antropóloga Laura Lowenkron (2012), em sua tese de doutorado, recupera o parágrafo 96 da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em Beijing (China) em 1995, responsável pelo desencadeamento da linguagem sobre os direitos sexuais.

O parágrafo 96 diz que: “Os direitos humanos das mulheres incluem os seus direitos a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, livres de coerção, discriminação e violência. A igualdade entre mulheres e homens no tocante às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito à integridade da pessoa humana, exige o respeito mútuo, o consentimento e a responsabilidade comum pelo comportamento sexual e suas consequências” (ONU, “IV Conferência Mundial sobre a Mulher - Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, 1995).

Para a Lowenkron, as noções-chaves desse parágrafo são “responsabilidade”, “respeito”, “consentimento” e “igualdade”. Segundo ela, esses conceitos “são vistos como condição de possibilidade para o exercício legítimo dos direitos de liberdade sexual reivindicados nesse cenário político. Daí a condição de liminaridade das interações sexuais intergeracionais envolvendo menores, devido ao caráter ‘naturalmente’ assimétrico dessas interações e à condição especial desses sujeitos, considerados (ainda) irresponsáveis para consentir livremente em relações sexuais e serem mais vulneráveis à ‘violência’ e a outros ‘riscos’” (Lowenkron, 2012, p. 38). Os direitos sexuais, como frutos de debates internacionais e exercício dos direitos humanos, diz respeito principalmente aos direitos das mulheres, aos direitos reprodutivos, ao reconhecimento das diversas identidades sexuais, e excluem as crianças.

Além disso, e para além da violência física, o abuso sexual infantil viola a noção liberal de liberdade individual. E mesmo que as crianças não tenham plena liberdade individual, por serem consideradas vulneráveis, a ideia de tutela regula a restrição de uma sexualidade infantil, convertida automaticamente em crime. Nesse caso, a ideia de consentimento é suspensa e, em seu lugar, aplica-se a noção de vulnerabilidade.

Segundo Lowenkron (2013), a noção de vulnerabilidade “é entendida tanto como uma incapacidade natural que impede o discernimento (capacidade de razão) considerado necessário para a tomada de decisão de praticar o ato sexual, quanto como uma relação de assimetria que levaria à contaminação da autonomia da vontade pela redução da capacidade de agência, imaginada no pensamento liberal somente a partir das ideias de dominação ou de resistência” (Lowenkron, 2013, p. 6).

Teoricamente, qualquer pessoa seria vulnerável, uma vez que a noção em Latim, *vulnerabilis*, significa “o que pode ser ferido ou atacado”. No entanto, nossa sociedade entende que certos grupos sociais, em determinadas condições, encontram-se submetidos e estruturalmente impotentes em relação a outros grupos, daí a necessidade incontestante de proteção contra os riscos externos.

A centralidade da noção de consentimento deve ser entendida, portanto, como gabarito de análise que fornece inteligibilidade às relações sexuais e se impõe como norma. No curso *Em defesa da sociedade* (1999), Foucault apresenta a centralidade da sexualidade no poder de controlar os sujeitos e na força de normatização dos indivíduos, pois se trata de poder sobre a vida, de poder “anátomo-político do corpo humano”. Foucault se refere ao biopoder, que não substitui o poder disciplinar, pelo contrário, os dois mecanismos de poder continuam juntos produzindo efeitos normativos sobre o indivíduo e a população.

Um dos exemplos dessa dupla atuação, em especial, é a sexualidade: “de um lado, a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente [...]; por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população” (Foucault, 1999, p. 300).

No fundo, o elemento que circula entre o biopoder e a disciplina, entre o corpo e a população é a *norma*. Segundo Foucault, “a sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (Foucault, 1999, p. 302). A noção de consentimento é central justamente porque opera como norma social com força imperativa de lei.

O sexo no mundo ocidental para ser legítimo, não basta ser adulto, heterossexual e reprodutivo: exige que seja seguro e consentido. Já o abuso sexual infantil pode ser entendido como abuso de poder e de negação da criança como sujeito de direito, por violar a norma sagrada do consentimento e transgredir o ideal de pureza angelical da infância. Mas no caso do abuso sexual infantil ainda tem mais uma problemática: trata-se do poder do adulto, em sua maioria masculino, que ignora a norma social do consentimento, cuja masculinidade estereotipada sustenta o poder patriarcal, perpetua os atos de dominação, naturaliza a violência real e simbólica; além de manter a ideologia cristalizada de gênero e de infância, que norteia as representações sociais sobre a sexualidade contemporânea.

II

A EMERGÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL

O capítulo se inicia com os primeiros debates sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes na América do Norte nas últimas três décadas. A ideia principal do capítulo é apresentar discussão sobre a pedofilia no âmbito internacional, especialmente nos EUA, mas também com alguns exemplos da Europa e da América Latina. Busca-se analisar a ordenação jurídica acerca da violência sexual infantil nos EUA com atenção especial para os textos-chave e as estratégias de ação responsáveis pela criação de registro nacional de agressores sexuais a partir da *Lei de Megan*, que culminou em dispositivos de controle social, como a página da internet *Dru Sjodin National Sex Offender Public Website* (NSOPW), mantida pelo Departamento de Justiça dos EUA, na qual são divulgadas publicamente fotos e informações dos agressores que vivem na vizinhança. Por fim, o capítulo encerra com a discussão de programas de prevenção que utilizam técnicas de marketing social desenvolvidas por associações de combate à violência sexual infantil nos EUA. Acreditamos que apresentar esse panorama internacional acerca da violência sexual infantil é de suma importância porque guarda certas afinidades eletivas, apesar das diferenças de tempo e de lugar, com os debates desencadeados no Brasil na virada do século XXI.

A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL NA AMÉRICA DO NORTE: PRIMEIROS DIAGNÓSTICOS

Ao falar da arte de governar segundo a razão de Estado, a partir de um conjunto de tecnologias racionais desde a Idade Média na Europa, Michel Foucault (2009b), no curso *Segurança, território, população*, apresentado no *Collège de France* em 1978, discute a emergência e a presença da polícia (ou do conceito de policiamento) no controle da atividade dos homens; e aborda a relação entre a polícia e o sistema de saúde no controle da população. Segundo Foucault, “a saúde torna-se um objeto de polícia na medida em que a saúde é efetivamente uma das condições necessárias para que os homens numerosos, que subsistem graças aos víveres e aos elementos de primeira necessidade que lhes são fornecidos, esses indivíduos possam trabalhar, exercer atividades, enfim, ocupar-se. Por conseguinte, a saúde não será, para a polícia, simplesmente um problema no caso de epidemia, quando a peste se declara ou quando se trata simplesmente de afastar os contagiosos, como os leprosos, mas agora a saúde, a saúde cotidiana de todo o mundo vai se tornar um objeto permanente de preocupação e de intervenção para a polícia” (Foucault, 2009b, pp. 435-436). É com os olhos voltados ao entrosamento entre saúde e polícia, a partir de técnicas de poder e de práticas racionais de administração da vida da população, que este capítulo se inicia.

Recuperar as ideias de Foucault acerca da emergência da relação entre saúde e a polícia é fundamental para entender como a justiça e a medicina, domínios aparentemente distintos, se relacionam e trabalham em conjunto no exercício do controle da sociedade; além de terem imensa capacidade de intervenção na vida privada das pessoas. E com a criança não é diferente. Essa relação ficou mais forte após o congresso de médicos pediatras no início da década de 1960 em Denver, nos EUA (discutido no capítulo anterior), em que a medicina e a justiça passaram a ter papel central na problematização em torno da infância, e do abuso sexual infantil, no mundo ocidental.

De acordo com R. T. Rada (1978) há dois eventos que particularmente desencadearam os estudos de sexualidade e de seus desvios, principalmente nos EUA, que operaram na relação entre medicina e justiça. São eles: a publicação dos relatórios do médico e pesquisador Alfred Kinsey, *Sexual Behavior in the Human Male* (1948) e *Sexual Behavior in the Human Female* (1953); e a promulgação de estatutos de psicopatas sexuais em vários estados por todo o país (desde 1937, doze estados americanos, mais o Distrito de Columbia, já possuíam leis específicas contra crimes sexuais). Enquanto o trabalho de Kinsey estabelecia a área de

comportamento sexual como campo específico de pesquisa, as leis sobre crimes sexuais tratavam de identificar os agressores sexuais como particularmente perigosos e propensos a reincidir tais agressões.

Segundo Edwin Sutherland (1950), a difusão de leis contra crimes sexuais a partir da década de 1930 nos EUA seguiu, *grosso modo*, caminho similar nos mais variados estados do país. Em primeiro lugar, a população entrava em pânico após alguns casos de crimes sexuais graves de repercussão nacional; as pessoas se agitavam em torno da questão e todo tipo de proposta para conter o problema era feito; uma comissão era formada pela comunidade local para estudar o assunto e propor recomendações. E, por fim, a comissão normalmente recomendava que um estatuto de psicopatas sexuais deveria ser criado como forma de procedimento científico para o controle de crimes sexuais.

Para o autor, as recomendações das comissões possuíam, geralmente, tendência de propor formas de punição na justiça penal em detrimento de políticas públicas e de tratamentos terapêuticos. Invariavelmente, essas leis tentavam colocar os criminosos diagnosticados como psicopatas sexuais em determinadas instituições penais, geralmente manicômios, por tempo indeterminado para que pudessem receber tratamento psiquiátrico e farmacológico.

As décadas de 1970 e 1980, na América do Norte, foram marcadas pela crescente preocupação com a violência sexual infantil não apenas como questão criminal, de polícia, mas problema de saúde pública. Ao mesmo tempo, as primeiras pesquisas que realizavam diagnósticos sobre o crescente número de denúncias e de casos ganharam força exatamente nesse período. Com isso, os governos do Canadá e dos Estados Unidos passaram a financiar pesquisas com grupos multidisciplinares, na tentativa de compreender o fenômeno, buscar respostas e encontrar soluções. O que veremos a seguir é um conjunto de relatórios, livros e coletâneas de trabalhos que abordam a violência sexual infantil, com atenção especial às primeiras ações realizadas nos países da América do Norte, em especial nos Estados Unidos.

Em 16 de fevereiro de 1981, foi assinado termo que deu início ao extenso trabalho de investigação conduzido por grupos de pesquisadores canadenses reunidos no *Committee on Sexual Offences Against Children and Youths*. A pesquisa, cujo propósito era investigar o problema da prostituição infantil e da exploração sexual de jovens para a pornografia, foi financiada pelo governo do Canadá, com a colaboração do ministério da Justiça e do ministério da Saúde e Bem Estar, e teve participação de inúmeras instituições científicas e organizações não governamentais do país.

Em agosto de 1984, o comitê, majoritariamente formado por médicos e juristas, apresentou maciço relatório, de 1.314 páginas publicado em dois volumes, fruto de três anos de pesquisa. No relatório *Sexual Offences Against Children* foram relacionados mais de 10.000 casos de agressão sexual contra crianças no período de vigência de trabalho do comitê canadense.

O primeiro volume do relatório apresentou trabalhos e atribuições dos membros do comitê. Nas primeiras páginas expôs recomendações a todas as instâncias envolvidas com a questão da criança a partir dos achados da investigação. Ao gabinete do Primeiro Ministro, por exemplo, foi sugerida a implementação de reformas legais e sociais, além do estabelecimento, com as agências não governamentais, de ações conjuntas e mecanismos de coordenação e de integração entre serviços públicos e privados. Ao Ministério da Educação sugeriu-se a implementação de programa nacional de educação continuada, com foco na promoção da saúde e nas necessidades específicas de jovens e de crianças, visando a prevenção de abuso sexual. Ao sistema judiciário, o comitê recomendou revisão do código penal levando em consideração a condição de vulnerabilidade da criança e do adolescente.

O comitê apontou, no relatório, que o desenvolvimento da sexualidade humana era um processo gradual, que levaria tempo de maturação até atingir equilíbrio entre corpo e espírito, crescimento físico e maturidade mental e emocional. Para eles, a lei deveria proteger todos aqueles que ainda não atingiram tal equilíbrio e autonomia sexual. Assim sendo, as crianças deveriam ser protegidas da corrupção e da exploração sexual até chegar ao grau de maturidade que permitiria a elas ter clareza de seus atos e das consequências de uma atividade sexual. Entre as principais mudanças sugeridas no código penal canadense, estava a elevação da pena para quem tivesse relação sexual com alguém de 16 anos ou menos, com agravante nos casos de crianças com menos de 14 anos e em casos de incesto.

Segundo o texto do relatório, “under current Canadian law, two persons must be 21 or older to be assured that, apart from incest, none of their private consensual sexual conduct constitutes a criminal offence.” [...] “There is considerable medical opinion that sexual orientation is settled by age 16. There is also opinion to the contrary. The Committee is concerned that that legal protection be retained where it may be useful to young persons. The Committee would therefore not reduce the age of sexual autonomy to 16 in the absence of persuasive evidence that such a reduction would pose no risk to developing sexual behaviour” (“Sexual Offences Against Children”, 1984, pp. 53-54).

Interessante perceber que o comitê canadense considera 21 anos a idade ideal de consentimento sexual e que, de acordo com opiniões médicas, o sexo não deveria ocorrer

antes dos 16 anos. Vimos no capítulo anterior que a questão do consentimento está diretamente ligada à regulamentação da sexualidade, sobretudo dos jovens, e à proibição de qualquer forma de contato sexual entre adultos e crianças.

Além disso, há no relatório canadense, recomendações para outras instâncias, como por exemplo, a mídia. O comitê sugere que nomes e endereços das crianças não sejam divulgados caso haja alguma publicidade de crime ou processo envolvendo-as. E recomenda o fortalecimento das áreas de saúde, atendimento, preservação, promoção do bem-estar; registro dos casos de abuso; sistema de informação, estatísticas oficiais e atualizadas; e a criação de programas especiais, em todo país, de identificação dos casos, avaliação, investigação e tratamento. Ou seja, sugere a criação de uma espécie de serviço nacional de proteção à criança em todo o Canadá.

A principal conclusão do comitê foi a de que esses crimes ocorrem largamente e que as leis e os serviços, que deveriam proteger as crianças e os adolescentes eram inadequados. Nas recomendações do relatório, o comitê ainda detalha as possíveis práticas que caracterizam o abuso sexual, que inclui qualquer tipo de penetração (oral, vaginal e anal) e qualquer tipo de toque com fins sexuais. Tudo isso representava perigo à vida das crianças e deveria ser evitado e, caso algo ocorresse, punido.

Não custa lembrar que, naquele período, a pedofilia não era conceito trabalhado, razão pela qual o comitê utilizou os conceitos de abuso sexual infantil, prostituição e pornografia, visando sempre reformar os serviços, criar programas especiais de proteção à criança e elaborar novas leis. Portanto, a pesquisa canadense foi pensada com a intenção de intervir numa “situação intolerável”, segundo as palavras do próprio relatório, a partir de uma inquietação nacional. Conscientes de que não havia soluções simples e instantâneas, os membros do comitê clamavam por união nacional compreensiva e coordenada entre todos os níveis governamentais e agências não governamentais para uma ação política de proteção às crianças e aos adolescentes.

O abuso sexual infantil difere, em diversos aspectos, de agressões sexuais cometidas contra adultos, porque se trata de fenômeno complexo e multidimensional que envolve diferentes formas de comportamentos sexuais não aceitáveis socialmente.

Assim, um dos problemas enfrentados pela justiça canadense nos casos de abuso sexual infantil – e apontado como uma das sugestões –, foi a chamada “evidência da criança”, que consiste no dilema em acreditar ou não no que a criança diz. Mudança fundamental na lei seria permitir que a criança falasse diretamente por ela mesma nos procedimentos legais. Os sistemas legais em geral ainda consideram a fala da criança como entremeada de suspeitas e

de dúvidas. A ideia não seria tratar diferenciadamente o discurso da criança, mas considerá-lo tão válido como o discurso do adulto, entendendo a agência infantil como fator de protagonismo social.

Em linhas gerais, podemos considerar o conteúdo do relatório da seguinte forma: na primeira parte, apresentação e recomendações do comitê, além de um balanço do abuso sexual no Canadá. Na segunda parte, apresentação do material disponível sobre o tema e as pesquisas já realizadas anteriormente, que acabaram chamando atenção para o problema. O relatório trouxe vários relatos pessoais de adultos que sofreram abuso sexual quando crianças. Em muitos casos, essas pessoas não denunciaram o abuso e mantiveram segredo por longo tempo. Com isso, além do agressor ficar impune, as vítimas não procuraram ajuda na época e mantiveram o silêncio por muito tempo. Há também muitos relatos de casos que foram reportados, mas não houve investigação conclusiva e profunda. Em alguns desses casos, apareceu sempre a dificuldade em lidar com a situação por causa da idade da criança e da falta de testemunhas, uma vez que o principal dilema era sempre o mesmo: acreditar ou não na palavra da criança.

O relatório apresentou os resultados da pesquisa em gráficos e tabelas construídos para representar a ocorrência de abuso sexual infantil na população estudada. Houve variedade de dados que foram desde o tipo de ato cometido, passando pela idade do agressor e da vítima, a localidade, se foi feita a denúncia ou não, se houve assistência ou não, o tipo de assistência e do serviço prestado, a data em que ocorreu, se foi na primavera, no verão, outono, inverno, em hora do dia, o dia da semana, o lugar, a ocasião, se houve uso de força ou persuasão, qual a relação da vítima com o agressor, se havia envolvimento com drogas e álcool, entre outros detalhes.

Destaca-se o fato de que se tratava de pesquisa cujo objetivo era identificar o problema a fim de produzir mudanças na lei e na sociedade. Ao mesmo tempo, houve combinação de técnicas de pesquisa – do quantitativo ao qualitativo – e a combinação interessante de dados estatísticos ilustrados com relatos das vítimas. Há também, no conjunto dos dados, casos em que as crianças foram assassinadas, casos de homicídios, estupro seguido de morte e infanticídio.

Sobre a legislação, o relatório canadense abordou aspectos até então não explorados. Pois, em relação às leis, o relatório tratou da seguinte maneira: houve balanço geral do que existia no qual constatou-se que as leis e as políticas de tratamento eram inexistentes até o momento e que algumas leis, inclusive do século XIX, eram obsoletas, não correspondiam à realidade social do país e, principalmente, às questões envolvendo crimes sexuais.

Nas palavras do relatório, as terminologias das leis eram obscuras e não protegiam devidamente as crianças contra esses crimes. Para os relatores, as crianças deveriam ter tratamento especial e *status* legalmente diferenciado devido a condição de vulnerável. As razões apresentadas para esse tipo de tratamento eram: a idade e a imaturidade das crianças. Daí a necessidade do cuidado de outros para o desenvolvimento da saúde, do bem-estar; a vulnerabilidade substancial das crianças em relação aos mais velhos; e a real incapacidade das crianças em desempenhar certos atos legais da vida diária. A palavra chave que permeou todo o texto do relatório canadense foi “proteção”.

O relatório apresentou algumas estratégias de intervenção, que deveriam dar ênfase em:

- 1.) maior envolvimento dos serviços de saúde, do poder judiciário e da assistência social, com profissionais encarregados de avaliar e intervir para proteger as crianças;
- 2.) adoção de abordagens orientadas à família e à criança;
- 3.) o abuso sexual infantil não deveria ser exclusivamente problema distinto, tratado separadamente de outros problemas que afetam o bem estar da criança e da família, uma vez que tem raízes profundas nas dificuldades familiares.

Apenas como comparação, no Brasil quando uma criança é sexualmente abusada ou explorada pelos pais, por alguma pessoa da família ou por alguém que esteja vivendo na mesma casa, há leis que autorizam o Estado a intervir na família em nome da criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90 define em termos gerais as situações em que as crianças precisam dessa proteção, podendo até ser retiradas das casas e levadas a abrigo de menores. Isso não acontecia no Canadá naquele momento.

Sobre a saúde e a justiça, o relatório abordou as seguintes questões: o atendimento, o tratamento; e tratou das doenças decorrentes do abuso sexual. Abordou também os serviços de “correção” aos agressores: as detenções, as punições e as sentenças dos criminosos. Nesses casos, as funções das penas para um criminoso sexual seriam:

- 1.) proteção pública;
- 2.) retribuição de um dano;
- 3.) detenção (se o sujeito está preso, a sociedade está supostamente protegida);
- 4.) reabilitação.

Além disso, quando o agressor sofre de alguma doença mental isso pode agravar ou mitigar a pena, dependendo do caso. Foram apresentados dois exemplos para ilustrar ambas as situações. Num caso, o agressor estuprou duas enteadas com atos de “selvageria e terror”, nas palavras do relatório. O acusado tinha o histórico de incesto e diagnosticou-se que ele sofria de severa desordem de personalidade. Nesse caso, a condenação foi agravada e a corte impôs pena de 12 anos de encarceramento e recomendou que ele recebesse tratamento psiquiátrico. Em outro caso, a pena foi mitigada porque a corte entendeu que o acusado tinha real possibilidade de se reabilitar através de tratamento psiquiátrico. Uma questão discutida no relatório foi que o encarceramento, nesse caso, poderia ter efeito colateral, pois numa sentença todas as circunstâncias devem ser consideradas: uso da violência, plano premeditado, agressão cometida em grupo, quebra da posição de confiança.

Por fim, o relatório canadense abordou questões relacionadas aos tratamentos, que naquele momento estavam concentrados na área da saúde, em particular na saúde mental, nos serviços psiquiátricos e terapêuticos. E mesmo em caso de encarceramento, recomendava-se o tratamento e a hospitalização em hospitais psiquiátricos, estágios probatórios e também atenção às questões ligadas ao uso de drogas e álcool, aos casos de reincidência e aos agressores sexuais mais perigosos considerados incorrigíveis.

A impressão geral é que no caso da pesquisa canadense, a prostituição infantil foi estudada no bojo das agressões sexuais contra criança e jovens como um todo. No Brasil, a impressão é que os casos são tratados separadamente. Parte dessa distinção ocorre por causa do perfil dos sujeitos envolvidos com o combate à violência sexual infantil. Ao contrário do que se propôs no Canadá, temos, de um lado, os militantes que lutam pelo direito das crianças e, de outro, indivíduos com enfoque penal e criminal.

No final da década de 1980, a pesquisadora americana Suzanne Sgroi (1988; 1989) organizou coletânea de dois volumes reunindo artigos sobre abuso infantil (não apenas o abuso sexual, mas outras formas de abuso) e populações vulneráveis. A autora inicia essa coletânea mencionando justamente um filme sobre um caso de incesto, *Something About Amelia*, de 1984, e do aumento de programas e reportagens na TV sobre os casos de abuso sexual infantil.

Os dois volumes, compostos por escritos de diversos autores, majoritariamente médicos, tratam de compreender o abuso sexual contra as populações vulneráveis (em tempo: é importante dizer que por “vulneráveis” os autores entendiam, além de crianças, idosos, e pessoas com necessidades especiais, físicas e mentais). Além disso, os artigos, em ambos os volumes, possuíam tom bastante prescritivo, com casos ilustrativos que serviram como

espécie de manual para os profissionais envolvidos com as questões de abusos sexuais sofridos por essas populações vulneráveis. De acordo com os autores, há escassez de informações confiáveis sobre o comportamento sexual das crianças. Muitos pesquisadores relataram observações de experiências em clínica e opiniões sobre o que seria aceitável ou não, normal ou patológico.

Além do abuso infantil, os pesquisadores especularam sobre a natureza da sexualidade infantil e do comportamento considerado abusivo. A discussão girou em torno de três questões:

- 1.) Quais são os comportamentos sexuais normais e a idade apropriada para tratar desses assuntos com as crianças em vários estágios do desenvolvimento infantil?
- 2.) Quando o comportamento da criança indica que ela foi ou está sendo abusada sexualmente por alguém?
- 3.) Quando o comportamento sexual de uma criança com outras crianças deve ser definido como abusivo (isto é, sob quais circunstâncias deve-se decidir se uma criança está abusando de outra sexualmente)?

Também foi possível perceber que os autores analisaram o comportamento sexual das crianças a partir de quatro categorias de idade vinculadas à idade escolar:

- 1.) pré-escola (0-5 anos);
- 2.) escola primária (6-9 anos);
- 3.) pré-adolescente (10-12 anos);
- 4.) adolescente (14-17 anos).

A partir dessas categorias três pontos devem ser examinados para identificar o comportamento sexual infantil:

- 1.) tocando a si mesmo;
- 2.) observando os outros;
- 3.) tocando os outros.

Esse modelo de análise segue um padrão clássico já apresentado por psicólogos e psicanalistas, que enfatizam as fases do aprendizado, do desenvolvimento cognitivo da

criança, e do reconhecimento das diferenças a partir do autoestímulo e da observação. Com isso, os pesquisadores visavam criar padrões de análise para determinar o comportamento normal da sexualidade infantil.

Enfim, os mais diversos capítulos e artigos do livro apresentaram, principalmente, experiências e estudos de caso, sugestões de avaliação, análise e tratamento aos agressores. O foco todo estava no problema do abuso infantil e nas formas de tratamentos oferecidos pelo serviço de saúde, normalmente de modo prescritivo. A reavaliação dos significados políticos e sociais de outras formas de comportamentos sexuais considerados tabus ainda estava no início nessa época. Por essa razão, trabalhos desse tipo foram importantes como ferramentas no combate ao abuso sexual infantil.

Anteriormente a esses trabalhos, Bell e Hall (1971) publicaram um estudo sobre a personalidade do molestatador de crianças, embasado na interpretação dos sonhos. O estudo possuía dois objetivos bem claros. O primeiro era determinar a relação entre o que a pessoa sonhava quando estava dormindo e o que lembrava quando estava acordada, e as consequências disso em seu comportamento e em sua personalidade no cotidiano. O segundo era identificar e descrever as variáveis específicas que constituem o caráter de um pedófilo para tentar descobrir a origem de suas preocupações e de seus interesses sexuais.

Assim, *The Personality of a Child Molester: An Analysis of Dreams*, de Alan Bell e Calvin Hall (1971), se baseou na interpretação dos sonhos (seguindo orientação estritamente freudiana) de uma pessoa ao longo de três anos e meio. Foram registrados cerca de 1.300 sonhos entre setembro de 1963 e fevereiro de 1967. Nesse tempo, por dois anos e nove meses, a pessoa pesquisada esteve na prisão. A outra parte, ela passou em casa. Todos esses sonhos foram classificados e interpretados em diversas categorias como o significado do sucesso e do fracasso, a idade, o sexo e as relações entre o sonhador e o sonhado, as características desses sonhos, as atividades e as emoções.

Em suma, o trabalho foi uma tentativa de compreender, de maneira geral, as motivações de uma pessoa com histórico de abuso sexual infantil com o objetivo de aumentar o entendimento da personalidade de um agressor. O livro, uma espécie de memorial da vida de um sujeito, começa com a descrição da família dele, e do quanto foi problemática sua infância, sua vida familiar, sua vida escolar, seu trabalho, seus relacionamentos interpessoais.

Nos primeiros capítulos do livro, os psicanalistas deram o diagnóstico do sujeito. Para eles, categoricamente, Norman (nome fictício) possuía personalidade infantil e sofria dos seguintes distúrbios: disposição para perversão polimorfa, dependência, identificação com as

crianças, confusão de gênero, falta de controle, preocupação demasiada com o corpo, identificação feminina, identificação fetal e superego externalizado.

Nesse trabalho, segundo os autores, os sonhos não foram interpretados por eles mesmos. Para eles, não se tratava de uma psicologia dos sonhos ou de como eles são formados. Tratava-se de um entendimento da pessoa a partir da análise de uma série de sonhos usando um método quantitativo de análise. Esse método, segundo eles, permitia mensurar a frequência de ocorrência (incidência) de cada um dos elementos ou das categorias de análise.

Por exemplo, a pessoa pesquisada sonhava frequentemente com a mãe e, ao mesmo tempo, dizia que ela tinha papel importante em sua vida. Nesse caso, os autores chamavam isso de hipótese de continuidade ao assumir que há continuação entre o sonho e a vida real. O que os autores queriam dizer com isso era que os sonhos poderiam confirmar uma série de informações factuais sobre a vida da pessoa, sua vocação, os membros de sua família, o *status* marital, os hábitos, interesses, preferências e hobbies. Havia também informações referentes a traços de personalidade, conflitos, complexos e preocupações.

No que se refere à questão do abuso sexual infantil, os autores apresentaram duas respostas possíveis. Apesar de as pessoas manifestarem seus impulsos durante os sonhos, um impulso nunca é completamente satisfeito, ou seja, a satisfação é apenas temporária. O agressor confessou ter molestado trinta crianças ao longo de vinte anos, mas poderia ter molestado trezentas ou três mil que ainda continuaria insatisfeito.

A segunda resposta foi que o melhor nunca é o suficiente, ou seja, as compulsões são usualmente alimentadas por diferentes fontes indefinidamente. Não é que os sonhos falham em satisfazer os desejos, eles falham em satisfazer os desejos originais. Por isso que o agressor sonhava em molestar crianças e molestava de fato algumas crianças. Havia, portanto, continuidade porque o sonho e o comportamento na vida real eram motivados pelos mesmos impulsos não realizados.

Outro trabalho importante foi publicado em 1979 por Robert Geiser. O livro *Hidden Victims: The Sexual Abuse of Children* chamava a atenção para o aumento de casos de abuso sexual infantil nos EUA naquele momento. O autor trabalha com conceitos de abuso sexual e de mau uso sexual. O abuso sexual era entendido como termo legal. O mau uso sexual expressava o problema do ponto de vista médico e da saúde mental.

Para Geiser (1979), a ideia de abuso sexual nos leva a pensar em termos de dicotomia – adultos abusadores vs. crianças vítimas. Ele sugere que tanto a família como a sociedade são vítimas dessa violência. Segundo o autor, o abuso sexual é termo pejorativo, um julgamento

de valor que leva a sociedade a pensar em termos de punição. Ao passo que o mau uso sexual sugere um desvio num processo “normal” de sexualidade que poderia ser remediado.

O abuso sexual implicaria numa relação exclusiva entre abusadores e vítimas, que muitas vezes não é o suficiente para entender a questão como um todo. O abuso sexual muitas vezes é o sintoma de uma disfunção familiar, por exemplo. Já a ideia de mau uso sexual ajuda a pensar o sistema de interrelações humanas como um todo.

Para o autor, o termo abuso dificulta pensar em soluções para o problema. Ao utilizar a díade abusador/vítima, a solução mais simples seria separar a criança de seu abusador. Como se sabe, a separação da criança de sua família é processo traumático e uma saída pouco eficaz. Em muitos casos, isso poderia causar mais prejuízos do que benefícios. Além de contribuir para desestruturação da família, mais do que para seu fortalecimento e a devida solução dos problemas. De maneira prescritiva, o autor aponta que, em vez de pensar em simplesmente separar a criança da família como se fosse benéfico para a criança, deveria se pensar em soluções mais duráveis e de longo prazo.

Ainda segundo Geiser (1979), grande parte dos agressores sexuais de crianças é formada por homens adultos. Ao mesmo tempo, são esses homens que fazem as leis, que investigam, julgam os crimes e administram as punições. Numa sociedade de dominação masculina há muitos mal-entendidos. Um deles é o próprio conceito de abuso infantil, que não é apenas um crime sexual, mas um crime de violência: violência contra a integridade e a dignidade da criança. Segundo o autor, trata-se de uma pessoa usando o sexo como arma. O grande dilema seria em fazer os homens adultos pensarem em medidas contra esses mesmos homens adultos agressores sexuais, uma vez que o governo das crianças e das mulheres é exercido pelos homens (pais, médicos, educadores, magistrados, religiosos).

Em 1988, foi publicado um dos primeiros manuais sobre abuso sexual infantil nos EUA, *Handbook on Sexual Abuse of Children: Assessment and Treatment Issues* (Walker, 1988). Já de saída os autores reconhecem que o abuso sexual infantil produz nas vítimas e nas famílias, para além de todos os danos, um desastre econômico: são custos altos, sobretudo no desenvolvimento da criança, tais como o insucesso escolar, os traumas psicológicos e a perda de motivação para uma vida adulta produtiva.

Se por um lado há perdas financeiras por parte das vítimas e das famílias, por outro, os maiores custos ficam para o Estado (no sistema judiciário e no sistema de saúde) com os tratamentos e as medidas de prevenção.

No passado, os Estados Unidos enfrentaram problema muito parecido com que o Brasil enfrenta atualmente. Os tribunais tinham grandes dificuldades em lidar de modo

apropriado com as crianças abusadas. Em muitos casos não havia lugar ideal para atender as crianças e colher os depoimentos. Não havia profissionais treinados para lidar com as crianças. Inexistia o desenvolvimento de equipamentos e de brinquedos “anatomicamente corretos”, que poderiam ser técnica útil de avaliação, mas que sempre foram usados de modo improvisado e inapropriado.

Por essas razões, os autores do manual apontaram para a predominância do controle e do poder do adulto no abuso sexual infantil; até então se tratava de maneira de o homem demonstrar seu domínio sobre aqueles considerados inferiores.

Segundo uma das colaboradoras desse manual, a autora Shirley Joseph Asher (*apud* Walker, 1988), o abuso sexual infantil era problema sério que merecia pesquisas mais profundas; uma vez que a própria definição de abuso sexual varia de estudo para estudo. Segundo ela, o abuso sexual infantil inclui vários tipos de traumas sofridos pela criança, que podem ir de uma única agressão sofrida por uma pessoa estranha até uma relação incestuosa de longa duração. E, apesar da crescente cobertura da imprensa nos casos de abuso sexual infantil (ou mesmo de outras formas de abuso), não há estatísticas oficiais confiáveis de tais incidentes.

A autora critica que apenas estimativas são obtidas em fontes variadas, com escalas maiores e menores. Em 1979, por exemplo, o *National Center on Child Abuse and Neglect* estimou que houvesse cerca de 100.000 casos de crianças sexualmente abusadas todo ano nos EUA. Mas, evidentemente, esses números são apenas estimados.

Conforme mencionado anteriormente, uma questão que aparece com frequência em relação ao abuso sexual infantil é saber se a criança está ou não dizendo a verdade. A ideia de que a criança possa fantasiar ou mentir sobre o abuso sexual vem de uma tradição freudiana. A chamada “hipótese da sedução”, que pode ser vista como dificuldade de lidar com a violência sexual masculina, e adulta, contra a criança. Embora as pesquisas indiquem que a falsa acusação de incesto e de outras formas de abuso sexual sejam raras, os profissionais ainda tendem a tratar tais acusações com suspeitas.

Exemplo desse tipo de linchamento moral foi o caso da *Escola Base*, de São Paulo, que será discutido no capítulo IV desta tese. A acusação, amplamente explorada pela imprensa, dizia que os proprietários da escola abusavam sexualmente das crianças. Após um linchamento moral, com danos materiais irreversíveis aos acusados como depredação de patrimônio, falência da empresa, adoecimentos e mortes de alguns envolvidos, descobriu-se que tudo não passava de armação, de grande farsa. Outro exemplo parecido é o filme dinamarquês *A Caça* (Jagten, 2012), cuja história girava em torno de um professor de pequena

cidade acusado injustamente de abusar de uma menina. Todos os amigos se voltaram contra o acusado, numa espécie de linchamento moral e com atos de agressões físicas. Não raro, o cinema e a mídia exploram essa questão; e ficção e realidade se misturam.

Retomando a questão psicanalítica, para Asher (*apud* Walker, 1988), a origem das neuroses histéricas advém dos traumas sexuais experienciados pelas meninas na infância, conforme a perspectiva freudiana discutida no capítulo anterior. A “hipótese da sedução” entendia que esses traumas sexuais, frequentemente perpetrados pelos pais, eram de fato reais e resultavam numa variedade de sintomas neuróticos. Mas, surpreendentemente, Freud logo renuncia a essa teoria da sedução em favor da teoria do complexo de Édipo. Em pleno período vitoriano, Freud dificilmente identificaria os pais como perpetradores de abusos sexuais, mas sim enfermeiras, amas e parentes distantes como os verdadeiros sedutores.

A hipótese de Freud era que as meninas tinham sentimentos e fantasias em relação aos pais e negavam a mãe. Com isso, as memórias de traumas sexuais estavam baseadas nessas fantasias sexuais das crianças. Desse modo, os pais estariam isentos de qualquer culpa e jamais seriam vistos como responsáveis por causar os sintomas de histeria nas meninas. A culpa seria das próprias crianças.

O que não foi dito no capítulo anterior é que essa ideia constituiria a semente da desconfiança, por parte dos responsáveis encarregados de colher e levar em consideração o relato das crianças, na apuração dos casos de abuso sexual. Não raro, até hoje, os profissionais ainda interpretam as experiências das meninas como fantasias derivadas dessa “hipótese da sedução”.

Segundo Asher (*apud* Walker, 1988), muitas crianças relutam em revelar que foram abusadas sexualmente, principalmente se o abusador for algum membro da família. Muitas vítimas de abuso sexual são, inclusive, muito jovens para verbalizar tal fato. Daí a importância de que os profissionais que lidam com esses casos fiquem alertas aos sinais e sintomas de abuso sexual. Entre os principais sintomas estariam: ganho ou perda de peso, dores abdominais, vômitos, infecções urinárias, marcas no corpo e doenças venéreas (evidência maior de abuso sexual). Outros sintomas seriam: distúrbio do sono, pesadelos, masturbação compulsiva, jogos sexuais precoces, perda de controle do toalete, banhos frequentes, choro sem motivo aparente, reclusão e formas de comportamento regressivo como chupar os dedos e ficar apegada em demasia a alguma figura adulta.

Para Asher (*apud* Walker, 1988), as crianças sexualmente violentadas frequentemente têm dificuldade em relatar os fatos ocorridos aos adultos responsáveis. Mas quando o fazem,

no mínimo, o resultado deveria ser investigado. Além disso, o relato da criança deveria ter importância central para que alguma ação legal pudesse ser tomada.

Mas durante um bom tempo, e ainda hoje em muitos lugares, o testemunho da criança é visto como fantasioso e de difícil distinção entre realidade e imaginação. Mas como fazer para dar credibilidade ao relato da criança vitimada? De acordo com o manual editado por Walker (1988) alguns estudos sobre a memória podem ser reveladores nessa questão. Independentemente da idade, a memória nem sempre é completa e total. Os adultos, assim como as crianças, podem se esquecer de relatar alguns fatos e algumas imagens de determinado evento. Podem esquecer parte ou mesmo mudar a ordem do que aconteceu. Além disso, é fato que uma criança abusada sexualmente terá problema se for perguntada diretamente: o que aconteceu? Mas será capaz de dizer o que ocorreu se derem à criança oportunidade de contar histórias, eventos e ações a partir do uso de brinquedos, bonecos e outros objetos, e também através de desenhos e de outras técnicas que possam ativar a memória. Em primeiro lugar, isso evita que a criança tenha que verbalizar tudo que aconteceu. Em segundo, a criança utilizaria esses recursos lúdicos para ativar a memória.

Questão que surge em diversos trabalhos sobre o abuso sexual infantil é o efeito traumático que causa na memória, podendo variar de caso a caso. Uma criança abusada por pessoa muito próxima da família pode ter experiência totalmente diferente de uma criança sequestrada e estuprada por estranho.

Numa posição claramente crítica à perspectiva freudiana, a autora Hannah Lerman (*apud* Walker, 1988) diz que a ideia de a origem das neuroses ser derivada de precoce exposição ao sexo na infância é exemplo típico da incapacidade da sociedade em aceitar a realidade empírica do abuso sexual infantil. Como já foi dito, após abandonar a crença na “hipótese da sedução” do adulto pela criança, Freud substitui essa hipótese por fantasias sexuais conflituosas envolvendo os pais.

Problema corrente no senso comum é que uma criança vítima de abuso sexual vai se tornar um abusador na idade adulta. No geral, segundo Lerman (*apud* Walker, 1988), os estudos são incertos e apresentam falhas ao confirmar essa hipótese; e que talvez fosse melhor encarar a realidade dos fatos em vez de especular sobre a natureza do abuso sexual infantil.

Nesse manual sobre abuso sexual infantil nos EUA publicado em 1988, há a descrição de algumas técnicas utilizadas para avaliar os casos de abuso a partir de entrevistas. São elas:

1.) Observações iniciais: observar a família e a criança na sala de espera. É possível observar a interação da família oferecendo biscoitos, leite, chocolate, refrigerante. Observar como a

criança lida com a comida e se os pais ajudam a criança. Se a criança não sabe lidar com a comida, se enche a mão, se joga comida no chão, etc., isso pode indicar estresse pós-traumático.

2.) Estabelecer primeiro contato e permissões: a criança não deve ficar sozinha esperando os pais serem entrevistados (é importante ter algumas informações prévias). A criança com suspeita de abuso nunca deve ser tocada. A regra é não tocar até que a criança permita. O contato e a entrevista de avaliação devem ser feitos por profissional numa sala lúdica. Algumas perguntas iniciais podem ser feitas pela mãe (ou responsável) para que a criança conte o que aconteceu. Essa sala lúdica deve estar equipada com brinquedos para diversas idades e devem, inclusive, estar armazenados ao alcance das crianças em estantes de fácil acesso.

3.) Obtendo os dados: os primeiros 10-20 minutos devem ser usados para estabelecer confiança e contato, além de aprender um pouco mais sobre a criança, seu desenvolvimento, seu sentido de tempo, das cores, dos nomes, da capacidade de abstração. Prestar atenção ao tipo de linguagem utilizada, que deve ser apropriada para a idade.

4.) Brinquedos anatomicamente corretos: após a coleta de dados substanciais sobre o comportamento e o desenvolvimento da criança, os brinquedos anatomicamente corretos devem ser utilizados para focar nos fatos ocorridos a partir do modo como esses brinquedos são manipulados, sobretudo nas áreas das genitálias.

5.) Entender os detalhes: o psicólogo deve ter responsabilidade ética para obter detalhes, mas também deve saber o momento certo de parar para proteger a criança.

6.) Conduzindo a entrevista: não importa o quanto de informação foi obtida, a criança precisa se sentir à vontade para falar com o psicólogo uma ou mais vezes. Os próximos passos devem ser discutidos com os pais. É preciso observar todo o tipo de comportamento da criança: antes, durante e depois; o nível de concentração, resistência, resiliência, o trato com a comida e com os brinquedos.

7.) Outros dados: histórico social e familiar; evidência física; credibilidade da criança.

Por fim, o manual (Walker, 1988) apresenta um guia para avaliar o agressor sexual. A necessidade de uma relação colaborativa adequada entre profissionais de saúde mental e sistema legal, que lidam com abusadores sexuais infantis cresceu bastante recentemente com as demandas da sociedade. Segundo os autores, o ideal para resolver os casos de abuso sexual seria a utilização de um grupo interdisciplinar encarregado de aplicar a lei, profissionais de saúde mental, juízes, educadores e assistentes sociais. Porém, a falta de treinamento

padronizado tal como a falta de controle emocional por parte dos profissionais acaba desfavorecendo o encaminhamento dos casos.

Os procedimentos mais indicados para a avaliação de um agressor sexual infantil são:

- 1.) avaliar o histórico policial e social do acusado;
- 2.) entrevista com as vítimas e as testemunhas;
- 3.) observar se já houve histórico de tratamento;
- 4.) observar a dependência química e de drogas;
- 5.) o uso de pornografia;
- 6.) histórico familiar e social.

Um dos raros consensos da literatura sobre o abuso sexual infantil é que o fenômeno não deve ser explicado por um único fator. Inúmeras teorias multifatoriais foram desenvolvidas na tentativa de explicar o abuso sexual infantil a partir de questões biológicas, psicológicas, funcionais, situacionais e socioculturais.

Segundo Tony Ward e Laura Sorbello (*apud Ward et al., 2003*), entre as mais influentes teorias estão:

- 1.) Modelo de pré-condições, de Finkelhor;
- 2.) Modelo quadripartite, de Hall e Hirschman;
- 3.) Teoria integrativa, de Marshall e Barbaree.

No geral, Ward e Sorbello (*apud Ward et al., 2003*) criticam esses modelos teóricos e apontam caminhos críticos de análise. Um deles seria um quadro meta-teórico para classificar as teorias já existentes, que os autores denominaram de *Integrated Theory of Sexual Offending* – ITSO. O abuso sexual infantil ocorre como consequência de uma série de variáveis causais que interagem em si. O quadro proposto pelos autores integraria as teorias de acordo com o nível de generalidade do foco e com a extensão dos fatores relevantes nos quais as teorias estão ancoradas. Eles apresentam as teorias da seguinte maneira.

Segundo Ward e Sorbello (*apud Ward et al., 2003*), a teoria integrativa, de Marshall e Barbaree, sugere que os indivíduos que experienciaram eventos desenvolvimentais adversos (pobreza afetiva dos pais, disciplina inconsistente ou dura demais, abuso físico ou sexual) são mais prováveis de exibir distorções internas que modelam as relações, particularmente no que diz respeito ao sexo e aos crimes sexuais. Já a teoria quadripartite, de Hall e Hirschman,

consiste na observação de quatro componentes: (1) excitação sexual fisiológica; (2) cognições imprecisas que justificam agressões sexuais; (3) descontrole afetivo; (4) problemas de personalidade.

No entanto, a teoria mais comumente utilizada é o modelo de pré-condições, de David Finkelhor, que consiste em quatro fatores: (1) o sexo com crianças é emocionalmente satisfatório ao agressor (congruência emocional); (2) os agressores ficam sexualmente excitados por crianças (excitação sexual); (3) os homens buscam sexo com crianças porque são incapazes de satisfazer as necessidades sexuais de maneira socialmente aceitável (bloqueio); (4) esses homens se tornam desinibidos e se comportam de maneira diferente do que se comportariam normalmente (desinibição).

Ward e Sorbello (*apud* Ward *et al.*, 2003) sugerem que os três primeiros fatores do modelo de Finkelhor explicam o porquê alguns indivíduos desenvolvem interesse sexual por crianças; e o quarto fator explica por que esse interesse se manifesta como um desvio sexual. Segundo o próprio Finkelhor (1984), a operação desse modelo sugere uma sequência lógica, que pode ser observada conforme a ilustração:

Fonte: Modelo de pré-condições. (Finkelhor, 1984)

Um potencial agressor precisa ter alguma motivação para abusar de uma criança. Desse modo, Finkelhor alerta para a necessidade de análise baseada nas quatro pré-condições e questiona: (1) Por que uma pessoa adulta se sente sexualmente atraída por uma criança e estabelece congruência afetiva e emocional? Porque se relacionar sexualmente com criança deve satisfazer alguma necessidade emocional importante; (2) Por que um adulto é capaz de

ficar excitado por uma criança? Porque a criança se torna fonte potencial de gratificação sexual para o adulto; (3) Por que uma pessoa tem bloqueios em obter gratificações emocionais de fonte normativamente aceitável? Isso ocorre quando fontes de gratificação sexual não estão disponíveis ou são menos satisfatórias; (4) Por que um adulto não tem as inibições que teria com outro adulto ao se relacionar com uma criança? Para que o abuso sexual possa ocorrer, um potencial agressor precisa não apenas de motivação, mas necessita superar inibições internas e externas para agir.

Como já foi dito, o autor nomeou esses quatro fatores de “congruência emocional”, “excitação sexual”, “bloqueio” e “desinibição”. Esses componentes não são precondições entre si. Por exemplo, um agressor pode abusar de uma criança sem necessariamente estar excitado por ela; ou pode simplesmente estar excitado e não violentar; ou pode simplesmente abusar por abusar sem necessariamente estar bloqueado de alguma outra fonte de satisfação sexual. De qualquer maneira, segundo o autor, pelo menos um desses elementos está presente como motivação do abuso; e a combinação deles segue uma sequência lógica.

Presume-se que todas as pessoas que vivam em sociedade tenham certas inibições e freios morais que as impeçam de cometer certos atos. Há, além disso, certamente fatores externos que controlam o acesso do abusador às crianças, como por exemplo, a supervisão recebida pelos pais e por outras pessoas (parentes, professores, vizinhos, amigos etc.). Aparentemente, mesmo com toda motivação e desinibição, a supervisão de outros adultos fragiliza o ataque do agressor. Porém, a criança pode não estar a todo instante sob a presença de outros adultos. E supervisão não significa simplesmente estar presente fisicamente com a criança o tempo todo, mas também consiste em saber o que se passa com ela.

Por isso que a própria criança tem papel importante para evitar o abuso sexual. Segundo Finkelhor (1984), a criança pode ser orientada a impedir ou resistir à aproximação de um abusador. Essa capacidade significa muito mais do que dizer não ao agressor, que pode sugerir algum jogo sexual, mas envolve muitos aspectos sutis relacionados ao comportamento e à personalidade da criança.

Alguns abusadores sentem que aquela criança talvez não seja bom alvo, que é capaz de dizer não, que não se sente intimidada ou não guardará segredo. As crianças mais vulneráveis são aquelas que sofreram abusos emocionais, não receberam atenção suficiente, tiveram relação afetiva pobre com os pais, enfim, essas crianças fazem parte de um grupo de risco e têm pouca capacidade de impedir ou resistir ao abuso sexual.

Normalmente, complementa o autor, são crianças muito ingênuas e desinformadas em relação a essa ameaça. Evidentemente, e o autor reconhece isso, que o comportamento da

criança não faz a menor diferença se o agressor usar a força. O autor quer chamar atenção para o fato de que há outras condições importantes que podem ser utilizadas no entendimento do abuso sexual infantil, afinal, trata-se de modelo e, como todo modelo teórico, tem relação precária com a realidade.

David Finkelhor desenvolveu essa teoria na obra *Child Sexual Abuse: New Theory and Research*, publicado em 1984. O livro começa com a seguinte apresentação: “Sexual abuse is emerging as one of the major forms of child abuse. As recently as ten years ago, sexual abuse was regarded as a rather uncommon problem. But in the late 1970s, official reports of sexual abuse began to mushroom at a much more rapid rate than reports of other forms of abuse” (Finkelhor, 1984, p. 1).

Segundo o autor, o abuso sexual infantil tem característica dramática importante que o faz surgir como um problema social: a questão moral está estabelecida desde o princípio. Numa discussão pública, as pessoas prontamente concordam que sexo entre adultos e crianças é algo reprovável. Daí o apelo em combater o abuso sexual infantil tem frequentemente apelo emocional e moralizante.

As principais questões colocadas por Finkelhor no prefácio do livro são: por que há tanto abuso sexual infantil (ou incesto) se tal ação é pensada como um dos maiores tabus do sexo? Quais são os preceitos éticos que enxergam o contato sexual entre adultos e crianças como algo abominável? Por que alguns adultos molestam sexualmente crianças quando a maioria acha essa ideia repugnante? Quais grupos de crianças estão em alto risco?

Há diversas teorias que falam do abuso sexual infantil e da pedofilia. A maioria delas está no domínio do trabalho de avaliação e de tratamento seja da vítima seja do algoz. No entanto, quase não há trabalhos que abordam os aspectos sociológicos do problema. O abuso infantil, e a discussão atual em torno da pedofilia, como problema social distribuído por todas as camadas da sociedade, têm dimensão sociológica que precisa ser incluída nas análises presentes.

Segundo David Finkelhor (1984) esse modelo de quatro precondições de abuso infantil incorpora justamente elementos sociológicos combinados aos psicológicos.

O autor claramente se inspira no funcionalismo para dizer que os fatores sociológicos podem ser incorporados ao modelo das quatro precondições da seguinte maneira: (1) identificar na dinâmica de nossa sociedade o que pode gerar no adulto o desejo de interagir sexualmente com a criança. Isso poderia corresponder à substituição da imagem da mulher pela da criança (vista segundo o modelo patriarcal como pessoa de corpo menor, submissa, erotizada e carente de afeto). Esses fatores contribuem para as relações sexuais com crianças

mais congruentes sexualmente para possíveis agressores; (2) Alguns fatores sociais podem influenciar grande número de homens a ignorar ou desconsiderar as convenções sociais que inibem alguém a se envolver sexualmente com crianças. Isso inclui a pornografia infantil, que tende a promover a ideia de que o sexo com adultos é prazeroso e educativo para as crianças. Outro fator ignorado é o fato de as pessoas ficarem desinibidas quando bebem; (3) Diversos fatores sociais explicam porque a inibição extrema muitas vezes não funciona: algumas mulheres são dependentes de seus maridos e estão despossuídas de recursos sociais e econômicos para proteger seus filhos; as comunidades e vizinhanças estáveis estão se desagregando e muitas crianças vivem com poucos adultos em volta para monitorar suas atividades; há ideologia de que a família é a única detentora sagrada das crianças, o que dificulta a intervenção; (4) A coerção social tem papel importante para proteger as crianças de possíveis ataques.

A violência sexual infantil é, sem dúvida, tema de pesquisa difícil de lidar em razão do peso da tradição que moralmente sustenta nosso ponto de vista. Por isso, Finkelhor aponta alguns argumentos simplistas ou algumas razões pelas quais o sexo entre adultos e crianças é impensável, visto como algo intrinsecamente errado. (1) O primeiro argumento apela para a inadequação fisiológica e biológica por uma série de motivos: a) a vagina de uma menina é muito pequena para suportar o pênis de um homem maduro; b) só de pensar nessa hipótese já causa repúdio a muita gente; c) quase todas as sociedades têm, em certa medida, o contato sexual entre adultos e jovens como um tabu, além de imperar o silêncio. (2) O segundo argumento rejeita totalmente o sexo entre crianças e adultos por se tratar de sexualização precoce da criança. Segundo esse ponto de vista, a infância deveria ser um tempo relativamente livre de sexo, por ser aspecto problemático da vida. A ideia é que as crianças não estão prontas para o sexo, mesmo que haja curiosidade. (3) O terceiro argumento entende que o sexo entre adultos e crianças é danoso física e psicologicamente. Esse provavelmente é um dos argumentos mais correntes e comuns. A maioria dos pesquisadores e dos artigos de médicos e psicólogos discorre sobre o impacto traumático e dos prejuízos de toda sorte para as crianças que tiveram contato sexual com adultos.

Em suma, praticamente todos os estudos, senão absolutamente todos, nas áreas de psicologia e psiquiatria, falam sobre as sérias consequências negativas sofridas pelas crianças abusadas sexualmente. O trabalho de Finkelhor não é diferente, apesar de incorporar aspectos sociais. Consequentemente, essas teorias e opiniões fomentam o senso comum, a mídia e o modo como a sociedade entende o sexo entre adultos e crianças.

Outro problema apontado por Ward e Sorbello (*apud Ward et al.*, 2003) está na classificação dos agressores sexuais, que é ainda tópico que recebe atenção esporádica, apesar da grande importância no entendimento das agressões sexuais e seus perpetradores. Um sistema de classificação válido e confiável poderia contribuir para a avaliação e o tratamento dos agressores e prevenir futuros riscos.

O diagnóstico psiquiátrico serve para inúmeras finalidades, incluindo a identificação de pessoas que possuam um conjunto comum de sintomas; serve também para comunicar de maneira clara e confiável com outros médicos, planejar tratamentos efetivos e estimar prognósticos. Além de propor soluções legais, uma vez que os autores apresentados aqui pensavam de maneira prescritiva e intervencionista.

Ward e Sorbello (*apud Ward et al.*, 2003) se referem ao DSM-IV, já apresentado no capítulo anterior, que define as parafilias como fenômenos cognitivos sexualmente não convencionais. No DSM-IV, o comportamento sexualmente ofensivo em si mesmo é suficiente para se fazer o diagnóstico. Essa mudança é importante porque inclui número maior de agressores, mas ainda foca na fantasia mesmo sem ter ocorrido qualquer contato.

Para a associação de psiquiatras, a pedofilia estaria classificada no conjunto de uma desordem mental; ao passo que o abusador infantil se refere ao perpetrador de maus-tratos físicos e de abuso sexual e não implica, necessariamente, numa doença mental, mas num crime. Portanto, a pedofilia seria doença mental que poderia ser englobada (classificada) sob o termo de molestador infantil. Mesmo que os pedófilos sejam classificados como molestadores infantis, nem todos os molestadores podem ser considerados (ou diagnosticados) como pedófilos.

O médico William Prendergast (2004), inspirado na teoria de Krafft-Ebbing, caracteriza os grupos de pedófilos da seguinte maneira: os com fixação (*fixated*) e os regressivos (*regressed*). O pedófilo com fixação teria sua orientação sexual primária orientada exclusivamente às crianças. O interesse se iniciaria na adolescência e não haveria causa única e evidente; o interesse persistente se tornaria compulsão com agressões preparadas e premeditadas. A principal dinâmica seria a equalização: o agressor se identifica com a vítima e equaliza seu comportamento ao nível da criança. Muitos desses agressores são solteiros e têm pouco ou nenhum contato sexual com pessoas da mesma idade. Para o autor, não há evidência de uso de drogas e álcool como desencadeador desse tipo de comportamento. Trata-se de caráter imaturo, com relações sociais e sexuais pobres. Por fim, a agressão seria a resolução de questão mal resolvida na vida pessoa.

O regressivo, por sua vez, teria sua orientação sexual primária voltada aos parceiros da mesma idade e o interesse pedofílico emergiria somente na vida adulta. Nesse caso, é admissível apontar causa tipicamente evidente, pois os envolvimento podem ser episódicos e as agressões mais impulsivas do que premeditadas. A substituição, nesse caso, seria a principal dinâmica da desordem mental: relação conflituosa do adulto é substituída por envolvimento com criança. O contato sexual com crianças ocorre, concomitantemente, com pessoas da mesma idade; o agressor frequentemente é casado e mantém relação heterossexual. Grande proporção desses casos é desencadeada pelo uso de drogas e de álcool. A pessoa teria vida social relativamente convencional; com algumas características de relacionamento mal desenvolvidas. Para esse sujeito, a agressão é tentativa regressiva de lidar com algum estresse específico da vida.

De modo bem simplista, a análise de Prendergast (2004) entende que um pedófilo com fixação nunca teve experiência sexual com adultos e se mantém fixado em sua orientação psicosssexual infantil. O pedófilo regressivo teria desenvolvimento psicosssexual orientado para a vida adulta e, diante de forte trauma, regrediu para estágio anterior à adolescência. A importância dessa distinção é oferecer o tratamento mais apropriado ou até mesmo aplicar a pena adequada.

Segundo Prendergast (2004), o grupo de pedófilos com fixação é o mais difícil de aceitar qualquer forma de tratamento, por apresentar mais resistências e estar muitas vezes convencido de que está fazendo bem às crianças. Essas pessoas recebem, inclusive, apoio de organizações que defendem a pedofilia como prática socialmente legítima. Para o autor, essas pessoas não acreditam que uma mudança de comportamento seja possível, uma vez que a maioria deles nunca teve – ou nunca experimentou – uma relação sexual com parceiro adulto por medo de se sentir inferiorizado e de não saber lidar com perdas e frustrações.

O grupo regressivo é menos resistente ao tratamento por se sentir culpado por seu comportamento. Eles estão convencidos de que cometeram erro e causaram dano à vítima. Acreditam que uma mudança seja possível, pois muitos já tiveram relações sexuais com adultos.

O livro *Sexual Abused Children and Their Families* (1981), escrito pelos pesquisadores Patricia Mrazek e Henry Kempe, é documento interessante, assim como outros do mesmo período, publicado para fornecer informações sobre o atual “estado da arte” no campo de estudo do abuso sexual infantil, que ainda dava seus primeiros passos no contexto norte-americano. Em sua maioria, esses livros eram direcionados a ajudar os profissionais a reconhecer, avaliar e tratar crianças vítimas de abuso sexual e suas famílias. Os pesquisadores

identificaram as mudanças de tratamento em relação às práticas sexuais entre adultos e crianças.

Para os autores, o sexo entre adultos e crianças ganhou o seguinte sentido ao longo da história:

Normal → Imoral → Criminal

Os autores recorrem à história para dizer que o sexo entre adultos e crianças era considerado “normal” na Grécia e na Roma antigas, além de outras civilizações que aceitavam o incesto em algumas classes privilegiadas. Tornou-se “imoral” na tradição judaico-cristã segundo a qual a sodomia com crianças deveria ser punida com apedrejamento e com chicotadas. No cristianismo nasceu a ideia de inocência na infância: a criança vinha ao mundo inocente e livre de pensamentos, sentimentos e capacidades.

Finalmente, passou a ser entendido como “criminal” com o declínio do poder da igreja e a prevalência do poder do estado. As sanções contra as relações sexuais envolvendo crianças tornaram-se questão tratada pelo sistema judicial na maioria dos países ocidentais. Embora as penas e punições (e os tratamentos) variem de país para país, a relação sexual de adultos com crianças é crime em muitos lugares, a depender da idade mínima para o consentimento sexual.

Os resultados de estudos do comportamento sexual não podem ser tratados isoladamente do contexto cultural. Se falarmos do interesse sexual do adulto por crianças nas sociedades ocidentais, temos que pensar numa definição a partir da ideia de desvio, uma vez que não há espaço na estrutura normativa para essa forma de comportamento; e que o fenômeno é definido como desvio e está claramente sujeito ao controle e à correção. Para que qualquer fenômeno se torne visível no domínio público, e para ser endereçado por instituições, muitas delas científicas, é necessário que haja preocupação básica em conservar os valores morais e suas expressões sociais.

Dos trabalhos mais recentes sobre pedofilia na América do Norte, destaca-se o livro do psicólogo canadense Michael C. Seto (pesquisador do centro de criminologia do Departamento de Psiquiatria da Universidade de Toronto, Canadá), *Pedophilia and Sexual Offending Against Children* (2007), que oferece consistente balanço sobre a pedofilia e, principalmente, apresenta as discussões mais recentes, presentes em diferentes domínios do conhecimento. Ele discute a pedofilia não apenas como desejo sexual de adultos por crianças e, sim, como questão social, política e legal. O autor apresenta definições científicas,

estabelece métodos de avaliação para diagnosticar casos, explica os riscos eminentes às crianças e propõe, inclusive, possíveis intervenções a partir de casos exemplificados.

O livro é, atualmente, uma das principais referências entre os pesquisadores do tema pedofilia e também serve de suporte para intervenções médico-legais em diversos países. E está composto da seguinte maneira: oito capítulos e três anexos com estudos de caso e materiais de avaliação. O primeiro capítulo, *Defining Pedophilia*, apresenta algumas definições sobre a pedofilia, desde definições médicas, passando por aspectos históricos e etnográficos, até perspectivas científicas (como o darwinismo, por exemplo). A ideia central desse capítulo, presente em quase todo o livro, é apresentar síntese sobre o assunto integrando as descobertas de diferentes disciplinas com análise a partir dos saberes médico e biológico.

No segundo capítulo, *Assessment Methods*, o autor apresenta alguns métodos de avaliação da pedofilia. Entre esses métodos estão: o relato pessoal do acusado, as inferências a partir de seu comportamento sexual, os testes de laboratório e – um dos mais curiosos métodos – o registro de excitação em resposta a estímulos sexuais¹¹.

O capítulo três, *Different Approaches to Studying Pedophiles*, descreve algumas características e correlações da pedofilia em diferentes grupos de agressores.

Os capítulos quarto, *Origins of Sexual Offending Against Children*, e quinto, *Etiology of Pedophilia*, apresentam discussões sobre a origem do abuso sexual contra crianças a partir de revisão bibliográfica de teorias acerca do abuso sexual e de alguns estudos sobre as causas e os condicionantes da pedofilia, com destaque para os estudos de neurodesenvolvimento. Nesses capítulos, o autor chama atenção para o fato de que as teorias que buscam as causas da pedofilia deveriam incorporar uma noção de desenvolvimento normal do comportamento sexual.

Segundo o autor, a orientação heterossexual ou homossexual emerge no começo da puberdade, e uma avaliação para indicar evidências de pedofilia deveria levar em consideração a orientação sexual justamente na fase da pré-adolescência. O autor sugere que o sujeito adquire identidade sexual nesse período da vida, e a pedofilia seria uma delas.

O sexto capítulo, *Incest*, que trata essencialmente sobre incesto, sustenta algumas evidências de que o abuso sexual infantil intrafamiliar (incesto) e o extrafamiliar são grupos diferentes de agressores.

No capítulo sete, *Risk Assessment*, e oito, *Intervention*, o autor abandona as análises teóricas e aponta problemas práticos como os riscos de uma avaliação mal executada e, por

¹¹ O método chama-se *Phalometry* e será analisado na próxima sessão desse capítulo.

fim, para as intervenções, tratamentos e alguns resultados já obtidos. Entre as principais alternativas de tratamentos apontadas estão: cognitivo-comportamental; terapia psicodinâmica; tratamento farmacológico com uso de anti-androgênios; agentes de serotoninas e de hormônios; castração cirúrgica; intervenções sociais com sistema de vigilância e monitoramento das pessoas acusadas de pedofilia; e campanhas com propaganda para sensibilizar os pais e a comunidade na tentativa de identificar possíveis indícios de pedofilia.

Pode-se dizer que na maioria dos trabalhos científicos sobre o tema, os contatos sexuais entre crianças da mesma idade são atos reprovados (afinal, qualquer expressão sexual é reprovada entre crianças), mas isso não necessariamente caracteriza desvio ou crime. As pesquisas e o público em geral, preocupados com as questões sexuais envolvendo crianças e adultos, focam a atenção especialmente nos adultos. Há certa tendência cultural em achar que a pedofilia não deve ser tratada como fenômeno relacional. Ao mesmo tempo, o movimento em torno dos direitos das crianças é a tentativa de redefinir o lugar das crianças na sociedade.

Por um lado, o interesse nas crianças em nossa sociedade é quase exclusivamente familiar e profissional. Em última instância trata-se de interesse econômico. Por outro, a sociedade ocidental aposta em agências com o propósito de garantir a segurança e a proteção das crianças, nominalmente do sistema de justiça criminal (judiciária) e psiquiátrica.

O número de atividades e de espaços comuns de interação entre adultos e crianças tem sido reduzido entre a casa e a escola, ou alguma outra atividade supervisionada que esteja na mesma lógica da casa ou da escola. Há, cada vez mais, uma esfera bem reduzida de intimidade. É paradoxal perceber o modo como a sociedade fala prolixamente dos horrores do abuso sexual infantil e se cala diante da sexualização precoce das crianças.

Antes de concluir essa sessão, cabe breve exposição de trabalhos acadêmicos que trataram desse tema fora do contexto norte-americano, com atenção especial para a América Latina e para a Europa nos últimos anos. Não aprofundaremos a discussão, pois se trata apenas de breve mapeamento dos trabalhos.

Na América Latina, o artigo “Algunas reflexiones sobre la pedofilia y el abuso sexual de menores” (2004), dos pesquisadores argentinos Juan Carlos Romi e Lorenzo García Samartino, distingue, no âmbito do saber médico, alguns termos utilizados para definir as agressões sexuais e os danos causados nas vítimas. Os autores trabalham com a hipótese, utilizada também por outros, de que ocorre uma espécie de epidemia de pedofilia no mundo, com consequências drásticas para a Argentina. Outra tese bastante recorrente apontada pelos autores é a ideia de que o pedófilo foi abusado sexualmente quando criança. Nas palavras dos

autores, “no siempre sucede, pero las personas que fueron sexualmente abusadas en su niñez tienen la posibilidad de convertirse en pedófilas en la adultez” (Romi & Samartino, 2004, p. 100).

A dissertação *Frecuencia y caracterización de abuso sexual en varones menores de 15 años* (2008), de Francisco Rolando Soza Morales, defendida na Universidad Nacional Autónoma da Nicarágua, é exercício de pesquisa para tentar entender o abuso infantil na Nicarágua a partir de uma perspectiva comparativa entre diversos países, sendo os EUA a referência.

A monografia *Violencia sexual infantil: la pedofilia en el entorno social del menor* (Castro *et al.*, 2004), apresentada por um grupo de alunos do curso de direito da Universidad de Chile, também é exercício de pesquisa no contexto chileno, mas no âmbito do direito.

O artigo “Pedofilia: sexo y violencia” (2006), da venezuelana Grisolia González, trabalha na lógica da perturbação mental do agressor e busca caracterizar diferentes perfis de pedófilos, inclusive com graus distintos de periculosidade, mas sem se aprofundar no contexto da Venezuela.

O artigo da pesquisadora argentina Virginia Berlinerblau, “Pornografía infantil, paidofilia e internet” (2003), analisa a pornografia infantil na internet e aponta alguns questionamentos interessantes, tais como: “¿Qué edad tiene un niño/a virtual? ¿Puede cometerse un delito sin una víctima real? ¿Cuándo se comete el delito? ¿Cuando la imagen se produce, cuando la imagen se distribuye o cuando la imagen es visionada?” (Berlinerblau, 2003, p. 46). Como possíveis respostas, a pesquisadora aponta para a necessidade de revisar a legislação dos países e propor mudanças processuais para a proteção de crianças vítimas de abuso sexual.

Como é possível perceber, os temas dos trabalhos publicados na América Latina circundam o debate entre os saberes médico e judiciário.

Em Portugal e na Espanha, encontramos os seguintes trabalhos. O artigo “Abusos Sexuais de Menores: Fuentes de Información Sociológica” (2006), da pesquisadora portuguesa Dora Mafalda Costa Gouveia, faz espécie de panorama sobre o abuso sexual infantil com análise privilegiada sobre a pedofilia em Portugal.

O artigo “La evaluación y tratamiento de trastornos parafílicos” (2003), publicado nos Cuadernos de Medicina Psicosomática y Psiquiatría de Enlace, dos médicos espanhóis M. Muse e G. Frigola, descreve os transtornos de conduta sexual e aponta formas de tratamento. Para eles, o melhor que se tem a fazer é combinar técnicas de apaziguamento e de controle dos impulsos sexuais; e não descartam a castração química para alguns casos.

O artigo do pesquisador espanhol Juan Antonio Becerra García, “Etiología de la pedofilia desde el neurodesarrollo: marcadores y alteraciones cerebrales” (2009), pretende entender as causas da pedofilia a partir de diversos fatores. Segundo García, “en el estudio de la causas de la pedofilia, los factores medioambientales pueden predisponer a las personas a convertirse en pedófilos, ya que éstos a menudo informan de que el estrés medioambiental es un factor que incrementa sus impulsos y la urgencia de atacar a niños. La principal hipótesis etiológica, y uno de los ejemplos más obvios de que los factores medioambientales aumentan el riesgo de que una persona se convierta en pedófilo o abusador infantil, es que ésta haya sido objeto de abusos sexuales cuando era un niño; esta relación se conoce como ‘ciclo víctima-abusador’ o ‘fenómeno del abusador abusado’” (García, 2009, p. 191). Para o psicólogo espanhol, a pedofilia só pode ser explicada se for considerado conjunto de indicadores ligados ao neurodesenvolvimento. Ele também insiste na ideia de que o abusador foi abusado na infância.

Na França, o livro de Binard e Clouard, *Le Drame de la Pédophilie* (1997), e a coletânea organizada por Marceline Gabel, *Crianças vítimas de abuso sexual* (1997), compreendem textos sobre a discussão da pedofilia na virada do século no país. No primeiro livro, os autores caracterizam a pedofilia do ponto de vista histórico a partir do desejo sexual de um adulto em relação às crianças, com base na ideia grega de amor homossexual e pedagógico de homem maduro por menino que ainda não atingiu a puberdade.

Já os trabalhos mais recentes, ainda na França, estão circunscritos à discussão acerca dos problemas médicos, legais e nos prejuízos para a vida educacional das crianças. Não por acaso, a coletânea de artigos está no registro da psiquiatria infantil e do entendimento das desordens de comportamento das crianças a partir de reações psicossomáticas.

Por fim, encontramos os seguintes trabalhos publicados na virada do século XXI: *Dossier pédophilie* (2001), do jornalista Jean Nicolas; *Qu’est-ce que la pédophilie?* (2008), de Guidino Gosselin e Serge André; *La pédophilie: comprendre pour reagir* (2008), dos psiquiatras Francis Ancibure e Marivi Galan-Ancibure; *L’enfant cassé. L’inceste et la pédophilie* (1999), de Catherine Bonnet; *Lutter contre la pédophilie: repères pour les éducateurs* (2010), de Evêques de France, na área de educação; *Quand la famille marche sur la tête: inceste, pédophilie, maltraitance* (2004), de Martine Nisse e Pierre Sabourin; *La pédophilie, problème public, France, Belgique, Angleterre* (2008), de Laurie Boussaguet e Pierre Müller.

Há também trabalhos sobre a relação entre a pedofilia e a igreja católica na França como o livro *L’Eglise face à la pédophilie* (2010), de Gérard Leclerc.

Basicamente, psiquiatras, juristas e demais cientistas concordam que a pedofilia é grande mal; ora vista como doença ora como conduta moralmente reprovável; um risco para as crianças com graves consequências para a vida adulta. A ideia geral é que esse mal precisa ser prevenido e que o pedófilo precisa ser tratado a ponto de não mais ser ameaça real às crianças. E os EUA e o Canadá, nesse sentido, foram os primeiros países a tentarem definir o problema do ponto de vista médico e a proporem mudanças na legislação.

DIAGNÓSTICOS, MÉTODOS DE AVALIAÇÃO E TRATAMENTOS DE PEDOFILIA

Simultaneamente à percepção do aumento de casos de abuso sexual infantil no mundo, surgem os primeiros métodos de avaliação e as sugestões de possíveis tratamentos, e até de cura, para a pedofilia¹². Mais uma vez, os EUA são o primeiro país a propor formas de diagnosticar e intervir no problema: é preciso analisar e classificar cada vez mais, e de forma bastante meticulosa, os agressores sexuais para avaliar melhor, e de maneira mais eficaz, perigos e possíveis danos causados às crianças e à sociedade.

Segundo Mary DeYoung (1989), do ponto de vista da epidemiologia, a incidência e a prevalência de pedofilia na população em geral são desconhecidas. Não se tem notícias de inquéritos epidemiológicos com questões que busquem identificar a pedofilia, principalmente àqueles que persistem com pensamentos, fantasias e excitação envolvendo crianças pré-púberes. Mesmo que a pessoa tenha pensamentos sexuais com crianças pré-púberes ou contato sexual com criança pré-púbere, não é o suficiente para um diagnóstico definitivo porque a característica principal é a persistência de interesse sexual por crianças ao longo do tempo, de acordo com os manuais da OMS e da APA, apresentados no capítulo anterior.

Segundo DeYoung (1989), o que se pode afirmar é que mais de 90% das pessoas descritas clinicamente pela literatura como pedófilos são homens. Além dessa grande diferença de gênero, há heterogeneidade de outros dados, como nível educacional, condição socioeconômica, raça. As características demográficas dependem muito da amostra estudada. Por exemplo, as pesquisas sobre pornografia infantil sugerem que o público consumidor tem condição econômica e nível educacional maior do que os que tiveram contato direto com as vítimas. Isso pode simplesmente refletir o fato de que os consumidores de pornografia infantil

¹² Ao longo desse item a categoria “pedofilia” será utilizada acriticamente tal como aparece nos manuais de psiquiatria, ou seja, como uma parafilia ou um transtorno psicopatológico.

nos dias de hoje realizam trocas de arquivos e distribuem materiais ilegalmente pela internet a partir de computadores de uso pessoal; do uso de outras tecnologias e de pagamentos eletrônicos.

Estudos clínicos com pedófilos têm encontrado número grande de outras psicopatologias, como ansiedade, depressão e problemas de personalidade. Os psiquiatras, segundo DeYoung (1989), sugerem que essa comorbidade de problemas está associada ao distúrbio serotoninérgico no cérebro, uma vez que a serotonina é associada ao humor, ao comportamento sexual e à agressividade. A desregulação da serotonina pode causar tanto distúrbio de humor quanto comportamento sexual agressivo. Os tratamentos com antidepressivos que regulam o nível de serotonina podem reduzir o apetite e o impulso sexual. Determinadas investigações clínicas inclusive sugerem que certos medicamentos reduzem a excitação sexual dos pedófilos e devem ser sugeridos até como medida de prevenção.

Ainda segundo DeYoung (1989), diversos autores apontam que o alto nível de comorbidade encontrado entre os agressores sexuais pode ser também resultado de auto-seleção: pessoas que se sentem atraídas sexualmente por crianças foram, voluntariamente, procurar ajuda em clínica. Mesmo sendo amostra feita a partir de autoidentificação, a autora sugere que a pedofilia, em muitos casos, associa-se a vários outros problemas pessoais e sociais, incluindo conflitos familiares, abuso de álcool e drogas, e comportamento antissocial.

A pesquisadora afirma que, a despeito do estoque de conhecimento, os estudos com pedófilos autoidentificados, que ainda não passaram por processo clínico ou não cometeram infrações legais, precisam ser desenvolvidos a fim de verificar se essas características são realmente associadas ou não a fatores psicopatológicos. Os especialistas discutidos por DeYoung (1989) afirmam que o tratamento clínico e a identificação de comorbidades psicopatológicas poderiam colaborar na identificação e, quem sabe, na diminuição do sofrimento dos pedófilos; mas isso ainda é visto como especulação.

Em decorrência disso desenvolveu-se série de métodos e técnicas de investigação para identificar, diagnosticar e sugerir tratamentos para abusadores sexuais infantis. Vejamos alguns deles.

O *Static-99*, criado pelos pesquisadores Karl Hanson (Canadá) e David Thornton (EUA), é instrumento de avaliação atuarial para medir o risco de agressões sexuais e contém dados sobre abuso sexual e pedofilia. O *Sex Offender Risk Appraisal Guide* (SORAG), desenvolvido pelo pesquisador Vernon L. Quinsey (Canadá), apresenta itens que incluem o gênero das vítimas; e um item adicional considerando a avaliação *phallometric* (falométrica) para mensurar a excitação sexual com crianças.

Os pesquisadores Cook e Howells (1981) apresentaram os primeiros métodos, ainda em fase experimental, utilizados para identificar o interesse sexual de adultos por crianças. Entre as principais técnicas estão: *Erotic Arousal Level* (nível de excitação sexual); *Phallometric Method* (método falométrico); *Chemical Indicators of Erotic Arousal* (indicadores químicos de excitação sexual); *Plethysmography* (pletismógrafo); e a eletroencefalografia; além de levar em consideração os batimentos cardíacos, as mudanças na respiração, a reação da pele e o dilatamento das pupilas. Esses elementos em conjunto formariam uma equação capaz de avaliar a pedofilia.

Segundo Richard Laws e Willian O'Donohue (2008), um dos primeiros avanços dos métodos de avaliação de pedofilia nas décadas de 1970 e 1980 foi o desenvolvimento de técnicas de medição para excitação sexual. O *Penile Plethysmograph* (PPG) (pletismógrafo peniano) foi considerado importante instrumento de exame nos laboratórios psicosssexuais nos EUA e no Canadá. O registro de ereção, por parte dos agressores, representa a primeira avaliação e o monitoramento de tratamentos oferecidos por clínicas.

Esse procedimento de investigação consiste em medir a circunferência e o volume do pênis conforme são exibidas imagens de pessoas de várias idades e sexos; de histórias gravadas em áudio sobre relações sexuais entre pessoas de várias idades e sexos. O aumento tanto na circunferência quanto no volume do pênis indica a excitação e o desejo sexual da pessoa e contribui para a definição de alguma preferência sexual.

O *Viewing Time* (VT) (tempo de visualização) tem sido utilizado como boa alternativa para medir a tumescência peniana (processo em que o sangue torna o pênis ereto) porque é mais simples de administrar que o PPG. Segundo os autores, diversos estudos indicam a validade do VT em relação ao PPG.

Um diagnóstico de pedofilia pode ser inferido a partir do comportamento passado do gressor. Há uma escala chamada *Screaming Scale for Pedophilic Interests* (SSPI) que consiste em quatro itens para avaliar as características do molestador. Essas características incluem ter tido pelo menos uma vítima, preferencialmente do sexo masculino; ter cometido múltiplas ofensas; ter pelo menos uma vítima pré-púbere; e ter uma vítima não enquadrada nos critérios anteriores.

O *Implicit Association Test* (IAT) (teste de associação implícita) consiste num teste cognitivo utilizado para avaliar os pedófilos. O IAT é baseado na hipótese da pessoa que possui tendência favorável a determinado tópico (como, por exemplo, o sexo com criança). O indivíduo tende a associar palavras relacionadas a esse objeto mais rapidamente do que uma

pessoa que não tem tal visão favorável. O benefício potencial dessa abordagem é a possibilidade de avaliar a presença de preferência da qual a pessoa não consegue se distanciar.

O *Scales and Card Sorts* (conjunto de ferramentas e escalas), como o próprio nome diz, é um conjunto de ferramentas e de escalas de autodeclaração para identificar a pedofilia. Esse método foi desenvolvido para identificar a preferência sexual de adultos, que se declaram ou não, pedófilos. Esse tipo de avaliação é importante para quem não tem acesso ao laboratório e aos equipamentos de falometria. Embora tal método não deva substituir o PPG, e nem mesmo do VT.

Os métodos de neuroimagem e neurofisiológico têm sido utilizados para medir as atividades neurais e a composição neural de molestadores de criança em comparação aos não molestadores. As diferenças entre esses dois grupos têm sido demonstradas por meio de várias tecnologias, incluindo tomografia computadorizada e ressonância magnética. Alguns estudos focados especificamente em pedofilia indicam que os indivíduos apresentam anomalia no lóbulo temporal. Em outras palavras, isso significa dizer que a pedofilia é apresentada como disfunção do cérebro.

Outros métodos usados para avaliar a pedofilia são: a temperatura do pênis e o volume de sangue na superfície do pênis; a resposta da pele e a pupilometria. As habilidades de diferenciar pedófilos dos não pedófilos, utilizando medidas fisiológicas, são mais precárias do que o PPG, que ainda é considerada a mais confiável ferramenta.

Além dessas técnicas de medição para avaliar o transtorno pedofílico, Laws e O'Donohue (2008) forneceram tipologias de pedófilos e apresentaram algumas terapêuticas utilizadas para tratar os agressores.

Segundo os autores, distinção comum entre os pedófilos não é apenas a preferência pela idade, mas a orientação sexual. Embora a maioria das agressões aconteça contra meninas (aproximadamente 67%), uma proporção substancial é cometida contra vítimas do mesmo sexo (estima-se algo em torno de 13%) e vítimas de ambos os sexos (20%). Geralmente, os textos de falometria apontam relação entre o sexo da vítima e a preferência sexual do agressor.

Child Molester Typology é uma tipologia muito utilizada nos EUA, fornecida pelo *Massachusetts Treatment Center*, uma prisão exclusivamente dedicada aos agressores sexuais considerados mais perigosos. O *Child Molester Typology* consiste em dois eixos:

1.) inclui fixação (grau de interesse pedofílico – baixo ou alto) e competência social (baixa ou alta);

2.) inclui quantidade de contato (contato físico com criança – baixo ou alto), o significado do alto contato (tanto interpessoal quanto narcisístico), nível de dano físico para o baixo contato, e se os danos foram sádicos ou não.

Os tratamentos para pedofilia emergem como modo de prevenção do abuso infantil ou meio de reduzir a reincidência de crimes sexuais: o tratamento para pedofilia serve tanto para as pessoas que querem remediar sua tendência pedofílica quanto para as pessoas que já cometeram agressão sexual e querem reduzir ou evitar a reincidência.

Laws e O'Donohue (2008) afirmam que o PPG também é útil para traçar algumas mudanças em resposta aos padrões de intervenção. Os tratamentos são guiados com o objetivo de reduzir o interesse sexual por crianças e aumentar por adultos. Segundo os pesquisadores, “these treatments are based on pairing an aversive stimulus with stimuli depicting an individual's sexual preference” (Laws & O'Donohue, 2008, p. 192). E em seguida descrevem como o procedimento deve ser conduzido. Ainda segundo os autores, “in classical aversive conditioning, an unconditional stimulus (UCS), such as shock, is preceded by a conditional stimulus (CS+; a description of a deviant fantasy or image of a child) in order to reduce interest in the deviant stimulus, whereas classical discriminative conditioning includes a conditional stimulus (CS-; a description of consenting sex with an adult or an image of an adult) that signals the absence of the UCS. Convert sensitization requires individuals to imagine a situation in which they approach a child but feel nauseous (sometimes they are asked to think of aversive items such as vomit or feces) and feel relief when leaving that situation. Satiation can either be verbal or masturbatory; the latter involves a person masturbating to ejaculation while thinking about appropriate sexual acts, then continuing to masturbate after ejaculation while thinking about his inappropriate preference” (Laws & O'Donohue, 2008, p. 193).

A ideia central do argumento é que o transtorno pedofílico pode ser alterado a partir de condicionamento do indivíduo.

Grande preocupação, presente em qualquer proposta de tratamento, é a questão da reincidência. Por isso, Laws e O'Donohue (2008) descrevem duas técnicas que atuam nesse sentido. O *Cognitive-Behavioral Therapy* (CBT) (Terapia cognitiva-comportamental) e o *Relapse Prevention* (RP) (Prevenção de recaídas). Duas abordagens mais populares de tratamentos psicoterapêuticos usados com abusadores sexuais infantis para evitar a reincidência.

O CBT combina intervenções comportamentais (como as técnicas de condicionamento descritas anteriormente) com terapias cognitivas. A porção comportamental foca na preferência sexual, ao passo que a porção cognitiva foca em distorções cognitivas, atitudes, pensamentos errôneos associados à agressão sexual, que são assumidos por ser produto de aprendizagem social.

Para os autores, como já era esperado, os molestadores de crianças possuem mais distorções cognitivas do que os homens que agredem sexualmente as mulheres. Os padrões de terapia cognitiva trabalham para mudar esses transtornos por meio de: (1) ensinando os agressores como a cognição influencia comportamentos agressivos sexuais; (2) informando-os como as vítimas são prejudicadas; (3) treinando-os a identificar as próprias distorções cognitivas; (4) usando várias ferramentas pedagógicas para ajudar esses homens a compreender e a trabalhar através de suas distorções.

Já o RP é um programa separado com foco nos fatores de manutenção das mudanças trazidas pelo tratamento CBT. O RP objetiva três fatores em particular: (1) a autoeficácia (a confiança em se controlar em situação de alto risco); (2) as habilidades de enfrentamento; (3) a motivação (crescer o desejo de não regredir). Tanto o CBT quanto o RP utilizam modalidades em grupos ou indivíduos, são implementados em pacientes internos ou externos, pode levar de 4 a 30 meses. Alguns programas têm, inclusive, sessões de reforço após o final do tratamento. Muitos programas incluem outras modalidades de educação sexual, gerenciamento da raiva, aconselhamento, treinamentos de empatia e treinamentos de habilidades sociais.

O *Multisystemic Therapy* (MST) (terapia multissistêmica) é voltado para adolescentes com comportamento antissocial. Desenvolvido no final dos anos 1970, o MST se tornou popular, em tempos recentes, para lidar com jovens agressores de alto risco. Trata-se de abordagem única porque é tratamento de base comunitária, que objetiva a múltiplos fatores de risco e de proteção, tais como os aspectos individuais, familiares, amigos, escola, bairro e a comunidade como um todo.

Alguns procedimentos médicos e farmacológicos são também usados para reduzir a excitação sexual a partir da administração de remédios e hormônios que afetam regiões do cérebro relacionadas à função sexual. A classe de remédios utilizados são os *Selective Serotonin Reuptake Inhibitor* (SSRI) (Inibidores Seletivos de Recaptação de Serotonina), usados para controlar pensamentos e comportamentos parafílicos. A Fluoxetina e a Sertralina são os antidepressivos mais comumente prescritos para esse tipo de tratamento.

Similares a outros tratamentos para pedofilia muitas dessas intervenções médicas, que tratam de agressores sexuais (e não apenas de pedófilos), têm como meta reduzir a reincidência. Historicamente, essa forma de tratamento envolve a castração química para diminuir os níveis de testosterona e alterar as regiões do cérebro relacionadas à atividade sexual.

O segundo método que regula os níveis hormonais do apetite sexual combina três técnicas: (1) uso de Acetato de Medroxiprogesterona (MPA) para inibir as secreções do gonadotrófico e reduzir a testosterona; (2) uso de antiandrógeno tal como o Acetato de Ciproterona (CPA) para bloquear os receptores andrógenos por todo o corpo; (3) superestímulo do hipotálamo com o uso de hormônio de libertação do hormônio luteinizante (LHRH) para reduzir os níveis de testosterona ao nível de uma castração química. Nos EUA, a primeira castração química como punição aos agressores sexuais ocorreu na Califórnia em 1997.

Embora ainda discutido como alternativa e solução ao problema, muitos desses métodos têm se tornado virtualmente obsoletos por causa da emergência de procedimentos alternativos similarmente efetivos no ajustamento de níveis de testosterona e menos invasivos e até reversíveis. Apesar da forte relação entre variáveis neurobiológicas em comportamento sexual e tratamento hormonal, Laws e O'Donohue (2008) afirmam que a redução da excitação não altera a identidade sexual do indivíduo.

Como tratamento alternativo, ainda figura a psicoterapia, que é muito criticada pelos autores. Segundo eles, geralmente as psicoterapias são programas derivados de tradições humanísticas e psicodinâmicas (algumas são acusadas de ateóricas e ecléticas); são programas não muito bem documentados; aparentemente desestruturados; e têm poucos resultados analíticos controlados. Nenhum desses estudos alternativos demonstrou redução de reincidência e algumas evidências até sugerem possíveis crescimentos dos casos. Por essas razões, Laws e O'Donohue (2008) não descrevem esses programas com detalhes e descartam a psicoterapia como método viável de diagnósticos, de avaliação e de tratamento para o transtorno de pedofilia.

Em geral, a questão do tratamento de agressores sexuais levanta série de questionamentos éticos, morais e legais, frequentemente misturados com argumentos emocionais e passionais. O principal deles foi a castração física (ablação dos testículos), usada pela primeira vez na legislação moderna na Dinamarca em 1929. Outros países como Alemanha, Holanda, Suécia e Noruega já usavam a castração como pena. Na Inglaterra, a castração não foi permitida por lei. No entanto, a ideia de tornar o indivíduo incapaz tem

custo alto e fere os direitos civis. A hipótese de tornar o indivíduo incapaz só seria indicada para pedófilos de altíssimo risco a partir de análise individual e não deveria ser apenas determinado pela legislação, mas por uma junta de médicos e de juristas.

Alguns países europeus utilizam atualmente, de maneira bastante restrita, a castração química, não apenas como possibilidade de tratamento, mas no conjunto das punições aos agressores sexuais. De modo resumido, pode-se dizer que o Reino Unido permite a castração química voluntária. A Dinamarca e a Suécia admitem a castração química para casos extremos. A França ainda discute projeto de lei que prevê tratamento obrigatório para agressores sexuais, que pode ser psiquiátrico ou farmacológico, com a administração de fármacos para inibir a libido. A Itália discute projeto de lei que objetiva utilizar a castração química, denominada por eles de terapia antagonista de testosterona, de forma voluntária aos condenados por crimes sexuais. E na Áustria a castração química está implementada desde 1999 (cf. Trindade & Breier, 2010, p. 53).

Os trabalhos apresentados acima concordam que alguns modelos de monitoramento são válidos, mas ainda precisam de melhor avaliação para comprovar a eficácia. E há ainda alguns programas de prevenção que usam técnicas de marketing social para convencer possíveis agressores a procurarem ajuda e tratamento antes que a agressão seja cometida. Tais programas são desenvolvidos por associações como a *Stop it Now!*, conforme veremos ao final desse capítulo.

ORDENAMENTO JURÍDICO ACERCA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL NOS EUA: A *LEI DE MEGAN*

Uma parte do ordenamento jurídico sobre violência sexual nos EUA já foi apresentada no capítulo anterior, mas é importante atentar a certa lei federal que existe naquele país desde 1996. A chamada *Lei de Megan*, que autoriza a divulgação pública de dados de criminosos sexuais, condenados pela justiça, que moram, trabalham e/ou frequentam a vizinhança de cada cidade. Em todos os estados americanos, esses registros são divulgados por uma página da internet com o endereço, o nome, a foto da pessoa, o tempo de pena e a descrição do crime cometido.

O principal objetivo desse dispositivo é a constante vigilância dos egressos do sistema carcerário e a transferência para a sociedade civil do controle dos corpos e dos movimentos das pessoas condenadas. A pena cumprida na prisão se converte numa pena perpétua de

vigilância, de cuidados e atenções pela sociedade. Segundo Wacquant, “a exemplo de outros ex-presos, eles podiam, até recentemente, usar do anonimato para refazer a própria vida, uma vez purgada a sua pena. Não é mais o caso depois que o Congresso votou, em 1996, a ‘Lei de Megan’, que prescreve às autoridades a colocação dos ‘sex offenders’ no índice e que os entrega à inquisição permanente e à vingança aberta do público” (Wacquant, 2003, p. 123).

A referida lei leva o nome de Megan Kanka, garota de 7 anos de idade que foi estuprada e assassinada por um vizinho em 29 de julho de 1994, numa pequena cidade do estado de New Jersey (EUA). O crime teve grande repercussão nacional e, devido ao pânico moral causado pelo crescimento de denúncias de casos de violência sexual infantil no país, desencadeou a criação de uma fundação de prevenção de crimes sexuais contra as crianças, e, consequentemente, a *Lei de Megan*.

A questão principal discutida para elaborar a lei foi o fato de Megan Kanka ter sido violentada e morta por um agressor sexual registrado e conhecido em seu estado de origem, que se mudou para uma casa em frente à da família da garota sem que eles soubessem. Logo após a tragédia, a família da menina procurou alertar as comunidades locais sobre os criminosos sexuais que viviam nas redondezas e, consequentemente, desencadeou uma cruzada nacional contra agressores sexuais.

Apenas para ilustrar a dimensão do discurso de defesa às crianças e do pânico moral desencadeado pela “obsessão febril” (nas palavras de Wacquant) em torno dos crimes sexuais infantis, há diversos filmes que retratam as ansiedades sociais ampliadas por esse pânico generalizado. Para citar apenas os filmes mais recentes da última década, temos: *A Promessa* (The Pledge, 2001); *Na Captura dos Friedmans* (Capturing the Friedmans, 2003); *Sobre Meninos e Lobos* (Mystic River, 2003); *O Lenhador* (The Woodsman, 2004); *Mistérios da Carne* (Mysterious Skin, 2004); *MeninaMá.com* (Hard Candy, 2005); *Pecados Íntimos* (Little Children, 2006); *Pelo Amor de uma Criança* (For the Love of a Child, 2006); *Good Dick* (Good Dick, 2008); *Dúvida* (Doubt, 2008); *Um Olhar do Paraíso* (The Lovely Bones, 2009); e *Confiar* (Trust, 2010).

Com exceção do dinamarquês *A Caça* (Jagten, 2012), todos esses filmes são produções norte americanas, ou coproduções, como o filme *Mistérios da Carne*, que tem participação holandesa. Há ainda grande quantidade de documentários e de episódios de séries de TV, como *Law & Order*¹³, no ar há mais de 20 anos que, de tempos em tempos, aborda a violência sexual infantil, tanto do ponto de vista das vítimas quanto dos agressores.

¹³ Na décima temporada de *Law & Order: Special Victims Unit* (2008) há um episódio que retrata aquilo que Michel Foucault (2010) chamou de “falta sem infração”, ou “defeito sem ilegalidade”. No episódio *Confession*,

Como já foi dito, a *Lei de Megan* é federal, mas cabe a cada estado elaborar e divulgar a lista dos nomes dos criminosos sexuais a partir de informações fornecidas pelos órgãos locais de segurança pública e de outras instâncias da justiça criminal. Na Califórnia, por exemplo, os criminosos sexuais já eram obrigados a se registrarem junto aos órgãos locais de segurança pública desde 1947. Mas com a *Lei de Megan*, o estado passou a fornecer ao público as informações sobre o paradeiro de criminosos sexuais para que a população pudesse monitorar a presença desses indivíduos nas redondezas.

Assim, desde 2004, o público pode acessar livremente informações sobre os criminosos sexuais registrados junto aos órgãos locais de segurança pública. Anteriormente, tais informações eram disponibilizadas apenas mediante o comparecimento às delegacias ou por meio de um número de telefone. Agora, todas as informações são públicas e podem ser consultadas a qualquer momento por meio de uma página da internet.

Apesar de ser lei federal, há pequenas variações de jurisdição de um estado para outro. Utilizando a Califórnia como exemplo, o Código Penal¹⁴ estadual autoriza a divulgação dos nomes dos condenados de crimes sexuais na página oficial da internet. As estatísticas de registros de criminosos sexuais são atualizadas diariamente. Para se ter uma ideia, em 14 de julho de 2013, havia 80.966 indivíduos registrados.

O Código Penal da Califórnia ainda define as categorias de criminosos sexuais que são registrados na página da internet. A condenação de agressores sexuais exige que o endereço residencial do sujeito também seja divulgado junto com outras informações pessoais. Mas existem categorias de criminosos sexuais registrados que não podem ser divulgadas nesse website. Os condenados que se enquadram nessa categoria não divulgada devem, mesmo assim, se registrar como criminosos sexuais junto aos órgãos locais e são conhecidos pelos agentes de segurança pública.

Há alguns condenados que podem solicitar a exclusão de suas informações do site. No entanto, se a ofensa for referente a crime de agressão sexual, ou delito de abuso sexual infantil, a exclusão deverá ser concedida se não houver nenhuma outra ofensa registrável, ou

um jovem de 17 anos dirige-se a tal da Unidade Especial para pedir ajuda. Ele diz sentir desejos sexuais pelo meio-irmão de 5 anos de idade, mas que nunca tinha cometido nenhum ato impulsivo. A primeira ação dos investigadores foi procurar a família da criança objeto de desejo e liberar o adolescente por falta de provas, pois o único programa do Estado disponível seria o registro de criminosos sexuais. Após investigação, os policiais encontraram material de pornografia infantil no computador do rapaz e sugeriram uma espécie de acordo: o jovem seria preso por possuir pornografia infantil e depois seria encaminhado para um tratamento psiquiátrico. Mas o final do episódio é trágico: o rapaz é assassinado pelo administrador de um website que defendia a redução do estigma associado à pedofilia.

¹⁴ As informações que seguem nos próximos parágrafos foram retiradas da página oficial do Governo da Califórnia (<http://meganslaw.ca.gov>).

crime de condenação por pornografia infantil. A exclusão também poderá ser concedida aos criminosos que cumpriram com sucesso o período de liberdade condicional. A partir de 1º de janeiro de 2012, a exclusão não pode mais ser concedida, a não ser que o nível de risco pessoal seja baixo, ou moderadamente baixo, de acordo com os critérios estabelecidos pelo departamento de justiça da Califórnia.

De qualquer maneira, exige-se o registro obrigatório de todos os condenados por crimes sexuais cuja informação é pública. Os indivíduos registrados com residência fixa devem notificar o órgão de registro atual por escrito, dentro de cinco dias úteis, sobre qualquer mudança de endereço; e registrar-se novamente, pessoalmente, caso se mudem para nova jurisdição. Mesmo se o indivíduo não tiver residência fixa (ou for desabrigado), ele deverá registrar-se como transiente dentro de cinco dias úteis e não mais do que 30 dias após a liberação por custódia ou condicional. Além disso, todos os indivíduos registrados devem atualizar seus cadastros anualmente dentro de cinco dias úteis, contados a partir da data de seu aniversário; e aqueles classificados como predadores sexuais violentos devem atualizar seus cadastros a cada 90 dias.

Alguns indivíduos, cujas ofensas sexuais registráveis não são divulgadas ao público, poderão ter dispensa do registro após obterem certificado de reabilitação, que pode ser solicitado no período de sete a dez anos (dependendo do crime sexual registrável) após a liberação por custódia, suspensão da pena ou liberdade condicional. Mas os criminosos sexuais registrados, cujos crimes sexuais foram realizados contra vítima menor de 16 anos, estão proibidos, por lei, de solicitar a dispensa da obrigação de registro e de se tornarem empregadores, funcionários, prestadores de serviços, ou de executar trabalhos voluntários em locais com a presença de crianças.

Ao tornar público o acesso, pela população, à informação das pessoas condenadas por crimes sexuais que moram na comunidade, a sociedade passa a ter o controle permanente desses indivíduos, que ficam expostos mesmo após cumprirem a pena. Segundo Wacquant, “os efeitos da disseminação oficial da identidade e da localização dos (ex)delinquentes sexuais não se fazem esperar: estes últimos são regularmente humilhados, frequentemente molestados e insultados e às vezes obrigados a mudar de endereço em razão da hostilidade e das ameaças da vizinhança” (Wacquant, 2003, p. 131).

À parte a execração pública, a *Lei de Megan* produz efeitos de ampliação do pânico moral e de dispositivos de vigilância punitiva sobre as categorias sociais que inspiram medo e repugnância. A figura do pedófilo, de certa forma, acaba mobilizando pessoas supostamente

desinteressadas de qualquer atividade política e que, indignadas e assustadas, estão dispostas a defender a sociedade contra esse monstro considerado predador sexual.

REGISTRO NACIONAL DE AGRESSORES SEXUAIS NOS EUA: *DRU SJODIN NATIONAL SEX OFFENDER PUBLIC WEBSITE (NSOPW)*

Há, cada vez mais, em expansão no mundo ocidental capitalista aquilo que Lööc Wacquant (2003) denominou de “contenção punitiva”. Ao elaborar essa noção, o autor se referia, entre outros mecanismos, aos registros de agressores sexuais nos EUA produzidos pela *Lei de Megan*. Para ele, “os delinquentes sexuais são, com os jovens dos bairros segregados e deserdados, o alvo privilegiado do panoptismo penal que floresce sobre os escombros do Estado caritativo americano. Os condenados por atentados ao pudor são certamente, já há muito tempo, objeto de medos e de medidas especiais em razão do estigma particularmente virulento que os persegue em uma cultura puritana” (Wacquant, 2003, p. 123). Dentre essas medidas, que funcionam como mecanismos de controle, destacam-se os registros de consulta pública dos agressores sexuais disponibilizados pela internet em todo o país.

A *Dru Sjodin National Sex Offender Public Website (NSOPW)*¹⁵ é justamente a página oficial da internet mantida pelo Departamento de Justiça dos EUA em parceria com os estados, os territórios e até reservas indígenas, que proporciona ao público o acesso aos dados dos agressores sexuais em todo o país.

Criada em 2005 como *Sex Offender Registry National Public (NSOPR)*, a NSOPW foi renomeada em 2006, por meio da lei *Adam Walsh Child Protection and Safety Act*, que reorganizou as categorias de agressores sexuais e criou leis mais duras para os crimes de violência sexual contra crianças nos EUA.

A lei leva o nome de Adam Walsh, menino de seis anos de idade raptado e morto no início da década de 1980. Logo após a repercussão desse caso foi criada, em 1984, a organização não governamental *National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC)*. Essa organização contribuiu para desencadear uma série de mudanças no ordenamento jurídico norte-americano, conforme vimos no item anterior.

¹⁵ Informações retiradas de <http://www.nsopw.gov>, jan. 2014.

Já a atual página da internet leva o nome de Dru Sjodin, estudante universitária sequestrada e assassinada por agressor sexual no dia 22 de novembro de 2003, na cidade de Grand Forks, estado da Dakota do Norte (EUA). A *Dru Sjodin National Sex Offender Public Website* (NSOPW) leva o nome dela pelo fato de seu agressor ter sido registrado no estado de Minnesota como criminoso sexual e ter cometido o crime em outro estado. O objetivo central desse site é justamente fornecer informações de localização desses criminosos e o possível paradeiro, em caso de foragidos, independentemente das fronteiras nacionais, tal como subscreve a *Lei de Megan*.

O crime contra a jovem Dru Sjodin é similar ao cometido contra a menina Megan Kanka. A *Lei de Megan* obriga o registro de criminosos que moram na comunidade. Já o *Dru Sjodin National Sex Offender Public Website* é instrumento, no formato de página na internet, que permite acesso às informações de agressores sexuais registrados em todo o país. E para não deixar dúvida, o crime contra Adam Walsh, semelhante aos outros crimes, ocorreu em 1981 e tornou possível a elaboração de todas essas leis e instrumentos de controle.

Portanto, temos três crianças sequestradas, estupradas e mortas cujos casos tiveram grande ressonância na sociedade americana e nomearam as leis e os instrumentos de controle. A morte de Adam Walsh ocorreu na década de 1980 e gerou a lei de proteção às crianças. A morte de Megan Kanka, na década de 1990, foi responsável pela obrigatoriedade de registro dos agressores. E a morte de Dru Sjodin, na década de 2000, foi motivo de criação de um instrumento nacional de acesso à informação de todos os agressores sexuais do país.

O NSOPW é o único site do governo dos EUA que integra as administrações estaduais, territoriais, as reservas indígenas e o governo federal. Pais, empregadores e moradores interessados nessas informações podem utilizar a ferramenta de busca do site para identificar a localização de criminosos sexuais que residam, trabalhem e frequentem a escola, não só em seus próprios bairros, mas em todos os outros estados. O NSOPW fornece informações sobre criminosos sexuais através de uma série de opções de busca, como nome, o endereço, CEP e cidade. Além disso, o site oferece aos usuários informações didáticas de como identificar o abuso sexual e de como proteger as crianças de potenciais agressores.

No Senado Federal do Brasil transitou, por algum tempo, proposta semelhante à *Lei de Megan*, apresentada pela ex-senadora Marisa Serrano, cujo foco era a criação de um mecanismo de registro dos agressores sexuais. O Projeto de Lei do Senado – PLS, nº. 338, de 2009, pretendia alterar o ECA com o objetivo tornar acessíveis ao público informações de condenados por crimes sexuais contra criança. O texto do projeto dizia:

Qualquer pessoa tem direito de acesso a banco de dados sobre pessoas condenadas em processo judicial transitado em julgado por qualquer dos crimes previstos nos arts. 240; 241; 241-A, § 1o, inciso I; 241-B e 241-D desta Lei e nos arts. 213, qualificado pelo seu § 1o; 216-A, qualificado pelo seu § 2o; 217-A; 218; 218-A; 218-B, caput e § 2o, incisos I e II, 227, § 1o; 230, qualificado pelo seu § 1o; 231, qualificado pelo seu § 2o, inciso I; 231-A, qualificado pelo seu § 2o, inciso I, do Código Penal.

§ 1º. O banco de dados a que se refere o caput conterá as seguintes informações referentes às pessoas condenadas:

I – nome completo;

II – data de nascimento;

III – endereço residencial;

IV – endereço do local onde trabalha ou estuda, quando for o caso;

V – crime pelo qual foi condenado;

VI – fotografia em cores.

§ 2º. A pessoa condenada por qualquer dos crimes referidos no caput manterá atualizadas as informações relacionadas neste artigo junto ao juízo da execução competente, salvo se já alcançado pela reabilitação (art. 93 do Código Penal), sob pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

§ 3º. O banco de dados a que se refere o caput deste artigo ficará acessível em sítio eletrônico na internet e trará informações sobre as pessoas condenadas em todo o território nacional, permitindo a realização de pesquisa por nome, código postal ou circunscrição geográfica, conforme o disposto em regulamento.

§ 4º. O acesso ao banco de dados deverá ser precedido de cadastro e registro no sítio eletrônico, para o qual se exigirão informações capazes de assegurar a correta identificação e localização do consulente.

A justificativa do gabinete da ex-senadora dizia que o “projeto de lei destina-se a dotar o Brasil de recurso de defesa social já usado com sucesso nos Estados Unidos da América (EUA). Trata-se do direito de qualquer pessoa ter acesso a informações sobre pedófilos condenados, em caráter definitivo, pela Justiça – incluindo nome completo, endereço residencial e fotografia. O objetivo é simples: permitir aos pais tomar conhecimento da existência de pedófilos condenados residindo próximo à sua própria residência ou à escola de seus filhos, com a possibilidade de identificá-los fisicamente. Esse recurso substantiva-se,

para as pessoas em geral, em direito de defesa social, e, para o Estado, em reforço da segurança pública” (Brasil, 2009, p. 2). Na formulação desse projeto de lei destaca-se o termo “defesa social”, utilizado duas vezes no texto para justificar a criação de cadastro de condenados por crimes de violência sexual infantil.

Por fim, não surpreendentemente, o texto recorreu ao discurso da psiquiatria para dizer que a pedofilia vai além da questão de direito penal e requer tratamento psiquiátrico, pois o problema “não desaparece com a punição ou a repressão penal; não recua com a simples força intimidatória da lei penal. Em outras palavras, o efeito *ressocializador* da pena, aplicada a um pedófilo, é discutível e, portanto, não se pode compará-lo a um condenado comum” (Brasil, 2009, p. 3). Para a senadora, o pedófilo praticamente seria irrecuperável. Com isso, o mecanismo de registro dos condenados, “com eficácia comprovada nos EUA”, seria saída simplista para o problema.

O projeto de lei recorreu à ideia de “responsabilidade social compartilhada”, que ocorre quando o direito penal não fornece “respostas suficientes à sociedade”. Nesse sentido, concordamos com a crítica de Wacquant: “a insistência político-jornalística em torno dos dispositivos de vigilância punitiva instaurados pelas leis de Megan dispensa as autoridades de uma ação refletida que vise realmente deter a delinquência sexual com uma combinação de prevenção e tratamento. É ao mesmo tempo menos dispendioso financeiramente a curto prazo e eleitoralmente mais lucrativo montar *site* na internet – ou ainda oferecer ao pasto midiático a castração de alguns recidivistas com injeção de hormônios ou por ablação dos testículos, como se pratica por exemplo no Texas e no Wisconsin – e lançar coloridos anátemas contra prisioneiros universalmente execrados como monstros do que organizar um programa de cuidados psiquiátricos em meio penitenciário e uma rede de centros terapêuticos no exterior” (Wacquant, 2003, p. 138).

EM DEFESA DA SOCIEDADE: *STOP IT NOW!*

O *Stop it Now!* é uma das mais importantes organizações de combate ao abuso sexual infantil nos EUA, sobretudo na região da Nova Inglaterra. Desenvolve trabalhos de prevenção junto às famílias utilizando técnicas de marketing social e de campanhas de prevenção baseadas em pesquisas de opinião pública, grupos focais de discussão, além de outras técnicas de pesquisa de mercado e comportamental.

Desde 1992, o *Stop it Now!* realiza pesquisas com foco na comunidade para promover mensagens, que visam ajudar os adultos a reconhecer e enfrentar os casos de abuso sexual infantil. A associação reúne dados por meio de consultas telefônicas com adultos e de grupos focais com as famílias afetadas pelo abuso sexual, incluindo pessoas que foram abusadas na infância. A associação não fornece tratamentos, mas se considera capaz de fazer os encaminhamentos adequados para os casos.

Segundo o psicólogo James Hafner¹⁶, responsável pelo desenvolvimento institucional e pelo marketing da associação, o *Stop it Now!* foi fundado com o objetivo de fornecer aos adultos ferramentas de como se posicionar diante do abuso sexual contra criança. A associação entende por adultos os pais, familiares, vizinhos, policiais e profissionais de todos os tipos que lidam com crianças. A associação acredita que todos os adultos, e não as crianças, podem assumir plena responsabilidade diante do abuso sexual infantil conforme aumenta o conhecimento sobre o assunto. Além disso, as pessoas que potencialmente poderiam abusar sexualmente de uma criança têm papel importante a desempenhar na prevenção ao se conscientizar de seus atos e até mesmo se submeter a algum tipo tratamento voluntariamente.

Na visão do *Stop it Now!*, o abuso sexual infantil deve ser tratado como questão de saúde pública preventiva. Por esta razão, a associação segue o modelo de campanhas de saúde pública para criar programas, a partir da combinação de materiais à base de mensagens na mídia, visando mudar o clima social para promover a prevenção do abuso sexual infantil. A associação acredita que é possível evitar o abuso sexual de crianças por meio de campanhas e que a melhor opção para prevenir é através da adoção das seguintes políticas: promover informações precisas por meio de materiais educativos de prevenção; melhoria de serviços para crianças vítimas de abuso sexual; fornecer programas de tratamento especializado para criminosos sexuais; educação sexual oportuna para crianças e adolescentes; melhorar a compreensão dos comportamentos que tornam as crianças vulneráveis; usar os resultados das entrevistas e dos grupos focais com as vítimas, pessoas que abusaram de crianças no passado, e os familiares.

Os principais serviços oferecidos pelo *Stop it Now!* são: fornecer ajuda direta aos indivíduos com dúvidas ou preocupações sobre o abuso sexual infantil, a partir de informações que podem ser obtidas através de telefone confidencial de prevenção, ao estilo *help-line*, e serviço de e-mail; oferecer advocacia de prevenção, que consiste em

¹⁶ Tivemos a oportunidade de conversar com James Hafner em 2012 durante a permanência nos EUA por conta do estágio sanduíche na Universidade de Massachussets/Amherst.

disponibilizar advogados para atuar nos casos de abuso sexual infantil; desenvolver, avaliar e distribuir materiais educativos através do site da instituição; além de outros tipos de publicações, treinamentos, eventos e campanhas de mídia; e do fornecimento de serviços de consultoria e treinamento para profissionais, organizações; da colaborações entre instituições e programas de base comunitária sobre estratégias, políticas e práticas para a prevenção do abuso sexual infantil.

Pode-se dizer que o *Stop it Now!* é uma associação que visa garantir o direito das crianças a uma vida livre de danos sexuais. Com discurso que ora tende a ser progressista ora tende a ser conservador, os esforços da associação, ao estilo do movimento *Child Savers*, são guiados pela compreensão de evitar mal para as crianças a partir de estratégia horizontal de ação enraizada na comunidade local: campanhas de marketing social, grupos focais, workshops, treinamentos para profissionais, palestras para famílias, materiais informativos, disk-denúncias, help-lines, entre outros.

Para o *Stop it Now!*, todos os adultos precisam acreditar na responsabilidade que cada um possui em identificar, reconhecer e confrontar comportamentos que levam ao abuso sexual. E, mais importante, para a associação qualquer estratégia de prevenção no longo prazo deve mudar as normas sociais e as práticas culturais, de modo que o abuso sexual infantil não seja mais tolerado e que formas adequadas de ajuda, de apoio e de atendimento sejam fornecidas às crianças vítimas de abuso sexual. Além de incluir os agressores nos mecanismos de prevenção como forma de reduzir os riscos. Trata-se da sociedade defendendo-se de si mesma ao incluir em seu cotidiano a preocupação com o abuso sexual infantil a partir do exame minucioso das ações dos sujeitos.

A obsessão médica na busca pela verdade, a obsessão jurídica no processo de criminalização e a obsessão social pela prevenção e pela vigilância dos comportamentos, resultam em discursos de “defesa da sociedade”. Essas estratégias de saber-poder, no fundo, exercem o controle da população e constroem positivities em torno daqueles que podem por em risco a “segurança sexual” imaginada, nas sociedades ocidentais modernas, como disciplinadas e normatizadas. Mas, afinal, do que a sociedade deve ser defendida? Dela mesma, a partir de estratégias de disciplinamentos que organizam novos modos de relações entre poder, saber e sujeito.

III

A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO DA PEDOFILIA NO BRASIL E O PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO

No limiar do século XXI, a sociedade brasileira encontrou-se diante de um problema até então pouco discutido: a questão da pedofilia. E tal como as ideias de infância e as de abuso sexual infantil, problematizadas anteriormente, não basta apenas recuperar a história da noção de pedofilia no Brasil para entender seu processo de criminalização. Há que posicioná-la no conjunto de acontecimentos que contribuíram para a emergência dessa categoria e que possibilitaram a articulação de diversos discursos que visam produzir verdades no presente. Diante disso, o capítulo se inicia com a discussão das políticas de institucionalização da infância e da emergência do conceito “menor” como categoria jurídica para lidar com as crianças de famílias pobres. A apresentação de abordagens na área das ciências sociais e de outros trabalhos acadêmicos, que propõem formas de diagnósticos, de prescrições e até de cura para o problema, será de fundamental importância para compreender como o tema da pedofilia entrou em cena no Brasil recente. É central nesse capítulo acompanhar os marcos legais na legislação brasileira e alguns casos julgados no TJSP, para compreender aquilo a que chamamos de processo de criminalização da pedofilia. O objetivo principal é analisar o crescente número de denúncias e o de condenações nos quais o termo “pedofilia” foi utilizado para qualificar os crimes sexuais contra crianças. Muitas dessas peças jurídicas contêm laudos psiquiátricos utilizados como fontes de referência para defensores públicos, policiais, procuradores e juízes na elaboração de denúncias, investigações, inquéritos, processos, sentenças e penas dos acusados. Por fim, analisa-se o movimento “Todos Contra a Pedofilia” como causa política, que reúne diversos segmentos da sociedade engajados em combater esse que é considerado um dos grandes males sociais contemporâneos: o sujeito pedófilo.

REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL

As políticas de proteção à infância e à adolescência têm raízes históricas no Brasil. A assistência à infância está ligada ao processo de institucionalização das crianças, por parte do Estado brasileiro cuja preocupação, desde o século XIX, que girou em torno de crianças de famílias pobres. Durante décadas, as práticas de atendimento à infância foram relativamente as mesmas: encaminhar crianças abandonadas e delinquentes às instituições fechadas de internação.

Em geral, entende-se a história da assistência à infância no Brasil, e do chamado processo de institucionalização, a partir de quatro fases: a caritativa (predominantemente no Período Colonial sob responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia); a filantrópica (que criou, durante o Império, os primeiros asilos de menores); a fase de elaboração de políticas de Bem Estar do Menor (desencadeada pela promulgação do Código de Menores em 1927); e finalmente, a instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, em 1990 (que oficializou em lei a ideia de proteção integral à criança e ao adolescente).

As noções em torno do sistema de assistência à infância e, conseqüentemente, da justiça criminal voltadas às crianças e aos adolescentes fundamentaram-se primeiramente nos Estados Unidos e na Europa em meados do século XIX, e serviram de inspiração ao Brasil. Verdadeira rede de proteção à criança e ao adolescente, cercada de controvérsias, se desenvolveu ao longo de mais de um século; e a discussão acerca de seus resultados práticos na vida das crianças continua acalorada em diversos seguimentos da sociedade. O debate atual em torno do abuso sexual infantil – e da criminalização da pedofilia – pode ser considerado como mais um capítulo dessa história.

De modo resumido, temos os seguintes episódios históricos, que tornaram as crianças alvo de políticas de intervenção estatal, a partir do sistema de justiça para menores: por volta de 1825¹⁷ criou-se nos EUA as primeiras instituições para atender menores criminosos; em 1869, na cidade de Boston (Massachusetts), cogitou-se, pela primeira vez, a ideia de substituir a pena por medidas socioeducativas para reabilitar, educar e disciplinar os menores criminosos. Em 1889 surgiram os primeiros tribunais de menores (Juvenil Courts) em diversos estados do país; e, em 1899, a cidade de Chicago (Illinois) possuía tribunal oficial

¹⁷ Alguns historiadores apontam para precedentes mais antigos, como o Código de Hamurabi (por volta de 2270 a.C.), que distinguia crimes cometidos por crianças e por adultos, as leis civis romanas e os códigos canônicos, que debateram em torno da noção de “idade de responsabilidade”, além de outras leis anglo-saxônicas sobre o direito do *parens patriae* (já discutido anteriormente) (cf. Cox & Conrad, 1978). Mas a ideia aqui é apresentar a discussão a partir da emergência dos primeiros tribunais de menores no final do século XIX no mundo ocidental e a influência desses nos tribunais brasileiros.

para menores em pleno funcionamento, que inspirou a criação de leis similares na Europa, como o *Children Act* de 1908 na Inglaterra. Na França, o tribunal para menores surgiu em 1912, com foco no menor delinquente e na família pobre e trabalhadora.

Segundo Jacques Donzelot (1986), o desenvolvimento de justiça para menores na França funcionava como dispositivo de controle social não só das crianças, mas de toda a população. Para ele, não se tratava de jurisdição para os menores, mas “viga-mestre de gigantesco complexo tutelar” (Donzelot, 1986, p. 105).

Na passagem do século XIX para o século XX no Brasil, a preocupação com a infância levava em consideração, de um lado, crianças e adolescentes provenientes das elites, que deveriam ser preparados para reproduzir o sistema de dominação. De outro, o atendimento às crianças de famílias pobres, cujo foco de atenção do Estado estava em prepará-las para o trabalho (no campo e na cidade) e em mantê-las na ordem e disciplinadas, afastando-as ao máximo do abandono e da delinquência.

É justamente nesse período que os juristas brasileiros “descobrem” a presença de crianças e de adolescentes delinquentes presos nas cadeias em diversas cidades do país. Nesse momento emerge, no discurso da justiça brasileira, a categoria “menor” associada à criança pobre, abandonada e desprovida moral e materialmente pela família, pelo Estado e pela sociedade. Diante dessa situação, o Estado brasileiro precisava tomar providências urgentes. É importante lembrar que há três livros fundamentais da historiografia brasileira que mobilizaram uma literatura importante sobre a história da institucionalização da infância no país. São eles: *História social da infância no Brasil*, organizado por Marcos César Freitas (1997), *História social da criança abandonada* (1998), de Maria Luiza Marcílio, e *História das crianças no Brasil*, organizado por Mary Del Priori (2000). Mas aqui apresentamos, com mais ênfase, os trabalhos que discutem os discursos e as políticas de proteção e assistência à infância.

Em 1989, Marcos César Alvarez defendeu dissertação de mestrado sobre o discurso jurídico e institucional da assistência e da proteção aos menores no Brasil à partir da emergência do Código de Menores de 1927. Segundo o pesquisador, “no início do século XX, um autêntico movimento em favor da infância abandonada e delinquente se constituiu, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Livros, artigos de jornais e projetos de lei passam a propor reformas na legislação e nas instituições referentes aos menores em geral. Advogados, juízes, educadores e médicos participam de uma verdadeira cruzada pela infância e adolescência abandonada ou delinquente. Lopes Trovão, Evaristo de Moraes, Moncorvo Filho, Ataulpho de Paiva, Noé Azevedo, Alcindo Guanabara, Mello Mattos e muitos outros

contribuíram para a construção de um novo tratamento jurídico-institucional para a questão da menoridade” (Alvarez, 1989, p. 52).

Ressalte-se que uma das maiores preocupações nesse momento dizia respeito às políticas higienistas: o Brasil passava por transformações decorrentes do acelerado processo de urbanização e cabia aos médicos, juristas, educadores e políticos controlar e prevenir a população das epidemias, doenças infectocontagiosas e da vadiagem e de outros desvios de conduta moral que pudessem abalar a ordem pública. Nesse contexto, a criança passou a ser o foco principal de atenção por parte do Estado por inúmeras razões.

Segundo Fernando Torres Londoño, “a questão da criança abandonada, vadia e infratora, pelo menos no plano da lei, deixou de ser uma questão de polícia e passou a ser uma questão de assistência e proteção, garantida pelo Estado através de instituições e patronatos. A atenção à criança passou a ser proposta como um serviço especializado, diferenciado, com objetivos específicos. Isso significava a participação de saberes como os do higienista, que devia cuidar da sua saúde, nutrição e higiene; os do educador, que devia cuidar de disciplina, instruir, tornando o menor apto para se reintegrar à sociedade; e os do jurista, que devia conseguir que a lei garantisse essa proteção e essa assistência” (Londoño, 1991, p. 142).

Pode-se dizer que a ideia de rede de proteção à criança e ao adolescente no Brasil está ligada ao desenvolvimento do conceito jurídico de “menor”, cujo objetivo foi sempre o controle estatal de crianças identificadas como abandonadas, infradoras e delinquentes. A própria literatura sobre a história da infância no Brasil se voltou ao problema de crianças pobres, ao trabalho infantil; tratou da questão de delinquência, violência, abandono, prostituição e criminalidade. A questão dos “meninos de rua” esteve bastante presente no imaginário de nossa sociedade. E não apenas como foco de preocupação do poder público, ou objeto de trabalhos acadêmicos, mas tema de filmes com grande sucesso de bilheteria, e até mesmo de romances da literatura brasileira¹⁸.

Percebe-se que as crianças, ao serem entendidas como “menores”, passavam a pertencer ao grupo dos pobres e dos desvalidos. Primeiro por serem vistas como pessoas pequenas e frágeis fisicamente diante dos adultos. Depois porque não tinham muito valor econômico para a sociedade e, por fim, poderiam constituir-se em risco à sociedade, motivo pelo qual a preocupação inicial era com as crianças carentes e abandonadas. O aparato

¹⁸ O filme “Pixote, a lei do mais fraco” (1981), dirigido por Hector Babenco, teve público de mais de 2.500.000 de expectadores. “Cidade de Deus” (2002), de Fernando Meirelles, teve público acima de 3.000.000 de expectadores. “Última Parada 174” (2008), de Bruno Barreto, teve quase meio milhão de expectadores. “Capitães da Areia” (1937), de Jorge Amado, é considerada uma das maiores obras do escritor baiano e trata justamente de um grupo de crianças abandonadas e delinquentes em Salvador (BA).

médico-jurídico, que moldou os discursos sobre a infância, esteve apoiado nas ideias de vigilância, prevenção, educação (em especial aquela voltada para o trabalho); recuperação (reabilitação dos menores viciados); e a repressão (contenção da delinquência). O propósito comum desse aparato discursivo foi o de “salvar” a criança em defesa da própria sociedade¹⁹.

Assim, diante de situação, considerada intolerável no início do século XX, e da preocupação do governo em retirar de circulação das ruas as crianças qualificadas como abandonadas, postulou-se a necessidade de mudança de atitude do Estado brasileiro a partir da criação de um Juizado de Menores, em 1923, e do estabelecimento do Código de Menores, promulgado em 1927, que criminalizava a infância pobre e delinquente.

Outras ações do Estado foram tomadas ao longo das décadas posteriores. Em resumo, temos os seguintes desdobramentos, a partir do Código de Menores: em 1941, o governo de Getúlio Vargas criou o Serviço de Assistência a Menores (SAM); em 1964, foi criada a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), no bojo da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) – as FEBEMs eram justamente os órgãos estaduais dessa política nacional. Em 1979, o novo Código de Menores criou a categoria “menor em situação irregular”. Na década de 1980, as políticas de institucionalização das crianças começaram a ser questionadas, sobretudo a prática de internação como medida de controle e de higiene social – o resultado desse debate foi a redação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos das crianças.

Em 1990 tem-se a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), momento em que o Estado reconhece em lei seu papel na proteção integral à infância e em que há o entendimento da criança como sujeito de direitos.

Mas tanto no passado como no presente a missão desses discursos foi e é basicamente a mesma: salvacionista e moralizadora, com foco na violência e no abandono, pois a categoria “menor”, na forma como foi constituída, indicava que a criança era prioritariamente objeto da justiça²⁰. Segundo Rizzini e Rizzini (2004), essa categoria teve implicações jurídicas que sujeitaram as crianças à aplicação de leis especiais. Para as autoras, “o emprego meramente jurídico do termo cede ao surgimento de uma nova categoria social, a dos *menores*. O *menor* é identificado como o alvo privilegiado de políticas paternalistas, voltadas para o controle e a

¹⁹ A emergência das preocupações públicas e coletivas sobre o papel das crianças e dos adolescentes no mundo do crime, especialmente no crime organizado, também foi tratada por Sergio Adorno em diversos trabalhos. Para citar apenas três, temos: “Criança: a lei e a cidadania” (In: Rizzini, 1993), “Adolescentes, crime e violência” (In: Abramo *et al.*, 2000), “Youth Crime in São Paulo: myths, images and facts” (In: Rotker, 2002).

²⁰ É importante dizer que Mariza Corrêa, em *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil* (1998), também chamou atenção para presença da delinquência juvenil no estabelecimento da medicina legal no Brasil.

contenção social, especialmente a partir da instauração da República, quando o Estado se volta para a construção de políticas centralizadoras dirigidas a essa população” (Rizzini & Rizzini, 2004, p. 68 – grifos das autoras).

No livro *O século perdido*, Irene Rizzini (2008) explora as políticas públicas no Brasil, voltadas às crianças, a partir de dois momentos importantes na história do país: a abolição da escravidão, no final do Império; e a promulgação do Código de Menores, já no período republicano, em 1927. Num primeiro momento, as crianças eram vistas meramente como propriedade privada das famílias e objeto de interesse da Igreja, que prestava caridade às crianças pobres.

Num segundo momento, as crianças passaram a ser percebidas não apenas como objeto, mas como patrimônio da nação, que deveria ser cuidado para se tornar útil e produtivo. Para a autora, o significado social da criança no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, estava moldado ao projeto que conduzia o país a seu ideal de nação. A criança e o discurso de proteção à infância refletiam a preocupação com o futuro do país. Segundo Rizzini, “a consciência de que na infância estava o futuro da nação, tornava necessário criar mecanismos que protegessem a criança dos perigos que pudessem desviá-la do caminho do trabalho e da ordem” (Rizzini, 2008, p. 83).

Rizzini pesquisou o período de 1890 a 1990 e o chamou de “século perdido”, por entender que a história das crianças foi marcada pelo silêncio. Segundo a autora, nesse período de cem anos de história, as crianças brasileiras viveram de discursos e de promessas que se esvaeceram em retóricas sem resultados concretos. Por essa razão, a autora recuperou a fala do médico Arthur Moncorvo Filho que, em 14 de março de 1920, fez longo discurso na inauguração do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, na cidade de Petrópolis (RJ), chamado “Pela infância, tudo!”. Nele, Moncorvo Filho dizia: “nada mais dignifica uma nação do que os cuidados nela empregados com a infância. O progresso de uma nação infere-se pelo passado de sua infância” (Moncorvo Filho, 1920, p. 4). A autora observa que o discurso do médico teve poucos resultados práticos na vida das crianças naquele período e suas consequências podem ser vistas até os dias de hoje.

A problematização em torno da infância se deu, portanto, a partir da utilização da categoria “menor” para lidar com a criança pobre, que era objeto de interrupção jurídica e de controle estatal. Segundo Rizzini, “logo após a proclamação da República, as primeiras leis que tramitavam na Câmara identificavam a criança abandonada (material e moralmente) e delinquente como sujeita à tutela da Justiça-Assistência. Para tanto, criaram-se dispositivos de intervenção, sob a forma de normas jurídicas e procedimentos judiciais, que atribuíam ao

Estado o poder de atuar sobre o menor e intervir sobre a família em todos os níveis – no Legislativo, no Judiciário e no Executivo. Tais dispositivos constituíam, na verdade, uma nova versão de instrumentos de controle adaptados para este segmento da população: foram elaboradas *leis de proteção e assistência ao menor*; inventados os *tribunais para menores*; reestruturadas as instituições para a infância (asilares e carcerárias) e criado um sistema de *liberdade vigiada*, destinado a manter parte dos menores fora do asilo, porém sob cerrada vigilância” (Rizzini, 2008, p. 130 – grifos da autora).

Importante lembrar também que durante esse período – final do Império e início da República – o foco de atenção era quase que exclusivamente voltado aos meninos abandonados e delinquentes. Às meninas eram reservadas instituições de regime claustral com formação religiosa, instrução elementar e ensino de atividades domésticas. O acesso à educação para os meninos pobres também era restrito. Segundo Rizzini e Rizzini, apenas “nove províncias brasileiras instalaram Casas de Educandos Artífices, onde meninos pobres recebiam instrução primária, musical e religiosa, além do aprendizado de ofícios mecânicos, tais como o de sapateiro, alfaiate, marceneiro, carpinteiro, entre outros” (Rizzini & Rizzini, 2004, p. 25). Isso significa dizer que pouco, ou quase nada, era legado às meninas.

Evidentemente, o Brasil não possui muitas razões para se orgulhar de seu histórico de cuidado com as crianças. Para Irene Rizzini (2008), as primeiras instituições de educação de meninos foram implantadas pelos jesuítas que, de um lado, forneciam apenas educação básica (ler, escrever e contar) para as crianças indígenas e, de outro lado, criou colégios para formar religiosos e fornecer instrução superior aos filhos das elites.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, outras ordens religiosas passaram a atuar na educação dos meninos, mas ainda com prática de atender as crianças pobres em instituições asilares. Após o adestramento físico e mental que os jesuítas e outras ordens submeteram as crianças indígenas, o período colonial foi marcado pela violência dos castigos físicos e sexuais nas casas grandes de senhores de escravo, pela discriminação racial e pela rejeição das crianças negras.

O século XVIII foi marcado pelo infanticídio e o abandono em massa de crianças, operado pelo sistema da Roda dos Expostos²¹, criado pela Santa Casa de Misericórdia em 1738 com a intenção de receber crianças recém-nascidas de relações “ilegítimas”, abandonadas e órfãs. Ainda no século XVIII, foram instalados, nas principais cidades brasileiras, diversos orfanatos que funcionavam segundo o modelo de claustro.

²¹ O Museu da Misericórdia em Salvador (BA) mantém até hoje uma Roda dos Expostos em seu acervo.

No século XIX, a partir da influência de ideias iluministas, as instituições asilares para crianças pobres começam a influenciar-se pelo processo de secularização no atendimento e na prática de educação. Mas o Brasil republicano e independente, mesmo com a instalação das primeiras escolas públicas para a formação de crianças pobres, foi marcado pela presença de trabalho infantil, rural e nas primeiras fábricas, dos finais do século XIX.

Assim, a estigmatização da criança pobre, a partir do uso da categoria “menor” como sinônimo de delinquência juvenil, perdurou por todo o século XX. E até os dias de hoje, conforme observa a autora, é possível identificar o pouco alcance das políticas públicas de proteção integral à infância, indicadas pelo ECA – quase nunca as políticas públicas são pensadas do ponto de vista educacional.

Rizzini e Rizzini (2004) afirmam que “ao mudar o regime político, o Brasil já possuía uma vasta experiência na assistência à infância desvalida, intimamente relacionada à educação e à instrução populares. Se a grande questão do Império brasileiro repousou na ilustração do povo, sob a perspectiva da formação da força de trabalho, da colonização do país e da contenção das massas desvalidas, no período republicano a tônica centrou-se na identificação e no estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional capaz de ‘salvar’ a infância brasileira no século XX. Os debates tomaram conta do cenário da assistência à infância no Brasil, escorados na meta da construção da nação republicana, e subsidiados pelas resoluções dos congressos internacionais sobre assistência social, médico-higienista e jurídica à já consolidada categoria dos *menores*” (Rizzini & Rizzini, 2004, pp. 28-29 – grifos das autoras).

Na dissertação de Marcos César Alvarez (1989), citada acima, o autor realizou balanço bibliográfico sobre os trabalhos que abordaram o “problema do menor” no período de redemocratização do Brasil. Para ele, essas análises “começaram mostrando, no início da década de setenta, que se tratava de uma questão que só poderia ser compreendida dentro de um contexto mais amplo de pauperização que levava à marginalidade, terminando por mostrar, no final dos anos setenta e início dos oitenta, a indissociabilidade entre essa marginalização e relações de dominação que remetiam ao conflito de classes dentro de nossa sociedade, salientando-se a importância das instituições na reprodução da marginalização e a resistência dos institucionalizados a esse processo” (Alvarez, 1989, p. 8).

Mas o autor alerta: não basta recuperar o histórico da categoria “menor”, é preciso problematizar as especificidades históricas que contribuem para a emergência da questão. E a dissertação de Alvarez faz a análise dos discursos jurídicos, que sustentam as políticas de proteção aos menores como as produtoras de relações de poder e dominação. Alvarez

menciona que o aspecto salvacionista foi um fator comum aos discursos, que contribuíram para a emergência do processo de institucionalização das crianças no Brasil, a partir da categoria “menor”. A ideia de salvação como bandeira de movimentos sociais preocupados com a infância foi duramente criticada no estudo inovador de Anthony Platt, *The Child Savers: the invention of delinquency* (1977), que analisou a natureza dos tribunais de menores e dos movimentos reformadores no final do século XIX e início do século XX, nos EUA.

Ao realizar a caracterização sobre os membros do movimento de salvação das crianças, Anthony Platt (1977), em vez de dizer que se tratava de pessoas íntegras da comunidade, de benfeitores e beneméritos, os caracterizou como grupo conservador de homens e mulheres de classe média alta interessados meramente na autopreservação. Esses sujeitos tidos como progressistas trabalharam lado a lado com os capitalistas para controlar as massas e o crescente número de crianças pobres, das chamadas classes perigosas, que ficavam fora de casa até tarde da noite vagando pelas ruas das cidades.

Nas palavras de Marcos Alvarez (1989), Anthony Platt “elabora um amplo e interessante panorama do movimento dos ‘salvadores da criança’, como ele chama o grupo de reformadores que realizaram um movimento destinado a subtrair os jovens dos processos do direito penal e a criar programas especiais para crianças delinquentes e abandonadas nos Estados Unidos no fim do século XIX” (Alvarez, 1989, p. 154). Alvarez prossegue dizendo que o autor “mostra, também, que a criação desses tribunais para menores não contribuiu para a humanização do tratamento penal de crianças e adolescentes. Pelo contrário, ao inscrever as reformas em prol da infância num movimento muito maior de reforma das instituições, visando satisfazer as necessidades do sistema capitalista, Platt mostra que a ação dos salvadores da criança criou novas instâncias de controle social e ajudou a diversificar e a centralizar o poder do Estado. Tendo como preocupação essencial a identificação e o controle do comportamento juvenil discrepante, o principal resultado das reformas da legislação sobre a minoridade foi, ainda segundo Platt, fazer chegar ao controle do governo toda uma série de atividades juvenis anteriormente ignoradas, ao definir e regular um estatuto de dependência da juventude, e ao despolitizar a questão da delinquência. Apesar da generalidade de certas colocações de Platt, seu trabalho é essencial para a compreensão dos primeiros tribunais para menores dos Estados Unidos, pelo fato de mostrar que a nova justiça para menores já nasceu, mesmo em seu país de origem, como instrumento de controle social” (Alvarez, 1989, p. 155).

Em suma, o argumento central do livro de Platt é que os reformadores sociais e os *Child Savers* norte-americanos usaram os tribunais de menores não apenas para controlar as crianças de classes baixas, mas, inclusive, para fixar nesses indivíduos o rótulo de

delinquência juvenil, entendida pelo autor como invenção do sistema de justiça. Assim, o discurso supostamente humanizado que tratava de “salvar” as crianças, possuía prática voltada ao controle de uma parcela da população marcada pela criminalidade, pelo racismo e pela ausência de oportunidade.

Pode-se dizer que, conforme os autores discutidos apontaram, a história do processo de institucionalização da criança no Brasil tem certas semelhanças com os movimentos salvacionistas e reformistas sociais dos EUA. Por essa razão, a ideia aqui foi recuperar alguns aspectos do contexto de emergência da categoria “menor” no discurso jurídico brasileiro, utilizada essencialmente para lidar com o problema da criança pobre no início do século XX; e apresentar seus desdobramentos no interior do sistema de justiça e de assistência às crianças.

Similarmente, os discursos que contribuíram para a emergência da discussão sobre a violência sexual infantil nas últimas décadas do século XX, especialmente nos EUA, guardam afinidades com os discursos presentes no Brasil na passagem para o século XXI, conforme apontamos nos capítulos anteriores. Com isso, pode-se dizer que as políticas para as crianças e os adolescentes, ao longo dos últimos cem anos, tiveram como foco principal o controle social.

A emergência do conceito de abuso infantil, que passou a ser utilizado com mais frequência a partir do congresso de médicos na cidade de Denver (EUA), em 1961, é um episódio dessa história. A preocupação recente em torno da pedofilia não é diferente. O enfoque ainda é o controle. A forma, o conteúdo e os sujeitos, agora são outros. Nesse caso, o controle não se dá apenas no combate ao abuso sexual como agressão à infância e, sim, como controle do desejo e da alma do agressor em nome da segurança da criança.

Para finalizar a discussão das políticas de proteção à infância e à adolescência, é importante dizer que o Brasil atualmente segue as diretrizes do ECA, que é resultado de longa mobilização de vários setores da sociedade (ativistas, políticos, juristas etc.) que buscavam romper com o modelo assistencialista e repressivo vigente até o início da década de 1990.

A promulgação do ECA é considerada um marco regulatório para a proteção integral da infância e a garantia de direitos específicos às crianças. O texto da lei também trata das medidas a serem aplicadas aos pais e responsáveis em casos de abuso sexual infantil. Muitas das mudanças operadas recentemente nas leis sobre exploração, prostituição, pornografia e violência sexual infantil, além da própria noção de pedofilia, derivaram das bases legais estabelecidas no ECA.

O ECA instituiu uma série de dispositivos, visando proteger integralmente à criança. Entre eles, destaca-se o Conselho Tutelar como órgão executor de funções públicas

responsáveis por zelar pelos direitos da criança e do adolescente em cada município, composto por pessoas representativas da própria região. Este dispositivo tem a função de escutar, orientar, atender, acompanhar e encaminhar qualquer tipo de violação do ECA aos órgãos responsáveis.

De acordo com o ECA, Art. 131, “o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”. Muitos casos de denúncia de abuso sexual infantil, quando os denunciados não são pegos em flagrante pela polícia, têm a participação direta do Conselho Tutelar, que pode, inclusive, representar juridicamente a criança em casos de suspensão ou perda do pátrio poder.

Além dos conselhos tutelares, o ECA estabeleceu a criação de conselhos de defesa dos direitos da criança e do adolescente em vários níveis (federal, estadual e municipal), como órgãos deliberativos de políticas públicas voltadas à infância. No Brasil, existe em âmbito federal o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), ligado à Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República²². Em nível estadual, o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA), que no estado de São Paulo está ligado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC). E em âmbito municipal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), que na cidade de São Paulo está ligado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Todos esses conselhos de defesa dos direitos das crianças são responsáveis pela articulação entre o Estado e a sociedade civil. Isso significa, evidentemente, que as ideias e as possíveis ações em torno da problemática da violência sexual infantil são gestadas nesses dispositivos estatais e se espalham para outros setores da sociedade.

O ECA também contribuiu para a concepção de serviços, instituições, organizações não-governamentais, fundos específicos voltados à proteção da infância. Dispositivos, como o Disque 100 – especializado em denúncias de crimes contra a criança, que são encaminhadas diretamente à Polícia Federal²³. E o reconhecimento do abuso sexual infantil como questão de

²² Também está vinculada à SDH a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA), criada em 2003 pelo Decreto nº 4.671. Este órgão é responsável pela execução do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA), que busca mobilizar a rede de combate a violência sexual infantil, sistematizar dados e elaborar campanhas de informação e de prevenção.

²³ A Polícia Federal também mantém uma página na internet para a mesma finalidade: <http://nightangel.dpf.gov.br>

Estado, a partir da instituição do dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, criado pela Lei nº 9.970/00.

Há diferenças fundamentais entre os conselhos tutelares municipais e os conselhos de defesa dos direitos das crianças. Os primeiros são órgãos autônomos e permanentes, não pertencem ao Poder Judiciário; são controlados pela comunidade local, com representantes eleitos para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Os segundos, de acordo com a Constituição Federal, pertencem ao Poder Judiciário, têm poderes deliberativos e são responsáveis por fixar os critérios de utilização dos recursos públicos por meio de planos de aplicação das receitas referentes às políticas de atendimento à infância.

Mas é o Conselho Tutelar que lida diretamente com o atendimento à população, tanto das famílias quanto das crianças. A cidade de São Paulo, por exemplo, possui 44 conselhos espalhados em todas as regiões. E grande parte das denúncias de abuso sexual infantil chega, num primeiro momento, ao Conselho Tutelar que, por sua vez, realiza a denúncia junto ao Ministério Público, responsável legal para representar as crianças na Justiça.

Mas desde o final do século XIX – com a criação dos tribunais de menores, passando pelas políticas de institucionalização das crianças até chegar ao chamado período de proteção integral à infância e os instrumentos legais de combate ao abuso sexual infantil do início do século XXI –, o foco de atenção à infância esteve centrado na ideia da criança vitimada.

A EMERGÊNCIA DO TEMA PEDOFILIA NO BRASIL

No Brasil, vasta literatura sobre o abuso sexual infantil e a pedofilia veio à tona nos últimos anos, por meio da publicação de pesquisas, livros e artigos destinados a explicar, conceituar e indicar possíveis soluções para o problema. Em torno dessas questões, cresce toda a prolixidade e abundância de discursos nos mais diferentes domínios do saber. Diante disso, como abarcar essa nova realidade da pedofilia e essa multiplicidade de discursos?

A tarefa não é simples. Tendo como fio condutor esta questão é preciso levar em consideração um conjunto heterogêneo de discursos que a constitui como objeto do conhecimento. Porém, não basta ficar apenas no nível discursivo. É preciso entender o desenvolvimento de saberes e poderes que constituem verdades, uma vez que o ponto em questão, a pedofilia, não pode ser considerado objeto exclusivo da psiquiatria e de nenhum outro saber, mas do conjunto de saberes que constitui discursos de verdade.

No que se refere à emergência do tema pedofilia no Brasil, a principal ideia dessa seção é mobilizar quantidade grande de autores de diferentes áreas do conhecimento, de pesquisas recentes, de perspectivas, de intenções e de posições diferenciadas presentes nos mais diversos estudos, que possam indicar o estado atual do debate em torno da pedofilia.

Não se trata de modificar, corrigir, ou eventualmente anular, os textos científicos discutidos aqui. Trata-se de apresentá-los tal como são; extrair deles os principais argumentos sem, necessariamente, fazer um tratamento interpretativo, voltado exclusivamente ao interesse da pesquisa; sem posicionamento valorativo em relação às perspectivas teóricas adotadas; ou mesmo a hierarquização da validade e da legitimidade dos discursos.

Trata-se, antes de tudo, de esforço de sistematização de literatura aparentemente distinta, que procura problematizar a pedofilia no presente momento no Brasil. Embora esse tipo de exposição bibliográfica possa aparentar, em determinados momentos, ser demasiado longa, a ideia é precisamente expandir ao máximo as possíveis representações da pedofilia no Brasil.

Não se trata meramente de encadeamento bibliográfico do tipo “fichamento”, mas de mobilizar autores de diversos campos do saber entendendo-os também como objeto de análise, uma vez que o discurso em torno da pedofilia não é apenas produzido no embate entre os saberes médicos e jurídicos: possui a colaboração e a legitimação de outros saberes em sua constituição. Da mesma maneira, não acreditamos que todos os textos que empregaram a pedofilia como mote de análise foram explorados aqui – há certamente muitas ausências. Procuramos ser o mais abrangente possível a fim de, ao menos, apresentar os trabalhos mais relevantes sobre o tema.

Apesar da crescente consternação pública, em especial por parte da mídia, dos setores conservadores da sociedade e dos políticos, acerca da pedofilia, o interesse científico em torno desse tema é recente e relativamente baixo no meio acadêmico brasileiro. No domínio das ciências sociais, por exemplo, encontramos poucos trabalhos sobre o tema do abuso sexual infantil atualmente. Embora esses trabalhos acadêmicos tenham frequentemente abordagem crítica, são também parte de um corpo de saberes e poderes produtores de discurso de verdade, uma vez que a psiquiatria e o direito buscam suportes e justificações em outros saberes legitimados de modo a autorizá-los.

Uma das principais discussões sociológicas sobre a pedofilia no Brasil se dá justamente em torno da pornografia infantil e da divulgação de vídeos e de imagens pela internet. Sobre esse tema, destacam-se os trabalhos de Tatiana Savoia Landini, que realizou suas pesquisas (mestrado e doutorado, em 2000 e 2005 respectivamente) no departamento de

sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP); atualmente é professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Os trabalhos acadêmicos e os artigos de Landini procuram traçar as características atribuídas à pedofilia e à imagem do agressor pela mídia impressa. Em boa parte de seus trabalhos, a pesquisadora analisou os arquivos dos jornais *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo* entre os anos de 1994 e 1999. Ela identificou uma narrativa da violência sexual contra crianças permeada pelos conceitos de classe, violência e doença a partir da visão do senso comum de que a violência é produto da pobreza. A autora faz interessante correlação entre classes sociais e o modo de abordar os crimes de abuso sexual infantil. Segundo a autora, de um lado, a categoria “pedofilia” estaria normalmente associada aos crimes cometidos por pessoas de classe média e alta e, por outro lado, a categoria “estupro” estaria associada aos pobres.

O pesquisador Alessandro José de Oliveira, vinculado à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), realiza sua pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais desde 2007. Ele esforça-se em entender a pluralidade de sentidos da pedofilia. A partir das definições médicas e das inconsistências das categorias sexuais, o pesquisador trabalhou com depoimentos de pedófilos e com as impressões que as crianças e os adolescentes tinham em relação aos seus abusadores. O pesquisador fez um balanço histórico sobre os termos empregados no campo médico psiquiátrico para caracterizar a pedofilia e trabalhou com depoimentos de pedófilos retirados da internet. Segundo ele, uma das principais categorias em disputa é a de “boylovers” como termo que se oporia à ideia de doença, de crime ou de monstrosidade. Em artigo intitulado “De ‘Pedófilo’ à ‘Boylover’” (2009), Oliveira discute a disputa entre as categorias sexuais tendo, de um lado, a pedofilia como patologia e, de outro, a pluralidade de sentidos por parte de um grupo que busca legitimidade social.

A antropóloga Laura Lowenkron, atualmente vinculada ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Universidade Estadual de Campinas (PAGU/UNICAMP), defendeu em 2012 sua tese de doutorado no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Antes, no mestrado (também defendido na UFRJ em 2008), Lowenkron já havia estudado a relação entre minoridade e sexualidade e as estratégias de controle social e de normalização da conduta sexual. A dissertação apresentou panorama histórico sobre violência sexual até chegar à problematização da pedofilia; e discutir alguns casos, que ela chamou de “escândalos” e o tratamento jurídico para questão. No doutorado, a pesquisadora deu continuidade à análise sobre a construção da violência sexual contra a criança como problema

social e político e encontrou na pedofilia uma estratégia etnográfica profícua para a pesquisa. Em sua tese, *O Monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*, Lowenkron (2012) apresentou as condições que possibilitaram o aparecimento do tema como um problema social e como causa política de raiz conservadora.

Para empenhar tal tarefa, a autora utilizou documentos da Polícia Federal; o relatório da CPI da Pedofilia no Senado; textos publicados na imprensa, declarações de organizações de defesa dos direitos de crianças e adolescentes; debates dos operadores do direito; e a legislação brasileira sobre a questão da violência sexual infantil. Em outras publicações, tais como “Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas?” (2010); e “Todos Contra a Pedofilia: notas sobre a construção da pornografia infantil como ‘causa política’ e ‘caso de polícia’” (2011); a autora realizou discussão sobre os trabalhos da CPI da Pedofilia no Senado, as ações de combate à pornografia infantil e apontou para algumas disputas envolvendo categorias classificatórias da violência sexual contra crianças. Os trabalhos mais recentes de Lowenkron (2013) se desdobram sobre o imenso material de pesquisa levantado durante o doutorado e acrescenta questões relacionadas ao tráfico internacional de pessoas.

Em agosto de 2013, Mariana Cintra Rabelo defendeu a dissertação de mestrado *Salvar cordeiros imolados: a gestão do combate à pornografia infantil na internet e a proteção de crianças*, no departamento de antropologia da Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa centrou a análise no GECOP (Grupo Especial de Combate aos Crimes de Ódio na Internet), órgão central da Polícia Federal em Brasília, responsável pelas investigações referentes à pornografia infantil na internet. A autora examinou a construção da figura da criança como vítima a partir desse aparato legal – e governamental – de combate ao crime pela rede de computadores.

Em março de 2008, Karen Michel Esber defendeu a dissertação de mestrado, *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*, no departamento de psicologia da Universidade Católica de Goiás. Atualmente, a pesquisadora desenvolve seu doutorado em sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Dessa vez, o foco está na análise dos relatos de autores de violência sexual contra crianças e adolescentes visando preencher uma lacuna dos trabalhos acadêmicos atuais, que frequentemente negligenciam os perpetradores e dão mais atenção às vítimas e às famílias. A diferença entre os dois trabalhos da autora é que no mestrado, em 2008, a pesquisadora acompanhou três sujeitos encarcerados em sessões de psicoterapia. E agora, no doutorado, amplia o universo da amostra e investiga a história de vida dos autores, das vítimas e as questões ligadas à sexualidade de todos os envolvidos.

Durante o XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro em 2009, no GT *Sexualidades, Corporalidades e Transgressões*, foi apresentado um trabalho pelas pesquisadoras Lore Fortes e Jeniffer Campos Azevedo, vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que questionavam a forma como a sociedade e suas instituições se movimentam diante dos acontecimentos que envolviam casos de pedofilia. Levando em consideração a repercussão do tema nos meios de comunicação de massa e suas ressonâncias no senso comum, as autoras constaram que a pedofilia era considerada um tipo de anormalidade sexual, que violava a relação heterossexual vista como normal e produtiva.

Segundo elas, os atos de pedofilia são socialmente temidos não apenas por seu perfil patológico, mas também por configurarem uma espécie de crime contra o preceito social de conservação da infância. Consequentemente, os discursos proferidos pela mídia revelavam a preocupação da sociedade com essa questão e o anseio de punição.

Em 2006 foi publicado nos *Cadernos Pagu* artigo intitulado: “Afim, quem é mesmo pedófilo?”. Neste artigo, Jane Felipe problematizou alguns aspectos pertinentes ao debate contemporâneo em torno das novas modalidades de experimentação dos desejos erótico-sexuais, com destaque especial para a pedofilia e os modos pelos quais tais conceitos foram ressignificados nos últimos anos. Partindo de uma abordagem pós-estruturalista e tendo como referencial teórico os estudos de gênero, a autora demonstra que, apesar das tentativas de categorizar e normatizar determinados comportamentos sexuais a partir de campos específicos do conhecimento, estes sempre escapam dos sentidos que lhes são atribuídos.

Segundo a autora, “os conceitos sempre nos escapam, pois as tentativas de categorização dos comportamentos são uma produção no campo da linguagem, e estas sempre parecem tão insuficientes para dar conta da complexidade dos comportamentos e sentimentos aos quais estamos sujeitos” (Felipe, 2006, p. 201). Desse modo, a noção de pedofilia deve ser entendida de modo mais abrangente, para além das fronteiras entre a psiquiatria e o direito, porque passa a ser entendida como prática sexual que ganha contornos contraditórios na sociedade contemporânea.

Os demais trabalhos de outras áreas formam conjunto de textos que buscam compreender, interpretar e, em alguns casos, encontrar soluções e curas para a pedofilia. A maioria das pesquisas recentes está concentrada na área médica, embora seja possível encontrar trabalhos nas áreas do direito, da psicologia e da educação. Vale lembrar que há muitos militantes de defesa dos direitos das crianças que buscam suportes teóricos nos departamentos acadêmicos para fundamentar seus trabalhos diários de atendimento às vítimas de violência sexual.

O artigo da médica Clésia Andrade Sadigursky (1999) e a dissertação de mestrado da advogada Delane Barros de Arruda Mendonça (2007) discutem a presença da pedofilia no direito penal brasileiro. Na dissertação, a autora realizou interessante discussão sobre as questões morais e legais em torno da pedofilia e os efeitos da vida moral sobre o direito. Já para Sadigursky (1999), o Código Penal Brasileiro e o Estatuto da Criança e do Adolescente determinam que o abuso sexual em crianças e adolescentes seja obrigatoriamente notificado às autoridades (polícia, conselho tutelar, juizado da infância) para a apuração de responsabilidades. Da mesma forma, os profissionais de saúde devem ser os primeiros a terem contato com a criança abusada sexualmente. Porém, conforme apontado no artigo ocorre que as crianças não costumam revelar o ocorrido por medo, inocência, vergonha ou culpa. Desse modo, a proteção à criança abusada sexualmente volta-se para a necessidade da capacitação de profissionais que saibam lidar com essas pessoas e que sejam capazes de diagnosticar, acolher, encaminhar as denúncias e tratar as vítimas e as famílias.

Na área da medicina psiquiátrica encontramos diversos trabalhos. Dentre eles, um artigo publicado em 2006 na *Revista de Psiquiatria Clínica* chama atenção pelo título: “Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura” (Aded *et al.*, 2006). Nesse trabalho, um grupo de pesquisadores faz um balanço bibliográfico em medicina legal e psiquiátrica sobre maus tratos contra crianças e adolescentes. Nas palavras dos pesquisadores, o abuso sexual contra crianças ocorre desde a Antiguidade e é uma das formas mais danosas para o desenvolvimento da infância. Eles disseram que a literatura médica é unânime em apontar os malefícios à saúde mental das vítimas, sobretudo no convívio social. O artigo ressalta a importância do exame médico-legal e dos procedimentos policial e judiciário para o estabelecimento da verdade sobre a ocorrência do abuso sexual.

No artigo “Transtornos de preferência sexual”, publicado numa revista médica chamada *Diagnóstico e Tratamento* no ano de 2006, os médicos Giancarlo Spizzirri, Carmita Abdo e Albangela Machado, apoiados nas definições da Organização Mundial de Saúde – OMS, dizem que os transtornos de preferência sexual, ou parafilias, são transtornos mentais caracterizados por comportamentos, fantasias ou pensamentos sexuais recorrentes, intensos e sexualmente excitantes, por período igual ou superior a seis meses e que envolvam objetos e pessoas, cujas consequências podem ocasionar limitações e angústias em outras áreas da vida, como relacionamento conjugal, familiar e social.

Para os autores, os transtornos são mais prevalentes em homens mais velhos do que em mulheres e jovens. As principais conclusões desse artigo são as de que esses transtornos se iniciam na adolescência e persistem ao longo da vida. É interessante perceber que para os

médicos as causas desses transtornos são obscuras, mas eles acreditam que as alterações do desenvolvimento psicosssexual associadas a fatores neurobiológicos, endócrinos e de neurotransmissão podem compor a gênese dos principais transtornos sexuais, em especial, da pedofilia.

Em artigo para a *Revista de Medicina de Minas Gerais* (2010), Cassandra Pereira França procurou esclarecer as confusões terminológicas contidas nas citações de distúrbios psicopatológicos, como acontece com a psicopatia e a pedofilia. A autora estabeleceu contrapontos com a nosografia psicanalítica que, nos dias de hoje, classifica tais distúrbios como pertencentes aos quadros de perversão. Segundo ela, há uma síntese da definição clássica de psicopatia e de outras classificações psiquiátricas que dela se avizinham.

Já a pesquisadora Vanessa F. M. Gomes Marsden (2009) analisou a pedofilia como transtorno bipolar e estabeleceu relação com a dependência de álcool e de drogas. No artigo, a autora apresentou o caso de um paciente em tratamento para dependência de substâncias (álcool e heroína), que tinha transtorno bipolar e praticava atos de pedofilia. A autora fez questão de frisar que poucos casos relatando relações como essas foram descritos na literatura.

De fato isso ocorre. E um dos poucos trabalhos que também fez essa relação foi uma tese de doutorado defendida na Faculdade de Medicina da USP em 2005 em que o pesquisador Arthur Guerra de Andrade analisa o consumo de drogas e a impulsividade sexual no geral, sendo a pedofilia um dos casos apresentados e discutidos.

Na tentativa de traçar perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças, um grupo de pesquisadores do Núcleo de Psiquiatria e Psicologia Forense (Nufor), da Faculdade de Medicina da USP, publicou trabalho, em 2009, sobre as práticas de abuso sexual contra crianças como fenômeno universal. Segundo os autores, o abuso sexual ocorre em todos os tempos e lugares e atinge todas as classes socioeconômicas. Enquanto a maioria dos estudos investiga as vítimas, os poucos estudos sobre agressores se concentram principalmente em dados demográficos.

Assim, os autores realizaram uma revisão da literatura sobre a classificação de molestadores sexuais de crianças, de acordo com o perfil psicológico e comportamental e identificaram as tipologias mais utilizadas com possíveis contribuições à psiquiatria e a psicologia forense. Segundo eles, a utilização do perfil psicológico em crimes sexuais é de fundamental relevância no contexto médico-legal, mas ainda carece de bases científicas mais sólidas (cf. Serafim *et al.*, 2009).

Do ponto de vista psicanalítico, o livro de Fani Hisgail, *Pedofilia: um estudo psicanalítico* (2007), traz panorama sobre o impacto da pedofilia na vida cotidiana dos agressores sexuais e das vítimas de abuso. Para a autora, o ato pedófilo é sintoma da cultura contemporânea. Trata-se de ação na qual o adulto, em sua subjetivação, coloca a criança no lugar de um objeto de gozo para uma libido errante. A questão central apresentada é a motivação do sujeito em desprezar uma lei simbólica e social para colocar em ação a sua fantasia.

A partir dessa questão, a autora faz interessante análise psicanalítica para se pensar os caminhos pulsionais que estão em jogo. A autora não se limita a pensar numa abordagem psicanalítica freudiana inspirada em Sandor Ferenczi (psicanalista que analisou a relação entre adulto e criança no estudo clássico sobre a “confusão das línguas”, já citado anteriormente), mas considera a libido, o desejo, a perversão, o fetichismo, a dor e o sofrimento, nos casos de pedofilia, como respostas às formas de subjetivação do mundo contemporâneo.

Ainda na área da psicanálise, há outros artigos que discutem casos de pedofilia na clínica. O médico e psicanalista José Del-Fraro Filho, integrante do Fórum de Psicanálise de Minas Gerais, publicou em 2004 estudo no qual apresenta um caso de pedofilia a partir da articulação entre neurose traumática e atuações pedofílicas como perversão patológica. O parágrafo inicial do artigo do médico é revelador do ponto de vista das correlações estabelecidas ao longo de todo o texto: “recebi um homem de cinquenta anos, solteiro, que chamarei B, bem aparentado, extremamente formal, indumentária impecável, linguagem rebuscada e praticamente isenta de erros gramaticais e de afetos. Não se mostrava angustiado ou em conflito. Era alertado por sua idosa e presente mãe sobre ‘loucuras’ que vinha cometendo ao se envolver com meninas cada vez mais jovens (12-8 anos)” (Del-Fraro Filho, 2004, p. 57).

Chama atenção o espanto do psicanalista diante do paciente ao descrever seus trajes e sua linguagem, quase que não acreditando que poderia estar diante de um abusador sexual infantil. Nessa mesma linha de raciocínio, um texto publicado em 2006 no periódico *Pulsional – Revista de psicanálise*, Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto expõe um caso de pedofilia e articula a vida do sujeito com as posições nos relacionamentos e na vida profissional.

Em entrevista ao site do Instituto Humanitas Unisinos²⁴, o psicanalista Mario Fleig diz que o pedófilo é vítima de seu desejo e de sua perversão. A partir da experiência de

²⁴Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br>, acessado em set. 2013.

atendimento em consultório a pacientes pedófilos, o psicanalista afirma que estes sujeitos parecem estar convencidos de que sentem verdadeiro amor paterno pelas crianças abusadas. Por isso, segundo ele, os pedófilos são pessoas que sinceramente se dedicam a querer fazer o bem à criança por meio de relações sensuais, amorosas e sexuais.

No campo da psicologia, encontramos um conjunto de artigos e de trabalhos acadêmicos. Juntam-se a esse conjunto, trabalhos na área de educação e estudos históricos sobre a infância. No geral, essas discussões trabalham com estudos de casos, com denúncias de abuso, com a ideia de prejuízos morais para as vítimas e buscam apontar fatores sociais e emocionais para o comportamento desviante, tentam explicar a dimensão real do problema e também apresentar propostas para diagnosticar e, se possível, solucionar o problema. De modo geral, a psicologização e a psicanalização tendem a tornar tudo uma questão sexual, quando se trata de uma questão social.

Na fronteira entre o direito e a psicologia, ou a chamada psicologia jurídica, encontramos os trabalhos do psicólogo Jorge Trindade. Em livro, escrito juntamente com o advogado Ricardo Ferreira Breier, *Pedofilia: aspectos psicológicos e penais* (Trindade & Breier, 2010), há preocupação em unir o direito e a psicologia para tratar da complexidade do “fenômeno contemporâneo da pedofilia”.

Para os autores, não há dúvida de que os pedófilos representam risco à criança, à família, à sociedade, e apresentam desafios à própria justiça, uma vez que é difícil encontrar o equilíbrio entre a pena justa, a segurança social e a possível reabilitação do indivíduo. Para os autores, “a pedofilia, embora contemplada pelos sistemas classificatórios vigentes (CID-10 e DSM-IV), tem sido considerada uma entidade atípica” (Trindade & Breier, 2010, p. 84). Os autores acreditam que ao tratar a pedofilia como doença mental o sujeito teria suas responsabilidades penais reduzidas. Por isso, entendem que a pedofilia deva ser abordada como desordem moral para que o agente se responsabilize por seus atos.

Outro tema presente nessas discussões acadêmicas e científicas (e também políticas) é a erotização da infância voltada ao consumo e à exploração que a mídia faz disso. Encontramos essa discussão em pelo menos três artigos publicados no ano 2003. O estudo de Jane Felipe e Bianca Salazar Guizzo sobre o que elas chamam de “pedofilização da sociedade” discute o conteúdo das propagandas impressas, entendidas como artefatos culturais que veiculam e afetam a construção das identidades infantis, especialmente em relação ao gênero e à sexualidade.

Em outro artigo, “Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo” (Felipe & Guizzo, 2003), as mesmas pesquisadoras apresentam alguns resultados de análise de uma

pesquisa intitulada “Infância, gênero e sexualidade: a ‘pedolifização’ da sociedade e o consumo dos corpos infantis” em que foram examinados materiais didáticos e paradidáticos, além de outros materiais voltados para as crianças como brinquedos, filmes, propagandas e programas de TV. Neste trabalho, especificamente, as autoras observaram que as transformações sociais e culturais das últimas décadas, em combinação com o acesso infantil às informações sobre o mundo adulto, especialmente com o surgimento de novas tecnologias, afetaram drasticamente as vivências infantis, acarretando uma crise da infância contemporânea. Segundo as autoras, é possível verificar que as representações de pureza e de ingenuidade, suscitadas pelas imagens infantis veiculadas pela mídia, têm sido substituídas por imagens extremamente erotizadas, principalmente em relação às meninas. Por isso que, segundo elas, tal processo pode ser chamado de “pedofilização da sociedade”, uma vez que a criança passa a ser vista como vítima de uma sociedade abusiva.

Seguindo esse mesmo argumento, o texto de Ivo Lucchesi, “A mídia e a cultura pedófila” (2003), trata da estetização da infância. Para o autor, a mídia tem difundido matérias sempre em tom escabroso sobre os casos de pedofilia. Com isso, a reação do senso comum frente a tais horrores tende a ratificar o julgamento e a ampliar o pânico moral contido nas mensagens dos textos das reportagens jornalísticas. A partir da exibição sucessiva de denúncias e de fatos, a sociedade promove a ascensão da pureza como valor máximo, empurrando para debaixo do tapete a sujeira de sua própria produção cultural, que Ivo Lucchesi chama de “cultura pedófila”.

Para ele, essa cultura “não é uma realidade societária na qual vigore a prática da pedofilia. [...] A pedofilia em si sempre esteve no rol das perversões em quaisquer épocas e culturas. Sobre tal, portanto, nada há a acrescentar, além do que centenas de estudos, análises e pareceres registram. Casos sempre existiram, uns noticiados outros não. O ponto relevante, pelo menos para os propósitos desta reflexão, se além ao reconhecimento e desmascaramento de uma construção cultural que subliminarmente abriga em sua fundação um imaginário de perfil pedófilo” (Lucchesi, 2003, p. 114).

O campo do direito frequentemente interpreta a pedofilia apoiado no saber médico-psiquiátrico. Embora nunca tenha discutido diretamente a categoria “pedofilia”, Michel Foucault explorou bem as fronteiras entre os saberes médico e judiciário em diversos escritos e, especialmente, no curso *Os anormais* (2010), para falar do “sexo das crianças”. Nesse curso, Foucault realiza análise em que o crime e o criminoso são envolvidos numa mesma substância de modo a tornar o crime doença e vice-versa.

Nesse sentido, pode-se dizer que a questão da pedofilia ultrapassa a relação sexual ilegítima (ou criminosa). Tal como é pensada nos dias de hoje, a pedofilia tem a marca da contemporaneidade e coincide com aparecimento do pedófilo como ameaça constante, que vai de pequenos atos e jogos sexuais mais ou menos consentidos até chegar a ações violentas e criminosas.

Fábio Luiz Lopes da Silva, num interessante artigo chamado “A pedof(am)ilia moderna: notas foucauldianas sobre um caso de pedofilia” (2005), afirma que para o discurso médico uma das principais causas da pedofilia é a ausência da vigilância da família burguesa em relação à sexualidade das crianças, uma vez que caberia aos pais prestar atenção permanentemente ao corpo dos filhos, no sentido de eliminar os intermediários, diminuir as distâncias e perscrutar os gestos mais furtivos até no limite dos cobertores das crianças.

Contudo, a principal inquietação do autor é a repulsa que a divulgação de casos de incesto e de pedofilia no interior da família causa na sociedade. O autor questiona a hipótese de que a família burguesa nasce e se mantém em atrito constante e insidioso dos corpos de pais e filhos. Para ele, é preciso ir além dessas interdições supostamente fundantes e reconhecer que o horror diante dos casos de pedofilia na família vem da recusa em aceitar o caráter incestuoso da própria família burguesa.

A partir da crescente discussão em torno da pedofilia e da visibilidade do assunto, surgem algumas propostas de punição e de tratamento. Segundo Mario Fleig, “um bom indício do tratamento possível do sujeito pedófilo ocorre quando este conserva o sentido do pecado ou da falta moral, pois isso mostra que a dimensão do outro ainda está presente. Não é o caso quando se trata de um perverso decidido, no qual está definitivamente abolida a dimensão de alteridade, assim como da falta moral. Parece não haver nenhum drama subjetivo, estando a angústia cristalizada totalmente na vítima de sua ação perversa. O pedófilo, apesar de ser vítima de seu desejo e de sua perversão, tem escolha, ao passo que um perverso decidido e sem registro de seu conflito não tem nenhuma escolha” (<http://www.ihu.unisinos.br>, 2013). Os termos que se destacam na análise do psicanalista são “pecado” e “falta moral”, ideias que normalmente não fazem parte da prática secularizada da psicanálise, mas estão contidas nas formulações em torno da noção de perversão.

As pesquisas e os textos analisados até o momento naturalmente não trabalham com a hipótese de cura definitiva, mas indicam possíveis formas de tratamento e de controle. A literatura médica aponta, em resumo, para dois tipos de tratamentos: psicoterapia e medicalização, tal como ocorre na América do Norte e em alguns países europeus, conforme foi apresentado no capítulo II desta tese.

Em suma, parte das propostas de tratamentos foi apresentada anteriormente, mas no contexto brasileiro a discussão gira em torno de técnicas psicoterapêuticas baseadas em princípios cognitivos, ou de tratamentos farmacológicos baseados no uso de hormônios e de medicamentos psicotrópicos. Acredita-se na orientação cognitiva por supor que a aquisição e a manutenção de parafilia e de compulsão sexual se manifestam primeiramente na puberdade e se consolida na idade madura. Daí esse transtorno poder ser extinto à partir da modificação na estrutura cognitiva do indivíduo. Essencialmente, mesmo que os hormônios masculinos estejam relacionados à motivação sexual, é possível o uso de remédios como auxiliar no tratamento de parafilias na redução da libido.

Durante curto período de tempo, tramitou no Senado Federal projeto de lei sugerindo a castração química (ou terapia de redução da libido) como tratamento para a pedofilia²⁵.

Sabe-se que a terapia de redução da libido é utilizada em alguns países (como a Inglaterra) e em diversos estados dos EUA. Porém, a proposta de castração química no Brasil foi considerada inconstitucional por se tratar de pena de caráter perpétuo, uma vez que o sujeito pedófilo é entendido como incurável e incorrigível. A castração é forma de eliminação, se não da vida, pelo menos de parte dela. É interessante perceber que a castração química foi vista como uma espécie de benefício, como pena suave e humana, não condenação perpétua.

De acordo com documento do Senado Federal, “a terapêutica química justamente vem para tornar possível o retorno do pedófilo ao ambiente social, para que ele possa, superada sua patologia biológica, retomar suas ações sociais (de interesse geral), sem constituir um perigo para os outros” (Brasil, 2007, p. 7). Encontramos nesse texto do Senado, inclusive, depoimentos de pessoas condenadas que preferem a contenção da libido como alternativa à pena por acreditarem que seu impulso sexual é incontrolável.

A Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP de Marília publicou, em 2010, artigo que discute a proposta de castração química. Segundo Nathália Ponteli e Carlos Alberto Sanches Jr., esse tipo de tratamento, que visa castrar quimicamente os criminosos condenados por pedofilia, pode ser interpretado a partir das noções foucaultianas de biopolítica, vida nua e cultura de controle da população.

Segundo os autores, o tema da castração química remete ao problema da inclusão da vida biológica nos cálculos do poder. Para eles, “a matabilidade do criminoso sexual passa pelos cálculos frios da mesa de negociação entre o médico e o administrador da pena. Inserido no campo como pura vida desqualificada, o corpo do criminoso está aberto para qualquer

²⁵ Os métodos de avaliação e de tratamentos de pedofilia, incluindo a castração química, foram apresentados no capítulo anterior desta tese.

intervenção – inclusive a exposição à morte sob a justificativa imbatível da *defesa da sociedade*” (Ponteli & Sanches Jr, 2010, p. 7 – grifos dos autores).

O apelo à condição doentia, crônica e incurável, presente nas mais diversas análises, remete-nos aos degenerados do século XIX, cujas extravagâncias eram explicadas por suposta anomalia orgânica. Segundo Sérgio Carrara, “mais do que uma situação doentia, a degeneração designava uma condição anormal permanente, irreversível e progressiva, colocando seus portadores em posição de inferioridade biológica irremissível perante os outros homens” (Carrara, 1996, p. 59).

Uma das principais críticas a essas pesquisas na área médica-psiquiátrica entende que “a medicina clássica é uma medicina classificatória, isto é, um tipo específico de medicina que tem como modelo a história natural e que, portanto, considera a doença como espécie natural. A doença não é um defeito, um não ser, uma entidade negativa. É algo positivo; possui uma verdade, uma essência, uma natureza. E o mundo do patológico possui uma ordem, como o mundo natural. O conhecimento médico é taxonômico: estabelece identidade e diferenças entre as doenças, organizando assim um quadro classificatório e hierárquico em termos de classes, ordens, gêneros e espécies” (Machado, 1981, p. 68). O conhecimento classificatório é superficial e ordena aquilo que está no plano visível. E é importante notar que esta perspectiva classificatória apresenta-se na maioria dos textos, expostos acima, das mais diversas áreas do conhecimento.

O principal argumento de Roberto Machado foi retirado da obra *História da loucura* (1997) em que Michel Foucault estabelece as condições históricas de possibilidade dos discursos e das práticas que dizem respeito ao louco considerado como doente mental, já que na modernidade a loucura foi inventada pela psiquiatria. Segundo Foucault, a história da loucura é a história da fabricação de uma grande mentira. A psiquiatria nasceu com pretensões objetivas e científicas do homem, mas tornou-se técnica de controle e de relações de força formuladas pelas autoridades legítimas.

A história da loucura, nos termos de Foucault, volta-se para o entendimento da natureza da própria psiquiatria, pois há especificidade do discurso psiquiátrico com relação ao discurso científico por adquirir ação socialmente moralizante. Segundo Foucault, “a loucura só existe em cada homem, porque é o homem que a constitui no apego que ele demonstra por si mesmo e através das ilusões com que se alimenta” (Foucault, 1997, p. 24).

O saber psiquiátrico é um conhecimento do indivíduo e do que existe nele de secreto. O passado, o comportamento, a consciência e as motivações do indivíduo passam a ser a sua verdade, e a suposta doença torna-se o próprio ser. Segundo Machado, “o saber constitui uma

positividade mais fundamental do que a ciência, possuindo critérios internos de ordenação independentes dos dela e a ela anteriores; e funciona mesmo como sua condição de possibilidade a ponto de se poder afirmar que não há ciência sem saber, enquanto que o saber, enquanto saber, tem uma existência independente de sua possível transformação em saber científico” (Machado, 1981, p. 84).

Em *A arqueologia do saber*, Foucault afirma que “o discurso psiquiátrico, no século XIX, caracteriza-se não por objetos privilegiados, mas pela maneira pela qual forma seus objetos, de resto muito dispersos. Essa formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação” (Foucault, 2008a, p. 49). O aspecto “científico” dos trabalhos sobre a violência sexual infantil, apresentados acima, no fundo, ajuda a neutralizar as inquietações morais em relação às práticas sexuais cujo foco centra-se no processo de criminalização.

Em resumo, ao expor essa quantidade de trabalhos em torno da pedofilia, não resta dúvida de que o sexo e a sexualidade desviante viraram temas de debate nacional na medida em que foram ocupando diversos espaços da sociedade. Embora o sexo estivesse presente na historiografia clássica brasileira como chave de interpretação, nunca se falou tanto em sexo como nos últimos tempos.

Porém, uma questão se faz presente: de que sexo estamos falando? Pode-se dizer que não estão falando propriamente de sexualidade; estão falando daquilo que Foucault chamou de “campo de problematização moral”, conforme podemos constatar na prolixidade de discursos expostos acima sobre o abuso sexual infantil. E é justamente nesse campo de problematização moral que esta tese se apoia: trata-se de problematizar nosso próprio presente, os limites que ele nos impõe e a possibilidade de ultrapassá-los.

O PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DA PEDOFILIA NO BRASIL: OS MARCOS LEGAIS

Os discursos, que o aparato jurídico apresenta sobre o abuso sexual infantil, são fortemente influenciados pelos saberes estabelecidos pela psiquiatria, pelo direito e pelo discurso das ciências humanas, segundo os quais a pedofilia pode ser compreendida como doença ou desvio de conduta moral. Para o sociólogo americano Howard Becker (2008), “o desvio não é uma qualidade simples, presente em alguns tipos de comportamento e ausente

em outros. É antes o produto de um processo que envolve reações de outras pessoas ao comportamento” (Becker, 2008, p. 26).

Para Becker, a delinquência e o desvio são rótulos socialmente construídos utilizados para identificar indivíduos que transgrediram linhas prescritas do comportamento normativo. Essa identificação é feita por um conjunto de forças sociais criadoras de normas e de regras. Segundo o autor, essas regras são criadas por iniciativa de indivíduos e de grupos chamados de *empreendedores morais* encarregados por desempenhar cruzadas contra o mal e de combater todo comportamento considerado desviante. Mas esses grupos não agem isoladamente, contam com o apoio estratégico da mídia, de políticos, de autoridades científicas e jurídicas, conforme veremos no final desse capítulo. Normalmente, os produtos desses empreendimentos morais são a criação de novas leis e o endurecimento das penas.

Por tudo que foi exposto até o momento, é difícil afirmar que exista uma origem quanto à discussão da pedofilia no Brasil, mas a promulgação da Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008, que alterou o ECA, visando combater o chamado “crime de pedofilia na internet”, pode ser considerada um ponto de partida para efeito dessa análise genealógica.

Essa lei é o resultado de dois acontecimentos importantes que ocorreram num curto período de tempo: a *Operação Carrossel*, deflagrada em 20 de dezembro de 2007 pela Polícia Federal em parceria com a Interpol, e a instalação da CPI da Pedofilia no Senado Federal, criada em 4 de março de 2008, a partir do requerimento nº 200, publicado no dia seguinte no Diário do Senado Federal (DSF), cujo encerramento ocorreu com a apresentação de um extenso relatório em 16 de dezembro de 2010²⁶.

Criada “com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de ‘pedofilia’, bem como a relação desses crimes com o crime organizado”, a CPI da Pedofilia no Senado realizou, em 25 de março de 2008, a primeira reunião destinada ao início dos trabalhos da comissão. Composta por sete membros titulares e cinco suplentes – todos homens e predominantemente de perfil conservador com enfoque criminal da questão –, a CPI tinha objetivos claros: sensibilizar a chamada opinião pública para o problema do abuso sexual infantil no Brasil; criar terreno comum para a construção de causa política, supostamente desinteressada, em defesa das crianças; desencadear comoção nacional em torno da cruzada moral em defesa da infância; desempenhar o papel de bastião da moral

²⁶ A CPI da Pedofilia no Senado Federal e a operações da Polícia Federal foram objetos de análise da já citada tese de doutorado de Laura Lowenkron, *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*, defendida em 2012 no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A tese de Lowenkron apresenta, inclusive, uma etnografia no interior da Política Federal com detalhes do trabalho dos investigadores.

contra a sexualidade considerada desviante, conforme veremos no desenvolvimento da legislação a seguir e dos casos julgados na Justiça a partir do acontecimento da CPI.

Ao analisar o sistema jurídico brasileiro, percebe-se que a legislação sobre a questão do abuso sexual infantil é recente, mesmo sabendo que as primeiras leis contra crimes sexuais foram elaboradas nas décadas de 1940 e 1950. A própria Constituição Federal de 1988 trata da proteção à infância e da exploração sexual em artigos específicos. O ECA desdobra essas questões em seu texto original de 1990 em diversos artigos, que já foram inclusive alterados e ampliados com previsão de penas.

Há ainda outras leis que reveem o Código Penal de 1990, e protocolos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, como a Declaração de Genebra, de 1924, da Liga das Nações e, principalmente, a Convenção dos Direitos das Crianças das Nações Unidas de 1959, responsável pela elaboração da doutrina de proteção integral à criança e do combate à violência sexual infantil.

Conforme apontado em vários momentos, a ideia central desta tese é realizar uma genealogia sobre o processo de criminalização da pedofilia no Brasil, tendo como ponto de inflexão os recentes marcos legais e as transformações narrativas na jurisprudência encontrada nos processos penais. Mas tal tarefa não é fácil. A letra fria da lei é econômica e, muitas vezes, lacônica e ambígua. O calor do debate que ocorre a partir das interpretações da legislação e, sobretudo, o movimento de diversas instâncias da sociedade em torno da questão da sexualidade são as razões que movem o escopo desta tese.

De qualquer maneira, é importante recuperar a legislação sobre crimes sexuais, porque o texto da lei produz um sistema de enunciabilidade que diferencia e formaliza os ilegalismos, além de procurar corrigir os desvios. Leis são enunciados jurídicos, que articulam diferentes normas a partir da combinação meticulosa entre palavras, frases e proposições, como aponta Michel Foucault em seus diversos escritos. Assim, apresentamos os marcos legais de combate ao crime sexual infantil.

O Art. 227 da Constituição Federal de 1988 é o resultado da participação do país na assinatura de convenções internacionais sobre os direitos da criança e do adolescente, e a busca pela consolidação de uma doutrina universal da proteção integral à infância. Segundo a Constituição Federal:

É dever da Família, da Sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência,

além de colocá-los a salvo de toda forma de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente foi regulamentada pelo ECA (Lei nº 8.069/90) e aparece no Art. 3 do seguinte modo:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

A primeira lei sobre pornografia infantil também está presente no texto original do ECA de 1990, no Art. 241. Segundo o estatuto é proibido:

Fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena - detenção de seis meses a dois anos, e multa.

Em 2003, houve a primeira alteração desse artigo por meio da Lei nº 10.764, que passou a ser redigido desse modo:

Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente:

Pena - reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º. Incorre na mesma pena quem:

I - agencia, autoriza, facilita ou, de qualquer modo, intermedeia a participação de criança ou adolescente em produção referida neste artigo;

II - assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens produzidas na forma do caput deste artigo;

III - assegura, por qualquer meio, o acesso, na rede mundial de computadores ou internet, das fotografias, cenas ou imagens produzidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. A pena é de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos:

I - se o agente comete o crime prevalecendo-se do exercício de cargo ou função;

II - se o agente comete o crime com o fim de obter para si ou para outrem vantagem patrimonial.

E, finalmente, em 2008, o ECA recebeu novo tratamento relacionado aos crimes sexuais e à pornografia infantil, com atenção especial à pornografia pela internet. Após os trabalhos da CPI da Pedofilia no Senado, houve nova redação em relação a esses crimes, que incluíram novas incriminações (Lei nº 11.829, de 2008). Assim, temos o seguinte atual cenário:

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º. Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenar.

§ 2º. Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;

II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

I – assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo;

II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo.

§ 2º. As condutas tipificadas nos incisos I e II do §1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o caput deste artigo.

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º. A pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade o material a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º. Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C desta Lei, quando a comunicação for feita por:

I – agente público no exercício de suas funções;

II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo;

III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário.

§ 3º. As pessoas referidas no §2º deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido.

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo.

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso;

II – pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exhibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita.

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

Como é possível notar, o objetivo da Lei nº 11.829, de 2008, fruto direto dos trabalhos da CPI da Pedofilia, das operações da Polícia Federal e das pressões dos empreendedores morais, foi alcançar todas as etapas do ciclo da pornografia infantil, desde a produção até sua comercialização, divulgação, posse, armazenamento e seu consumo. Note-se, mais uma vez, que as condutas acima descritas giram em torno da atividade de produção do material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes, sem o qual não haveria o chamado crime de pedofilia. Na legislação brasileira não existe, nominalmente, o crime de pedofilia, mas há necessidade de qualificar a materialidade do ato, uma vez que fantasia não é crime. A aprovação dessa lei em 2008 pode ser entendida como entrada em cena de todas as forças que passaram a se preocupar com a pedofilia, como o ponto de irrupção, o salto para sair dos bastidores em direção ao centro do debate em torno do processo de criminalização da pedofilia no Brasil.

Antes disso, a legislação penal brasileira apresenta matéria de crimes sexuais contra crianças e adolescentes desde o Código Penal de 1940 que, em 2009, sofreu algumas reformulações quanto ao tratamento jurídico dispensado aos crimes sexuais e aos crimes hediondos. A primeira alteração importante foi no crime de estupro. A Lei nº 2.848 de 1940 dizia no Art. 213 que estupro era:

Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça.

Pena: reclusão de 6 (seis) a 10 (dez) anos

O texto de 2009 do Código Penal alterou para:

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º. Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2º. Se da conduta resulta morte:

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Além dessa alteração, o Código Penal de 2009 tratou do estupro de vulnerável, da corrupção de menores e da satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente. Vejamos os artigos e seus termos:

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º. Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

§ 2º. (Vetado)

§ 3º. Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave

Pena – reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º. Se da conduta resulta morte:

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

A principal alteração, que ocorreu na reformulação do Código Penal em 2009, foi a extinção do termo “atentado violento ao pudor” (antigo Art. 214), que agora foi incorporado ao crime de estupro para o qual a vítima não precisa ser exclusivamente mulher. Assim, tanto homens quanto crianças e mulheres poderão ser vítimas do crime de estupro. A modificação

com maior impacto do ponto de vista jurídico foi a previsão dos “crimes sexuais contra vulnerável”.

Antes da Lei nº 12.015, de 2009, o Código Penal utilizava o mecanismo da presunção de violência no caso de ato sexual praticado com menor de 14 anos (Art. 224). O consentimento da criança era juridicamente irrelevante para efeito da consumação do crime de estupro ou de atentado violento ao pudor. Agora, o estupro praticado com *violência real* e o praticado com *violência simbólica* são punidos da mesma forma e entram na categoria de “crimes sexuais contra vulneráveis”.

Em relação à prostituição infantil, ocorreram duas alterações importantes desde a elaboração inicial do ECA. A primeira foi em 2000, por meio da Lei nº 9.975, que dizia:

Art. 244-A: Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2o desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º. Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo.

§ 2º. Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

Já a Lei nº 12.015 de 2009, expandiu a ideia de prostituição infantil ao ato de favorecimento e de outras formas de exploração sexual de vulnerável. Diz o novo texto:

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.

§ 1º. Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

§ 2º. Incorre nas mesmas penas:

I – quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no caput deste artigo;

II – o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifiquem as práticas referidas no caput deste artigo.

§ 3º. Na hipótese do inciso II do § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

Com efeito, a lei penal brasileira busca punir não somente quem submete, induz ou atrai o menor à prostituição, mas também passa a punir o cliente que paga pelos serviços sexuais. Segundo o relatório da CPI da Pedofilia no Senado, isso era necessário para não haver mais dúvidas sobre a responsabilidade penal de quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 anos e maior de 14 anos em situação de exploração sexual.

A instalação da CPI da Pedofilia no Senado – e seus resultados – pode ser considerada a ocasião, digamos, de calcificação da categoria pedofilia e, conseqüentemente, do sujeito pedófilo como criminoso, ou pelo menos a tentativa de fazê-lo. A pedofilia, que até então era entendida como categoria médico-psiquiátrica, ou um tipo de conduta sexual desviante e moralmente reprovável, passa a ter tratamento jurídico-criminal amparado por arsenal de leis. É a partir desse momento crucial que o Estado se empenha em monopolizar a categoria pedofilia.

Um exemplo disso foi a criação de delegacia especial de combate à pedofilia. Em 23 de novembro de 2011, o governador de São Paulo assinou o decreto nº 57.537 que alterou a denominação do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) para Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa, embora continue a utilizar a mesma sigla, DHPP. Esse decreto também reorganizou a estrutura e os níveis hierárquicos da Polícia Civil de São Paulo e criou, na divisão de proteção à pessoa, a 4ª Delegacia de Repressão à Pedofilia.

As atribuições dessa nova delegacia são: “a) apurar e reprimir os crimes contra a dignidade sexual de vulneráveis; b) criar bancos de dados com fotos de estupradores e pedófilos, de DNA e controle de entrada e saída desses indivíduos junto aos estabelecimentos penitenciários”. Essa foi a primeira delegacia do Brasil criada para lidar exclusivamente com crimes relacionados à pedofilia e a utilizar oficialmente a categoria pedofilia no nome de um órgão policial. O banco de dados da delegacia consiste em armazenar informações dos criminosos, como o nome, a cor da pele, a idade, o histórico de crimes e a foto do indivíduo.

Em matéria publicada no dia 13 de maio de 2013, o jornal *Folha de S. Paulo* divulgou as primeiras informações fornecidas pela delegacia a partir do banco de dados alimentado desde a formação do órgão policial, conforme é possível observar no quadro abaixo:

PERFIL DOS PEDÓFILOS

Dados referentes ao período de novembro de 2011 a abril de 2013

PERFIL DAS VÍTIMAS

Fontes: 4ª Delegacia de Repressão à Pedofilia do DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa)

A matéria do jornal apresentou, em primeiro lugar, os números da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, que constatou crescimento de quase 20% nas denúncias envolvendo abusos sexuais contra crianças e adolescentes no Brasil, entre 2011 e 2012. Em seguida, reproduziu o “perfil dos pedófilos” no estado de São Paulo a partir dos dados da 4ª Delegacia de Repressão à Pedofilia. De acordo com a delegacia, 40% desses criminosos têm entre 18 e 40 anos, 25% estão acima dos 40 e 35% têm até 17 anos. O número de abusadores com parentesco com a vítima chega a 40%. Dos outros 60%, grande parte tem alguma relação com a família da vítima ou são amigos ou vizinhos. Do total de vítimas, 80% são meninas, e 60% tem entre 7 e 13 anos. Embora esses números tenham sido produzidos com informações fornecidas pelo banco de dados, a delegacia não informa o número total de pessoas cadastradas na categoria de pedófilo.

Com isso, pode-se dizer que legislação, leis e aparatos legais não são problema no Brasil, que parece estar bem amparado juridicamente. Por esse motivo, acredita-se que a questão da pedofilia tem outra natureza. Segundo Nietzsche, “é um grave erro estudar as leis penais de um povo como se fossem expressão de seu caráter; as leis não revelam o que um

povo é, mas o que lhe parece ser estranho, estrangeiro, singular, extraordinário” (Nietzsche, 2001, p. 86). Assim, é preciso percorrer o caminho que constitui os discursos médico-legais, que organizam o conhecimento e produzem verdades sobre pedofilia, com consequências diretas no controle da sexualidade dos sujeitos.

JURISPRUDÊNCIA E LAUDOS PSIQUIÁTRICOS: ANÁLISE DE PROCESSOS JURÍDICOS

Segundo Fani Hisgail, “a primeira prisão, no Brasil, por crimes de pornografia infantil na Internet aconteceu em outubro de 1998” (2007, p. 46). De fato, ao realizar levantamento no arquivo da jurisprudência do TJSP, utilizando como chave de acesso a palavra “pedofilia”, o que mais chamou a atenção foi o fato dessa categoria ter sido utilizada numa sentença de crime de abuso sexual infantil pela primeira vez em dezembro de 1997. Antes dessa data, o uso não era comum e possuía significado restrito ao conhecimento especializado sobre perversões sexuais e parafilias.

Assim, a partir de 1998 esse termo passou a se referir e a qualificar toda sorte de abuso sexual infantil – da pornografia infantil ao incesto – e de definir a condição médico-patológica e jurídico-criminal dos sujeitos. A emergência desse termo no discurso jurídico está relacionada a nova atitude da sociedade perante os riscos da sexualidade infantil e do controle cada vez mais refinado e sutil da sexualidade adulta. É justamente nesse momento que se desencadeia no Brasil a preocupação com a sexualidade desviante do adulto e as ansiedades sociais relacionadas ao sexo das crianças na virada do século XX para o século XXI.

Desse modo, a escolha de pesquisar esse termo no interior da jurisprudência a partir de 1997-1998 não foi decisão arbitrária, antes, foi resposta empírica do próprio material pesquisado: fomos conduzidos a partir desses marcos históricos por meio de decisões jurídicas que utilizaram a ideia de pedofilia como sinônimo de diversos crimes sexuais contra a criança, algo que passou a ocorrer com frequência somente no final da década de 1990.

Durante a pesquisa, tivemos oportunidade de visitar as dependências do TJSP em busca de informações e de dados para a pesquisa. Contudo, o acesso aos processos em papel, em razão do segredo de justiça²⁷, foi negado. Em contrapartida, mesmo não sendo possível

²⁷ De acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 93, inciso IX, “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”.

trabalhar com os processos completos em papel, o acesso à jurisprudência digitalizada, por ser público e estar disponível a qualquer cidadão, foi relativamente simples.

O acesso ao arquivo de jurisprudência tornou-se mais facilitado, especialmente, após a promulgação da denominada *Lei Geral de Acesso à Informação* (Lei nº 12.527/11) e da total informatização dos acórdãos e das decisões judiciais do TJSP. Dessa forma, mesmo não tendo acesso aos processos completos, foi possível desenvolver um processo de investigação desse material empírico, visando acompanhar o percurso da categoria pedofilia no sistema de justiça do estado de São Paulo nos últimos anos, e a batalha travada entre os discursos médico e legal nos tribunais.

No interior do arquivo de jurisprudência do aparelho judiciário do estado de São Paulo, encontra-se a categoria “pedofilia” utilizada pela primeira vez numa apelação criminal na cidade de Indaiatuba (SP), em 1º de dezembro de 1997, contra réu condenado a seis anos de reclusão por abusar sexualmente de uma criança de nove anos de idade. A referência à pedofilia é breve e ligeira. Após a descrição dos fatos ocorridos e dos personagens envolvidos, a acusação diz: “o réu evidenciara inclinação à pedofilia, pois teria se esgueirado sob a cama de uma criança”.

Mas a primeira condenação em que o termo pedofilia foi utilizado de maneira mais consistente ocorreu no ano de 1998, na comarca de São José do Rio Preto (SP). A pena aplicada foi de dois anos e seis meses de reclusão pelo crime de atentado violento ao pudor. Vejamos alguns passos do processo e o modo como os termos pedofilia e pedófilo foram empregados:

Lê-se na denúncia que em 26 de julho de 1995, por volta de 10h30min, em um terreno baldio da rua Leonor Mendes de Barros, na cidade de Divinolândia, o recorrido, mediante violência real e presumida, constrangeu a menor M. D. L., de 10 anos de idade, a permitir-lhe que com ela praticasse atos libidinosos diversos da conjunção carnal. Consta que a vítima caminhava e o acusado a interpelou: propôs-se a

Em complemento à Constituição, o Código de Processo Civil, no Art. 155, diz que: “Os atos processuais são públicos. Correm, todavia, em segredo de justiça os processos: I - em que o exigir o interesse público; II - que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores. Parágrafo único. O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e a seus procuradores. O terceiro, que demonstrar interesse jurídico, pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e partilha resultante do desquite”. Além disso, o Art. 143 do ECA reitera: “é vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome”.

acompanhá-la, pegou-a por um dos braços, levou-a a um matagal, tirou-lhe o calção, esfregou-lhe o pênis entre as pernas, passou-lhe as mãos e beijou-lhe os seios, mordeu-lhe o lábio superior.

O parecer da procuradoria diz que:

O investigador de Polícia Mário Sérgio Manzoni afirmou na Polícia que se encontrava presente quando os dois policiais apresentaram o apelado e a vítima na Delegacia, ocasião em que esta o apontava como autor da prática dos atos libidinosos. Nessa ocasião ouviu-o confessar o fato. Na instrução, conquanto tenha sido menos explícito, esclareceu que o apelado afirmou nada ter acontecido, tanto que sequer seu pênis tinha ficado duro, embora admitisse ter abraçado a vítima e lhe dado um beijo no rosto, no meio do mato.

A decisão do juiz:

Os depoimentos colhidos sob o crivo do contraditório de duas menores que também foram sexualmente assediadas pelo apelado, demonstram que era useiro e vezeiro nessas práticas de típica pedofilia.

No mesmo diapasão o testemunho judicial da mãe da ofendida, que confirmou a narrativa ouvida da filha, informando tratar-se de menina ajuizada e que não iria inventar uma estória dessas, acrescentando ter sido informada de que o apelado teria praticado atos idênticos com outras menores da localidade.

A análise psicológica a que foi submetida comprovou que a ofendida não apresentava tendência a fantasias ou invenção de coisas, dando a impressão de que falara a verdade. Além disso, constatou que era pouco informada sobre questões sexuais, o que também afasta a hipótese de o episódio ter sido por ela imaginado.

A circunstância de ter sido vítima de outro atentado não pode significar que fosse dissoluta ou tivesse comportamento reprovável. Muito ao contrário, denota ser ingênua, atraindo a atenção dos pedófilos exatamente pela sua simplicidade e inocência, deles se aproximando sem perceber a intenção lasciva que os move. Comprovando isso, as declarações do próprio apelado em Juízo, onde, deixando-se trair pela consciência, alegou que a ofendida se insinuou junto a ele, como que provocando o relacionamento sexual, o que é inadmissível numa menina de somente

10 anos, mormente desinformada a respeito. Por outro lado, o laudo atesta que a ofendida apresentava equimose arroxeadas no lábio superior, o que confirma sua narrativa de que foi mordida ou violentamente beijada na boca pelo apelado.

Em suma, como bem ponderado nas bem lançadas razões recursais, a culpabilidade do apelado restou comprovada quantum satis, tornando inafastável a condenação.

A condenação e a pena são acompanhadas por debate entre as estâncias da justiça e o desejo de encarceramento. Vejamos:

As provas demonstram a culpabilidade de João, impõem condená-lo; os motivos apresentados para absolver, pela culta magistrada de primeiro grau, não se mostram suficientes para afastar a convicção sobre a responsabilidade jurídico-penal do acusado, seguramente evidenciada pelos elementos reunidos ao longo da instrução.

Mister ponderar, doutra banda, que o caso é, inequivocamente, de tentativa de estupro, visto como João tinha sua vontade dirigida para a conjunção carnal. Tanto queria o réu manter relações sexuais com a ofendida que, segundo esta, enquanto ele a puxava para o mato, indagou-lhe se já havia ‘transado com alguém’ e, diante da resposta negativa, afirmou que ‘então ela iria transar com ele’.

Inexistiu atentado violento ao pudor consumado, mas sim estupro tentado. A desclassificação é imperiosa.

Fixa-se no mínimo a sanção básica do estupro e aplica-se aumento de um quarto, uma vez que o recorrido é casado; segue-se, então, redução de dois terços pelo ‘conatus’.

A diminuição decorrente da tentativa deve ser a máxima possível, porquanto o crime esteve muito longe da consumação: a menina logo conseguiu se desvencilhar do recorrido e fugir.

Pena: 2 anos e 6 meses de reclusão.

Na cidade de Santa Bárbara D’Oeste (SP), em 1998, encontramos, numa decisão judicial, debate desenvolvido em torno do pedido de *habeas corpus* para o fim da prisão preventiva do réu. A defesa alegava que:

Tal medida era completamente desnecessária porquanto o paciente conta com cinquenta e três anos, é primário e de bons antecedentes, arrimo de família, com

residência fixa. Morou toda a vida em Santa Bárbara D'Oeste. Não se trata de pessoa perigosa ou moralmente insensível.

O juiz respondeu:

Para a decretação da prisão preventiva bastam a prova da materialidade dos crimes e indícios, simples indícios, da autoria, requisitos presentes na espécie. O paciente foi pessoalmente reconhecido como sendo o autor dos fatos.

Outrossim, a compulsão à pedofilia clamava pela custódia provisória, pois, solto e convicto da impunidade, tudo leva a crer que o paciente persistiria na senda do crime. Mesmo que se admita como verdadeira a asserção de ser o paciente primário, de bons antecedentes, com residência e emprego fixos, tais circunstâncias não acarretariam, por si sós, a obrigação de conceder-lhe a liberdade, porquanto os fatos imputados são de extrema gravidade e denotam sua periculosidade, até então recôndita. Principalmente devido às idades das ofendidas e certas nuances dos atentados, os crimes causaram, sem dúvida alguma, grande clamor público. Em casos assim tão graves a custódia preventiva deve ser mantida.

No final, o juiz decide manter o acusado preso. Nesse mesmo ano, em 1998, outras condenações utilizaram o termo pedofilia para qualificar o crime cometido e decidir a pena de reclusão. O primeiro trecho abaixo foi retirado de uma condenação de cinco anos e dez meses de reclusão pelo crime de atentado violento ao pudor que ocorreu na cidade de Atibaia (SP), e faz diversas referências ao exame psiquiátrico. O apelante afirmava que:

Duas são as causas de aumento de pena e que ante a gravidade dos crimes, a diminuição pela tentativa haveria que ser menor que aquela feita, além do que dois foram os crimes praticados, em concurso material.

O juiz aceitou o pedido e justificou:

Pela Procuradoria de Justiça manifestou-se o Dr. Arthur Cogan sugerindo a instauração de incidente de insanidade mental e, no mérito, indicando que o enquadramento correto do delito seria o do art. 214 do Código Penal, por duas vezes,

de forma continuada, com o acréscimo decorrente do disposto no art. 226, inc. II do mesmo estatuto.

Por acórdão, esta Câmara, sendo então revisor o Dr. Rocha de Souza, converteu o julgamento em diligência para instauração de incidente de verificação de insanidade.

Cumprida a diligência, manifestou-se a Procuradoria de Justiça, reiterando o parecer anterior, quanto ao mérito, reconhecendo ser o réu imputável.

O laudo encontra-se em apenso, sendo do mesmo as afirmações de que o réu é possível e primariamente um ‘alcoolista crônico’, portador de perversão sexual do tipo pedofilia e com serio defeito de caráter, a despeito do que não é portador de doença mental que prejudique sua capacidade de julgamento.

Acusação e defesa se manifestaram, concordando com a peça técnica que foi homologada.

Para justificar a decisão, o juiz diz:

Com razão o Dr. Procurador, quando afirma que consumado já estavam os delitos de atentado violento ao pudor, que tem penas previstas idênticas às do estupro, o que elevaria sobremaneira a condenação a ser imposta ao acusado.

Ocorre que a denúncia narrou os fatos como tentativa de estupro e nesse sentido é a apelação.

Destarte, limitados pelo alcance do apelo, não há que se cogitar do enquadramento pretendido pela D. Procuradoria, porque extra-petita.

Por outro lado, nem por serem atos já configurativos do atentado violento ao pudor, deixam, aqueles narrados na denúncia e provados nos autos de constituir tentativa de estupro, podendo ser considerados como atos executivos preliminares deste, que pode ser materialmente obtido, inclusive, estando a pequena vítima de costas.

Como bem lembrado pelo prof. Damásio E. de Jesus, ‘Não é necessário quer o ‘iter’ seja interrompido no instante imediatamente anterior à consumação. Basta a interrupção durante os atos executórios’. No caso, pouco faltou para a consumação, estando já o réu com seu órgão sexual pronto e posicionado.

A descrição das testemunhas e da pequena vítima são nesse sentido.

Por outro lado, perfeitamente configurada e comprovada a continuidade delitiva, contra a mesma vítima, merecendo reparos o decisório quando afirma que a respeito nada foi comprovado.

É o que se vê no depoimento da genitora da menor, do menor irmão da vítima, e daqueles produzidos em juízo, nada havendo de especial em que uma das testemunhas oculares, um menino de apenas 10 anos, tenha em juízo terminado por descrever os atos que viu relativamente a outra vítima, tais e tantas foram as atitudes criminosas do apelado.

Sem se falar no que se depreende do que fez com outra criança vizinha, narrado nas peças.

Resta pois a fixação das penas.

As causas de aumento de pena estão presentes, posto que o autor tinha autoridade sobre a vítima, que dizia sua filha e com cuja genitora vivia, tendo a menor apenas 8 anos de idade e, por outro lado, qualificou-se como casado.

Destarte, mantida a pena base no mínimo, porque não impugnado, será ela aumentada da quarta parte, por força das causas especiais de aumento de pena acima referidas, passando para 7 anos e 6 meses. A seguir, considerando-se o disposto no art. 14, inc. II, levando-se em conta que deve ser sopesada ‘a própria gravidade do fato constitutivo da tentativa’, ou seja, ‘quanto mais o sujeito se aproxima da consumação menor deve ser a diminuição da pena’, como pouco faltou para a consumação, a redução será de 1/3, o que resulta em 5 anos. Por último, considerada a continuidade delituosa, figura que se faz presente, será acrescido 1/6, o que nos faz chegar a um resultado final de 5 anos e 10 meses de reclusão.

Isto posto, dá-se provimento ao apelo, para elevar-se a pena imposta de dois para 5 anos e 10 meses de reclusão, a serem cumpridos no total em regime fechado ante a natureza hedionda dos delitos.

Em outro caso, na cidade de Bragança Paulista (SP), também em 1998, houve pedido de redução de pena, que era inicialmente de sete anos, dois meses e doze dias. No acórdão, encontramos o termo pedofilia utilizado como traço de caráter do sujeito. O recurso dizia:

Irrisignado, apelou, no prazo legal, colunando a absolvição. Alternativamente, pede a desclassificação para delito de menor repercussão, asseverando que houve desistência voluntária.

Subsidiariamente pede ainda o afastamento do caráter hediondo do crime e regime prisional mais brando.

O juiz afasta a hipótese de redução de pena com a seguinte justificativa:

Realmente, as meninas chamadas J. e V., confirmaram os atos libidinosos praticados pelo acusado nas duas oportunidades. E, na última vez, o policial Heman José da Silva o surpreendeu com a ofendida S., estando ambos semi-nus no interior do veículo estacionado num loteamento nas proximidades do 'Fórum'.

Além disso tudo, o próprio apelante, sendo ouvido no auto de prisão em flagrante, confessou que, na primeira oportunidade, recebeu 'carícias' das meninas, pagando-lhes dez reais. Na segunda oportunidade saiu somente na companhia de C., quando a mesma acariciou seu pênis.

Observa-se, portanto, que o próprio apelante se encarregou de corroborar as declarações das ofendidas.

As 'carícias' mencionadas pelo imputado não consistiram em meros toques superficiais e fugazes. Foram muitos mais ousados e voluptuosos, como se depreende das declarações das meninas. Evidenciam sua acentuada tendência à pedofilia.

Inexistem dúvidas quanto à realidade dos fatos, sem a mínima possibilidade de desclassificá-los para delitos de menor potencial. Como já mencionado, os fatos contra as meninas sempre foram revestidos de grande conteúdo lascivo. Não consistiram em leves toques. Foram muito mais do que simples importunações ao pudor.

Todos os atentados atingiram a consumação. Aliás, nas duas oportunidades, o apelante chegou ao orgasmo. Inviável cogitar-se, portanto, na modalidade tentada e muito menos na figura da desistência voluntária. O réu até persistiu na prática delituosa. Haja vista o reconhecimento da continuidade delitiva.

As vítimas eram menores de catorze anos na época, como demonstram as certidões de nascimento encartadas, pelo que a violência é presumida.

Sustenta a esforçada defesa que a presunção acima mencionada é meramente relativa, pelo que não o poderia prevalecer neste caso. Inaceitável a tese proposta. Nada a reforça. O ilustre advogado não arrolou sequer uma circunstância que pudesse sugerir a relatividade. De se notar que o ônus da prova, a respeito, competia exclusivamente à defesa.

Os crimes praticados são elencados pela lei como hediondos, pelo que o regime prisional tinha mesmo que ser integralmente fechado.

O pedido da defesa na parte que pleiteia o afastamento do caráter hediondo do crime já foi enfrentada e decidida no habeas corpus impetrado em favor do apelante.

Apesar de tudo, a pena básica merece ser reduzida ao mínimo legal, pois os antecedentes do condenado devem ser havidos como bons. É que, sobre haver sido condenado anteriormente a simples multa, decorreram entre a data em que seja julgou extinta tal pena e a época dos crimes descritos na denúncia, mais de cinco anos. Por isso, a condenação anterior não devia ser considerada na dosagem da pena.

Consequentemente, a pena básica é reduzida a seis anos, sobre a qual incide o acréscimo de um quinto pela continuidade delitiva. Logo, a definitiva fica sendo de sete anos, dois meses e doze dias de reclusão.

Enfim, apesar do debate dosimétrico ao final da argumentação, o juiz não cedeu ao apelo da defesa e a pena inicial foi mantida. Em 1999, encontramos pedido de redução de pena na cidade de Presidente Prudente (SP) com intensa utilização da categoria pedofilia. Até então, o uso funcionava como espécie de retórica. Aqui, o teor muda. O juiz precisava decidir sobre a redução da pena de mais de vinte anos de reclusão para uma medida de segurança de três anos de internação em hospital psiquiátrico. A descrição do caso é longa, mas extremamente reveladora por tentar estabelecer os fatos e determinar as motivações do autor. Vejamos:

Ao relatório da respeitável sentença que se adota, acrescenta-se que Almerindo Alvarenga da Silva [...] foi condenado à pena de 25 anos, 4 meses e 15 dias de reclusão, estabelecido o regime integralmente fechado.

Inconformado, apelou o sentenciado buscando a reforma do julgado. Sustenta, em abreviado, que inexistente prova a respeito da autoria e materialidade do crime de estupro no qual figura como vítima a menor T. Pede a absolvição ou a desclassificação do crime para a figura do atentado violento ao pudor. Afirma, ainda, que a pena acima do mínimo com relação às vítimas R. e A. não foi devidamente fundamentada e insurge-se contra o acréscimo previsto no art. 9, da Lei nº 8.072/90, pleiteando, ainda, o reconhecimento da continuidade delitiva quanto aos crimes de atentado violento ao pudor. Acaba por requerer a substituição da pena privativa de liberdade pela medida de segurança, uma vez que reconhecida a semi-imputabilidade do apelante.

O recurso foi regularmente processado. Em contra-razões o Dr. Promotor de Justiça opinou pelo acolhimento parcial do apelo, apenas para que seja afastado o aumento da pena por força do art. 92 da Lei nº 8.072/90.

Com relação ao crime de estupro em que figura como vítima a menor T., algumas considerações devem ser feitas.

Segundo revelam os autos, não foi realizado o exame de corpo de delito direto e a perícia efetuada por ocasião da exumação não concluiu que ocorreu o estupro ou que este tenha sido ele a causa da sua morte.

Conforme o apurado, a menor T. faleceu no dia 05/08/96 e o citado exame somente foi realizado no dia 24/03/97, seis meses depois, motivo pelo qual não encontraram os peritos dados para concluir que a morte seu deu em consequência do estupro.

Todavia, tal circunstância não afasta a ocorrência do crime, pois, o acusado, quando interrogado na polícia, confessou a prática do referido crime, afirmando que:

Somente no mês de agosto do ano passado, foi que resolveu introduzir totalmente o pênis na vagina de T., que em razão desse fato T. acabou tendo forte hemorragia; que, manteve relação aquela noite, e manhã do dia seguinte, T., em função da hemorragia acabou falecendo no dia 05/08/96, foi encaminhada à Santa Casa de Misericórdia, onde já chegou sem vida. E, em seguida disse: ‘que comumente colocava apenas um pouco dele no interior da vagina de T., mas desta feita introduziu-o mais que o normal, indo até um ponto onde a mesma gritou de dor e de imediato começou a sangrar, o interrogando de imediato retirou seu pênis do interior de T. e deu-lhe um banho e em seguida foram para o quarto, já na cama, o interrogando colocou a fronha no meio das pernas de T. que ainda sangrava, e esta até chegou a cochilar um pouco, mas em seguida acordava reclamando de dor’.

É certo que, quando interrogado em juízo, o apelante se retratou, negando a prática do referido crime. Entretanto, por completamente isolada no conjunto probatório, tal retratação não pode ser aceita. Sua companheira Sônia Aparecida, no contraditório afirmou ‘que a depoente quer esclarecer que T. havia morrido em agosto de 1996, por hemorragia, sendo certo que o réu, quando iniciou o sangramento em T., dizia que ela estava ficando mulher, todavia, a criança demonstrava estar passando mal, mas mesmo assim o acusado não permitia que a criança fosse levada ao médico’, dando a entender que o apelante procurava evitar que a menor fosse levada ao médico, como que procurando esconder ‘algo’.

De se notar que pela idade da ofendida, inaceitável a afirmação do apelante no sentido de que ela ‘estava ficando mulher’. O sangramento e a consequente hemorragia, à evidência, se devem ao estupro.

Enfim, a ausência do exame de corpo de delito, em face de tais provas, não inviabiliza o reconhecimento de tal crime. Aliás, conforme decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, em acórdão da lavra do Min. Edson Vidigal: ‘Não sendo possível exame de corpo de delito a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta, mormente se corroborada nos demais elementos de convicção existentes nos autos e reconhecidos pela sentença’.

Assim, com relação ao crime de estupro imputado ao apelante, havendo provas a respeito da autoria e da materialidade, a procedência da ação penal era de rigor.

No que diz respeito aos crimes de atentado violento ao pudor, da mesma forma evidenciada a responsabilidade do acusado.

A materialidade restou comprovada pelos autos de exame de corpo de delito.

Quanto à autoria, o apelante, quando ouvido na polícia, com pormenores, confessou a prática de tais delitos. A retratação apresentada quando do seu interrogatório judicial, por completamente isolada no conjunto probatório, não pode ser acolhida. A imputação feita pelas vítimas R. e A. é corroborada pelas demais provas já mencionadas, em especial o laudo de sanidade mental, quando consigna que: ‘Somente no final desta entrevista que o examinado assumiu a autoria do delito’.

Aliás, merece destaque o que afirmou o digno e culto Magistrado a quo: ‘a sinceridade e verossimilhança nos depoimentos das vítimas R. e A., foram percebidos por este Magistrado quando da audiência, de forma que suas palavras somadas ao laudo pericial de insanidade mental e os laudos de exame de corpo de delito, além da palavra da testemunha Sônia, forma um conjunto probante robusto’.

Desta forma, comprovadas, pela prova produzida, a autoria e a materialidade dos delitos de atentado violento ao pudor, da mesma forma a procedência da ação penal era de rigor.

No que concerne às pretensões formuladas alternativamente pela defesa, somente parte merece acolhida.

A continuidade delitiva entre os crimes de atentado violento ao pudor, sustentada pela defesa, foi reconhecida pela sentença recorrida. Portanto, prejudicada a pretensão defensiva.

E a alegada falta de fundamentação na fixação da pena acima do mínimo legal, data venia, não ocorreu. Pela simples leitura da sentença, constata-se que foi dada a devida e correta motivação.

Entretanto, razão assiste ao apelante quando pleiteia o cancelamento do aumento previsto no artigo 99, da Lei nº 8.072/90, com relação aos crimes de atentado violento ao pudor. Como bem assinalou o culto preopinante, tal aumento só tem cabimento quando da violência resultem lesões corporais de natureza grave ou a morte. Realmente, o aumento previsto no citado dispositivo, dada a expressa referência ao art. 223, caput, e parágrafo único do CP, somente será possível quando presentes e comprovados por laudo técnico os resultados lesão grave ou morte dos ofendidos, hipóteses não ocorrentes in casu.

Deve, pois, ser afastado o aumento imposto a referidos delitos. Assim, adotando o exame dos fatores operacionais do art. 59 do CP, realizado pelo julgador a quo, quantifica-se a pena-base em 6 anos de reclusão, a qual é acrescida de quarta parte, em face da incidência da causa de aumento constante no artigo 226, inc. II, do estatuto repressivo, perfazendo 7 anos e 6 meses de reclusão, a qual, a teor do disposto no parágrafo único do artigo 71, do CP, considerando a culpabilidade e personalidade do apelante, é elevada em 2/3, perfazendo 12 anos e 6 meses de reclusão.

Por força do disposto no parágrafo único do artigo 26 do CP, a pena é reduzida de metade. A reprimenda, por conseguinte, torna-se definitiva em 6 anos e 3 meses de reclusão. Com relação ao crime de estupro a reprimenda é mantida.

Por outro lado, ainda com razão o recorrente quando pleiteia a substituição da reprimenda carcerária pela medida de segurança, consistente na internação para tratamento médico.

Como bem assinalou sua digna defensora, ‘a anomalia psíquica do réu é estado subjetivo de periculosidade e anti-social com perigo de reincidência já que a tendência de natureza sexual corresponde à sua personalidade, havendo necessidade de especial tratamento curativo, substituindo a pena pela medida de segurança’.

Com efeito, segundo concluiu o laudo de exame de sanidade mental a que foi o apelante submetido, é ele portador de ‘Transtorno de Preferência Sexual (Pedofilia)’, anomalia sexual que acarreta a perturbação mental, sendo considerado semi-imputável.

A pedofilia, como se sabe, é um ‘desvio sexual caracterizado pela atração por crianças ou adolescentes sexualmente imaturos, com os quais os portadores dão vazão ao erotismo pela prática de obscenidades ou de atos libidinosos’.

E, prosseguindo, dizem os autores: ‘o tratamento dessas duas modalidades de desvio sexual é psicanalítico ou psicoterápico com orientação analítica’.

Embora referido laudo afirme que a medida privativa de liberdade possua efeito terapêutico, evidentemente que, pela resposta dada aos quesitos, tudo está a indicar que não será ela suficiente e bastante para reverter o estado de saúde mental do acusado, apresentando-se o tratamento médico hospitalar como a melhor solução.

Realmente, conforme estudo elaborado pelo eminente Prof. Roque Theophilo, a respeito da pedofilia, a internação para tratamento médico-psiquiátrico é a medida recomendada.

Segundo o ilustre Professor, pedofilia ou pederose: ‘é a perversão sexual que impulsiona o indivíduo a satisfazer-se sexualmente exclusivamente com crianças’.

Segundo Hernani Irajá, ‘é uma perversão sexual que leva o indivíduo a satisfazer em crianças um apetite genético, quase sempre exagerado’.

‘O pedófilo só se excita sexualmente com crianças; seus pensamentos mórbidos, suas ideias, são motivadas pelo instinto patológico, que é latente’.

‘As técnicas de abordagem usadas pelos pedófilos são: a) carinhosa - atraem a ‘presa’ com mimos, cativando-lhe, pacientemente, a confiança, até o momento da ‘bestialidade’; b) ameaçadora - é a imposição coercitiva, com ameaças verbais e que chegam a atos de violência. Chegam a matar algumas vezes, mais pelo espancamento físico do que pela ação sexual’.

‘Dois são os grupos dos pedófilos: a) perversão praticada com crianças do sexo oposto; b) perversão praticada com ambos os sexos’.

‘A pedofilia se manifesta mais frequentemente em homens, sendo rara entre as mulheres’.

‘Na perversão mais ligeira o ato manifesta-se com toques dos órgãos genitais infantis’.

‘Na perversão psicopatológica a prática é selvagem, atingindo o estupro ou o atentado violento ao pudor’.

‘É uma crono-inversão, isto é, anomalia na atração sexual, pela grande diferença de idades’.

‘As anomalias do instinto sexual são sinais funcionais de degeneração psicopática de origem hereditária na maioria dos casos’.

‘É uma doença e como doença deve ser tratada’.

‘O mecanismo psicológico da pedofilia é explicada por inúmeros fatores’.

‘Um deles, por exemplo, surge quando o portador da personalidade perversa desenvolve o signo erótico a partir do momento em que sente a criança indefesa. Isto representa para o pedófilo um retorno psicológico à vida sexual de sua própria infância, quando possivelmente teria sido vitimizado por um adulto, normalmente parente seu’.

Outro fator, também citado à título de exemplo, surge quando o doente se sente rejeitado por pessoas do sexo oposto, inclinando-se a se ‘vingar’ em criança. Assim, um indivíduo com vetor da perversão, se é rejeitado pela mulher, pode vitimizar os próprios filhos.

‘A periculosidade aumenta quando o perverso é sádico, já que além de estuprar ou atentar violentamente contra o pudor de criança, se compraz com os maus tratos que lhe impõe’.

‘O criminoso que se enquadra na presente descrição é necessariamente passível de segregação, com internação em instituição penitenciária psiquiátrica’.

‘Alguns pedófilos respondem com êxito à psicoterapia; quanto a outros, porém, com problemas de alterações fisiológicas neuro-cerebrais (por exemplo, os esquizofrênicos), o prognóstico é sombrio’.

‘Nos anais médico-legais muitos pedófilos têm antecedentes com a prática, na infância, de zoofilia, dando início assim ao vetor da bestialidade’.

‘Ainda constam dos mesmos anais, pedófilos que têm inconscientemente pulsões incestuosas com a mãe, avó ou irmãs. Não conseguindo expandir o impulso, porque elas são ‘adultas’ e ‘fortes’, projetam para o consciente a ação bestial da pedofilia’.

‘Normalmente os pedófilos são tímidos, covardes, fantasiosos, criativos. Podem apresentar-se autoritários, para esconderem a timidez’.

‘Também, normalmente, sentem-se fracassados em relações com adultos. Criam profundo sentimento de inferioridade, daí porque voltam-se contra crianças’.

‘Por regressão psicológica fixam-se em fases da infância, nas quais tinham mais facilidades para a satisfação mórbida de seus anseios sexuais’.

‘O quadro psiquiátrico inconsciente os impulsiona à infância, porque sentindo-se rejeitados por adultos, anseiam voltar à ela, quando tinham mais facilidade para satisfazer seus anseios sexuais’.

‘Portanto, frustrações sexuais adultas buscam derivativos em torno de crianças’.

‘A simples prática da pedofilia já marca uma personalidade perversa’.

‘Os portadores dela normalmente são amorais, insensíveis ante o próprio valor e o dos outros. Não tem sentimento de honra, de vergonha, de veneração ou de respeito. Não sentem piedade ou arrependimento’.

‘O seu comportamento bestial explica-se por excesso de impulsividade e violência das tendências instintivas e anti-sociais e por carência de capacidade de inibição, assim como por ausência dos sentimentos morais’.

‘Cabe salientar, ademais, o grande mal que os pedófilos causam às suas vítimas’.

‘No teste do desenho, normalmente a criança projeta um sentimento de profunda alteração de seu equilíbrio’.

‘No caso de pedofilia de pai para filho, surge a figura paterna amputada, dilacerada, pulverizada até virar um monte de cinzas, colocando-se em seu lugar um símbolo sagrado, como a cruz’.

‘Não há dúvida, portanto, que os mais renomados especialistas da ciência médico-legal-psiquiátrica, em razão de serem os pedófilos portadores de psicopatia ou de personalidade psicopática, com traços de desvios sexuais, recomendam não uma reclusão pura e simples, mas sim a internação em instituição penitenciária médico-psiquiátrica’.

Cabe, portanto, conforme requereu a nobre Defensora do apelante, com apoio nos artigos 98 e 99 do CP, substituir-se a pena privativa de liberdade a ele imposta por internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, pelo prazo mínimo de 3 anos, considerando a gravidade dos fatos e os sintomas descritos no laudo pericial psiquiátrico. Conforme iterada jurisprudência, ‘tal prazo pode ser estabelecido em três anos se a gravidade dos fatos e os sintomas descritos no laudo pericial psiquiátrico o aconselharem’.

‘Diante do exposto, pelo meu voto, dou parcial provimento ao apelo, para reduzir a pena imposta pela prática dos crimes previstos no artigo 214 do Código Penal para 6 anos e 3 meses de reclusão, perfazendo 21 anos e 3 meses de reclusão e, de acordo com o disposto no artigo 98 do CP, substituir as penas reclusivas por medida de segurança, consistente em internação em Hospital de Custódia e Tratamento

Psiquiátrico, pelo prazo mínimo de 3 anos, mantida, no mais, a respeitável sentença recorrida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

No caso descrito acima, o juiz decidiu pela redução da pena e pela medida de segurança. Mas chama atenção o número excessivo de citação das mais diversas fontes e referências na tentativa de definir a pedofilia como distúrbio psiquiátrico para, finalmente, decidir pela medida de segurança em internação em hospital de custódia para o tratamento psiquiátrico. Em outro caso, na cidade de Santa Barbara D'Oeste (SP), no ano de 1999, houve uma história parecida. O indivíduo foi condenado a vinte e dois anos e seis meses de reclusão, e a defesa tentou reduzir para dez anos. A procuradoria aconselhou o juiz a não acatar o recurso com a seguinte justificativa. Vejamos:

Como se permite sintetizar da denúncia, o réu constrangeu seus sobrinhos menores, L. R., C. R. V., V. R. V., e D. R. R. à prática de atos libidinosos.

Essas ocorrências tiveram como palco a própria moradia do acusado, exceto em relação a D., que a tanto se submetera no interior da casa de uma avó, ou em suas proximidades. Abrangeram o período de meados de 1997 a meados de 1998, padecendo as vítimas por mais de uma vez, afora V., cuja única coação libidinoso situou-se em agosto de 1997.

[...]

Outrossim, a alegação de decadência do direito de representação igualmente não prospera. Os elementos de convicção aqui reunidos não indicam – absolutamente não – que as representantes legais tomaram conhecimento das infrações (e respectiva autoria) na data sugerida pelo arrazoado de inconformismo. A d. Defensoria fixou-se em 19 de setembro de 1997 porque a testemunha Maura Rodrigues, tia de uma das vítimas, mencionou a realização de uma ‘reunião da família para conversar sobre os fatos’. Nessa data, efetivamente, muito se especulou, cogitando-se de alguma anormalidade, tendo em vista que a testemunha Valdir Rodrigues) ‘foi sair para trabalhar e segundo teria relatado no dia seguinte teria visto uma conduta suspeita do acusado com D., criança que está sendo criada pela depoente’. Havia, sim, desconfiança de que o apelante abusasse de seus sobrinhos, mas nada que se assemelhasse ao conhecimento pleno da sequencia de depravações, tanto assim que a própria testemunha Maura, naquele 19 de setembro, ‘não procurou saber mais sobre os fatos afirmando que ‘cada uma das crianças tem pai e mãe e que no final quem

acaba saindo prejudicado é a gente'. O núcleo familiar, assim, ainda acreditava na idoneidade moral do réu; todavia, a ilusão foi se desfazendo à medida que os indícios se avolumavam. Nem mesmo quando firmaram as representações as responsáveis legais pelos ofendidos tinham certeza quanto a fatos tão aterradores – todos passaram a crer somente depois da produção da prova pericial, porque então nenhuma dúvida poderia subsistir'.

Já no que pertine à decadência do direito de representação, foi a questão satisfatoriamente rejeitada pela digna Sentenciante. Tomou por base o depoimento de Maura Rodrigues, ao informar acerca da reunião familiar de 19/09/98, em que os fatos foram abordados. Não significa, só por isso, houvesse certeza e ciência das práticas delituosas. A partir do dia 18, a depoente foi informada, através de um irmão, mas tão-somente no sentido de pairar desconfiança, jamais certeza – máxime em relação à autoria – motivo pelo qual houve conversa informal no seio da família. Onde seguir-se a validade jurídica das veiculadas representações.

Razão assiste ao representante ministerial, no alusivo ao recebido aditamento de que propriamente não adviera nenhuma inclusão na carga de imputabilidade, a respeito de fato ou fatos novos. Tão-só acertamento de detalhes fáticos, vale dizer, obtenção de informes exatos referentemente ao tempo e local de cada um dos crimes. Resguardaram-se a ampla defesa e o contraditório, ante o novo interrogatório e a manifestação da Defesa.

Teve a causa acertado desfecho de mérito, devendo subsistir íntegros os fundamentos pelos quais se demonstrou a responsabilidade criminal que se atribui ao apelante.

Diversamente do lançado em sentido adverso, as conclusões da prova pericial dão razoável suporte às declarações harmoniosas dos pequenos ofendidos, além do complemento obtido em audiência e o labor especializado da psicóloga Marcy de França. Comprovou-se a menoridade daqueles à época, de modo a assentar a presunção de violência, bem assim a condição de casado do agente.

Convenhamos, nenhum viso se assoma para duvidar dos menores, de que nutriam alguma razão a levá-los a incriminar, mentirosamente, o próprio tio, como a notícia de uma desafeição entre eles. Nem que descambassem ao viés de fabulação ou inverdades fantasiosas.

Apontam-no com segurança, sem contradições de monta ou desmentidos nos autos, razão de merecerem credibilidade em eficácia de força probante. Aliás, primordial e

decisiva, porquanto delitos dessa natureza são perpetrados, rotineiramente, na clandestinidade, às escondidas, longe de virtuais olhares de terceiros circunstantes.

Como temos enfatizado, a criança não é, por princípio, dada compulsoriamente à mendacidade. Sobretudo tocante ao ato de inculpar o próprio tio, como autor de delitos tão graves, gerando para os infantes o penoso encargo de vir a narrar a estranhos, toda a vergonha e desdita a que foram submetidos.

Arguiu-se também na insurgência de que estaria caracterizada a figura do crime impossível, visto ser impraticável o ingresso dos menores no local – sótão na moradia do recorrente – onde se deram a quase totalidade das molestações de pedofilia.

Tal inacessibilidade mereceu obtemperada na sentença: ‘O laudo juntado não tem o condão de propiciar a absolvição do acusado. Como bem colocado pelo Ministério Público, eventual reforma que pudesse vir a ser feita naquela casa poderia ocasionar o ‘desaparecimento do sótão’ levando em consideração o lapso de tempo já decorrido. E, ademais, é de se colocar que apenas parte dos crimes lá teria sido praticado. Ainda, o laudo pericial foi no sentido da efetiva existência desse sótão, apenas se tendo colocado que no local havia encanamentos, fiação, etc.

De resto, o critério apenativo comporta reparo, no sentido de seu abrandamento. Com efeito, após o acréscimo de 1/4 ao piso básico (06 anos) por cuidar-se de réu casado, obteve-se 07 anos e 06 meses. Adicionou-se o triplo, ante a reconhecida continuidade específica, resultando então a definitiva e aplicada reprimenda. Não obstante as expostas justificações, reputamos o quantitativo deveras exacerbado, desnecessário com vistas ao potencial do retributivo e/ou preventivo geral. De conseguinte, rebaixa-se para 1/3 este último fator.

Do quanto exposto, rejeita-se a matéria preliminar e provê-se em parte o recurso para reduzir a pena a 10 (dez) anos de reclusão.

No caso acima, nota-se o interessante debate em torno da legitimidade da fala das crianças e das reuniões de família como prova testemunhal do crime. No final, o pedido de redução da pena foi acatado passando de vinte e um anos de reclusão para dez anos. Em outro pedido de redução de pena, em 1999, na cidade de Avaré (SP) chama atenção os elementos utilizados para “novas provas de inocência”. Esse caso destaca-se pela descrição, por vezes grotesca, dos fatos. A defesa argumentava que o réu:

Sempre negou a imputação e a prova agora trazida demonstra que, em data anterior a do suposto crime, sofreu amputação quase total do órgão viril, de sorte a impedi-lo de tentar coito anal com a vítima. Não revelou o fato em tempo hábil por compreensível constrangimento, mas a amásia, conhecedora da mutilação, sempre o inocentou, ao contrário da ofendida que a ela não fez referência, omissão que compromete sua credibilidade.

Apensados os autos da ação penal, manifestou-se a ilustrada Procuradoria de Justiça pelo indeferimento, se conhecida a súplica.

Embora produzidos ao arrepio do contraditório, a declaração do hospital da ‘Fundação Dr. Amaral Carvalho’ de Jaú, subscrita por Assistente Social, e o laudo do exame realizado pelo Dr. Luís Antônio F. Noronha, Diretor Técnico do Setor de Saúde da Penitenciária de Avaré, podem ser considerados novas provas, cujo real valor será objeto de oportuna apreciação, a autorizar o conhecimento do pedido com fundamento no inciso III do artigo 671 do Código de Processo Penal.

Os documentos que instruem a inicial não provam a inocência do peticionário e o pretendido erro judiciário.

O primeiro deles dá notícia de que, em 27 de abril de 1989, Jocelir sofreu amputação do pênis em razão de neoplasma (tumor) maligno no hospital da ‘Fundação Dr. Amaral Carvalho’ de Jaú. Firmado por assistente social, o atestado não esclarece como o peticionário foi ter ao hospital, pormenor relevante, já que, à época, cumpria a condenação por roubo imposta na Comarca de Avaré.

Para que se pudesse ter certeza da data da cirurgia mencionada no documento, indispensável o esclarecimento daquela circunstância com as garantias do contraditório, que só a justificação sugerida pelo v. acórdão deste Grupo de Câmaras Criminais que não conheceu da primeira revisão requerida pelo peticionário poderia propiciar.

Dando-se de barato, porém, que a amputação parcial do pênis (extração da glândula e corpos cavernosos), tornando impossível a ereção, data de 1989, o que nunca foi mencionado no processo de conhecimento e tornaria, pesem as ponderações da inicial, muito estranha a mancebia do peticionário com a mãe da vítima, mulher de 47 anos e sem maior espiritualidade, começada em 1991, não impediria a prática dos atos libidinosos motivadores da condenação.

De fato, não obstava a que constrangesse a ofendida a cheirar e colocar na boca o que sobrara de seu órgão viril, nem se encostasse nas nádegas da menina. Ao

contrário, o defeito físico que não elimina o desejo carnal pode servir de estímulo à pedofilia.

Sobre o tema escrevem Manif Zacharias e Elias Zacharias: ‘o pedófilo é indivíduo que teme o relacionamento sexual com pessoas adultas, por se sentir inferiorizado diante delas, seja por imaturidade psicosexual, seja pelo desgaste de suas energias ou pela perda de seus atributos físicos, em decorrência da idade. Esse sentimento de inferioridade se anula e, conseqüentemente, desaparece o temor diante da criança que é objeto de sua inclinação erótica, pois que esta, em sua ingenuidade e inexperiência, não se mostra exigente ou rigorosa na apreciação dos atributos físicos ou da virilidade de quem a atrai ou sugestiona, submetendo-se, dócil e passivamente, às manobras libidinosas que lhe são impostas’.

Homem de apenas quarenta anos, com a bolsa escrotal íntegra e íntegras as funções hormonais, o peticionário que se amancebara após a cirurgia, poderia, perfeitamente, ter voltado seus impulsos eróticos para a menina de oito anos, submetendo-a aos atos que o v. acórdão revidendo considerou provados. O valor dessa prova não é anulado pela que o peticionário produziu unilateralmente, sem a indispensável fiscalização e interferência do representante do titular do direito de punir, cujo título executório se pretende desconstituir.

A mesma referência médico-judiciária ocorreu no ano seguinte, em 2000, na cidade de São Paulo (SP). O réu cumpria pena de dez anos em regime fechado e a defesa solicitou medida de segurança detentiva de três anos em hospital psiquiátrico. No caso apresentado abaixo, há interessante debate entre os saberes médicos e jurídicos, além do elemento da confissão. Vejamos:

Tratam-se de recursos interpostos pelo Ministério Público e também pelo réu Marco Antônio Bernandes Azar, cujo relatório é adotado, que condenou o réu à pena de 10 (dez) anos de reclusão, a serem cumpridos em regime integralmente fechado. A Justiça Pública, em síntese, pede que a pena privativa de liberdade seja substituída pela aplicação de medida de segurança consistente em internação em hospital de custódia e tratamento, por se tratar de semi-imputável. O acusado, por sua vez, pleiteia sua absolvição, alegando, sumariamente, que as provas são insuficientes para alicerçar um decreto condenatório. Alternativamente, requer: a) fixação da pena base no mínimo legal; b) reconhecimento da circunstância atenuante da confissão, mesmo

que a pena base tenha sido aplicada no mínimo legal; c) redução da pena no máximo, em virtude da semi-imputabilidade; d) a fixação de regime inicial de cumprimento da pena mais benéfico; e e) a não vedação de progressão da pena.

Contrariado o recurso, subiram os autos, tendo a d. Procuradoria Geral de Justiça, opinado, pelo improvimento do recurso da defesa e pelo provimento do apelo do Ministério Público.

Merece agasalho o recurso da Justiça Pública.

O réu confessou a autoria do crime, tanto na polícia como em Juízo.

As confissões do acusado são verdadeiras, uma vez que estão corroboradas pelas provas produzidas na fase de instrução do processo.

A vítima D. O. C., ao ser ouvida informou que:

‘Viu o réu pelo visor da porta da sala de audiências e o reconheceu. Estava em direção a loja de seu pai quando foi abordada pelo réu que a dominou com uma arma de fogo, encostando-a contra a barriga e costela na lateral direita. O réu colocou um pano na cabeça da declarante e a levou dentro de um Gol branco até um lugar cheio de plantas, sem ninguém. Bem de longe ouvia latido de cachorro. Ele colocou a declarante no capo do carro, a despiu, tirou as fotografias e depois tirou toda a roupa dela e dele, abriu as pernas e enfiou o pênis na sua vagina. Não sabe se saiu um líquido branco porque não conhece isso. Ficou com os olhos fechados e nunca tinha feito isso antes. Não sabe onde ficou a arma, porque ficou com os olhos fechados. Depois o réu vestiu a roupa da declarante, conduziu-a ao carro e a levou ao lugar de onde a tirou. Não se lembra de conversarem no caminho da ida ou da volta, mas imaginou que seria roubada. Quando ele devolveu a declarante, ela foi em direção à loja de seu pai e contou o que aconteceu. Seu pai levou-a ao IML. Primeiro foram até o hospital e encaminhados ao IML. Mas nessa ocasião não fizeram exame na declarante porque disseram que precisaria de um papel (requisição da polícia). Conseguiram o ‘papel’ e fizeram o exame no dia seguinte. Nunca tinha visto o réu antes dos fatos. Também contou para sua mãe o que aconteceu’.

Como se vê, pelas declarações firmes e coerentes da ofendida não há qualquer dúvida de que, realmente, o apelante a atacou sexualmente, praticando o crime mencionado na denúncia.

Ora, se os fatos não tivessem ocorrido, evidentemente, a vítima não teria qualquer motivo para acusar o apelante e, se assim agiu, é porque o evento aconteceu.

Como reiteradamente vem se decidindo, tratando-se de crimes sexuais, praticados quase sempre às escondidas, a palavra da vítima é de excepcional relevância e, não raro, a única prova que se consegue.

A propósito, transcrevo a seguinte jurisprudência:

‘A palavra da vítima representa a viga mestra da estrutura probatória, e a sua acusação firme e segura, em consonância com as demais provas, autoriza a condenação’.

Porém, embora não fosse necessário, as declarações da ofendida estão comprovadas pelo depoimento de seu pai Antônio de Oliveira Campos.

A materialidade do delito esta comprovada pelo laudo de exame de corpo de delito – conjunção carnal.

Sem razão a defesa ao pedir a absolvição do apelante, uma vez que pelas provas contidas nos autos, não há qualquer dúvida ter sido ele o autor do estupro praticado contra a vítima D. O. S.

A pena-base não pode ser fixada no mínimo legal tendo em vista os péssimos antecedentes do réu que já sofreu várias condenações anteriores e, além deste, tem diversos outros processos em andamento.

Não há que se falar em redução da pena privativa de liberdade, em virtude da semi-imputabilidade do apelante, tendo em vista que ela vai ser substituída por medida de segurança, consistente em internação de hospital de custódia e tratamento.

Pela prova contida nos autos a condenação do acusado era de rigor, porém, a r. sentença merece um pequeno reparo, ou seja, a pena privativa de liberdade deve ser substituída por medida de segurança, uma vez que o laudo de exame de sanidade mental comprova que, à época do fato, o réu era portador de perturbação da saúde mental, que se manifesta em forma de pedofilia, tornando-o parcialmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato e determinar-se segundo esse entendimento.

As senhoras peritas, que examinaram o acusado, concluíram que o examinado deverá ser submetido a tratamento psiquiátrico medicamentoso sintomático, isto é, sugere-se que lhe sejam administradas substâncias que ajudam a suprir a impulsividade, assim como com antidepressivos e ansiolíticos.

As duas médicas, que assinaram o laudo de exame de sanidade mental, posteriormente, como testemunhas do Juízo, esclareceram que o réu é uma pessoa extremamente perigosa e, por isso, deve ser contido, afastado da sociedade. Só o

internamente solucionará o seu estado de saúde mental porque só assim poderá receber o tratamento que precisa.

Desta forma, o apelante, evidentemente, voltará a delinquir depois que deixar o presídio, após o cumprimento de sua pena, ao passo que, se estiver internado, só poderá obter alta depois que os médicos avaliarem o seu estado mental e constatarem que está completamente curado e apto a retomar ao convívio social.

Por isso, a r. sentença deve ser reformada a fim de que a pena privativa de liberdade, imposta ao réu, seja substituída por medida de segurança detentiva, consistente em internação em hospital de custódia e tratamento.

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso da defesa e dá-se provimento ao apelo Ministerial, substituindo-se, com fundamento no artigo 98, do Código Penal, a pena de 10 (dez) anos de reclusão, em regime integralmente fechado, por medida de segurança detentiva, consistente em internação em hospital de custódia e tratamento, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, tendo em vista sua alta periculosidade, no final do qual deverá ser submetido a exame psiquiátrico de avaliação a fim de se saber se já se encontra recuperado. Caso ainda não se encontre restabelecido, a reavaliação será efetuada depois de 01 (um) ano e assim sucessivamente.

Nesse caso, o juiz concedeu a redução, mas com todas as ressalvas para manter o réu no hospital psiquiátrico por três anos e, provavelmente, por mais tempo de acordo com os novos laudos psiquiátricos. E em outro caso, também em 2000 na cidade de São Paulo (SP), ocorreu em torno de um pedido de *habeas corpus* discussão similar. Após debate intenso e confuso, o defensor obteve algum sucesso. Vejamos:

Alega-se que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, já desde sua prisão, porque recolhido a estabelecimento inadequado, até que transferido em 25 de julho de 1995, para o CCT de Taubaté, sendo que, há muito vencida a medida imposta, apenas em 03 de março de 1997 se procedeu à verificação da cessação da periculosidade, quando se atestou ‘ser ele portador de Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de álcool, além de Transtornos de preferência sexual, tipo pedofilia, e outros da personalidade, possivelmente decorrentes do etilismo, tendo concluído pela permanência de sua periculosidade’, sendo que, em 27 de março de 1997, requereu-se a desinternação condicional do paciente, tendo em vista que este se encontrava sem manifestação de patologia ou de intercorrências disciplinares e,

principalmente, pelo fato de receber apoio familiar, inclusive de sua filha, mãe das crianças que teriam sido por ele molestadas, prorrogando-se a medida por mais um ano, sem que a Defesa fosse cientificada.

Novo exame foi posteriormente realizado, o respectivo laudo, juntado em 24 de março de 1998, concluindo pela permanência de sua periculosidade e destacando tratar-se de um alcoólatra crônico, mas que ‘não se intoxicaria com álcool novamente em liberdade’, o Parecer Técnico do Serviço Social ‘asseverando a congruência entre o relato do interno e de seus familiares, bem como o apoio incondicional destes em relação ao paciente’, tendo sido reiteradamente requerida sua desinternação, ante à ausência de efetiva periculosidade do Paciente, decidindo-se, mais uma vez, pela prorrogação da medida, diligenciando-se no sentido de sua remoção para a Colônia de Desinternação Progressiva, em Franco da Rocha, confirmando-se o cumprimento da medida até março de 1999.

O laudo pericial de 29 de abril de 1999 concluiu pela permanência da periculosidade, nada se providenciando quanto à efetiva remoção para a mencionada Colônia.

Em 14 de maio e 02 de junho de 1999, insistiu-se na desinternação do paciente, a r. Decisão, de 11 de junho do mesmo ano, continuou ‘a ignorar os requerimentos defensivos, prorrogando-se a medida por mais um ano, ‘solicitando-se as informações a serem prestadas em trinta dias’, o MM. Juízo não recebendo o agravo então interposto, por entendê-lo irregular, ensejando o aforamento de correição parcial, em 16 de agosto de 1999, cujo seguimento foi indeferido, levando à sua apresentação, nesta Colenda Corte, onde está pendente.

Entretanto, em 13 de setembro de 1999, juntou-se, aos autos, informação psiquiátrica de cessação da periculosidade do paciente, sugerindo sua liberação condicional, requerida, pelo Sentenciado, em 30 de setembro de 1999. Porém, em 08 de outubro de 1999, o MM. Juízo Impetrado requereu novos esclarecimentos sobre a cessação da periculosidade e possibilidade de remoção para o HCTP de Franco da Rocha, sendo que, em 06 de dezembro do mesmo ano, afirmou-se a cessação da periculosidade e possibilidade de desinternação condicional com a qual concordou o Ministério Público.

Mesmo assim, em 27 de dezembro daquele ano, o MM. Juízo Impetrado determinou esclarecimentos complementares, nada tendo sido decidido até que vencida a prorrogação da medida, em 1º de março de 2000, situação esta que compele o

Impetrante a buscar a liberação do paciente, pela via mandamental, pois submetido a constrangimento ilegal.

A medida liminar foi indeferida.

As informações vieram prestadas através do ofício instruído com documentação pertinente.

[...]

É o relatório.

Em suas informações complementares, o MM. Juízo Impetrado dá conta de que, ‘na data de 11 de abril de 2000, juntou-se aos autos laudo psiquiátrico elaborado pela direção do Centro de Perícias do Hospital de Custódia e Tratamento de Franco da Rocha. Após manifestação das partes, os autos vieram conclusos, na presente data, oportunidade em que este juízo prorrogou a medida de segurança imposta ao sentenciado por mais um ano (até 1º de março de 2001), autorizando sua transferência para a colônia de desinternação progressiva, como sugerido pelos psiquiatras’.

Sendo impossível a penetração do mérito, pela via eleita, - motivo pelo qual dele se conhece parcialmente, - tem-se que a pretensão deduzida na inicial se viu atendida, na medida em que se pretendia que o MM. Juízo Impetrado julgasse o pedido de liberação do paciente.

Nesse passo, é de se concluir que o pedido resultou prejudicado, pela perda de objeto. Em consequência, conheceram em parte da impetração e, nessa parte, a julgaram prejudicada.

Em 2001, na cidade de Mogi Mirim (SP), encontramos pedido de absolvição por semi-imputabilidade de um réu condenado a oito anos de reclusão por ter atentado contra o pudor de quatro meninos menores de catorze anos. O pedido foi negado a partir do relato testemunhal das vítimas. Vejamos:

As partes apelaram. O réu pede a absolvição, alegando falta de provas e, alternativamente, a redução da pena. O Ministério Público quer o reconhecimento do concurso material de delitos e o reconhecimento da continuidade delitiva para três dos crimes, com aumento da pena em mais a metade, porque houve mais de um atentado contra três das vítimas. Quer, também, que seja aplicada a majorante do art. 9, da Lei 8.072/90, que a r. sentença afastou.

Contrariados os recursos, subiram os autos, tendo a d. Procuradoria de Justiça opinado no sentido do improvimento do apelo defensivo e pelo provimento parcial do recurso ministerial, para aplicação da continuidade delitiva somente nos crimes praticados contra a mesma vítima e para aplicação da regra do concurso material entre todos eles.

É o relatório, adotado, no mais, o da r. sentença.

A denúncia ficou suficientemente provada, pelo que era mesmo de rigor a condenação.

Ao ser interrogado em Juízo, o réu negou a acusação, se retratando, assim, da confissão feita na Polícia. Alegou que aquela confissão foi obtida mediante tortura, mas não merece ser acreditado. Não só porque não há prova dessa alegação, como também porque as quatro vítimas, meninos de 10, 11 e 12 anos de idade, confirmaram a ocorrência dos fatos, quer no inquérito, quer em Juízo, prestando depoimentos coerentes, harmônicos entre si e com detalhes que só poderiam ser do conhecimento de quem viveu os episódios narrados na inicial.

Os fatos todos aconteceram no interior de um bar do acusado. Dava doces, ou deixava os meninos jogarem 'fliperama' para, em troca, chupar-lhes o pênis. Segundo as vítimas, ele atentou sete vezes contra o pudor de uma delas, seis ou oito vezes contra o de outro e uma vez contra cada uma das outras duas.

As declarações dos ofendidos encontram ressonância no restante da prova. Assim no depoimento da mãe de um dos meninos, que disse que ao ver mancha de sangue na cueca do filho e que, ao perguntar ao menino o motivo, ouviu dele a explicação de que o réu lhe chupara o pênis e o ferira.

Outro menino, K., contou que o réu também quis, por várias vezes, fazer o mesmo com ele, que não permitiu. Na oportunidade, o acusado lhe confessou que já chupara o pênis de uma das vítimas.

K. narrou o acontecido com ele para seu primo M. que, preocupado, foi conversar com três das vítimas, que trabalhavam ou trabalharam no bar e todas elas lhe confirmaram os atentados.

Essa a prova dos autos, que não deixa dúvida quanto à procedência da denúncia.

Em se tratando de crimes sexuais, porque praticados quase sempre na clandestinidade, a palavra da vítima é de enorme importância e valor. Mormente quando, como in casu, encontram suporte nos demais elementos de prova.

São crianças, é verdade, o que não as torna necessariamente mentirosas. Desprezar o depoimento delas, apenas por serem crianças, será o mesmo que tornar impune o crime de que foram vítimas, o que é um absurdo.

Submetido a exame de sanidade mental, concluíram os senhores peritos médicos por ter o réu diminuída a sua capacidade de entendimento e de determinação, quanto ao caráter ilícito do fato, apresentando transtorno da preferência sexual, isto é, sofre de pedofilia, o que reforça, ainda mais, a convicção do julgador quanto à procedência da denúncia.

Os fatos consistiram em atentado ao pudor das vítimas, todos praticados em condições de tempo, lugar e maneira de execução, de modo a deixar caracterizada uma continuidade delitiva. Foram quatro vítimas, mas a existência de vítimas diferentes não impede o reconhecimento da continuidade, in casu. Fosse uma só vítima de vários atentados, aplicar-se-ia a regra do caput, do art. 71, do Código Penal. Como são mais de uma, tem aplicação a do parágrafo único do artigo.

Não era de ser aplicada a majorante do art. 9, da Lei 8.072/90. Pese doutas opiniões em contrário, tem-se que a majorante só cabe quando da violência resultar lesão grave ou a morte da vítima. Assim tem se entendido, porque o referido art. 9 faz expressa remissão ao art. 223, do Código Penal, que cuida exatamente de considerar qualificado o crime sexual em ocorrendo lesão grave ou morte da vítima.

As penas foram bem dosadas, atento o MM. Juiz à semi-imputabilidade do réu e ao grau de diminuição da sua capacidade de entender o caráter ilícito do fato, à continuidade delitiva e ao número de crimes cometidos, bem como ao fato de ele viver maritalmente com a mãe de uma das vítimas, o que é causa especial de aumento da pena prevista no art. 226, II, do Código Penal.

Outro não poderia ser o regime prisional, se não o fechado integral, ex vido art. 2, § 1º, da Lei 8.072/90, de constitucionalidade já reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal e que não foi revogado pela Lei 9.455/97, como também já proclamou o Pretório Excelso.

Em face do exposto, nega-se provimento a ambos os recursos.

Num caso de pedido de *habeas corpus*, no mesmo ano e também na cidade de Mogi Mirim (SP), encontramos situação complexa envolvendo instituições psiquiátricas públicas e privadas. Vejamos:

O advogado Roberto Rocha Barros impetra uma ordem de habeas corpus em favor de Luiz Antônio Alves dos Santos, vulgo 'He-man', recolhido à cadeia pública de Mogi Mirim, apontando sofrer este constrangimento ilícito de parte da MMA. Juíza de Direito da Segunda Vara da mesma comarca, que lhe indeferiu o internamento no Instituto Bairral de Psiquiatria, no município de Itapira, para descontar, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, a medida de segurança substitutiva da pena de 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, infligida, de par com a pena de 10 (dez) dias-multa de valor unitário mínimo, por violação do artigo 214, combinado com os artigos 224, letra 'a', 71 e 26, todos do Código Penal.

Alega que o paciente, à vista das conclusões do incidente de insanidade mental, veio a ser declarado semi-imputável por pedofilia passiva (sic), e sujeito à medida de segurança de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, em vez da pena privativa de liberdade. Como, em virtude de anterior condenação, também por atentado violento ao pudor, descontou idêntica medida em estabelecimento particular, a Clínica Cristalia de Itapira, invoca o direito à inclusão, para os mesmos fins, agora no Instituto Bairral de Psiquiatria, igualmente em Itapira, onde conseguiu vaga por meio de convênio entre o Departamento Médico da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim e o Sistema Unificado de Saúde do Estado, pois, se continuar recolhido à cadeia pública, corre risco de vida.

Indeferida a liminar, após a indigitada coatora prestar informações, a d. Procuradoria Geral de Justiça opinou por denegar-se o writ, e, por determinação do relator, apensaram-se os autos da ação penal.

Em se dando de barato a completa ausência de prova acerca da situação periclitante no cárcere, o paciente não faz jus a ingressar, para o desconto da medida, em frenocômio privado.

Antes de mais nada, embora apelasse por termo, em 29 de fevereiro de 2000, rumou para lugar incerto e não sabido, e só foi capturado em 15 de dezembro de 2000, assim prejudicando o recurso, pois a r. sentença o reputou reincidente e não o admitiu a irresignar-se em liberdade. Sem embargo de caracterizada a recidiva - a condenação precedente transitada em julgado refere-se a fato posterior aos da nova, o mau antecedente daí gerado impedia, e impede, a soltura para apelar, de resto ainda mais inútil em face da concordância do defensor constituído - por sinal, o aqui impetrante -, cuja intervenção, após o édito, se restringiu a opor embargos declaratórios para o mesmo efeito perseguido nesta via heroica.

Logo, não é verídico o processamento da apelação do paciente e de sua defesa: o único a rebelar-se foi o representante do Ministério Público, como o preciso escopo de elidir a semi-imputabilidade, e, obviamente por isso, não se há de entrever possível a imediata execução da medida, nem sequer a título precário ou antecipado, pois ainda não se formou o título executório.

De outro canto, não é verdade que o ingresso do paciente em clínica particular atenderia aos propósitos da medida. Além de o Instituto Bairral noticiar a inadequação de suas instalações, no plano da custódia inclusive, a Clínica Cristália, quando da execução da primeira medida, alertou o Juízo sobre a conduta sociopática do paciente naquela instituição, perturbadora do ambiente hospitalar e do tratamento de outros doentes.

Não exsurge, portanto, recomendável a segunda internação, na esteira de precedente análogo do colendo Supremo Tribunal Federal, ora acolhido como razão de decidir, in verbis ‘Medida de segurança de internação em hospital de custódia ou manicômio judiciário (artigo 96, I, do Código Penal). Pretensão de que o paciente seja internado em hospital psiquiátrico particular. Dúvidas sobre a custódia do sentenciado e a segurança do estabelecimento quanto à possibilidade de fuga. Periculosidade que não pode ser afastada nas circunstâncias do caso. Inexistência de direito líquido e certo à internação pretendida’.

No ano 2001, encontramos caso ocorrido na cidade de Guarulhos (SP) em que a acusação faz longa explanação sobre o crime e o criminoso, sua responsabilidade penal e sua condição de louco, um “pedófilo sem freios”, nas palavras da procuradoria. Vejamos os principais trechos do acórdão:

O acusado recorre, pretendendo desacreditar a palavra infantil das ofendidas e, alternativamente, que lhe seja reconhecida a semi-imputabilidade para mitigação da pena.

Recurso respondido, a douta Procuradoria Geral de Justiça opina pelo improvimento.

Diz o relatório:

Apesar de reticente, na fase pré-processual o apelante confessou que fora autor de crimes contra a liberdade sexual e lembrou-se vagamente de duas meninas que ameaçou para a prática de felação.

No contraditório, alegando ter sido coagido mediante sevícias de policiais, retratou-se.

Todavia, instaurado incidente de insanidade mental, o apelante, num colóquio franco com os peritos, declarou que por volta de seus vinte e seis (26) anos de idade, repentinamente, passou a ter impulsos sexuais em relação a meninas; confessou-se pedófilo, não soube precisar o número de vítimas, mas confidenciou que usava o automóvel da família para o qual atraía meninas com oferta de dinheiro, levava-as a um lugar qualquer e conduzia-as à felação.

Foi diagnosticado como portador de perturbação da saúde mental, sem capacidade plena de autodeterminar-se, semi-imputável por motivo de transtorno da preferência sexual, classificado como pedofilia. Diante desse quadro, há uma propensão para descrever da retratação judicial do apelante.

As meninas D. e M. reconheceram o réu na repartição policial e no contraditório confirmaram a reconhecimento, contando que ele, ao volante de um automóvel, abordou-as ao saírem de uma festa patrocinada pela escola, ofereceu-lhes dinheiro, convenceu-as a embarcar no veículo e levou-as a lugar de pouco movimento; ali, o acusado ameaçou-as de morte, constrangeu-as a despirem-se de suas calças, expôs o membro viril e fê-las praticar sexo oral, passando o pênis nas nádegas de M., depois deixando-as nas imediações de suas casas.

Nesse contencioso, a solução condenatória tem respaldo nas provas e é temerário sentenciar que as ofendidas equivocaram-se na reconhecimento pessoal.

Existe uma certeza real, contra a qual soa estereotipada e rebarbativa a tese de imprestabilidade dos testemunhos infantis, sem correlação alguma com o teor reiterado e homogêneo das versões das menores D. e M.

Na individualização da pena poder-se-ia reconhecer a continuidade delitiva, mas a providência é anódina em vista da substituição operada por medida de segurança. O mesmo é válido para a diminuição da pena.

O réu é semi-responsável e o eminente juiz singular fundamentou com suficiência a substituição, fixando em três (3) anos o prazo mínimo da internação em estabelecimento dotado de características hospitalares. Trata-se de um transtornado mental, um pedófilo sem freios, homem que necessita de tratamento psiquiátrico, cujo

prognóstico, concluíram os peritos signatários do laudo de sanidade mental, dependerá da resposta individual do paciente. Inútil à ressocialização seria colocá-lo em cela comum no regime integral fechado reservado aos agentes de crimes hediondos.

No caso descrito acima, o réu teve o regime de pena alterado de doze anos de reclusão para três anos em medida de segurança de internação em hospital psiquiátrico. Em 2002, na cidade de Guaratinguetá (SP), encontramos um caso que traz diversos elementos, como a questão da homossexualidade, o uso do laudo psiquiátrico e a possibilidade de cura do réu. Vejamos:

Ailton Rangel Pereira foi denunciado por infração ao disposto no artigo 214, c.c. artigo 224, alínea ‘a’, ambos do Código Penal, ambos c.c. o artigo 9 da Lei 8.072/90, pois, segundo constou da denúncia: ‘o denunciado deu uma gravata em V., com 10 anos de idade, e o levou imobilizado até um bambuzal. Ato contínuo Ailton abriu o zíper de sua própria bermuda e determinou que a vítima chupasse seu órgão genital, tendo esta resistido. O indiciado então, passou a ameaçá-la de quebrar seu pescoço, sendo que a vítima o obedeceu. Após a prática do sexo oral, Ailton obrigou V. a ficar de quatro e começou a introduzir seu órgão genital no ânus da vítima, tendo esta reclamado de dor, momento em que o denunciado retirou seu membro viril e passou a se masturbar, encostando seu órgão nas nádegas da vítima até ejaculação’.

Como se verifica do Boletim: nesta data a vítima encontrava-se na Av. Rui Barbosa, quando reconheceu Aílton... como sendo o mesmo que o teria violentado, em 30 de setembro de 1998.

O delito ocorreu em 29 de setembro do mesmo ano.

Auto de reconhecimento regularmente efetivado. Nervoso o menor dirigiu-se a sua residência comunicando o fato à sua genitora que, então com o mesmo dirigiu-se ao local quando lhe foi apontado o acusado.

Do laudo realizado em 30 de setembro constou: ‘não temos elementos para afirmar ou negar a ocorrência de ato libidinoso. Pode ter havido sem lesões aparentes’.

Segundo os testemunhos policiais: ‘o garoto, com plena convicção, reconheceu o indivíduo identificado como Aílton... como sendo a pessoa que o obrigou a prática de atos libidinosos’.

Em seu interrogatório judicial embora negando a prática delituosa, afirmou já ter estado internado, com realização de exames psiquiátricos, bem como já ter sido processado por duas vezes pela prática de atos sexuais.

Em Juízo, a pequena vítima e testemunhas ratificaram a coerência do testemunho de pequena vítima, seu nervosismo, bem como a convicção com que reconheceu o acusado.

Corretamente apontado ficou: ‘além disso, o acusado apresenta desvios sexuais com padrões de comportamentos incomuns, visto que sua homossexualidade está associada à excitação e prazer sexuais obtidos através dos contatos com indivíduos sexualmente imaturos, geralmente crianças conforme conclusão do processo incidental de insanidade mental de Aílton: do referido laudo constou ainda ‘seus desvios sexuais, parafilicos, são padrões de comportamentos sexuais incomuns, com fonte erótica predominantemente por meios distintos aos das relações heterossexuais normais; no caso em pauta, a homossexualidade associada à excitação e prazer sexuais obtidos através dos contatos com indivíduos sexualmente imaturos, geralmente crianças (pedofilia)’.

Dedicado à prática de atos sexuais contra crianças, conforme certidão criminal.

Embora o laudo não tenha constatado vestígios, estes nem sempre demonstrados em atentados ao pudor, os depoimentos prestados revelam de forma clara a prática delituosa.

Os fatos restaram devidamente comprovados.

Quando da aplicação da pena corretamente salientado ficou pelo Magistrado, Dr. Claudionor Antônio Contri Júnior, que fica integralmente mantida: ‘o acusado tem personalidade voltada para o crime, em especial para os delitos contra a liberdade sexual, não sendo esta a primeira vez que incursiona para tal caminho. Não há que se olvidar, ainda, das consequências advindas do fato delituoso, em especial à estrutura psicológica da vítima que, conforme restou positivado nos autos, deixou de andar sozinha e, inclusive, passou a ter receio de ficar em casa. Acenou a perícia, desta forma, com a possibilidade de tratamento curativo. O acusado, no entanto, já foi submetido à tentativa de tratamento curativo em anterior processo. Em 25 de agosto de 1998, naqueles autos, foi constatada a cessão de periculosidade, que redundou no decreto de extinção de sua punibilidade. Pouco mais de 30 dias após, voltou o acusado a delinquir, incursionando pelo mesmo tempo penal’. Como se verifica, a

alta periculosidade do acusado justificou plenamente a elevação da pena, a manutenção da prisão bem como a não aplicação da medida de segurança.

Como salientado: acusado reincidente e altamente perigoso, representando sério perigo à comunidade. Segregação, portanto, necessária como forma de defesa social. Laudo psiquiátrico que, ademais, não indica ou especifica a necessidade de especial tratamento curativo.

Há também casos nos quais o julgamento do crime vem acompanhado de outros fatores da vida do indivíduo como o consumo de álcool e de drogas, conforme podemos observar na conclusão de um caso que ocorreu na cidade de São José do Rio Preto (SP), em 2003:

Por fim, há também a conclusão da perícia no sentido de que o apelante Weider é portador de transtorno sexual da personalidade, sujeito a atos de exibicionismo e atração sexual por crianças (pedofilia), além de apresentar reação patológica sob efeito de bebidas alcoólicas e ser usuário de drogas, o que favorece a manifestação dos sintomas patológicos de sua personalidade.

Por isso, concluíram os médicos que ele deveria submeter-se a tratamento psiquiátrico em regime de internação.

Numa apelação criminal, ocorrida em 14 de abril de 2004, na cidade de Praia Grande (SP), o réu condenado a dez anos, dois meses e quinze dias de reclusão, em regime integralmente fechado, por atentado violento ao pudor, recorreu a decisão judicial alegando que:

[...] preliminarmente, a ilegitimidade do Ministério Público para figurar no polo ativo da ação penal, conseqüente decadência e vício da sentença quanto à fixação da pena-base e reconhecimento ‘agravante genérica’ relativa à autoridade do réu sobre as vítimas. No mérito, pugna pela absolvição por insuficiência da prova acusatória, no que tange a autoria e materialidade. Subsidiariamente, postula a alteração do regime para o inicial fechado, de modo a possibilitar a progressão.

Na sequência, a acusação utiliza-se, como argumento para impugnar o pedido de absolvição do réu, de elementos como a homossexualidade e o fato de pertencer a uma religião afro-brasileira. Vejamos:

Não obstante os judiciosos argumentos do astuto defensor do apelante, a r. decisão monocrática deve ser integralmente mantida, desde que apoiada em sólida prova amalhada durante ambas as fases procedimentais.

[...]

No que pertine ao mérito, melhor sorte não socorre ao apelante.

Interrogado em Juízo, o sentenciado afirmou que a denúncia não era verdadeira, sendo que nunca praticara os atos libidinosos que lhe foram imputados, assim como negou bater nos meninos, apenas colocando-os de castigo quando ofendiam a professora. Disse, também, ter sido homossexual há três anos e hoje não mais.

Os depoimentos das vítimas não deixam dúvida a respeito da autoria delitiva.

T. A. C. esclareceu que fora sua irmã quem quis que ele fosse morar com o acusado, que era seu padrinho. T. confirmou, também, que o denunciado, em diversas oportunidades, colocou a mão em seu membro, sendo certo que tais atos eram praticados antes e depois do banho do depoente. Aliás, segundo informou a mesma vítima, ela sabia tomar banho sozinho, mas o réu insistia em lhe dar banho para poder passar a mão nele. Esclareceu, também, que o acusado dava-lhe beijos demorados em sua boca e que batia nele. Que só saía de casa à noite quando o réu recebia visitas de ‘uns caras’. Confirmou que o réu era ‘bicha’ e ‘macumbeiro’.

A segunda vítima declarou que o denunciado sempre passava as mãos em suas nádegas e pênis, e que dizia ser normal esse comportamento, pois ‘antigamente não tinha mulher e era normal se fazer com homem’. Confirmou que réu o ‘beijava de língua’, assim como a seu irmão T., por diversas vezes. Disse também ter contado o que acontecia para a vizinha Lúcia.

[...]

Se o acima narrado já não bastasse, as assistentes sociais, Sandra Vicente Leal e Patrícia Caetano Borelli, ratificaram as versões apresentadas pelas vítimas, declarando que a irmã dos menores aparentava ter medo do acusado, e que este não tinha condições de ficar com menores. Aliás, as crianças foram retiradas do convívio do réu, sendo certo que, no dia seguinte, o acusado foi até a casa da irmã das vítimas e retomou a guarda das crianças. Os ofendidos também relataram às assistentes os

atos praticados pelo réu, ratificando, não só o fato de ele passar as mãos em suas genitálias, bem como os beijos na boca. Confirmaram, também, os ofendidos, a opção sexual do réu, assim como o fato de o acusado receber visitas íntimas de rapazes.

É de se ressaltar, também, que nada trouxe a defesa para refutar a portentosa prova amealhada, não bastando simples alegações, destituídas de substrato probatório.

Como muito bem asseverou o D. Magistrado sentenciante, insta destacar que a homossexualidade do increpado não foi negada por ninguém, nem por ele mesmo, embora tenha declarado em seu interrogatório judicial, estar ‘curado’ desse mal. Contudo suas ações, ao meu ver, demonstra tendências à pedofilia e ao homossexualismo. As ações descritas acima, caracterizam os delitos.

[...]

As penas e o regime integralmente fechado aplicados, não comportam qualquer alteração. Aliás, cumpre salientar ter sido o acusado beneficiado com a aplicação da continuidade delitiva, existente, a nosso ver, apenas no que pertine às diversas infrações praticadas contra a mesma vítima, mas nunca relativamente aos crimes autônomos praticados contra vítimas diferentes.

Quanto ao regime de cumprimento da pena, entendemos que tanto o estupro como o atentado violento ao pudor, inserem-se na categoria dos crimes hediondos, fato que justificou, plenamente, o regime integralmente fechado determinado na r. decisão de 1º Grau.

É também ao longo da década de 2000 que encontramos com mais frequência na jurisprudência referências à pornografia infantil e o uso da internet para a divulgação desse material. Em 28 de julho de 2004, na cidade de Botucatu (SP), há pedido de absolvição, por falta de provas, de réu condenado a cinco anos de prisão. O pedido feito pela defesa foi contra-argumentado pela procuradoria da seguinte maneira:

Louvada a combatividade da mavorítica defesa, a absolvição pleiteada é meta impossível de ser alcançada.

A autoria e a materialidade delitiva restaram indubitavelmente demonstradas nos autos, não pairando dúvidas acerca da efetiva responsabilidade do ora apelante.

Foram apreendidas na posse do réu diversos materiais de cunho pornográfico infantil, o que serviu de provas para um outro processo que respondeu por prática de

pedofilia, e junto a eles estavam as fotografias das vítimas destes autos crianças que participaram de acampamento sob o seu monitoramento em Novo Horizonte.

Embora discutida a autoria do crime, não vejo como deixar de conceber que as fotografias foram tiradas pelo próprio Leonardo, tendo em vista o seu depoimento policial em que confessa tal proceder não importando que tenha sido prestado em outro processo, pois o teria feito em decorrência do encontro do vasto material pornográfico com ele apreendido, dentre eles, repita-se, as fotografias as quais nos referimos.

Na fase judicial negou a autoria do crime o que restou escoteiro nos autos, pois destituído de elementos de provas hábeis e suficientes para dar sustentação a sua construção dos fatos.

Sua afirmativa de ter encontrado num estojo esquecido no ônibus um rolo de filme fotográfica, do qual teria se apossado e revelado para identificar a quem pertencia, o que, segundo o réu, teria sido presenciado por um seu colega, Paulo Stanich Neto, não restou de forma cristalina demonstrada nos autos, pois tal pessoa afirmou que ‘não sei se o réu encontrou realmente ou seja era dele o filme’.

Mas não é só.

Afora a sua confissão policial e a não sustentação de seu relato judicial escusatório, algumas das crianças envolvidas relataram que Leonardo tirou fotos e se as tirou não poderia ter sido em outro lugar senão o acampamento em Novo Horizonte, o que torna indiscutível que ele foi o autor dos registros fotográficos, mesmo diante da ausência e ou depoimentos de todas as vítimas.

Importante notar que, a proprietária do acampamento e a irmã Monteiro e Stelia Monteiro, de forma incisiva narraram que as fotos foram tiradas em Novo Horizonte, e que não era permitido levar máquinas fotográficas o que torna ainda mais acentuada a conduta do réu.

Quanto à questão referente à atipicidade da conduta, mais especificamente se as fotos revelam ou não intenção pornográfica, a resposta se simplificada por ter sido encontrado junto a elas materiais (fotos e filmes) que revelam o explícito entre crianças, com efetiva participação do réu.

Por outro lado, pinçar os relatos de alguns dos parentes que reconheceram as fotos como de seus filhos, mas que não perceberam a maldade com que foram tiradas, não é crível com o que de fato ocorreu, pois nos registros fotográficos as vítimas se encontram nuas ou seminuas, com exposição das partes íntimas, o que destoa em

gênero, número e grau de fotos de caráter artístico. Na verdade, se fossem os registros de conotação artística, o que se admite, apenas para argumentar, não se explica o porquê de fazerem parte do acervo de materiais explícitos onde foram encontrados, em geral referentes à abusividade sexual infantil, e muito menos o porquê de registrarem crianças em poucos ou quase nenhum traje, ao invés de registrá-las na promoção de brincadeiras, o que expressaria, com mais naturalidade, as verdades sobre elas.

Por outro lado, não se discute com que maturidade ou espontaneidade as vítimas se viram ou deixaram fotografar, pois a intenção perniciosa e nociva aos bons costumes era perceptível na conduta do réu e restou amplamente demonstrada nos autos, o que, sem maiores embaraços tipifica a conduta criminosa nos termos do 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Desnecessários, ao meu sentir, outros achegos. No mais não há de ser aqui incorporados os fundamentos elencados e bem elucidados pelo Julgador monocrático, na r. sentença penal condenatória, a qual é de prevalecer incólume por seus próprios e jurídicos fundamentos, ora adotados como razão de decidir.

A pena não comporta reparo.

A exasperação na fixação da pena-base se justifica pelas peculiaridades do caso em testilha, condutas abusivas contra crianças inocentes que se viam de férias sob a responsabilidade do autor dos fatos, um dos monitores do acampamento, sem a guarda direta dos pais que se sentiam seguros, quando na verdade sua prole era exposta por pessoa que demonstrou com seu proceder total inversão de valores.

O reconhecimento da continuidade delitiva e a aplicação do aumento de duas terças partes devem prevalecer, pois o número de vítimas e as demais peculiaridades do caso, revelam que a pena imposta se mostra suficiente e necessária para a prevenção e reprovação do crime perpetrado.

O regime prisional inicial fechado, levando-se em conta a natureza e qualidade da conduta criminosa, era e é o mais adequado para o desconto da pena carcerária.

Percebe-se que o tratamento dado à pedofilia começou a mudar de tom e, principalmente, com o uso da pornografia, a se tornar elemento agravante nas decisões das penas, conforme podemos observar num caso na cidade de São Paulo (SP) em 2006:

Embora cuide especificamente de atentado violento ao pudor contra M. V., o presente processo desvenda espectro mais amplo, revelando quadro de pedofilia de que foram vítimas outras crianças.

O apelante morava numa pensão e seus vizinhos desconfiaram da frequência com que Lucélio levava crianças para o seu aposento. Passaram a observá-lo melhor e, no dia 11 de janeiro de 2004, surpreenderam o réu, no interior de seu quarto praticando atos libidinosos com dois meninos, um de 07 e outro de 10 anos.

Em outro caso, registrado na cidade de Presidente Prudente (SP), em 2007, a acusação complementa dizendo:

Acreça-se, ainda, ter sido apreendida com o réu grande quantidade de material pornográfico relacionado à pedofilia, fato indicativo da anômala preferência sexual do acusado que, também segundo a vítima, tinha por hábito expô-la frequentemente a essas imagens, arquivadas em seu computador.

Um pedido de aumento de pena ocorrido em 2007, na cidade do Guarujá (SP), exemplifica bem o entrosamento entre a psiquiatria e o direito nas decisões penais. O indivíduo tinha sido condenado a sete anos, nove meses e dez dias de reclusão em regime integral fechado, mas a apelação pedia a elevação da pena para dez anos com base nos seguintes argumentos:

Consta da denúncia, que nas condições de tempo e local ali mencionadas, o acusado, constrangeu sua enteada C. S. A., de sete anos de idade a manter com ele conjunção carnal, mediante violência e grave ameaça. Nesse mesmo período constrangeu tanto a primeira como a outra enteada, de dez anos de idade, a prática de atos libidinosos diversos da conjunção carnal. Enquanto a mãe das meninas saía para trabalhar, o acusado abusava sexualmente delas.

A existência material do estupro foi comprovada por laudo de exame de corpo de delito.

Interrogado em juízo, o réu negou a prática dos fatos que lhe foram atribuídos. Afirmou que foi acusado por vingança e sofreu violência física na delegacia da mulher. Disse que todas as acusações foram inventadas pelas menores.

As duas menores foram ouvidas na instrução criminal. Narraram detalhes e circunstâncias dos fatos que lhe acometeram. O acusado se aproveitava da ausência da mãe delas, que saía para trabalhar, e estuprava uma e praticava atos libidinosos com as duas, repetida e reiteradamente.

Depuseram ainda outras testemunhas, que narraram como souberam dos fatos, tendo dito uma delas que chegou a surpreender o acusado.

Não se cogita de acolhimento de recurso defensivo sob o argumento de insuficiência probatória. As vítimas foram precisas e seguras sobre o relato dos fatos, corroborado pelos depoimentos das testemunhas.

Nada há nos autos a determinar a rejeição dessa prova oral por suspeita de parcialidade ou indignidade de fé.

Durante o curso do processo foi instaurado incidente de insanidade mental. Após os exames necessários, os peritos diagnosticaram a presença de ‘transtorno de personalidade anti-social e pedofilia’. Apresentaram a seguinte conclusão: ‘trata-se de homem, emocionalmente instável, com atitudes dissimuladoras, que tenta eximir-se de responsabilidades ou culpa pelos atos de que é acusado; a nosso ver, apresenta características indicativas de transtorno psiquiátrico grave que necessitam de tratamento em regime de internação por longo tempo’. Ao responderem aos quesitos do órgão do Ministério Público, afirmaram que o agente era semi-imputável: ‘era parcialmente capaz de determinar-se, apesar do pleno entendimento da ilicitude do fato’.

Essa conclusão pericial só reforça a convicção da existência material dos delitos e da sua autoria executada pelo imputado.

[...]

O recurso acusatório merece acolhimento parcial para efeito de afastar-se a continuidade delitiva entre os crimes.

A diminuição da pena pela semi-imputabilidade obedeceu a conclusão do laudo pericial instaurado no incidente de insanidade mental, que constatou a presença de duas patologias que interferem parcialmente na capacidade de entendimento do delito.

[...]

O agente estuprou uma das enteadas por várias vezes e praticou com ela atos libidinosos, que recaíram também sobre a outra enteada. A respeitável sentença reconheceu a existência do crime continuado entre todas essas infrações penais.

A questão da continuidade delitiva nos crimes de natureza sexual é complexa. Admite-se a continuidade entre estupro e atentado violento ao pudor, quando este não passa da fase chamada de praeludia coitus praticados sobre a mesma vítima, que ficam absorvidos pelo estupro, o que ocorreu no caso em relação à menor C. S. A. Mas não se pode reconhecer continuidade entre todos os crimes, pois C. E. também sofreu atentados violentos ao pudor em ocasiões diversas.

[...]

Então, existem incontáveis estupros e atentados violentos ao pudor executados contra a ofendida C. S. A. e reiterados atentados ao pudor executados contra C. E. A pena para cada um dos delitos é de seis anos de reclusão, incidindo a agravante geral da reincidência, com o acréscimo de um sexto determinado na sentença. Então, cada pena é determinada em sete anos de reclusão.

[...]

Como é impossível calcular o número de crimes cometidos para efeito de fixação de acréscimo pela continuidade delitiva contra cada vítima, pois os fatos não estão individuados na denúncia, determina-se o aumento mínimo de um sexto, para cada sanção, fixadas em oito anos e dois meses de reclusão, somando dezesseis anos e quatro meses.

Aplica-se sobre essa quantidade punitiva o redutor de um terço pela semi-imputabilidade, determinadas finalmente as penas em dez anos, dez meses e vinte dias de reclusão.

Ante o exposto, dá-se provimento parcial ao recurso defensivo para fixar regime inicial fechado para o cumprimento da pena aplicada, e acolhem também parcialmente o apelo acusatório para elevar a pena do acusado para dez anos, dez meses e vinte dias de reclusão.

Percebe-se que é justamente na virada do século que o termo pedofilia passa a ser utilizado nas decisões judiciais com mais frequência. Num primeiro momento, o uso era meramente retórico; espécie de estratégica narrativa para descrever os casos de estupro contra vulneráveis; depois a categoria passa a ser usada como elemento de julgamento de caráter; e, em seguida, ocorre o encontro entre a psiquiatria e o direito nas decisões e nas medições das penas. O saber jurídico passou a utilizar cada vez mais o saber médico para justificar as decisões envolvendo violência sexual contra criança. Assim, desde os primeiros anos da

década de 2000 até os dias de hoje, encontramos aumento significativo do termo pedofilia nas decisões judiciais.

Dois fenômenos podem ser observados com os exemplos expostos aqui. Por um lado, quase tudo que envolve, ou sugere, o contato sexual entre adultos e crianças passou a ser nomeado de pedofilia, assim afirmações do tipo “ele [o réu] denota inclinação para a prática de abusos sexuais contra menores, ou seja, para a pedofilia” tornou-se comum nos processos, incluindo o uso de pornografia infantil, ou apenas menções como: “data venia, a adotar-se como válido seu raciocínio, em tese nada a impediria de veicular em seu ‘site’, sem qualquer responsabilidade sua, anúncios de terceiro de venda de revistas contendo, por exemplo, imagens de pedofilia”. Por outro, ocorreu entrelaçamento cada vez maior e mais sofisticado entre a psiquiatria e o direito, e houve aumento de referências técnicas aos laudos produzidos por psiquiatras.

Contudo, é preciso levar em consideração a maneira banal como a categoria foi utilizada. Encontramos diversos casos em que “pedofilia” e “pedófilo” foram utilizados aleatoriamente e sem critérios. Cada vez mais, expressões que, embora não existam na legislação, passaram a figurar nos acórdãos, como: “atos de pedofilia”, “prática de pedofilia”, “suspeita de pedofilia”, “adepto da pedofilia”, “traços de pedofilia”, “denúncias de ocorrências de pedofilia”, “sinais de pedofilia”, “indícios apontam a existência de pedofilia”, “imagens de pedofilia”, “vídeos de pedofilia”, “tendência à pedofilia”, “propensão à pedofilia”, “afeito à pedofilia”, “transtorno de pedofilia”, “conduta pedofílica”, “portador de pedofilia” e, evidentemente, o uso dos termos “vítima de pedofilia” e “crime de pedofilia”.

Selecionamos quatro casos somente na cidade de São Paulo (SP), no ano de 2008, para ilustrar a arbitrariedade do uso da categoria. No primeiro a acusação afirma: o sujeito era *portador de doença mental crônica (pedofilia)*. Em outro caso: *a perícia médica para constatar se o réu é portador de pedofilia, também foi indeferida e devidamente fundamentada, no sentido de que também poderia ter sido providenciada pela Defesa, mas mesmo que tal ‘enfermidade’ fosse constatada, em tese, em nada beneficiaria o réu.*

Em um terceiro caso, encontramos: *a corroborar as incriminações, documentos foram juntados aos autos, os quais comprovaram a conduta distorcida do revisando, propenso à pedofilia. E finalmente: os fatos atribuídos ao apelante, configuram pedofilia, que é um transtorno da preferência sexual, por crianças do sexo masculino, do feminino, ou por ambos.*

Somente na cidade de Fernandópolis (SP) encontramos dois casos, em 2008, que utilizam a categoria arbitrariamente. O primeiro dizia que: *o réu oferecia aos garotos bebida*

alcoólica com fito de estimular a sexualidade e ter menor resistência em suas investidas de pedófilo. Já no segundo caso a acusação afirmava: não resta dúvida de que o crime em testilha é gravíssimo, especialmente, frente às dezenas de fotografias acostadas aos autos, que demonstram, de forma clara, o envolvimento de crianças e adolescentes em imagens de cunho sexual e/ou pornográfico, indicativos de pedofilia.

Ainda no mesmo ano, na cidade de Mogi das Cruzes (SP), a acusação dizia: a hipótese retrata caso de pedofilia, com atos nitidamente voltados à captação da confiança de menores. O acusado entregou aos menores (uma criança de 6 anos e um adolescente de 13 anos) um DVD contendo cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes. Em sua casa, posteriormente, foram encontrados outros DVDs contendo material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes.

O mesmo pode ser observado ao longo dos anos seguintes. Em 2009, encontramos mais três casos em São Paulo (SP) que seguem essa tendência arbitrária. O primeiro dizia: pode-se afirmar, com base não no sistema de presunções tão em voga hoje entre os juízes, mas com base nos estudos existentes sobre a pedofilia, que há grande probabilidade de essas vítimas não serem as únicas; são as conhecidas, as que vieram à superfície, sem afastar a deformação de personalidade e de conduta de Wilson.

O segundo: há várias gravações do paciente mantendo relações sexuais com inúmeras crianças, fato demonstrador de ser afeito à pedofilia, sendo dado ao exibicionismo. Gravações por ele feitas para seu futuro deleite.

E o terceiro: de acordo com os depoimentos das testemunhas e declarações das vítimas, ficou evidenciado que o réu as atraía para seu quarto, que possuía acesso privativo, oferecendo bolachas e dinheiro, como acontece normalmente em casos de pedofilia.

Ainda em 2009, na cidade de Santo André (SP), a acusação reiterava que: cabe referir não se tratar de fatos relacionados com uma vida sexual paralela ou promíscua, mas, sim, com uma opção sexual diversa e envolvendo menores absolutamente incapazes, que constitui abjeto crime. Além do mais, não foi apenas a descoberta de ser o réu pedófilo que causou perturbação do íntimo da esposa, mas a certeza de que o atentado atingia o neto, uma infeliz e inocente vítima por demais conhecida, querida e amada. A realidade descortina um peso amargo na vida de todos e quiçá um sentimento de pecado por suposto descuido na vigilância do menino, o que é muito natural nessas ocasiões, embora não caiba culpar terceiros.

Os exemplos poderiam continuar ao longo dos anos subsequentes que apenas reforçariam a ideia de banalidade e arbitrariedade do uso da categoria pedofilia e do apelo cada vez mais emocional.

Isso significa dizer que, por causa do trabalho da CPI da Pedofilia no Senado e das operações da Polícia Federal, os anos 2010, 2011, 2012 e 2013 podem ser considerados o auge da discussão acerca da pedofilia no interior do sistema judiciário do estado de São Paulo. A partir desse momento, os casos de incesto passaram a ser interpretados como pedofilia.

Num caso na cidade de Barueri (SP), em 2010, a discussão girou em torno de um pedido de *habeas corpus* de um réu condenado a quatorze anos de reclusão, em regime fechado, por ter estuprado as próprias filhas. Após a negação do pedido de liberdade, a defesa instaurou o incidente de insanidade mental para obter a liberdade do réu a partir dos seguintes argumentos:

Pleiteia a ilustre defensora, reconhecida a inimputabilidade, a absolvição, aplicada medida de segurança, consistente no tratamento ambulatorial.

Apresentadas as respectivas contrarrazões a d. Procuradoria Geral de Justiça, provido o apelo ministerial, manifesta-se pelo provimento parcial do recurso defensivo.

É o relatório.

Consta da denúncia que, entre os anos de 1994 e 2003, em Barueri - SP, mediante violência presumida e grave ameaça, Mário Faria Morato teria constrangido suas filhas E. e E., respectivamente dos sete aos dezesseis anos e dos seis aos doze anos de idade, à prática de ato libidinoso diverso da conjunção carnal; porque, entre os meses de julho e setembro de 2003, mediante grave ameaça, teria constrangido sua filha E., na época com seis anos de idade, à prática de ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

Ao ser interrogado em juízo, Mário Faria Morato nega a prática dos delitos que lhe são imputados. Alega que sempre cuidou bem de seus filhos, quatro meninas e um garoto.

A vítima E., ao prestar declarações, contava com dezesseis anos de idade. Alega que desde os sete anos sofre abuso sexual perpetrado pelo pai. Informa que a mãe trabalha à noite, oportunidade em que o pai aproveitava para submetê-la à agressão sexual. Tem ciência de que também sua irmã, E., sofreu agressão semelhante. Tinha muito medo pois era ameaçada pelo pai. A vítima E., por sua vez, confirma o alegado pela irmã, acrescentando que nunca contou para a mãe porque tinha medo. A vítima E. informa que, por três vezes, foi submetida a agressão sexual, numa das vezes, sua mãe surpreendeu seu pai deixando sua cama.

Elzira, no dia dos fatos, surpreendeu o esposo Mário deixando a cama de sua filha E.. A partir daí, tomou conhecimento, através das três filhas, de que eram submetidas à agressão sexual pelo pai. Fato que não se dera conta ou suspeitara.

A testemunha José, cunhado de Elzira, ao tomar conhecimento dos fatos, não teve dúvida em aconselhar a família em levar tudo ao conhecimento da Justiça.

As testemunhas Michelli, Divina, Patrícia, Mariza, Geralda, Donizete e Arnaldo atestam que o apelante é pessoa correta e respeitosa. Contudo, em relação aos fatos, nada puderam esclarecer.

As vítimas descreveram os fatos de maneira minuciosa, assinalando que eram submetidas e obrigadas à prática de felação, atos que não deixam vestígios. Daí a irrelevância dos laudos de exame de corpo de delito deixarem de registrar vestígios da conduta praticada.

Ademais, no caso presente, de forma diligente e apropriada, houve determinação da ilustre magistrada Graciella Salzman de realização de entrevista e estudo social das adolescentes, resultando no laudo firmado pela assistente social Ana Paula de R.B. das Neves e a psicóloga Débora Monteiro da Silva. Após o relato da entrevista com a mãe e vítimas, concluíram que ‘as adolescentes sofreram atos libidinosos por parte de seu genitor, e apesar dessa situação grave as adolescentes E. e E. estão elaborando melhor, já a E. encontra-se abalada emocionalmente e com muita raiva do genitor’.

A prova da violência doméstica, via de regra, praticada entre as quatro paredes de um lar, muitas vezes de modo reiterado, deve ser cuidadosamente produzida, até porque, representada por testemunhos que guardam grande carga de sentimento em razão de ligações afetivas entre agressor e vítima.

Não deve significar, entretanto, que a priori os laços familiares invalidem irremediavelmente a versão apresentada pela vítima.

Se toda cautela é pouca, em contrapartida, mostrando-se os depoimentos coesos, firmes e harmônicos entre si, ademais, guardando sintonia com os demais elementos probatórios, não há porque desmerecê-los em razão do liame afetivo eventualmente existente.

A violência doméstica ou intrafamiliar tem características específicas. Fenômeno social que apresenta sinais, nem sempre perceptíveis e visíveis. Na maioria das vezes, instala-se a chamada conspiração do silêncio. Os integrantes do núcleo familiar não conseguem romper o silêncio para exteriorizar a violência a que algum ou alguns são submetidos. Se a agressão atinge crianças ou adolescentes o quadro se agrava.

Bem comprovada a autoria dos fatos, assim como, a continuidade delitiva contra três vítimas.

É certo que o laudo firmado no incidente de insanidade mental concluiu que o apelante é portador de doença mental, identificada como transtorno mental latente, transtorno de preferência sexual denominado como pedofilia incestuosa. Em razão de tal situação, o apelante não era, ao tempo da ação/omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com tal entendimento, recomendando tratamento psicoterápico e psiquiátrico medicamentoso.

No entanto, a sentença recorrida admitiu a semi-imputabilidade do apelante. Em vista disso, reduziu a pena em um terço.

De certa forma, como anotado pelo parecer ministerial, firmado pelo ilustre procurador Júlio César de Toledo Piza, beneficiou o apelante.

Entretanto, a redução mínima de um terço não recebeu fundamentação devida, como necessário, de modo que comporta redução máxima de dois terços, a incidência da semi-imputabilidade.

De outra parte, ponto também assinalado pelo parecer a favorecer o apelante. Incidiu a circunstância agravante prevista no artigo 61, II, alínea e, do Código Penal, ao invés da causa especial de aumento de pena, estabelecida no artigo 226, II, do Código Penal (redação anterior à alteração introduzida pela Lei 11.106/05), deve assim permanecer vez que, tal qual classificada na denúncia, não foi objeto de modificação, durante a instrução criminal.

Assim, fixada a pena-base em seis anos de reclusão, mantém-se o acréscimo de um sexto tendo em vista a circunstância agravante (contra descendente), perfazendo sete anos de reclusão. Mantido o acréscimo, em razão da continuidade delitiva, triplicada a pena vez que delito doloso, cometido de forma reiterada contra três vítimas, totaliza vinte e um anos de reclusão, que fica reduzida em dois terços em virtude da semi-imputabilidade, resultando sete anos de reclusão.

Quanto à alteração do regime, o apelo ministerial não comporta provimento.

Também encontramos na jurisprudência a partir de 2010 inúmeras citações a respeito da CPI da Pedofilia, das operações da Polícia Federal e da alarmada “onda de pedofilia” no Brasil, com diversas referências às matérias divulgadas pela mídia. Somente na cidade de Sorocaba (SP), em 2010, há duas menções à CPI da Pedofilia no Senado. A primeira diz:

[...] a Lei nº 12.015/09 alterou o Código Penal, chamando os antigos Crimes contra os Costumes de Crimes contra a Dignidade Sexual. Essas inovações, partidas da denominada ‘CPI da Pedofilia’, provocaram um recrudescimento de reprimendas, criação de novos delitos e também unificaram as condutas de estupro e atentado violento ao pudor em um único tipo penal. Nesse ponto, a norma penal é mais benéfica. Por força da aplicação do princípio da retroatividade da lei penal mais favorável, as modificações tidas como favoráveis não de alcançar os delitos cometidos antes da Lei nº 12.015/09. No caso, o paciente foi condenado pela prática de estupro e atentado violento ao pudor, por ter praticado, respectivamente, conjunção carnal e coito anal dentro do mesmo contexto, com a mesma vítima. Aplicando-se retroativamente a lei mais favorável, o apensamento referente ao atentado violento ao pudor não há de subsistir. Ordem concedida, a fim de, reconhecendo a prática de estupro e atentado violento ao pudor como crime único, anular a sentença no que tange à dosimetria da pena, determinando que nova reprimenda seja fixada pelo Juiz das execuções. A segunda referência, embora altere o nome da CPI, na prática se refere à mesma lei: acrescenta-se, ainda, ser notório que a Lei nº 12.015/2009 constitui fruto da CPI da Exploração Sexual e tinha como objetivo principal unificar, na expressão estupro, outros ataques sofridos por mulheres e crianças, tornando a lei mais rígida, e não conferir tratamento mais brando aos estupradores, como sugere o impetrante, tanto que, inclusive, já se verificam movimentos no sentido de proceder à sua modificação.

A respeito das operações da Polícia Federal, encontramos uma referência na cidade de Osasco (SP), em 2010. O texto diz:

Com efeito, a Polícia Federal investigava casos de pedofilia praticados pela internet e através de pessoa por ela autorizada recebeu a fotografia da vítima, com apenas 09 anos de idade, expondo sua genitália para a ‘webcam’ pertencente ao acusado, bem como outras fotografias em que, por exemplo, ele passava a mão na genitália da vítima todas enviadas pelo acusado através de seu endereço de mensagem instantânea (‘msn’) para o informante da Polícia Federal alcunhado ‘Monica Lima’, o qual gravou as imagens cedidas pelo acusado em ‘CD ROM’ e enviou à Polícia Federal de Salvador (BA), deflagrando a investigação por suspeita do crime referente à pedofilia praticada pela rede mundial de computadores (‘internet’), bem como por delito de

atentado violento ao pudor, a qual culminou com a apuração da responsabilidade do acusado em desfavor da própria filha.

A respeito do pânico moral, causado pela chamada “onda de pedofilia” alarmada pelos veículos de comunicação, encontramos na jurisprudência diversas referências. Na cidade de Mogi Mirim (SP), em 2010, a acusação lembra que: *não obstante a onda de pedofilia que se descortina para o lamento de todos, revelando o envolvimento de familiares e pessoas insuspeitas, a análise de cada feito deve ser isenta, atenta a cada prova produzida, de maneira a melhor aquilatar todos os indícios, apurando-se se o resultado da soma de todos os elementos, favoráveis e contrários à versão acusatória, conduzem à certeza da materialidade e autoria do crime.*

Em outra referência, dessa vez em São Paulo (SP), a acusação reitera: *na época a vítima não disse quantas vezes o réu praticou tais fatos com ele, mas hoje em dia, com o assunto de pedofilia na mídia, ela voltou a tocar no assunto dizendo o que Elias fazia com ela.* E há uma terceira referência, na cidade de Araraquara (SP): *o Estado está perdendo a batalha contra as organizações criminosas que praticam a pedofilia e exploram a prostituição infantil, uma das mazelas que mancham a imagem do Brasil perante a comunidade internacional e também envergonham as pessoas de bem que primam pela garantia da dignidade da pessoa humana, mormente das crianças e adolescentes deste país.*

O debate em torno da questão da pedofilia esteve tão acalorado nos anos de funcionamento da CPI da Pedofilia no Senado, que tornou praticamente impossível estabelecer qualquer padrão mínimo de análise sobre os casos julgados nos anos precedentes. É fato que, nos últimos anos, passamos a encontrar na jurisprudência, além da discussão criminal e psiquiátrica sobre a violência sexual infantil, toda sorte de julgamentos moralizantes, especulações sobre a vida sexual do acusado ou do réu, e a retórica extremamente conservadora e criminalista apoiada em suposto clamor popular.

Na cidade de Tupã (SP), em 2011, há um caso de indeferimento do pedido de progressão da pena para o regime aberto que ilustra bem esse alargamento da noção de pedofilia. A defesa sustenta que o réu tinha direito à progressão da pena. No entanto, a procuradoria utilizou-se de todos os argumentos e exames possíveis para manter o réu no regime fechado. Vejamos:

Alega a digna defensoria do agravante que o mesmo tem direito à progressão do regime preenchendo os requisitos objetivo e subjetivo e que, no mais, a gravidade do

delito praticado ou o lapso temporal exacerbado de cumprimento da reprimenda não podem ser óbices à progressão.

Sem razão, contudo.

Realmente é de se falar que o exame criminológico não é mais obrigatório em todos os casos de análise de concessão de benefícios na fase de execução penal, sendo que a determinação para realização de tal exame sempre deve ser acompanhada da devida fundamentação.

E, no presente caso, considerando a gravidade do crime atribuído ao agravante, inclusive hediondo, a digna magistrada determinou a realização de exame criminológico, não havendo, portanto se falar em ilegalidade do ato.

Acrescente-se que a prova ilícita, vedada ou proibida é aquela produzida em contrariedade com uma norma legal específica, de natureza processual ou material, o que não é o caso.

Os artigos do Código Penal e da Lei de Execução Penal que tratam da progressão de regime não impedem a determinação de realização do exame criminológico do sentenciado.

Além disso, observando as informações, resta como cristalino que a magistrada tinha inúmeras razões para achar necessária a realização do exame criminológico.

O ora agravante encontra-se recluso para cumprimento de 9 anos de pena em razão de condenação por atentado violento ao pudor com violência presumida, restando claro que o mesmo já possuía mentalidade voltada para a criminalidade, sendo merecedor de maior atenção e cuidado nas análises de cabimento de qualquer benefício.

No mais, o senhor perito judicial designado para a realização do exame criminológico constatou que o agravante apresentou sinais de ‘transtorno de personalidade e pedofilia’. Exame psíquico, portanto, anormal. ‘Não preenchendo o critério subjetivo para obter a progressão ao regime aberto’ o que demonstra que o mesmo não está apto ao retorno ao convívio social, razão pela qual a r. decisão combatida deve ser mantida nos exatos termos em que prolatada.

Via de consequência, nego provimento ao agravo em execução interposto por Damião de Carvalho, mantendo-se a r. decisão por seus próprios fundamentos fáticos e jurídicos.

Numa condenação que ocorreu na cidade de Santos (SP), em 03 de março de 2011, o termo pedofilia foi tratado de outra maneira. Nesse caso, a pena foi bem maior e o apelo à psiquiatrização e aos laudos não tiveram o mesmo efeito que os casos anteriores. Vejamos alguns trechos do acórdão:

Embora o laudo de corpo delito tivesse afirmado inexistirem elementos da prática de atos libidinosos ou conjunção carnal, verifica-se da própria denúncia que não houve prática de conjunção carnal, limitando-se o acusado a fazer com que as vítimas colocassem a língua em seu pênis, além de esfregar o pênis na vagina das menores e passar filmes pornográficos para as mesmas, após amarrá-las nuas, tocando sua genitália.

Em que pese a falta de vestígios no laudo de exame do corpo de delito, uma prova importante e que deve ser levada em conta, é o relatório informativo do Programa Sentinela de Santos, dando conta de que o réu tem se demonstrado incorrigível levando outras crianças a serem submetidas à sua lasciva.

As vítimas em todos os momentos em que foram ouvidas apresentaram depoimentos firmes e uníssonos, apontado o réu como autor do abuso sexual.

De outro lado, com a superveniência da Lei nº 12.015, em vigor desde o dia 10/8/2009, que introduziu alterações nos dispositivos do Código Penal, o delito em comento se amolda à figura típica do art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. Ocorre que a pena cominada é superior àquela dantes vigente e, diante da obrigação do Estado em aplicar a lei penal mais favorável ao apelante, mantém-se a capitulação tal como posta na denúncia, mesmo diante da nova adequação típica.

A falta de higidez mental do acusado é mera suposição da defesa. O pedido não estava devidamente fundamentado. Era preciso que fossem apresentados documentos que comprovassem eventual tratamento médico, receitas, atestados etc., ou mesmo depoimento testemunhal.

No entanto, sequer um princípio de prova foi produzindo neste sentido. Portanto, impunha-se o indeferimento do pedido que se reveste de caráter protelatório.

Por derradeiro, o regime inicial fechado fica mantido por ser o único adequado para a reprovação e crimes desta natureza, máxime diante do teor da Lei nº 11.464/07, que alterou a redação do artigo 2º, da Lei de Crimes Hediondos, estatuinto, entre outras

modificações, que a pena por crime desta natureza será cumprida inicialmente em regime fechado.

Isso posto, nega-se provimento ao apelo. Em face da reiteração de condutas demonstradoras de evidente pedofilia, em caso de progressão de regime deverá ser submetido a exame criminológico pela perigosidade demonstrada e reiteração de condutas.

Pena: 14 anos, 3 meses e 15 dias de reclusão, em regime fechado.

Nos anos recentes – na década de 2010 –, a CPI da Pedofilia no Senado, e principalmente os resultados políticos dessa comissão, passaram a ser citados praticamente em todas as decisões. Na cidade de Palmital (SP), em 2012, encontramos caso em que a acusação recorreu a diversos recursos, sobretudo arquivos digitais de computador, um dos principais focos de atenção da CPI, para incriminar o acusado:

A materialidade do estupro de vulnerável e da prostituição infantil estão provadas pelas cópias de conversas on-line que comprovam ser o apelante conhecido como ‘Rogério Pedófilo’ e fotografias do réu praticando sexo oral em menor impúbere, pela certidão de nascimento, comprovando que a vítima do estupro é vulnerável, auto de apreensão da camiseta usada pela vítima quando fotografada durante o ato de pedofilia, pelo laudo psiquiátrico que constatou ser o apelante pedófilo e pela prova oral, em especial as vítimas que relatam os atos diversos da conjunção carnal com elas e por elas praticados.

Além dos resultados da CPI do Senado, do uso da internet e de computadores para arquivar materiais de pornografia infantil, encontramos menções ao trabalho da 4ª Delegacia de Repressão à Pedofilia, que passou a ser citado na jurisprudência, conforme podemos perceber num caso na cidade de São Caetano do Sul (SP), em 2012:

O paciente foi preso em flagrante delito pela prática, em tese, do crime descrito no artigo 241-B da Lei n. 8.069/90.

Narra a acusação que policiais civis investigavam crimes de pedofilia envolvendo o adolescente F. C. L. Ocorre que F., acompanhado de sua genitora Rosalina Covalan, informou aos policiais que na verdade quem praticava o crime era seu pai, ora denunciado. Assim, Rosalina franqueou ao investigador o acesso à sua residência,

onde reside com o paciente, e neste local foram encontrados um HD externo de computador e um adaptador para cartões Micro SD/USB, de propriedade do acusado, contendo cenas de pornografia envolvendo crianças e adolescentes.

De início, registre-se que, decretada a prisão preventiva com fundamento na presença dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, não mais subsiste a prisão em flagrante, mostrando-se superadas as questões relativas à sua regularidade.

Por outro lado, ainda que assim não fosse, cumpre destacar que se trata de crime de natureza permanente, que autoriza o flagrante a qualquer tempo, enquanto não cessada a permanência.

Não há de falar em revogação da prisão preventiva.

O paciente foi preso em flagrante quando armazenava, em equipamentos de informática, imagens de pornografia envolvendo criança ou adolescente.

A gravidade do crime é inegável e indicativa de gravíssimo distúrbio comportamental, que traduz periculosidade, permitindo concluir que a liberdade do agente configuraria risco para a ordem pública.

A par disso, há notícia, ainda a ser esclarecida – objeto de investigação no IP 17/2012 da 4ª Delegacia de Repressão à Pedofilia –, de que o paciente divulgava imagens da mesma natureza pela rede mundial de computadores.

Em outros exemplos, encontramos situações similares, como esse na cidade de Cotia (SP), em 2013: *havendo fortes indícios da prática de crime de pedofilia infantil pelo paciente, o MM. Juiz Federal deferiu a expedição de mandados de busca e apreensão e de prisão preventiva, os quais foram cumpridos no dia 5 de setembro de 2012. Na ocasião, apreenderam-se diversos equipamentos tecnológicos, dentre eles ‘pen drives’, ‘SD cards’, disquetes, câmeras fotográficas, ‘HD externo’ e telefone celular. Exames periciais realizados nesses dois últimos aparelhos apontaram para a prática dos delitos previstos nos artigos 241-A e 241-B da Lei no. 8.069/90.*

Noutro caso, na cidade de Jaboticabal (SP), em 2014, mais referências ao uso de computadores: *no notebook e na CPU apreendidos na residência do réu, não foram constatados arquivos relacionados à pedofilia. O mesmo pode ser observado em Embu das Artes (SP), também em 2014: ademais, não se pode perder de vista o farto material fotográfico alusivo à pedofilia, extraído do computador pertencente ao acusado, o que reforça a versão das ofendidas e o testemunho do genitor de uma delas.*

Todos esses exemplos estão inscritos no interior da mudança processada na ordem dos discursos sobre a violência sexual infantil nos últimos tempos. Os trechos retirados da jurisprudência e expostos acima mostram como os indivíduos condenados já se pareciam “com seu crime antes de o ter cometido” (Foucault, 2010, p. 18). Percebe-se que a categoria pedofilia, antes de qualquer crime cometido, é defeito moral, doença que não é doença, falta sem infração, desejo que é criminalizado.

Supostamente, para o poder judiciário, o que importa mesmo é saber a responsabilidade penal do acusado a partir da materialidade das provas. Contudo, em diversos casos vimos que a decisão vai além das provas materiais, e inclui julgamento moral do sujeito. Sem contar, evidentemente, que a responsabilidade penal é atingida e legitimada por meio dos exames psiquiátricos e pelo histórico do acusado.

Para conseguir aplicar a pena numa conduta irregular, o poder judiciário apela para o saber psiquiátrico, utilizando a categoria pedofilia como termo abalizador dos crimes e das condenações. O pedófilo é indivíduo perigoso, porque não é exatamente doente e nem propriamente criminoso. De modo que o exame psiquiátrico e o processo legal devem diagnosticar o perigo e a perversidade deste indivíduo para a sociedade, por isso tanto pedido de redução de pena quanto o de *habeas corpus* são negados.

Segundo Foucault, “o exame psiquiátrico tem muitas vezes, para não dizer regularmente, um valor de demonstração ou de elemento demonstrador da criminalidade possível, ou antes, da eventual infração de que se acusa o indivíduo” (Foucault, 2010, p. 20). A partir dos trechos da jurisprudência, apresentados acima, percebe-se um jogo de verdade, entre os diversos demonstradores do crime e os médicos, que opera como espécie de intermediário responsável por transformar o erro do sujeito em verdade. O psiquiatra tornará o defeito moral em realidade.

Assim, pode-se dizer que o médico passa a ser juiz e o juiz passa a ser médico. Segundo Foucault, “o psiquiatra se torna efetivamente um juiz; ele instrui efetivamente o processo, e não no nível da responsabilidade jurídica dos indivíduos, mas no de sua culpa real. E, inversamente, o juiz vai se desdobrar diante do médico. Porque, a partir do momento em que ele vai efetivamente pronunciar seu julgamento, isto é, sua decisão de punição, não tanto relativa ao sujeito jurídico de uma infração definida como tal pela lei, mas relativa a esse indivíduo que é portador de todos esses traços de caráter assim definidos, a partir do momento em que vai lidar com esse duplo ético-moral do sujeito jurídico, o juiz, ao punir, não punirá a infração” (Foucault, 2010, p. 21).

Desse modo, o papel do juiz seria impor sanções menos punitivas e mais corretivas. A punição se transformou num conjunto de mecanismos voltados à modificação dos sujeitos. Do penoso ofício de punir, o juiz passa a ter o belo ofício de educar e curar.

Tradicionalmente, as mudanças no sistema jurídico são normalmente lentas, graduais e levam anos para se consolidar. Mas no caso da pedofilia, conforme podemos observar, houve súbita aceleração de denúncias e de condenações nas quais o termo pedofilia foi utilizado para qualificar prática criminosa. Michel Foucault lembra que: “para punir se necessita saber qual é a natureza do culpado, sua insensibilidade, o grau de sua maldade, quais são seus interesses ou tendências. Porém, se temos apenas o crime, de um lado, e o autor, de outro, a responsabilidade jurídica nua e crua autoriza formalmente a punição, mas ela não permite lhe atribuir um sentido” (Foucault, 2006, pp. 12-13). O aumento de punições, de certa forma, ilustra o significado que a categoria pedofilia adquiriu ao longo de quase duas décadas.

Utilizando apenas o termo “pedofilia”, encontramos, no arquivo de jurisprudência no TJSP, a seguinte quantidade de processos com decisões judiciais entre 1997 e 2013 (muitos deles apresentados e discutidos acima):

Fonte: Arquivo de Jurisprudência do TJSP (essas informações podem ser acessadas em: www.tjsp.jus.br)

Esses números não têm rigor estatístico e não devem ser tomados como oficiais, pois se trata de consulta efetuada na jurisprudência, disponível digitalmente na página oficial da internet do TJSP, utilizando como palavra-chave de acesso o termo pedofilia. Além disso, é preciso ficar atento a um detalhe importante: esses números representam apenas casos que mereceram sentenças judiciais. Não tivemos acesso aos casos registrados sem inquérito

policial e nem aos registros dos boletins de ocorrência (BO) de casos identificados como pedofilia. Certamente, esses dados adicionais acrescentariam outros elementos ao universo pesquisado. Porém, sabe-se que as estatísticas legitimam as paixões e, mesmo não sendo estatística oficial, os números são bastante significativos e chamam atenção para a crescente presença do termo pedofilia nos casos julgados principalmente entre 2008 e 2012, exatamente o momento em que essa discussão ficou mais presente nos debates políticos e nos noticiários.

A CPI da Pedofilia no Senado apresentou seu relatório final em dezembro de 2010, consequentemente em 2011 tivemos o termo pedofilia citado 100 vezes na jurisprudência disponível, apenas nos arquivos do TJSP. Outro detalhe, talvez tenha escapado durante a pesquisa nos arquivos, mas não foi encontrada nenhuma mulher condenada por abuso sexual infantil, tampouco o uso do termo pedofilia para qualificar algum crime cometido por mulheres. Há mulheres envolvidas nos casos, como vítimas ou cúmplices, mas não como agressoras. A categoria, do ponto de vista jurídico-penal, parece estar circunscrita ao universo masculino.

O interessante é que todo esse material exposto e analisado não apresentou apenas interpretações e decisões técnicas sobre a lei a ser aplicada ou a justiça a ser feita. Ofereceu, principalmente, uma gama de depoimentos, confissões, opiniões, juízos de valor de profissionais como psicológicos, médicos legistas, psiquiatras, juízes, e bacharéis, além, é claro, dos próprios legisladores sobre a qualidade do sujeito que comete violência sexual contra criança.

Algo que chama atenção é o vocabulário utilizado pelas defesas e pelos procuradores; a linguagem jurídica e a minúcia da descrição dos fatos e das ações presentes nos laudos psiquiátricos mencionados; além, evidentemente, da presença do dispositivo da confissão na maioria dos casos. É possível percorrer todo o vocabulário que acompanha os diferentes textos e as decisões judiciais.

Ao ler a jurisprudência tem-se a sensação de que é dito absolutamente tudo de maneira aberta e clara como uma espécie de exame de consciência. Percebe-se que o fato jurídico se dá por meio da linguagem e das narrativas, que se alternam entre o grotesco e a racionalidade da escrita jurídica. A descoberta final da verdade é um jogo de palavras confirmado pela confissão ou por um discurso testemunhal, frequentemente carregado de emoção. Em muitos casos, o próprio acusado passa a reconhecer não somente o crime cometido (o ato), mas também o estado geral de sua conduta confirmado pelo exame psiquiátrico.

Márcio Alves da Fonseca, no livro *Michel Foucault e o direito* (2002), ao analisar o modo como Foucault utilizou alguns laudos psiquiátricos em seus trabalhos, foi preciso ao

dizer que: “os laudos médico-legais não são perfeitamente homogêneos às regras do direito, nem às verdades científicas da medicina, seu objeto não é tanto a conduta criminosa ou a conduta alienada, mas antes as condutas irregulares, anormais, que serão propostas como a causa, o ponto de origem, ou ainda, o lugar de formação do crime” (Fonseca, 2002, pp. 74-75). Esses discursos presentes nos laudos não falam somente do criminoso ou do doente, mas de “anormalidades” e estão inscritos nas estratégias de poder e de controle.

Segundo Foucault, o exame psiquiátrico é fundamentalmente utilizado para qualificar a conduta e a maneira de ser do indivíduo. O seu desejo é o seu crime. Segundo o autor, “o que essas condutas infringem não é a lei, porque nenhuma lei impede ninguém de ser desequilibrado afetivamente, nenhuma lei impede ninguém de ter distúrbios emocionais, nenhuma lei impede ninguém de ter um orgulho pervertido, e não há medidas legais contra o erostratismo” (Foucault, 2010, p. 15).

Diante disso, pode-se dizer que não há lei possível contra a pedofilia. No final, quem vai ser condenado não é o cúmplice efetivo do ato em questão: “é esse personagem incapaz de se integrar, que gosta da desordem, que comete atos que vão até o crime” (Foucault, 2010, p. 16). O que a engrenagem psiquiátrico-jurídica vai buscar definir é um campo comum à criminalidade e à loucura, uma vez que por trás de todo crime há conduta de loucura e por trás de toda loucura há sempre o risco de crime.

Em suma, não resta dúvida de que a presença da pedofilia na paisagem social brasileira passou pela construção de um discurso do pedófilo – como louco criminoso, em termos jurídicos; e de figura monstruosa, por ofender as leis da natureza sexual “normal”, em termos médicos – cujas ressonâncias moralizantes são observadas na sociedade.

No início do livro *As palavras e as coisas*, Foucault disse que “os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas como as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar” (Foucault, 2007, p. XVI).

Analisar a jurisprudência sobre os casos de pedofilia é, de certa maneira, penetrar nos códigos culturais da sociedade brasileira contemporânea para entender o papel central da sexualidade na atualidade. No fundo, não importa apenas o conteúdo dos discursos. Importa a forma como esses saberes operam na prática.

“TODOS CONTRA A PEDOFILIA”: CAUSA POLÍTICA E CRUZADA CONTRA O MAL

Para finalizar este capítulo, é importante recuperar alguns aspectos da discussão de Howard Becker (2008), iniciada anteriormente, sobre a produção de desvios a partir de *empreendimentos morais*. Para o sociólogo americano, “o protótipo do criador de regras, mas não a única variedade, é o reformador cruzado. Ele está interessado no conteúdo das regras. As existentes não o satisfazem porque há algum mal que o perturba profundamente. Ele julga que nada pode estar certo no mundo até que se façam regras para corrigi-lo. Opera com uma ética absoluta; o que vê é total e verdadeiramente mal sem nenhuma qualificação. Qualquer meio é válido para extirpá-lo. O cruzado é fervoroso e probo, muitas vezes hipócrita” (Becker, 2008, p. 153).

De acordo com Becker (2008), o cruzador moral acredita que sua missão é sagrada e está interessado em impô-la aos outros de forma unilateral – embora acredite que o faça em nome de motivações humanitárias. Seguindo as formulações de Becker, Laura Lowenkron (2012) afirma, no início de sua tese de doutorado, que “para a criação de um grupo desviante é preciso haver uma cruzada ou empreendimento moral que começa pela denúncia de um comportamento como problemático visando a sensibilização e o apoio de grupos e instituições poderosos (como imprensa, comunidade científica, líderes políticos e autoridades judiciais), a seguir são formuladas novas regras e estratégias de controle e, por fim, as regras são aplicadas a comportamentos e sujeitos específicos que passam a ser identificados como desviantes” (Lowenkron, 2012, p. 2).

Mas regras não são criadas automaticamente: dependem de empreendedores e de impositores, que respondem a pressões sociais. Assim, para entender algumas peças dessa cruzada moral em torno da pedofilia, citamos as palavras da cartilha *Abuso sexual infanto-juvenil: algumas informações para os pais ou responsáveis* (2008), produzida pelo gabinete do senador Magno Malta, presidente da CPI da Pedofilia. Diz o texto de abertura:

A pedofilia é a mãe do crime hediondo. De mãos dadas com o sequestro, o tráfico e o homicídio, a pedofilia arrasa não apenas as crianças e seus familiares, mas abala, pela raiz, a árvore da esperança da Humanidade. É dever de todos preservar, com amor e carinho, a integridade e a alegria da infância. As crianças são o que temos de mais precioso: são as nossas perspectivas, são a continuidade de nossas experiências em busca de uma sociedade mais justa. Denuncie os crimes de pedofilia.

As palavras dessa cartilha expõem os efeitos de uma série de transformações ocorridas nos últimos anos no interior das instituições médicas, judiciárias e políticas do Brasil. Os reflexos dessas transformações estão presentes, atualmente, nos discursos dos médicos, dos juristas e dos legisladores. No fundo, trata-se não apenas da relação entre o saber médico-psiquiátrico e o poder jurídico, mas da emergência de um poder de normalização da sexualidade, que se estabelece de forma soberana em nossa sociedade.

A ideia de uma “cruzada” em nome das crianças não é novidade no Brasil e está presente no discurso político desde o final do século XIX, com o movimento de proteção à infância, cujo foco estava no problema do “menor” abandonado e da delinquência juvenil, conforme vimos anteriormente. Além disso, a ideia de cruzada já foi usada para combater o onanismo no século XVIII; o sexo fora do casamento no século XIX; o abuso infantil no século XX. A cruzada do século XXI, que supostamente visa a proteção das crianças, parece objetivar a sexualidade do adulto desviante.

Segundo Alvarez, os reformadores sociais brasileiros no início do século XX, como Moncorvo Filho, tinham “clara essa interligação entre práticas médicas, jurídicas e assistenciais na questão da proteção à infância. Seus textos se preocupavam não apenas com a puericultura, mas também com as instituições de assistência e de proteção da infância e a legislação sobre a menoridade. No seu discurso, o problema da saúde infantil estava intimamente ligado com a questão moral, institucional e legal que envolvia as crianças. O que estava em jogo na infância era a própria ‘questão social’ e, conseqüentemente, a saúde da própria sociedade. Para esse autor, os grandes problemas da proteção à infância no Brasil eram a ausência de estabelecimentos especiais e de uma legislação adequada para a infância” (Alvarez, 1989, p. 114). O reformador Moncorvo Filho realizou resumo de suas principais ideias num livro de 33 páginas chamado exatamente *A cruzada pela infância*, publicado em 1919. Com isso, pode-se dizer que a cruzada pela infância não é fato recente. Todavia, certamente ela ganhou novas nuances morais nas últimas décadas.

O aparecimento, na virada do século XX para o século XXI, na jurisprudência, na psiquiatria, na política e na literatura das ciências humanas, de um discurso sobre a pedofilia em forma de uma cruzada moral foi o que nos permitiu empenhar a análise das práticas e das categorias estrategicamente utilizadas no processo de criminalização da pedofilia no Brasil. Os juízos “bem” e “mal” operam como valores morais relativos àquilo que seria apropriado ou não para as crianças. E fazer o bem para as crianças, nesse caso, seria afastá-las de qualquer forma de experiência sexual.

Em pronunciamento no Plenário do Senado no dia 13 de agosto de 2009²⁸, o presidente da CPI da Pedofilia enfatiza o papel pedagógico da cruzada moral contra a pedofilia e a importância da família no controle da sexualidade. Ao final do longo discurso que tratou basicamente das audiências públicas, realizadas em diversas cidades do país, acerca do abuso sexual infantil no âmbito da CPI, o senador – um dos líderes da bancada evangélica do Senado Federal – conclui dizendo que:

O mais importante é ensinar a família a cumprir o papel dela, a partir do momento da orientação, da imunização, com as informações a serem dadas às crianças. A partir da família. Porque o papel de imunizar, de criar, não é da polícia, não é da classe política, não é do Ministério Público, não é da Justiça e nem de Conselho Tutelar, é da família. Porque Justiça, Polícia e Ministério Público agem depois de a porta ter sido arrombada. E o que nós não queremos é porta arrombada, porque não queremos ver crianças abusadas no Brasil.

Lowenkron resumiu bem as reais intenções da CPI da Pedofilia no Senado: “é possível perceber que os ‘pedófilos’ não eram os únicos alvos dessa ‘cruzada’ e que um dos principais objetivos dessa CPI consistia também na construção (ou conversão) de uma rede de responsáveis pela proteção das ‘crianças’ contra os perigos sexuais. A cada um era destinado um papel específico na luta contra a ‘pedofilia’: à mídia caberia noticiar; aos cidadãos, denunciar; aos políticos, formular leis e aprovar projetos; aos policiais, combater o crime, às autoridades judiciais, condenar e penalizar duramente os culpados; aos empresários de internet, cooperar com as investigações das autoridades públicas; às famílias, ensinar e proteger seus filhos” (Lowenkron, 2012, p. 119).

No bojo da CPI, e por iniciativa de seu presidente, gestou-se um movimento nacional de combate à pedofilia, conhecido como “Todos Contra a Pedofilia”. Em entrevista à pesquisadora Laura Lowenkron, o presidente da CPI da Pedofilia no Senado afirmou que: “para mim, a pedofilia é 5% de doença e 95% de safadeza”. E conclui: “o sujeito que por causa da sua lascívia invade uma criança, não me venha dar de doidinho. Vai ter que ir para a cadeia” (Lowenkron, 2011, p. 6). No entanto, a prostituição infantil e o abandono de crianças nas ruas e fora da escola, por exemplo, parecem não figurar na agenda política brasileira, ou pelo menos de alguns políticos.

²⁸ Publicado no Diário do Senado Federal (DSF) em 14/08/2009, página 36.088.

Por um lado, a fala do senador parece ignorar que um sujeito que estupra ou abusa sexualmente de uma criança não é, necessariamente, pedófilo. E, por outro lado, um pedófilo não obrigatoriamente realiza suas fantasias envolvendo-se em atividades sexuais com crianças. Portanto, é pouco convincente a estratégia de dizer indiscriminadamente que pedofilia é crime e que os resultados podem ser catastróficos para todos os lados. Ao contrário, essa estratégia pode afugentar as pessoas que poderiam buscar ajuda para lidar com seu sofrimento e, conseqüentemente, despertar no abusador, maneiras cada vez mais eficazes de perpetrar seus atos sem serem descobertos.

A conclusão dos trabalhos da CPI da Pedofilia no Senado, cujo objetivo era tipificar a pedofilia como crime, evidenciou um movimento interno no Brasil articulado a um movimento internacional, que passou a se preocupar cada vez mais com os riscos da sexualidade da criança e do adolescente. Esses movimentos sinalizavam que a conduta sexual envolvendo crianças estava diante de disputa de saberes: de um saber médico-psiquiátrico, que a tratava como perversão, doença ou loucura; e de um saber jurídico-penal, que passou a tratá-la como crime. Motivados pelos crescentes casos de denúncia de pedofilia, os legisladores perpetraram modificações nas leis que visavam controlar a pornografia infantil e permitir as autoridades a agirem de modo mais contundente contra os abusos sexuais infantis. O movimento “Todos Contra a Pedofilia”, responsável por catalisar as aspirações de diversos grupos conservadores preocupados com a sexualidade adulta dissidente, operou como espécie de cruzada contra o mal. E quem se coloca ao lado do movimento contra a pedofilia são, evidentemente, as pessoas consideradas decentes que trabalham na defesa do bem.

Para encerrar, apenas como comparação, no capítulo anterior apresentamos os aspectos essenciais de extenso relatório produzido por pesquisadores e autoridades canadenses no início da década de 1980, o citado *Report of the Committee on Sexual Offences Against Children and Youths* (1984), com 1.314 páginas. Esse relatório canadense é diametralmente oposto ao relatório produzido pela CPI da Pedofilia no Senado brasileiro, que totaliza 1.693 páginas, que descrevem todos os passos dos trabalhos dos senadores e das respectivas assessorias.

O primeiro relatório, motivado pelo aumento de denúncias de abuso sexual infantil no Canadá, produziu um texto a partir de corpo técnico de defensores dos direitos das crianças, que propôs ações para diversas instâncias. O segundo relatório, supostamente motivado pela mesma razão, produziu um texto político conservador, com viés criminal e objetivos moralizantes. A ideia que percorre nos argumentos criminalistas é que tratar não é punir. Daí

a resposta ser quase sempre a mesma: mais leis e punições mais rígidas, preferencialmente com encarcerações.

Em *Vigiar e punir*, Foucault (1987) diz: “o objeto ‘crime’, aquilo a que se refere a prática penal, foi profundamente modificado: a qualidade, a natureza, a substância, de algum modo, de que se constitui o elemento punível, mais do que a própria definição formal. A relativa estabilidade da lei obrigou um jogo de substituições sutis e rápidas. Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos” (Foucault, 1987, p. 19). Com os pedófilos ocorre algo parecido: é preciso combater essa falha moral antes que qualquer crime possa ser cometido.

E mesmo com o fato consumado (e eventualmente com a pena cumprida), é preciso investir no controle e na vigilância, pois sempre vai existir o alto risco da reincidência. Conforme aponta criticamente Georges Vigarello (1998), “devemos insistir na atenção reforçada e sistemática à reincidência, nessa vontade de punir para melhor prevenir. Ela instaura uma nova visão do perigo e da pena, levando ao extremo o princípio da defesa coletiva visada pelo direito desde o fim do século XVIII, condenando não mais apenas a gravidade social do crime, mas também a gravidade mais inapreensível, a periculosidade do próprio criminoso, suas reincidências futuras, os danos previsíveis que poderia causar. Isso transforma a reflexão sobre o direito penal em reflexão sobre o risco, estendendo o olhar sobre a vítima até as vítimas potenciais, transformando a pena em dispositivo de neutralização, mais do que em ato de castigo” (Vigarello, 1998, p. 241).

O abuso sexual infantil, a pornografia infantil, e a pedofilia são motes de causas morais empenhadas por setores conservadores da sociedade, cujos objetivos vão além dos cuidados com as crianças: atravessam a vida da população. Pode-se dizer que no Brasil, em menos de uma década, a sociedade passou da indiferença, da apatia e da resignação em relação às crianças para um estado de indignação.

Um último detalhe: nos dias de hoje, poucos grupos podem ser odiados como são os pedófilos. Mesmo que haja leis que tipificam os crimes de ódio, os pedófilos oferecem oportunidade singular de serem odiados, impunemente em voz alta, publicamente, e com amparo legal do Estado. O crime em potencial se converte numa luta do bem contra o mal e revela nova face da violência sexual e da própria sociedade contemporânea como um todo.

IV

PÂNICOS MORAIS EM TORNO DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES

O capítulo apresenta discussão acerca das questões atuais em que a pedofilia aparece como categoria de inteligibilidade de uma forma de sexualidade considerada transgressiva. Com isso, destaca-se a presença da pedofilia na internet, questões envolvendo o incesto, os casos de acusação de pedofilia na Igreja Católica e ainda a discussão sobre a busca de legitimidade, por parte dos chamados grupos de sexualidades dissidentes. Entre eles, destacam-se os *boy-lovers*, os adeptos ao sexo intergeracional e os grupos de ativismo pedófilo, também conhecidos como *The Child Love Movement*. O capítulo apresenta vários grupos militantes com reconhecimento em diversos países, como o dinamarquês *DPA* (Danish Pedophile Association); a associação alemã *AG-Pädo*; o grupo holandês *MARTIJN*; e o mais reconhecido deles, nos EUA, o *NAMBLA* (North American Man/Boy Love Association). Há, ainda, exemplo de um partido político na Holanda, o *PNVD* (Partij voor Naastenliefde, Vrijheid en Diversiteit) (Partido da Caridade, Liberdade e Diversidade), cujo programa visava o fim da idade mínima de consentimento e a liberdade sexual das crianças. A ideia aqui é apresentar esses movimentos que, de certa forma, vão contra a conduta sexual considerada “normal”, a fim de expor alguns contrapontos às discussões que tendem a ter conteúdo extremamente moralizante. Por essa razão, o capítulo se encerra com a noção de pânico moral, exemplificado pelo reconhecido caso da *Escola Base*, para ajudar, justamente, a entender as ideias moralizantes que produzem e sustentam os discursos sobre o abuso sexual infantil e a sobre pedofilia.

SEXUALIDADES DISSIDENTES: A BUSCA PELA LEGITIMIDADE

Na segunda metade da década de 1960 circularam os dois únicos volumes do *International Journal of Greek Love*. Essa publicação representou uma das poucas tentativas de divulgação de ideias e de estudos científicos relacionados ao envolvimento sexual entre adultos e crianças no período pós-guerra. Os dois volumes foram editados por Walter H. Breen, uma figura extremamente controversa que assinava sob o pseudônimo J. Z. Eglinton. Alguns outros trabalhos apologéticos foram publicados por ele nessa mesma época com o uso do pseudônimo.

Na introdução do primeiro número da publicação, o editor declara que o periódico é dedicado aos estudiosos das relações ético-educacionais peculiares entre adultos e crianças (ou adolescentes pré-púberes) institucionalizadas na Grécia antiga e em outras sociedades, também chamado de *amor grego*. J. Z. Eglinton afirma que essa forma de amor sempre esteve presente na cultura ocidental, mas que nunca se ousou tocar no assunto meramente por questões de fundo moral. A publicação desse periódico preencheria essa lacuna deixada pelo silêncio de séculos.

O editor enumera cinco pontos essenciais do *International Journal of Greek Love*. São eles: estudos interculturais de práticas de amor grego; estudos que lidam com casos reais de amor grego ou relatam casos históricos; traduções de literatura e de textos eruditos ainda não disponíveis a um público maior; crítica de livros, filmes ou textos dramáticos sobre o tema; e outros tipos de literatura como ficção, não-ficção, verso e prosa. Apesar dessa variedade de textos, o editor afirma que a publicação tem abordagem estritamente acadêmica e não visa os eventuais interesses fetichistas ou pornográficos dos leitores.

Para J. Z. Eglinton, esses estudos deveriam explorar um campo interdisciplinar ainda não devidamente debatido e trazer ao grande público o maior número possível de textos e de informações para ampliar o conhecimento sobre o tema. No primeiro volume da publicação, o editor afirma: “we are especially interested in application to modern society of conclusions drawn from such studies; Greek love is not merelly a quixotic feature of a dead culture of solely to archaeologists, but a matter of contemporary culture patterns as well” (Eglinton, 1965, p. 4). No entanto, a revista não obteve o êxito esperado e teve apenas duas edições publicadas.

A busca pela legitimidade em exercer a sexualidade que não seja regulada pela heteronormatividade adulta e reprodutiva é batalha travada em diversos campos ao longo de muito tempo. No primeiro capítulo desta tese foi apresentado histórico sobre a relação sexual

entre adultos e crianças; a problematização em torno das noções de infância e de criança; e as categorias que regulam (e impedem) as atividades sexuais infantis. Aqui, a discussão muda de foco e passa para o campo político de luta pela legitimidade da sexualidade tida como dissidente.

A noção “dissidente” deve ser entendida como expressão de experiência de sexualidade ainda não reconhecida socialmente, ou mesmo juridicamente. Essa noção é constantemente empregada para entender a sexualidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e intersex como legítima de reconhecimento social, jurídico e científico. Alguns casos apresentam, inclusive, desafios ao conhecimento médico que tende a normalizar os corpos e as práticas sexuais.

Importante dizer que a chamada sexualidade dissidente, assim como a “normal”, é construída socialmente a partir de regras e normas apoiadas em saberes e estratégias discursivas que legitimam ou deslegitimam as práticas sexuais. Num primeiro momento, a ideia de dissidente poderia estar associada à noção de desvio ou de sexualidade entendida como perversão. Não se trata disso. A perversão foi categoria médico-psiquiátrica utilizada para lidar com comportamentos sexuais tidos como desviantes e determinar as fronteiras entre o normal e o patológico, entre o legal e o ilegal. A categoria dissidente é pensada aqui como busca pela legitimidade e pelo reconhecimento, social e jurídico, de sujeitos que tendem a ser marginalizados e criminalizados.

No caso dos defensores do sexo entre adultos e crianças (ou pedófilos), a questão é um pouco diferente, justamente pela relação tensa entre normalidade e legalidade. Embora existam grupos que lutem pela legitimidade dessa prática sexual, invariavelmente a categoria pedofilia tem carga negativa em diversos aspectos e domínios. Daí a importância da noção “dissidente”, que nos ajuda a pensar sobre uma expressão da realidade até recentemente considerada impossível de reflexão. Hoje em dia, a pedofilia não só ganhou visibilidade, como passou a ocupar lugar de destaque nos debates políticos, jurídicos e científicos. Só que a principal luta, nesse caso, é para tornar o desejo dissidente em crime, restando muito pouco (ou quase nenhum) espaço aos defensores da liberdade sexual sem idade mínima de consentimento.

A medicina e o poder judiciário, conjuntamente, agem como forças higienistas e investem contra as sexualidades dissidentes antes mesmo que qualquer ato seja cometido. Por essa razão, em 1981, Mark Cook e Kevin Howells publicaram o livro *Adult Sexual Interest in Children* com a justificativa de reunir informações sobre o interesse sexual de adultos por crianças e, sobretudo, pensar em maneiras de evitar esse contato. Segundo os autores, a

necessidade dessa publicação ocorreu no final de 1977, logo após o congresso *International Conference on Love and Attraction*, realizado na cidade de Swansea (País de Gales), que tratava do comportamento sexual e da relação entre amor e atração.

Tal conferência acabou motivando, posteriormente, um simpósio para tratar exclusivamente de pedofilia na mesma época. E aí é que estava o ponto da questão. O livro de Cook e Howells (1981) foi resultado dessa primeira conferência e dos diversos trabalhos apresentados nela, só que não estão presentes nessa publicação os trabalhos produzidos pelos defensores da pedofilia, que também participaram do congresso.

Durante o congresso, houve problema com uma das organizações presentes, a *Paedophile Information Exchange* (PIE). Fundado em 1974 e dissolvida em 1984, esse grupo tinha como objetivo mudar a lei da idade mínima de consentimento e advogava pelos direitos dos pedófilos na Inglaterra. O problema ocorreu no embate entre os pesquisadores contrários ao sexo entre adultos e crianças. Para esses, a experiência sexual precoce seria extremamente danosa às crianças e à sociedade. Já os opositores defendiam a liberdade sexual para todas as idades. Mas, no fundo, o ponto central da discórdia era o fato de a comunidade científica dar reconhecimento a esses grupos, uma vez que, com a participação em fóruns acadêmicos, estaria configurada a legitimidade, por parte da comunidade científica, da ideia de que a pedofilia seria prática válida de sexualidade.

A partir desses acontecimentos, o debate ficou completamente antagônico entre os dois grupos, com a consequente marginalização dos que defendiam a pedofilia. Consequentemente, isso fez com que surgissem grupos de ativismo pedófilo, que passaram a atuar em outros campos, a partir de outras estratégias.

Percebe-se que a intenção final da comunidade científica era justamente isolar a categoria de pedófilo para consolidar, de um lado, uma noção de perversão sexual e, de outro, instituir normalidades e garantir o monopólio da noção pelos pesquisadores da sexualidade. Tarefa quase impossível, uma vez que a tentativa de fixar condutas acaba gerando exatamente o efeito oposto, conforme apontou Michel Foucault: “não somente assistimos a uma explosão visível de sexualidades heréticas, mas, sobretudo – e esse é o ponto importante – a um dispositivo bem diferente da lei: mesmo que se apoie localmente em procedimentos de interdição, ele assegura, através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas” (Foucault, 1988, p. 48). Para o autor, foi justamente a explosão discursiva sobre o sexo que possibilitou a multiplicação das chamadas sexualidades dissidentes.

Assim, mesmo sem a legitimidade por parte do saber científico, a chamada militância pró-pedofilia buscou outros meios de ação contra as interdições, as normatividades, as leis de idade mínima de consentimento sexual; e organizou outras estratégias de luta pela despatologização e pela descriminalização do desejo dissidente.

BOY-LOVERS, SEXO INTERGERACIONAL E O ATIVISMO PEDÓFILO

Falar em termos de ativismo pedófilo é, sem dúvida, controverso e delicado. Não há, necessariamente, força política suficientemente articulada nos dias de hoje para fazer desses grupos um movimento global que possa ser nomeado como ativismo pedófilo; talvez esse nem seja o melhor termo para categorizar esses grupos. A utilização dessa noção aqui tem meramente o objetivo de descrever alguns processos que se desenvolveram nas últimas décadas em determinados países, cujas tentativas, nem sempre bem sucedidas, eram: questionar a idade mínima de consentimento, defender a liberdade sexual intergeracional, despatologizar, desestigmatizar e descriminalizar os contatos sexuais entre adultos e crianças.

De modo geral, esses grupos procuram se vincular ao ideal de “direitos sexuais”, desencadeado pelo processo de despatologização e descriminalização das práticas sexuais localizadas fora da heteronormatividade ao longo de muitas décadas. No caso dos pedófilos, a luta se inicia em torno da própria nomenclatura, que ora tende pela despatologização e descriminalização ora pela recriação de novos significados para a prática a partir de outras categorias, como *boy-lovers*, *child-lovers*, sexo intergeracional, amor grego, amor imberbe, entre outros.

O pesquisador mexicano Mauricio List Reyes, no livro *El amor imberbe* (2009), apresenta algumas reflexões sobre os interesses e os desejos das pessoas que buscam ativamente formas de relações intergeracionais que são, na maioria das vezes, duplamente reprovadas pela sociedade contemporânea, não só pela natureza homossexual, mas por ser preconceituosamente associada à ideia de abuso sexual infantil. Para o autor, um aspecto importante dessas relações é que os indivíduos (tanto os homens mais velhos quanto os mais jovens) buscam voluntariamente atender seus desejos e suas expectativas em termos de aparência física, de atitude e de comportamento na relação com o outro a partir da diferença de idade.

Segundo o autor, os homens mais velhos, em geral, procuram se colocar em situação hierarquicamente superior a seu parceiro. Já para os mais jovens, a diferença de idade

avançada do parceiro pode ser vista, por um lado, como elemento de atração e de sedução, mas, por outro, pode gerar situações de dependência, sobretudo econômica. O autor sustenta que pode não haver situação de igualdade entre os parceiros, pois nos termos deste modelo, o principal significado para ambos, possivelmente, não seria somente o sexo compartilhado pelos participantes, mas os papéis socialmente assimétricos que desempenham na relação.

Para Mauricio List Reyes, é interessante e perturbador perceber como os homens maduros descrevem e definem os mais jovens. O autor chama atenção para o modo como as características dessas relações intergeracionais são reconhecidas a partir da tensão constante das relações de poder que permanentemente se expressam na dinâmica do casal.

De qualquer maneira, para Reyes, o sexo intergeracional é interessante chave de problematização não apenas para questionar as posições dogmáticas, geralmente baseadas em preceitos religiosos, mas para disputar território com a medicina, a psiquiatria, e até mesmo a fisiologia; para dar sentido explicativo às experiências e aos comportamentos considerados dissidentes. Para ele, a despatologização seria, sem dúvida, o primeiro passo a ser dado na busca pela legitimidade do sexo intergeracional.

Já a categoria *boy-lovers* pode ser entendida como forma de reorganização da norma e de ressignificação da sexualidade a partir de reconhecimento social do desejo sexual por crianças. Para o pesquisador Alessandro José de Oliveira, trata-se de “novas negociações sociais dentro dos discursos sobre ‘pedofilia’” (Oliveira, 2009, p. 467). Para ele, o ato de se nomear como *boy-lovers* estabelece uma fronteira entre os sujeitos, espécie de “oposição entre iguais”: com pedófilos de um lado e *boy-lovers* de outro.

Assim, nas palavras de Oliveira, “são ‘boylovers’, sobretudo, os sujeitos que somente desejam, e manifestam o desejo de tal intercuro sexual com a intenção de criarem, acima de tudo, programas de tratamentos terapêuticos que efetivem uma possibilidade de controlar seus impulsos, reafirmando-os no campo da patologia, e principalmente diferenciando-se dos outros, os ‘pedófilos verdadeiros’, que efetivamente praticam intercuro sexual intergeracional e que permaneceriam dessa forma no campo da criminalidade” (Oliveira, 2009, p. 478).

Segundo a antropóloga Gayle Rubin, “it is harder for most people to sympathize with actual boy-lovers. Like communists and homosexuals in the 1950s, boylovers are so stigmatized that it is difficult to find defenders for their civil liberties, let alone for their erotic orientation. Consequently, the police have feasted on them” (Rubin, 1993, p. 147). A autora chama atenção para certa estratificação sexual da sociedade industrial-capitalista e para a perseguição aos grupos dissidentes, uma vez que a diversidade sexual não é tão diversa assim.

Por isso que a estratégia dos *boy-lovers* em se posicionar ao lado dos “direitos sexuais”, que reconhece como legítima as diversas expressões de identidades sexuais, pode ser considerada como batalha perdida ao entrar em conflito com a noção de direitos humanos, que entende a criança como sujeito de direitos que requer proteção integral contra qualquer forma de abuso. Não são apenas o direito e a liberdade sexual que estão em jogo, mas a condição da criança, que é vista como ser tutelado.

Nesse sentido, Adriana Piscitelli, no comentário à entrevista que Judith Butler fez com Gayle Rubin publicada nos *Cadernos Pagu*, em 2003, diz que a problematização de Rubin sobre a ideia de diversidade sexual a partir das relações entre sexualidade e gênero é instigante porque “tópicos que poderíamos considerar polêmicos, tais como o dos boy lovers, adquire sentido levando em conta a maneira como certas linhas do feminismo se engajaram no debate anti-pornografia nos Estados Unidos, discutindo incansavelmente a capacidade de corrupção dos livros perigosos, a ideia de que em nome da liberdade de expressão não é possível defender a indecência, e de que conteúdos violentos podem ter efeitos criminosos” (Piscitelli, 2003, p. 215). No caso dos pedófilos (ou dos *boy-lovers*), há enorme aparelho estatal acompanhando passo a passo suas ações, cujo único objetivo é acabar com a ideia de que adultos podem gostar sexualmente de crianças.

Existem diversas organizações em vários países que defendem abertamente a relação sexual entre crianças e adultos. A advogada Suheyly Fonseca Misirli Verhoeven inicia o artigo “Um olhar crítico sobre o ativismo pedófilo” (2007) com o seguinte texto: “engana-se quem pensa que os pedófilos apenas atuam trocando imagens eróticas e/ou pornográficas envolvendo crianças e/ou adolescentes ou praticando sexo com os menores de idade. Uma breve pesquisa acerca do ativismo pedófilo revela que as pessoas que compartilham o ‘amor’ por jovens ou crianças estão se reunindo e começam a exigir que a sociedade reconheça o tipo de relação proposto e vislumbra a proteção legal como parte da trajetória de aceitação” (Verhoeven, 2007, p. 549).

Independentemente do conteúdo moralizante e da estratégia prescritiva do artigo, a autora realizou interessante levantamento acerca dos grupos de ativismo pedófilo existentes. É importante dizer que nem todos os grupos estão ativos atualmente. Além disso, por estarem na fronteira entre o legal e o ilegal, muitos atuam horizontalmente em forma de rede, se organizam pela internet, não fornecem muitos dados, não têm líderes e mudam constantemente o endereço eletrônico. Isso dificulta mais a busca por informações e torna

praticamente impossível o contato devido a própria natureza fluida da internet. Assim, entre o legalismo e o ilegalismo, e entre os ativos e inativos, encontramos os seguintes grupos²⁹:

The North American Man/Boy Association (NAMBLA). Esta é, provavelmente, uma das principais associações de militância pedófila no mundo. Com bases nas cidades de Nova York e de São Francisco (EUA), trata-se de um grupo de homens, a maioria de homossexuais, que defende o reconhecimento legal da relação sexual entre homens e meninos, sob o argumento de que as minorias (nesse caso, as crianças) possuem o direito de livremente exercerem sua sexualidade. A NAMBLA se define como grupo de apoio aos relacionamentos intergeracionais. O objetivo da organização é acabar com a opressão nos relacionamentos entre homens e meninos, que poderiam ter a liberdade de consentir relações sexuais com adultos. Um de seus principais argumentos é que as leis de idade mínima de consentimento desnecessariamente criminalizam as relações sexuais entre os menores de idade e os adultos. Por isso, a principal luta política do grupo é a abolição da idade mínima de consentimento. Estimava-se que nos anos 1980, a NAMBLA tinha 300 membros. Numa investigação realizada pelo FBI em 1995 foi constatado que a organização contava com aproximadamente 1.100 membros. Atualmente, não há informações sobre o número de membros associados.

Vereniging Martijn (Associação Martijn). A associação foi fundada em 1982 na Holanda. A luta do grupo gira em torno do reconhecimento legal e pela aceitação social de relacionamentos sexuais entre adultos e crianças. A associação possui política de ajuda voluntária às pessoas interessadas e disponibilizam publicações centradas nos interesses dos seus membros. As principais ações dessa associação são:

publicação da *OK Magazine*;

gerenciar o site www.martijn.org;

fornecer conselho, apoio e informação;

procurar estabelecer diálogo com políticos;

lutar pela cooperação de grupos com ideais similares;

ter um grupo de discussão.

(Mas, para ter acesso às publicações e às discussões, os interessados devem se associar ao grupo.)

²⁹ As informações sobre a história desses grupos foram retiradas do artigo de Verhoeven (2007) e das respectivas páginas das associações na internet.

Jon. Grupo de apoio da *Netherlands Association for Sexual Reform* (NVSH). Fundado em 1979, é um grupo de apoio às “pessoas que têm habilidade de se apaixonar por crianças”. O site do grupo, disponível para leitura em diversos idiomas, diz oferecer um ambiente para acolher os sentimentos de cada pedófilo no grupo e garante aos novatos que não estão sozinhos.

The Rene Guyon Society (RGS). Criada em Los Angeles (EUA) na década de 1960, a organização teve o jurista francês Rene Guyon como grande inspiração para sua fundação, devido à elaboração de seu *Etude ethique d'sexuelle*, que contém 10 volumes. A associação, uma das mais antigas nos EUA, diz contar atualmente com mais de 10.000 membros. O slogan do grupo é: “sex before eight, or else it’s too late”.

AG-Pädo. Uma das principais organizações de ativistas pedófilos alemães. O grupo realiza encontros anuais, possui publicações de interesse da comunidade e fornece suporte para prisioneiros condenados em razão de envolvimento sexual com crianças.

Australian Man/Boy Love Association (AMBLA). Não há muita informação disponível sobre esse grupo australiano. Aparentemente, representa apenas um meio para pessoas se encontrarem individualmente e partilharem angústias.

Danish Pedophile Association (DPA). Associação dinamarquesa em defesa da aceitação social da pedofilia fundada em 1985. Informações apontam que o grupo se dissolveu em 2004 por causa da forte pressão política e midiática que enfrentava na Dinamarca.

Coalition Pédophile Quebecois. Essa organização era dada como extinta, mas existem sinais que indicam a sobrevivência desse grupo no Canadá.

Paedo Alerta News. Foi uma revista internacional em língua inglesa voltada especificamente para pedófilos homossexuais, publicada oficialmente na Holanda entre 1979 e 1985.

Australian Paedophile Support Group (APSG). O grupo existiu na década de 1980 na cidade de Sydney, na Austrália. Com foco na ideia de *boy-lover*, o grupo buscava fornecer suporte para outros pedófilos. O grupo chegou a ter uma publicação, a revista *Rockspider*, cujos

objetivos eram promover a pedofilia como alternativa sexual viável, lutar pelo fim da idade de consentimento e promover os direitos das crianças.

Há ainda outras organizações em funcionamento, cujos dados não estão disponíveis, e organizações inativas ou extintas. Entre elas encontramos: *Lewis Carroll Collector's Guild* (sem dados de origem); *Fach und Selbsthilfegruppe Paedophilie, Verein Fuer Sexuelle Gleichberechtigung (VSG)*; *Aktion Freies Leben (AFL)*; *Arbeitskreis Piiderastie-Piiodophilie (AKP)*; *Indianekommune e Piidogruppe, Rat und TatZentrum* (todas da Alemanha); *Centre de Recherche et d'information sur l'enfance et la sexualite (CRIES)*; *DokumentatiedienstPedofilie, Stuiegroep Pedofilie e Stiekum* (todas da Bélgica); *APSG/BLAZE* (Austrália); *Groupe de Recherche Pour une Enfance Differente (GRED)* (França); *Gruppo P* (Itália); *Norwegian Pedophile Group (NAFP)* (Noruega); *Schweizerische Arbeitsgemeinschaft Piiodophile (SAP)* (Suíça); *The Eulenspiegel Society (TES)*; *Childhood Sensuality Circle (CSC)*; *Project Truth e Pedophile Information Society* (dos EUA); *Paedophile Action for Liberation (PAL)* e *Paedophile Information Exchange (PIE)* (ambas da Inglaterra).

Esta última associação, já citada anteriormente, foi uma das mais importantes organizações britânicas de ativismo pedófilo. Participou de fóruns científicos de discussão sobre o contato sexual entre adultos e crianças. Fundada em 1974, o PIE promoveu campanhas para substituir as leis sobre idade de consentimento por entendimentos legais mais flexíveis e liberais. O grupo defendia que a legítima proteção das crianças podia ser conciliada com a aceitação da sexualidade infantil, o direito à autodeterminação sexual e com a legitimação de contatos sexuais consensuais entre adultos e crianças.

Todos os grupos apontados acima defendem abertamente o sexo entre adultos e crianças e lutam para mudar as legislações ou impedir que leis transformem essa relação em crime. Muitos acreditam que as leis proibindo o sexo entre adultos e crianças são iguais às leis que proibiam, no passado, a masturbação, a fornicação, a sodomia, o adultério e a homossexualidade. De acordo com alguns ativistas, o sexo com crianças não é imoral e nem ilegal; é simplesmente considerado politicamente incorreto nos dias de hoje.

Muitos desses grupos surgiram no contexto das primeiras ações do movimento gay internacional nos países ocidentais. Eles tentaram, no início, vincular a militância pedófila às causas do movimento de liberdade sexual. Mas rapidamente foram desbaratados para que não ocorresse a associação entre homossexuais e os abusadores infantis, como são vistos os pedófilos. Segundo Laura Lowenkron (2012), há um esforço do movimento LGBT para se

distinguir dos grupos de militância pedófila. Nas palavras da autora, tal esforço “culminou na expulsão da associação americana ‘Man-boy Love’ (NAMBLA) da International Lesbian and Gay Association (ILGA), em 1994, a fim de garantir reconhecimento pelas Nações Unidas” (Lowenkron, 2012, p. 39).

Para Richard Laws e Willian O’Donohue (2008), grupos como o North American Man/Boy Love Association (NAMBLA) e o René Guyon Society descrevem a si mesmos como representantes da mais recente onda de liberação sexual. Segundo esses grupos, no século XX ocorreram três ondas importantes que questionavam a ordem patriarcal: a primeira, a liberação sexual das mulheres; a segunda, a aceitação social do sexo antes do casamento; e a terceira, a liberação gay. A quarta onda seria justamente a abolição da idade mínima de consentimento para a prática sexual.

Pronunciamento publicado no site da NAMBLA considera a ideia de amor intergeracional da seguinte maneira:

The issue of love between men and boys has intersected the gay movement since the late nineteenth century, with the rise of the first gay rights movement in Germany. In the United States, as the gay movement has retreated from its vision of sexual liberation, in favor of integration and assimilation into existing social and political structures, it has increasingly sought to marginalize even demonize cross-generational love. Pederasty – that is, love between a man and a youth of 12 to 18 years of ages – say middle-class homosexuals, lesbian, and feminists, has nothing to do with gay liberation. Some go so far as to claim, absurdly, that it is a heterosexual phenomenon, or even ‘sexual abuse’. What a travesty! (Thorstad, 1998).

O argumento central de grupos como o NAMBLA diz respeito aos processos de “normatização” de práticas sexuais, que já foram objetos de perseguição no passado, como o sexo fora do casamento, o onanismo, a pornografia, a prostituição, a sodomia e o homoerotismo. As reivindicações desses grupos se tencionam justamente com o processo de criminalização das práticas que defendem, ou seja, o sexo entre adultos e crianças.

A pesquisadora Mary DeYoung (1989) analisou a literatura produzida pelas organizações que defendem o fim da idade de consentimento para a prática sexual e encontrou o uso das seguintes estratégias discursivas, utilizadas para romper com as barreiras da patologização e da criminalização:

- 1.) adoção de uma terminologia de valor neutro;
- 2.) redefinição do termo “Abuso Sexual Infantil” para termos como “sexo adulto-criança” ou “intimidade intergeracional”;
- 3.) promoção da ideia de que a criança pode consentir o sexo com adultos;
- 4.) questionamento da hipótese de dano apontada por psicólogos e psiquiatras;
- 5.) promoção de pesquisas “objetivas” em oposição às pesquisas consideradas tendenciosas;
- 6.) desclassificação da pedofilia como doença mental.

Antes disso, na década de 1970, o *Netherlands Association for Sexual Reform*, o principal fórum de discussão dos direitos dos homossexuais na Holanda, procurou debater também o direito dos pedófilos. Entre 1970 e 1974, a associação organizou quatro encontros sobre pedofilia e criou um comitê específico para tratar do assunto. Por esses motivos, DeYoung (1989) cita o editorial da revista holandesa *Paidika: The Journal of Paedophilia*, cujo objetivo era defender o sexo entre adultos e crianças. Essa publicação fez pesquisa com um grupo de meninos para saber se o contato sexual com adultos poderia ser positivo.

A principal crítica de DeYoung (1989) a essa pesquisa, cujos resultados apontavam evidentemente para uma perspectiva favorável, foi que as conclusões eram problemáticas por se basear numa ética utilitarista sem detectar os possíveis danos às crianças e à sociedade. A crítica defendia que a criança, por princípio, não teria capacidade cognitiva de negociar relações sexuais consentidas com adultos, que a obrigação dos adultos era proteger as crianças e não prejudicá-las, pois o sexo para as crianças poderia ser danoso de diversas maneiras. Com base nessas afirmações, DeYoung (1989) considerava que não havia liberação sexual associada à pedofilia, somente prejuízos potenciais às crianças abusadas.

A Holanda é, sem dúvida, um dos países pioneiros na discussão das liberdades sexuais. Não por acaso, o país concentra a maioria dos grupos apresentados acima e até já teve um partido político, o PNVD (Partido da Caridade, Liberdade e Diversidade), cuja plataforma principal era maximizar as ideias de liberdade e de diversidade sexual. O PNVD foi um partido que não chegou a ter representação no parlamento e nunca participou de qualquer eleição. Com apenas três membros conhecidos, o partido chamou muita atenção da mídia devido a sua defesa pela legalização da pornografia infantil e pela luta da redução da idade de consentimento.

O PNVD foi fundado em 31 de maio 2006, utilizava lema de inspiração kantiana *sapere aude* (“tenha coragem de usar sua própria razão”), para apresentar as propostas do partido. Para Kant, o iluminismo seria a saída do homem de sua menoridade e a capacidade de

se servir de seu próprio entendimento, *sapere aude*. As ideias kantianas de iluminismo não entendiam a menoridade como condição natural, mas noção jurídica que privava os homens do exercício livre dos seus direitos. A partir desse princípio, o PNVD defendia que as crianças eram capazes de se guiar por si mesmas. No entanto, em 2006, o partido não conseguiu colher as 30 assinaturas, de cada uma das 19 regiões eleitorais holandesas, necessárias para concorrer nas eleições daquele ano. Sem força política, o partido deixou de existir desde 14 de março de 2010.

O artigo de Verhoeven (2007), já citado, reflete, de certa forma, o pensamento conservador presente na maioria das análises jurídicas sobre o tema. Segundo a advogada, “os *childlovers* normalmente evocam o princípio da liberdade a fim de justificar a pressão por eles feita para que as normas que determinam uma idade mínima para o consentimento sexual seja abolida. Segundo o pensamento da grande maioria desses agentes, as pessoas, independentemente de suas idades, devem ter a liberdade de usufruir dos seus corpos como bem entenderem. Ocorre, entretanto, que esses obstinados ativistas acabam por confundir crianças em peculiar fase de desenvolvimento com adultos em miniatura, pois não tratamos em termos psicológicos, emocionais ou sexuais de indivíduos no mesmo nível evolutivo. Em razão disso, em um polo encontraremos a figura do subordinante, enquanto no outro vislumbraremos o subordinado, ou seja, o adulto usará crianças para satisfazer seus próprios impulsos sexuais. É instaurado, portanto, o abuso sexual no relacionamento proposto” (Verhoeven, 2007, p. 565).

O confronto que a autora faz no texto está entre a ideia de liberdade individual jurídica, de um lado, e de dignidade da pessoa humana, como mínimo jurídico comum irredutível, de outro. Assim, a relação sexual entre adultos e crianças seria claramente um caso de abuso.

Segundo Lowenkron, “o processo de conversão das definições médicas em ancoragens identitárias para atuação política serviu de base também para o surgimento de uma militância ‘pró-pedofilia’ nos anos 1970. A emergência desses grupos em alguns países ocidentais reforçou o imaginário social em torno da existência de ‘redes de pedofilia’ organizadas e o envolvimento de alguns de seus membros em operações policiais contra a ‘pornografia infantil’ ajudou a associar os dois conceitos a partir do final da década de 1970. Ao evidenciar que pedófilos organizavam-se em redes para trocar pornografia infantil, essas operações também levaram à deslegitimação da atuação política desses grupos, por meio da acusação criminal de alguns dos seus membros” (Lowenkron, 2012, p. 82).

Ainda segundo Lowenkron, foi com a popularização da internet que se multiplicou o número de pessoas organizadas como grupo de ativistas. Nas palavras da autora, “graças à possibilidade de anonimato e à facilidade de reunir pessoas diferentes situadas em qualquer parte do mundo em ‘grupos’, ‘comunidades’ ou ‘fóruns’ baseados em interesses comuns, a internet ofereceu um meio privilegiado para a constituição de novos arranjos interacionais entre ‘pedófilos’ (ou ‘boylovers’, ‘childlovers’ etc), assim como ocorreu com outras associações ou ‘subculturas’ desviantes” (Lowenkron, 2012, p. 88).

Além da publicação de periódicos, de fóruns de discussão e de associações politicamente organizadas, os chamados militantes pedófilos possuem grupos de assistência jurídica e comunidades de ajuda mútua. Ao estilo *look, but don't touch*, existem ferramentas como o site da internet *Virtuous Pedophiles*, que defende o fim do estereótipo de pedófilos como agressores sexuais infantis e oferece ajuda para quem quiser entender melhor sua sexualidade.

O site *Virtuous Pedophiles* é administrado por dois homens entre 50 e 60 anos, que usam pseudônimos para se identificar e dizem ter bons trabalhos, muitos amigos e serem respeitados pela comunidade. Para eles, a ideia de *pedófilo virtuoso* está associada ao fato de, em primeiro lugar, se aceitarem como pedófilos, mas também de terem o discernimento de nunca tocar numa criança. Eles acreditam que exista grande número de pedófilos virtuosos de cuja existência poucas pessoas sabem. Para os administradores, a maior prioridade do site é ajudar os pedófilos a nunca abusarem de crianças. Daí a importância dessa ferramenta no sentido de oferecer apoio e informações acerca dos recursos disponíveis que possam ajudar os pedófilos a levarem uma vida feliz e produtiva; e de permitir que as pessoas saibam da existência de número substancial de pedófilos que não molestam crianças sexualmente.

O principal argumento dos militantes pedófilos é que os sujeitos não escolhem ser atraídos por crianças. Que não podem mudar ou fazer o desejo simplesmente desaparecer. Todavia, são capazes de resistir à tentação de abusar sexualmente de crianças. O maior problema, segundo os administradores do site, está no ódio que a sociedade sente pelos pedófilos, por os entenderem como monstros. Segundo os responsáveis pelo *Virtuous Pedophiles*, paradoxalmente, o ódio só faz aumentar os riscos de abuso sexual infantil, uma vez que intimida e desencoraja os pedófilos a procurarem ajuda, ou mesmo tratamento. Em suma, tais ferramentas estão posicionadas nas fronteiras entre os *boy-lovers*, considerados politicamente corretos, que amam e se excitam sexualmente com as crianças, mas são capazes de controlar seus impulsos e desejos; e os pedófilos criminosos, ou seja, aqueles que de fato violentam sexualmente as crianças.

Para finalizar essa seção, vale a pena citar o capítulo 18 do livro *Pedophilia: Biosocial Dimension*, editado por J. R. Feierman (1990), para mostrar a dimensão da problemática na vida de indivíduo de sexualidade dissidente, do ponto de vista da subjetivação. O referido capítulo é uma espécie de autobiografia de um sujeito que se autodeclara pedófilo. Evidentemente, todas as informações de identificação do autor foram preservadas pelo editor, que faz questão de garantir a veracidade dos fatos. Cabe recuperar a abertura do texto por causa da afinidade com os discursos dos ativistas pedófilos, diz o autor: “I believe that I was born a pedophile, because I have had feelings of sexual attraction toward children and love for them for as long as I can remember. I was not traumatized into this age orientation (the violently mutilating genital assault I sustained at birth called ‘circumcision’ notwithstanding), nor, certainly, did I ever make a conscious decision to be attracted in this way. Just as homosexuals and heterosexuals discover their sexual orientation, I discovered my age orientation as I grew, and I have been aware of it from a young age” (Feierman, 1990, p. 464).

O autor confessa que sentiu necessidade de escrever essa autobiografia por entender que as noções utilizadas pela mídia, pela medicina e pelo direito para lidar com a pedofilia eram equivocadas: a pedofilia seria, nas palavras dele, um desejo sexual legítimo como qualquer outro.

Apesar da força dos discursos médico e jurídico acerca do abuso sexual infantil como forma monstruosa de violência, e da ênfase desses discursos nos danos causados às vítimas e às famílias, os argumentos utilizados pelos ativistas que defendem o contato sexual intergeracional são, no mínimo, inquietantes e lançam luz sobre a sexualidade contemporânea, que insiste em manter a ordem reprodutiva e o modelo patriarcal de família como normas sociais inquestionáveis.

PEDOFILIA NA IGREJA CATÓLICA

Em 1850, Nathaniel Hawthorne publicou o livro *A letra escarlata*. Romance histórico ambientado na puritana Massachusetts (EUA) do século XVII. O livro conta a história da relação adúltera entre uma mulher casada e um reverendo, que culmina com o nascimento de uma criança “ilegítima”. Embora o livro seja ficção, o fato de se tornar um *best seller* logo após a publicação, na metade do século XIX, pode ser sinal de que os leitores achavam a história de um “escândalo sexual” envolvendo um clérigo bastante factual e repleta de interesse, especialmente numa sociedade marcada pelo puritanismo, pela moralidade e pelo

sentimento de culpa.

Esse é apenas um exemplo prosaico para dizer que transgressões sexuais são cometidas por seres humanos, sem excluir os líderes religiosos, e geram interesses das pessoas. No entanto, os episódios que envolvem sacerdotes (especialmente padres da Igreja Católica) têm outras dimensões no imaginário social e recebem atenção relativamente maior que outros casos, principalmente por parte da mídia que fazem das denúncias, escândalos. E “escândalo” é justamente o termo utilizado para lidar com esses episódios, porque ultrapassam as fronteiras das normas e das condutas morais vigentes.

As denúncias, os casos e as discussões em torno do abuso sexual infantil na Igreja Católica são, certamente, objetos para estudo específico. A chamada “questão da pedofilia na Igreja Católica” exigiria, no mínimo, uma tese de doutorado voltada exclusivamente para esse assunto. Não é o caso aqui. Porém, não é prudente num trabalho que trata desse tema, não fazer, ao menos, menção ao problema e indicar alguns pontos possíveis de entendimento dessa questão. E isso será feito tal como o aforismo de Nietzsche, em *A gaia ciência*, sobre a *questão da compreensibilidade*: uma forma de encarar os problemas profundos é como tomar um banho frio – “entrando rapidamente e saindo rapidamente” (Nietzsche, 2011, p. 285).

Pode-se dizer com alguma certeza que o lugar em que as discussões sobre a questão da pedofilia na Igreja Católica foram engendradas com mais veemência foi nos Estados Unidos. Segundo Judith M. Buddenbaum (2009), as primeiras denúncias de pedofilia na Igreja Católica nos EUA surgiram aos poucos, permeadas de suspeitas, indícios e alegações, muitas vezes, não confirmadas.

As acusações de abuso sexual infantil, e as primeiras ações movidas na Justiça, se iniciaram em meados da década de 1980. Então, em 1985, encontra-se no estado da Louisiana um dos primeiros casos de padre condenado por ter molestado meninos. Em 1991, um reverendo do estado de Massachusetts foi acusado de abusar de crianças em cinco estados diferentes. Em 1993, famílias de crianças vítimas de abusos sexuais no estado do Texas moveram ação contra a diocese de Dallas, abrigada a indenizar as famílias em 31 milhões de dólares em 1998.

Mas, segundo Buddenbaum (2009), o escopo da questão da pedofilia na Igreja Católica ganhou visibilidade nacional em 2002 depois de longa reportagem, fruto de um ano de investigação, publicada no diário *Boston Globe*. A matéria³⁰ recuperou o caso do reverendo de Massachusetts, que tinha sido padre de uma paróquia no mesmo estado por muitos anos.

³⁰ Vencedora do prêmio Pulitzer por serviço público em jornalismo em 2003 nos EUA.

Em 1991, o padre foi a julgamento, acusado de molestar crianças.

A reportagem revelou que a cúpula da Igreja sempre soube do comportamento desse religioso e, em cinco ocasiões, ao longo de trinta anos, o padre foi afastado de suas funções e submetido a tratamentos psicológicos. A questão central é que esse não foi caso único e isolado. A reportagem demonstrou que a arquidiocese de Boston acobertou diversos outros casos de abuso sexual infantil utilizando os mesmos métodos: afastando os acusados das funções, trocando de paróquias, submetendo a tratamentos psicoterapêuticos, ao isolamento e, sobretudo, ao silêncio.

Buddenbaum (2009) ainda aponta que o jornal *Boston Globe*, ciente das dificuldades de uma investigação dessa natureza, conseguiu encontrar mais de 100 casos na Justiça, com mais de 200 vítimas envolvidas. Somente na década de 90, a arquidiocese de Boston gastou mais de 400 mil dólares apenas para não tornar os casos públicos³¹. Segundo a matéria, os dirigentes religiosos alegavam agir de acordo com a política do Vaticano. E foi justamente após a publicação desta e de outras matérias que, segundo a autora, o Vaticano passou a revisar as políticas relativas aos casos de pedofilia, mas sempre tentando manter os acusados protegidos da chamada justiça secular.

Logo após a publicação da matéria-denúncia do jornal, houve uma onda sem precedentes de vítimas que passaram a falar publicamente dos abusos sexuais sofridos na infância por padres da Igreja Católica, transformando os casos num verdadeiro escândalo nacional explorado exaustivamente pela imprensa. Diante disso, em 2002, a *The United States Conference of Catholic Bishops* (USCCB) encomendou ao *John Jay College of Criminal Justice* estudo para saber a natureza e o tamanho do problema do abuso sexual infantil cometido por religiosos.

O relatório, divulgado em 2004, apontou que era praticamente impossível obter número exato de abusos cometidos por padres da Igreja Católica ao longo das décadas, porque muitos episódios não foram reportados. A comissão responsável pela investigação alegou que, em 2004, mais de 4 mil padres foram acusados de cometer abuso sexual contra crianças, em sua maioria meninos, com cerca de 10 mil vítimas ao longo de 50 anos. A pesquisa, que investigou os casos de 1950 a 2002, constatou que, do número total de padres católicos existentes nos Estados Unidos, os acusados de terem cometido abuso sexual infantil

³¹ Em 2002, a arquidiocese de Boston teve que pagar 10 milhões de dólares às vítimas do padre acusado em 1991. E, em 2003, pagou mais 84 milhões em outros casos. Outras arquidioceses dos EUA enfrentaram o mesmo problema e pagaram valores ainda maiores nas indenizações. Em fevereiro de 2007, por exemplo, a diocese de San Diego, Califórnia, declarou falência após o pagamento de uma indenização milionária para vítimas de abuso sexual infantil.

representavam 2,7% da totalidade. Outra questão alegada no relatório foi que os padres abusaram, em sua maioria de jovens adolescentes entre 11 e 14 anos de idade, conforme o quadro abaixo:

Table 3.5.4 ALLEGED VICTIMS OF SEXUAL ABUSE INCIDENTS,
GROUPED BY GENDER AND AGE

Gender	1 – 7 years	8 – 10 years	11 - 14 years	15 – 17 years
Male	203	992	4,282	2,892
	41.7%	71.4%	85.4%	85.2%
Female	284	398	734	502
	58.3%	28.6%	14.6%	14.8%
Total per group	487	1,390	5,016	3,394
% of all incidents	5.8%	16%	50.9%	27.3%

Fonte: “The Nature and Scope of the Problem of Sexual Abuse of Minors by Priests and Deacons”. John Jay College of Criminal Justice (Terry *et al.*, 2004).

O fato de as vítimas se concentrarem entre 11 e 14 anos gerou discussão em torno do tipo de transtorno sexual observado: se era pedofilia ou efebofilia (atração sexual por adolescentes). Segundo o relatório, uma forma de categorizar os agressores é dada pelo tipo de vítima que escolhem. Alguns abusadores sexuais de crianças são diagnosticados como pedófilos, o que significa que eles teriam que apresentar, de acordo com o DSM, fantasias recorrentes, intensas e sexualmente excitantes por crianças pré-púberes ao longo de um período de pelo menos seis meses. No entanto, nem todos os abusos sexuais ocorrem com crianças, e nem todos os abusadores sexuais de crianças se encaixam nesse diagnóstico clínico. Alguns pesquisadores identificaram condição semelhante, a efebofilia, que se refere aos indivíduos que apresentam esses mesmos desejos, fantasias e comportamentos, para com jovens pós-púberes.

Diante das pressões internacionais, a Igreja Católica procurou dar algumas respostas práticas às pressões sociais, como a elaboração do guia chamado *Sobre os procedimentos relativos às acusações de abusos*. Nesse documento oficial do Vaticano, divulgado em diversas línguas, a Igreja disse:

Desde o dia 13 de abril [de 2010], encontra-se no site da Santa Sé a Guia para a compreensão dos procedimentos de base da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF) relativa às acusações de abusos sexuais. A Guia, publicada de acordo com a

linha de transparência adoptada pela Santa Sé, facilita aos não especialistas a leitura do motu proprio Sacramentorum sanctitatis tutela [...].

A. Procedimentos preliminares

A Diocese investiga sobre qualquer suspeita de abusos sexuais por parte de um religioso em relação a um menor.

Se a suspeita tiver verossimilhança com a verdade, o caso é remetido para a CDF. O bispo local transmite qualquer informação necessária à CDF e exprime a própria opinião sobre os procedimentos a serem seguidos e as medidas a serem adoptadas a curto e a longo prazo.

Deve ser dada sempre continuidade às disposições da lei civil no que se refere à entrega de crimes às autoridades competentes.

Na fase preliminar e até quando o caso se concluir, o bispo pode impor medidas preventivas para a salvaguarda da comunidade, incluídas as vítimas. Na realidade, é sempre conferido ao bispo local o poder de tutelar as crianças limitando as actividades de qualquer sacerdote na sua Diocese. Isto faz parte da sua autoridade ordinária, que ele é solicitado a exercer em qualquer medida necessária para garantir que as crianças não sofram danos, e este poder pode ser exercido à discrição do bispo antes, durante e depois de qualquer procedimento canónico.

B. Procedimentos autorizados pela CDF

A CDF estuda o caso apresentado pelo bispo local e, onde for necessário, exige informações suplementares.

A CDF tem à disposição uma série de opções:

1. Processos penais

A CDF pode autorizar o bispo local a conduzir um processo penal judiciário diante de um Tribunal eclesial local. Qualquer apelo em casos semelhantes deverá ser eventualmente apresentado a um tribunal da CDF.

A CDF pode autorizar o bispo local a instruir um processo penal administrativo diante de um delegado do bispo local, assistido por dois assessores. O sacerdote acusado é chamado a responder às acusações e a examinar as provas. O acusado tem o direito de apresentar recurso à CDF contra um decreto que o condene a uma pena canónica. A decisão dos cardeais membros da CDF é definitiva.

No caso em que o sacerdote seja julgado culpado, os dois procedimentos – judiciário e administrativo penal – podem condená-lo a um certo número de penas canónicas, a

mais séria das quais é a demissão do estado clerical. Também a questão dos danos sofridos pode ser tratada directamente durante estes procedimentos.

2. Casos referidos directamente ao Santo Padre

Em casos particularmente graves, nos quais processos civis criminais tenham considerado um religioso culpado de abusos sexuais sobre menores, ou no qual as provas sejam esmagadoras, a CDF pode escolher apresentar este caso directamente ao Santo Padre com o pedido de que o Papa emita um decreto de demissão do estado clerical “ex officio”. Não existe recurso canónico depois de um semelhante decreto papal.

A CDF apresenta ao Santo Padre também pedidos de sacerdotes acusados que, conscientes dos crimes cometidos, peçam para ser dispensados das obrigações do sacerdócio e apresentem pedido para voltar ao estado laical. O Santo Padre concede tal pedido para o bem da Igreja (“pro bono Ecclesiae”).

3. Medidas disciplinares

Nos casos em que o sacerdote acusado tenha admitido os próprios crimes e tenha aceitado viver uma vida de oração e penitência, a CDF autoriza o bispo local a emitir um decreto que proíbe ou limita o ministério público desse sacerdote. Tais decretos são impostos através de um preceito penal que incluem uma pena canónica pela violação das condições do decreto, sem excluir a demissão do estado clerical. Contra estes decretos é possível o recurso à CDF. A decisão da CDF é definitiva. (Vaticano, 2010).

Esta não foi a primeira vez que a Igreja se manifestou sobre os casos de abusos sexuais infantis, cometidos por membros religiosos, através da publicação oficial do Vaticano, o periódico *L’Osservatore Romano*. Mas pode-se dizer que essa foi a primeira tentativa de elaborar um manual de conduta e de regras de procedimento para os casos de denúncia de abuso sexual. Além disso, o Vaticano procura se defender das acusações, se desculpar, esclarecer os casos divulgados na imprensa; expor suas ideias sobre o abuso sexual infantil e o modo como deve ser combatido, por meio de comunicados oficiais, alguns deles assinados pelo próprio Papa.

Mas a grande batalha, que envolve, inclusive, pressões de órgãos internacionais, como a ONU, é que os padres acusados de abuso sexual infantil deveriam ser julgados pela justiça comum e não pelo código canónico, como acontece na maioria das vezes. O já citado guia *Sobre os procedimentos relativos às acusações de abusos* diz explicitamente que “deve ser

dada sempre continuidade às disposições da lei civil no que se refere à entrega de crimes às autoridades competentes”. Mas os ativistas antipedofilia alegam que a Igreja raramente procede da maneira desejada pela sociedade, ou seja, os religiosos normalmente cumprem pena canônica em vez de cumprirem punição imposta pela Justiça comum.

Evidentemente, o problema do abuso sexual infantil na Igreja Católica adquire outras proporções, porque envolve questões morais, tabus e dogmas religiosos. Assim, é preciso ter cuidado ao tratar sociologicamente o problema da pedofilia na Igreja Católica, sobretudo nos EUA. Nota-se que esses escândalos começaram a aumentar conforme a Igreja passou a ter mais força nas comunidades de imigrantes, especialmente entre os latinos. Buddenbaum (2009) alerta que os chamados escândalos sexuais podem apenas refletir o sentimento anticatólico, que é extremamente forte nos EUA (país marcadamente controlado por elite burguesa, branca, masculina, conservadora, protestante e puritana).

Ao mesmo tempo, a Igreja Católica tem desafios com a ala progressista do país, principalmente por causa de suas posições contrárias ao aborto e ao casamento de pessoas do mesmo sexo. Esses escândalos tiveram um impacto grande nas finanças da Igreja, que perdeu mais recursos do que adeptos. Os escândalos também afetaram o número de pessoas disponíveis para o serviço religioso e dificultou ainda o processo de atração de jovens para o ingresso na carreira vocacional de sacerdotes.

De todo modo, trata-se de casos que não geram apenas denúncias, mas causam repúdio da sociedade. Pois no sonho (ou delírio) puritano, homens e mulheres nascem mães e pais, que devem reproduzir outros homens e mulheres também puritanos. E um padre abusador de crianças não transgredir apenas a lei do consentimento estabelecida pela norma social, amparada juridicamente. Causa escândalo lógico nas estruturas da visão de mundo de um puritano, que acredita ser escolhido e abençoado por Deus.

Segundo Edmund Leites, autor de *A consciência puritana e a sexualidade moderna* (1987), o puritanismo tem cinco características fundamentais que podem nos auxiliar a entender parte da reação popular às denúncias de pedofilia na Igreja Católica, principalmente nos EUA. Esses cinco atributos seriam: um puritano apela sempre à firmeza de sentimento por meio de temperamento uniforme e confiante; reduz o auto-envolvimento, ou seja, atua a partir da auto-restrição, conhecida como “boas maneiras”; tem autocontrole principalmente ao demonstrar as emoções; tem a capacidade da constância tanto da moralidade quanto da emoção ; e desenvolve um ideal integrativo e harmonioso.

Para Edmund Leites, os puritanos não adotam uma ideia ascética da vida, não pensam em termos de rejeição do mundo. Eles têm atitude de afirmação moral dentro dos limites estabelecidos pelo casamento e pela heterossexualidade.

Um puritano acredita que é capaz de conduzir a vida social sem fracassar. Segundo Leites, “isso contrasta agudamente com a concepção fundamental da Igreja Católica Romana: o ciclo do pecado, culpa, arrependimento e perdão construído dentro da instituição da confissão. A Igreja esperava que até mesmo as pessoas mais piedosas – santos, monges, freiras – fracassassem de uma forma ou de outra, no cumprimento dos requisitos morais e espirituais. A confissão, a absolvição e a penitência eram instituídas para lidar com esses esperados fracassos” (Leites, 1987, p. 24). Os puritanos também acham que as pessoas são pecadoras inevitáveis nos corações, jamais nas condutas.

No Brasil, país menos puritano que os EUA – mas não menos conservador –, a Igreja está totalmente alinhada com a política do Vaticano. Os casos de denúncia de abuso sexual infantil são normalmente tratados internamente, em segredo, com remoções dos acusados dos lugares de trabalho e mesmo com mudanças de funções. E nos casos denunciados pela mídia, a prática adotada é frequentemente o silêncio. Na jurisprudência do TJSP, encontramos alguns episódios de abuso sexual infantil envolvendo religiosos. Num caso específico, que teve repercussão nacional, ocorrido na cidade de Agudos (SP), em 2002, encontramos um pedido de *habeas corpus*. A defesa alegava que o acusado deveria ser solto porque estava em prisão temporária ilegalmente. Vejamos os principais trechos do acórdão e a referência ao fato de ser um religioso:

Cuida-se de habeas corpus impetrado em favor do paciente, sob a alegação de que sofre constrangimento ilegal, em seu direito de locomoção, pois, está sendo processado como incurso no art. 214, caput, combinado com art. 224, alíneas ‘a’ e ‘c’, combinados com art. 226, inciso II, do Código Penal, inicialmente, foi decretada sua prisão temporária pelo prazo de 30 (trinta) dias, posteriormente, com o oferecimento da denúncia pela Promotoria Pública, decretou-se a prisão preventiva ilegalmente, pois sem a necessidade, estando, ademais, o processo nulo, uma vez que a vítima, através do seu representante, decaiu do direito de queixa, nos termos do art. 103, do Código Penal, ante o que requer a concessão da ordem a fim de que possa responder o processo em liberdade.

[...]

Com efeito, é imputado ao paciente, que é padre franciscano a prática de atentado

violento ao pudor, consistente em manter relação anal com menor de, apenas, 09 anos de idade, por ocasião dos fatos.

Quando os fatos vieram à luz, o paciente foi transferido para Goiânia, onde consta outro processo contra ele, por delito da mesma natureza, caracterizando-se, assim, quadro de pedofilia.

Ademais, é demais sabido que não cabe discutir no âmbito estreito deste remédio jurídico a questão da decadência, posto que, depende do conhecimento das circunstâncias atinentes aos fatos ocorridos, não suficientemente esclarecidas, dadas as informações dos pais da vítima no sentido de que não sabiam dos fatos, evidentemente que, tudo isso, somente, poderá ser esclarecido devidamente em sede de instrução.

Assim, não há falar-se em constrangimento ilegal, se o despacho que decretou a prisão preventiva está bem fundamentado, frise-se nas circunstâncias táticas: o crime é gravíssimo e o paciente está escudado no fato de ser religioso, tendo tantos paradeiros quanto é a extensão da Igreja Católica, como bem observou a digna autoridade judicial, portanto, estão presentes, pelo menos, dois dos requisitos do art. 312, do CPP, fazendo-se mister, certamente, a sua presença para tanto e, ademais, abalada a ordem pública, deve-se dar pronta resposta, o que também demonstra que a custódia cautelar se faz necessária, quando há suficientes indícios da ocorrência do delito e da autoria, de sua parte.

Por decisão do juiz, o padre permaneceu preso e, posteriormente, foi transferido e julgado no estado de Goiás, onde foi condenado a 14 anos e 8 meses de reclusão, em regime integralmente fechado, por atentado violento ao pudor contra dois menores, uma criança de 5 anos e outra de 13 anos de idade. Esse foi apenas um dos raros exemplos encontrados na jurisprudência do TJSP de religioso condenado pela Justiça. Coincidentemente, esse foi um caso que teve ampla divulgação nacional na mídia.

Conforme dissemos antes, não temos a pretensão de oferecer explicação para o problema da pedofilia na Igreja Católica. Apenas de apontar brevemente algumas possibilidades de abordagem da questão. Em nossa visão, o paradoxo está naquilo que constitui um dos principais dogmas da Igreja: a interdição da sexualidade. Segundo Foucault (2006), o cristianismo teria dito não ao prazer e, conseqüentemente, ao sexo.

Para o autor, “esse não, essa proibição teria levado a um silêncio sobre a sexualidade – baseado essencialmente em proibições morais” (Foucault, 2006, p. 63). E tais proibições,

elaboradas no Império Romano e consolidadas com o cristianismo, resultaram na regra da monogamia, na função reprodutiva do sexo e na desqualificação do prazer sexual. Isso não significa dizer, no entanto, que a interdição sexual seja a explicação para os abusos sexuais cometidos pelos religiosos. É uma possibilidade de compreensão das reações sociais que dimensionam os casos em escândalos. O desejo sexual é, por exemplo, elemento central na formulação da ideia de pecado na concepção cristã.

Os problemas envolvendo os padres acusados de abuso sexual infantil na Igreja Católica são, inegavelmente, dos grandes embaraços dessa instituição. Não apenas por abalar seus preceitos morais, principalmente por fragilizar o monopólio do poder de condução das almas e de imposição das regras morais. Para Foucault, o principal papel do cristianismo não foi criar apenas regras morais de interdição da sexualidade, mas desenvolver os mecanismos de poder para inculcar tais preceitos morais nos indivíduos a partir do poder pastoral.

O pastorado seria uma categoria de indivíduos que desempenham papel de condutores. Segundo Foucault, “o pastor não reina sobre um território; ele reina sobre uma multiplicidade de indivíduos” (2006, p. 66). O poder pastoral, portanto, é individualista e pressupõe uma relação entre o penitente e o confessor, responsável pela direção da consciência e da alma. E o fato de haver pastor significa que existe para cada indivíduo a obrigação de obter a salvação, que só pode ocorrer por meio da aceitação dessa autoridade e do mecanismo da confissão. Trata-se de obediência absoluta à autoridade do pastor. Foucault afirma que o pastor “pode obrigar as pessoas a fazerem tudo o que é preciso para a sua salvação e que está em posição de vigiar, ou pelo menos de exercer sobre as pessoas uma vigilância e um controle contínuos” (Foucault, 2006, p. 68).

Portanto, o poder pastoral pode ser considerado um dos pilares que sustentam a Igreja. E as denúncias de abuso sexual infantil, por uma parte desses indivíduos responsáveis pela condução da alma e da salvação dos indivíduos, podem ser consideradas verdadeiro escândalo lógico para a liturgia católica e confusão de significados para a sociedade, especialmente para a sociedade cristã, que legitima a autoridade do pastor (ou do padre) e reconhece esse poder que conduz à salvação.

Em suma, não há no abuso sexual infantil cometido por um padre algo *per se* que explicaria o ato. A violência sexual cometida por um clérigo não se diferencia da violência praticada por um médico, um professor, um treinador, um familiar ou alguém desconhecido. A diferença está na interpretação da sociedade ao fato e no abalo “sócio-lógico” causado pelo representante da instituição religiosa, responsável pela criação de preceitos morais que atribuem à criança a noção de pureza angelical e, ao mesmo tempo, interdita o prazer sexual

do adulto e impõe o celibato aos sacerdotes.

PORNOGRAFIA INFANTIL, PEDOFILIA NA INTERNET E INCESTO

Em muitos debates, a pedofilia se insere no quadro geral das discussões sobre a violência sexual infantil que terminam por englobar a prostituição infantil, o turismo sexual infantil, o tráfico internacional de crianças para fins sexuais, o estupro de vulnerável, a pornografia infantil, o incesto, entre muitas outras formas de violências contra criança. No entanto, há duas questões que convergem quando se trata do problema da pedofilia no Brasil e que aparecem, muitas vezes, como sinônimos: a pornografia infantil, em especial o material que circula pela internet, e os casos de incesto, constantemente divulgados pela mídia.

Em 1996 foi organizado pela UNESCO, na cidade de Estocolmo (Suécia), congresso mundial sobre exploração sexual e comércio de crianças. Nesse congresso, formulou-se declaração que, de certa forma, define o conceito de pornografia infantil no âmbito mundial. Diz o texto:

La pornografía infantil es la reproducción sexualmente explícita de la imagen de un niño o niña. Se trata, en sí misma de una forma de explotación sexual de los niños. Estimular, engañar o forzar a los niños a posar en fotografías o participar en videos pornográficos es ultrajante y supone un menosprecio de la dignidad y autoestima de los niños. Esto significa que el cuerpo de un niño o niña carece de valor y les demuestra que su cuerpo está ala venta. (UNESCO – “World Congress Against Commercial Sexual Exploitation of Children”, Estocolmo, 1996).

Segundo Tatiana Landini, a Interpol define pornografia infantil como “a representação visual da exploração sexual da criança, focalizando o comportamento sexual da criança ou sua genitália” (Landini, 2004, p. 321). Portanto, para a Interpol, a pornografia infantil está ligada à exploração sexual da criança. Já para a UNESCO, a imagem da criança deve estar vinculada a um contexto sexual para configurar o crime. Entretanto, em ambas a pornografia infantil é tratada em termos legais e o conceito de pedofilia não é utilizado. De todo modo, há imensa dificuldade em trabalhar o conceito de pornografia infantil para discutir a pedofilia, uma vez que as fronteiras entre os desejos, as fantasias e as práticas sexuais são borradas.

Até meados da década de 80, o termo pornografia, em países como os EUA e o Canadá, não era categoria legal, mas os termos “obsceno” e “obscenidade” poderiam ser utilizados para qualificar materiais de conteúdo pornográfico. Assim, uma publicação poderia ser legalmente obscena sem necessariamente ser considerada pornográfica.

A definição de pornografia usada por um grupo de pesquisadores canadenses, cujo relatório citamos no capítulo II, abrange o modo como a noção é ainda comumente utilizada. Para os pesquisadores, a pornografia seria “the depiction of licentiousness or lewdness; a portrayal of erotic behaviour designed to cause excitement.” [...] “Two working definitions of pornography were used in assembling research findings, the first relating to actions taken by enforcement agencies and the second involving the specification of the types of sexual acts depicted. The later definition was grounded on a specific listing of the types of sexually explicit depiction in which children have been directly involved as subjects and to the contents of matter to which children may be exposed” (“Sexual Offences Against Children”, 1984, p. 1.080). Basicamente, o que os pesquisadores fizeram foi estender o conceito de pornografia já existente para incluir as crianças como objeto de fantasia, que passou a ser chamada de pornografia infantil.

Segundo Seth Goldstein (1987), até 1977 apenas dois estados dos EUA possuíam leis que proibiam o uso de material contendo pornografia infantil. Uma década depois, todos os estados norte-americanos, sem exceção, passaram a ter leis proibindo a pornografia infantil, tornando-a, inclusive, crime federal, caso ocorresse o trânsito desse material entre os estados. Além disso, passou a ser terminantemente ilegal importar esse tipo de material para o país. A lei sobre pornografia infantil nos EUA buscava atacar o problema em vários níveis: a venda, a exibição e a distribuição.

O tratamento jurídico seria igual para todos os envolvidos, mas para cada tipo de delito era necessário um tipo de abordagem. As principais questões colocadas no momento de elaboração e de aplicação da lei eram (cf. Goldstein, 1987):

Foi a pessoa que tirou a foto ou fez a filmagem? Se sim, o que fez com esse material?

Foi a pessoa que revelou as fotos e os filmes? Se sim, onde ela obteve e o que fez com eles?

A pessoa produziu ou imprimiu o material no qual aparecem as crianças em cenas de sexo?

A pessoa transportou e entregou o material ou mostrou e divulgou aos outros?

A pessoa simplesmente comprou ou obteve o material de outras pessoas?

Com isso, a pornografia infantil passou a ser vista como a evidência de um crime de exploração infantil ou de abuso sexual infantil e passou a ser tratada como tal. Segundo Goldstein (1987), muitas crianças, especialmente jovens adolescentes, negam veementemente que tiveram contato sexual com adulto, o que dificulta as investigações. Mas no caso de material pornográfico a situação é totalmente diferente: não há como negar o que está registrado. Além disso, uma vez gravado, o material poderá ser utilizado por anos e anos que ainda continua com conteúdo infantil.

É preciso lembrar que essas primeiras leis foram escritas na década de 80. Possivelmente, se o texto fosse escrito nos dias de hoje, a lei consideraria também os arquivos digitais, as montagens em computador e o uso da internet. A pornografia infantil mudou, precisamente, por causa dos avanços tecnológicos que impactaram sobre a disponibilidade e a distribuição através da internet. Por exemplo, as leis brasileiras formuladas recentemente, citadas no capítulo anterior, abarcam esses fenômenos contemporâneos da pornografia infantil online.

Outro problema na pornografia infantil é a dificuldade de provar se a criança abusada era realmente menor de idade ou não no momento da gravação. Segundo Lowenkron, “existe uma inflexão diferenciada no processo de materialização dos corpos em relação aos marcadores etários (ou, aos menos, à relevância destes para a configuração da ‘violência sexual’) de acordo com o gênero dos atores – isto é, segundo a posição de passividade (feminino) ou atividade (masculino) na cena pornográfica. Nesse sentido, é possível sugerir que a ‘violência sexual’ é constituída não apenas pelas relações interetárias, mas também de gênero e, ao mesmo tempo, constrói gênero, já que os critérios de sensibilidade que definem essa violência enquanto relação de subordinação/objetificação são orientados pelo mesmo princípio ordenador generificado que prescreve posições binárias e pré-definidas de masculinidade/atividade e feminilidade/passividade no exercício da sexualidade” (Lowenkron, 2012, p. 263).

O problema está precisamente nas fronteiras que definem a faixa etária, o gênero e a própria definição de pornografia como violência.

Além disso, há dois tipos de pornografia infantil a serem considerados, porque dificultam as abordagens: a *hard core* e a *soft core*. A *hard core* geralmente mostra todo tipo de nudismo e de penetração com cenas de sexo explícito e ejaculação. A *hard core* pode envolver cenas de sexo bizarro, grupal, com animais, sadomasoquismo e até “snuff”, com cenas de mutilação e assassinato de crianças. Já a *soft core* mostra geralmente simulações e partes do corpo, e pode ser chamada de artística. Existe a pornografia infantil caseira (ou

amadora), que é diferente do infantilismo (também conhecido como autonepiofilia ou anacletismo), fetiche em que as pessoas sentem prazer sexual em ser tratadas como crianças por adultos.

De qualquer modo, há uma ideia mais ou menos consensual de que a pornografia infantil é produto direto e palpável do abuso sexual infantil e da pedofilia. E que esse tipo de material só poderia existir através da exploração premeditada de um sujeito vulnerável e sexualmente explorado.

Ainda de acordo com Goldstein (1987), as principais razões para proibir e combater a pornografia infantil são:

- 1.) a pornografia infantil é diretamente produzida através do abuso sexual infantil;
- 2.) a pornografia infantil consiste no registro permanente de uma criança sendo explorada e violentada sexualmente, que é exacerbado pela circulação, distribuição e venda de tais materiais;
- 3.) esses materiais são frequentemente utilizados para persuadir outras crianças a se engajarem numa conduta similar;
- 4.) a rede de distribuição de tais materiais deve ser desmantelada;
- 5.) a circulação, distribuição e venda da pornografia infantil movimenta economia criminosa;
- 6.) o código penal deve tratar a pornografia infantil de modo claro e não apenas como publicação obscena.

Desse modo, muitos autores afirmam que há cada vez mais relação estreita entre pornografia infantil e abuso sexual infantil, porque os dispositivos tecnológicos têm impacto importante na disponibilidade e na distribuição dos materiais pela internet. Para Max Taylor e Ethel Quayle, “it is the link between child pornography and sexual abuse that makes child pornography inappropriate and illegal; it is not the fact that people might generate obscene, deviant or inappropriate fantasies around some photographs” (Taylor & Quayle, 2003, p. 8).

O argumento moral para proibir a pornografia infantil é similar ao utilizado pelos movimentos que lutavam contra a pornografia adulta algumas décadas atrás, ou seja, a pornografia induz e contribui para os crimes sexuais contra as crianças. Segundo Lowenkron, “[...] em meados de 1980, feministas e tradicionalistas da *New Right* formaram uma espécie de coalizão para aprovar decretos antipornografia em vários estados. O horror especial à pornografia infantil era seguido de afirmações de que a pornografia adulta contribuía para os crimes sexuais. A crença de que a pornografia infantil representava tanto o produto direto do

abuso quanto a causa imediata da criminalidade facilitou a conquista de apoio para a repressão e a legislação aprovada nesses anos teve amplas implicações para as atitudes públicas a outras formas de indecência e obscenidade” (Lowenkron, 2012, p. 87).

Conforme foi dito no capítulo anterior, parte considerável da discussão em torno da pedofilia no Brasil tem como foco principal combater a pornografia infantil, em especial a presença desse material na internet. Os artigos 240 e 241 do ECA foram os primeiros dispositivos legais que trataram desse assunto; e depois a Lei nº 11.829 de 2008, fruto da CPI da Pedofilia no Senado, fez as alterações que vigem atualmente.

Segundo Lowenkron, “[...] no Brasil, a ‘pornografia infantil’ só apareceu como problema social, político e criminal a partir da segunda metade da década 1990 e ganhou maior notoriedade na primeira década do século XXI, com a crescente expansão do acesso à internet comercial no país. O problema inicialmente veio à público por meio da divulgação de operações policiais internacionais de combate à ‘pedofilia na internet’ (como são mais comumente denominadas na imprensa) no noticiário nacional. A partir de 1998, começam a proliferar iniciativas da sociedade civil e do poder público relacionadas à sensibilização e ao enfrentamento do fenômeno” (Lowenkron, 2012, p. 91).

Assim, as primeiras operações de combate à “pedofilia na internet” realizadas pela Polícia Federal foram as operações *Anjo da Guarda I e II* (2005) e *Azahar* (2006). Em 2007, a Polícia Federal realizou mega operação internacional contra a “pornografia infantil na internet”, a *Operação Carrossel*, que envolveu inclusive a Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal). Essa operação serviu de estopim para a CPI da Pedofilia no Senado, criada em março de 2008. Na sequência, mais uma mega operação da Polícia Federal, a *Operação Carrossel II*, com as mesmas características da primeira.

Entretanto, o apogeu das operações da Polícia Federal deu-se no ano 2009. A partir da quebra de sigilo dos álbuns de uma rede social da internet pela CPI da Pedofilia, a Polícia Federal realizou diversas operações: *Operação Turko*, deflagrada no dia 18 de maio para combater o crime de “pornografia infantil na internet”; *Operação Netsafer*, iniciada no dia 14 de agosto, para “reprimir a pedofilia na internet”; e outras operações estaduais, como *Inocência* no AP; *Cuca* em SP e *Azarudu* no MT, essas últimas em 2010.

Além disso, em conjunto com a CPI da Pedofilia e a Polícia Federal, trabalharam no combate à pornografia infantil na internet o Ministério Público Federal e a ONG SaferNet. A

batalha se deu, em primeiro lugar, contra os provedores de acesso à internet e os responsáveis pelos conteúdos dos sites³².

Pode-se dizer que, no Brasil, as operações de combate à pedofilia na internet, realizadas pela Polícia Federal e a CPI da Pedofilia no Senado, foram os principais motivadores de discussões do tema pela sociedade; e desencadearam mudanças na legislação e a presença cada vez maior das decisões judiciais envolvendo abuso sexual infantil. O combate à pornografia infantil na internet desencadeou toda a discussão acerca da criminalização da pedofilia no Brasil que acompanhamos nos últimos anos.

Pode-se dizer que, na prática, não há diferença no entendimento entre pornografia infantil e pedofilia na internet, nos dias de hoje. Pedofilia na internet é termo utilizado como categoria política específica para lidar com o problema de maneira genérica sem deixar claro do que se trata exatamente, pois se entende que a pornografia infantil é fruto direto de abuso sexual e que os materiais pornográficos podem ser utilizados como instrumento de sedução pelo abusador. Entende-se também que a pornografia é ao mesmo tempo violência física e violação moral. Além disso, por mais que a criança cresça, aquele material gravado terá para sempre o registro do abuso infantil, podendo ser repetidamente utilizado por muitos anos.

Ainda caberia nessa seção uma discussão, mesmo que breve, sobre a prostituição infantil e o tráfico de crianças e o modo como essas questões se relacionam com a problemática da pedofilia. Porém, essas relações têm dimensões complexas que escapam ao escopo do objeto desta tese. Em primeiro lugar, porque a legislação tende a separar os casos e a colocar, de um lado, o abuso sexual infantil (ou o estupro de vulnerável), a pornografia infantil (sobretudo na internet), e a pedofilia (mesmo que não tenha uma lei específica); e, de outro, a prostituição infantil e o tráfico de crianças, que ainda não têm legislação específica.

Em segundo lugar, a sociedade, por meio de movimentos sociais e da mídia, entende a prostituição infantil e o tráfico de crianças como problemas distintos do abuso sexual infantil. Assim, uma vez que esta tese intenta compreender o processo de criminalização da pedofilia a partir da produção discursiva dos saberes médico e legal, tratar de prostituição infantil e de tráfico de crianças, por mais relevantes que sejam, abriria em demasia o debate.

Evidentemente, a prostituição infantil e o tráfico de crianças são combatidos por órgãos nacionais e internacionais. A Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU, determina, no artigo 34, que os países devem se comprometer em proteger a criança contra todas as formas de exploração e de violência sexuais, e descreve em três itens que os estados

³² Para entender os detalhes dessa batalha, sugiro a leitura do capítulo 5, “O combate à pedofilia na internet” da tese de Laura Lowenkron. Lá, a pesquisadora detalha exaustivamente os passos dessa luta.

devem impedir que a criança exerça qualquer atividade sexual ilícita; que a criança seja explorada para fins de prostituição; ou que seja explorada na produção de espetáculos ou de material de natureza pornográfica.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), na reunião de 1º de junho de 1999, promulgou a Convenção 182 e discutiu as piores formas de trabalho infantil. Entre elas estão: utilização de criança para fins de prostituição; produção de material pornográfico; e utilização de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas, conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes.

O Brasil é signatário de todas essas convenções e regulações, e desenvolve ações de combate à prostituição infantil e ao tráfico de crianças em parceria com diversas organizações.

Além da pornografia infantil (em especial pela internet), outro aspecto a ser considerado no debate sobre violência sexual infantil é a questão do abuso sexual intrafamiliar (incesto). Esse termo é utilizado para caracterizar o abuso sexual infantil que ocorre dentro da família da criança abusada. O perpetrador pode ser o pai, irmão, tio, primo, ou seja, pessoas com relações consanguíneas com a criança.

Também ocorre de o agressor intrafamiliar ser o padrasto, o namorado da mãe, o vizinho ou o amigo muito íntimo da família. Nesse caso, não há laços de consanguinidade, mas as pessoas têm convívio muito próximo com a criança a ponto de criar vínculos afetivos e relações consideradas incestuosos. Assim, a noção de incesto apresentada aqui visa, em primeiro lugar, entender as disputas entre os discursos pela definição da verdade sobre a pedofilia e os pedófilos e, em segundo lugar, não considera apenas as relações consanguíneas ascendentes e descendentes, inclui as relações colaterais e por afinidade.

Em 1986, Benjamin Schlesinger organizou o livro *Sexual Abuse of Children in the 1980s*. Trata-se de coletânea de artigos dedicados à questão do abuso sexual infantil com dados relativos ao Canadá na década de 1980. O livro contém dez capítulos que lidam com diferentes casos de abuso infantil, além da bibliografia comentada ao final. Dos onze autores, nove são canadenses e dois americanos. É interessante observar que na bibliografia comentada há 310 indicações contendo livros, artigos e relatórios, publicados entre 1980-85 somente no Canadá e nos EUA, relacionados ao tema do abuso sexual infantil. Nesse volume, o autor compilou as principais referências acadêmicas sobre o assunto no período, que serviram como balizadoras para as análises posteriores.

Nesse livro, destaca-se um capítulo em que Schlesinger (1986) apresentou alguns “mitos” e “fatos” sobre o incesto como espécie de jogo de verdade entre o certo e o errado.

Vale a pena reproduzir aqui as principais noções, para compreender o caráter prescritivo delas. Dentre os principais “mitos” encontramos as seguintes situações supostamente “desmascaradas” entre os parênteses:

As crianças mentem. (Segundo o autor, esse seria o primeiro argumento que o agressor usaria para se defender. Para o autor, as crianças não mentem e não fantasiam quando descrevem atos sexualmente explícitos).

As crianças fantasiam sobre o incesto. (As filhas fantasiariam uma relação romântica com os pais, e os filhos com as mães. O incesto seria, então, um desejo edípiano inconsciente. Para o autor, esse “mito” tem origem no pensamento freudiano e pode ser confundido com a necessidade de a criança receber amor, carinho e proteção. Infelizmente, complementa o autor, essa teoria continua presente como pensamento válido e acaba colocando a culpa do abuso na própria criança).

Se a criança não for coagida, isso não é incesto. (O incesto tem várias formas, do estupro violento incluindo penetração, até a sedução que não inclui nenhum contato físico).

O incesto normalmente não é violento. A força é raramente usada. (Embora a sedução seja frequentemente comum, a força é ainda muito empregada).

Os efeitos do incesto são mínimos, especialmente quando envolve “jogos sexuais”, ou “idade apropriada” ou gentileza. Se não há danos físicos então não há muitos problemas. (Segundo o autor, o incesto é um ataque que extrapola as fronteiras físicas, psíquicas e emocionais).

Não há prejuízos biológicos no incesto, às vezes não é sequer doloroso e pode ser benéfico. (Os efeitos do incesto são diversos e extremos, podem causar danos físicos e até levar as vítimas ao suicídio).

O incesto em si não é prejudicial. O estigma social é mais danoso quando o segredo é revelado. (É fato que o estigma social é prejudicial, afirma Schlesinger (1986), mas o incesto é prejudicial em si mesmo e a ignorância social é duplamente prejudicial no esclarecimento desses atos).

Se a criança sentir prazer, o incesto não é prejudicial. (A criança ou o adolescente pode se sentir excitado como resposta automática ao ser tocado sexualmente. Essa é uma das maiores confusões em relação ao incesto e pode levar a pessoa violentada a perder o controle das emoções por não conseguir separar um ataque abusivo de uma relação afetiva).

Para a vítima com menos idade o incesto é menos traumático. (Isso vem do mesmo equívoco de que a criança não entende o que está acontecendo. O incesto é traumático em qualquer idade, complementa o autor).

O texto de Schlesinger é da década de 1980. Curiosamente, em 2013, o departamento de Justiça da Califórnia divulgou em sua página oficial na internet, traduzido para 12 idiomas diferentes, um tipo de esclarecimento – com base no banco de dados de agressores sexuais da Califórnia, utilizando o jogo do falso e verdadeiro, mentira e verdade, mito e fato para falar dos delinquentes sexuais – bem próximo das noções apresentadas acima sobre o incesto. Vejamos alguns desses esclarecimentos a título de comparação:

A maioria dos homens que cometem crimes sexuais não conhece a vítima. (Falso. 90% das vítimas menores conhecem o abusador e quase a metade dos abusadores são membros da família. Das agressões sexuais contra as pessoas de 12 anos ou mais, aproximadamente 80% das vítimas conhecem o abusador.)

A maioria dos abusadores sexuais usa a força física ou faz ameaças para conseguir que suas vítimas cooperem. (Falso. Na maioria dos casos, os abusadores obtêm acesso às vítimas através de aliciamento, usando a força infrequentemente. O abuso tipicamente acontece num relacionamento contínuo e de longo prazo entre o abusador e a vítima, e geralmente aumenta com o tempo.)

A maioria dos abusadores sexuais encontra suas vítimas frequentando lugares como pátios de recreação nos parques e nas escolas. (Falso. A maioria dos abusadores sexuais agride as crianças que conhecem e com quem já estabeleceram um relacionamento.)

Somente os homens agredem sexualmente. (Falso. Embora a maioria dos abusadores sexuais seja do sexo masculino, as mulheres também cometem agressões sexuais.)

Os abusadores sexuais de menores são atraídos às crianças somente e não são capazes de ter relacionamentos sexuais apropriados. (Falso. Embora exista um pequeno subgrupo de abusadores que são atraídos exclusivamente por crianças, a maioria dos indivíduos que abusam sexualmente de crianças tem ou teve relações com adultos.)

As vítimas de agressão sexual sofrem danos somente quando os abusadores usam a força. (Falso. É comprovado que a violação de confiança que acompanha a maioria das agressões sexuais aumenta o nível de trauma que a vítima sofre dramaticamente, mais do que as lesões físicas. As lesões emocionais causam danos que podem durar muito mais tempo para cicatrizar que as feridas físicas.)

Se uma criança não conta o abuso para ninguém, é porque ele ou ela deve ter consentido. (Falso. Muitas vezes, as crianças não contam por uma variedade de motivos, incluindo as ameaças do abusador de machucar ou matar alguém próximo à vítima. Nesse caso também

inclui a vergonha, o desejo de proteger o abusador, o medo de ser responsabilizado ou castigado, o medo de que as pessoas não acreditem e o medo de perder o abusador, que pode ser importante para a criança ou para a família dela.)

É comum que as vítimas menores e maiores de idade esperem por algum tempo antes de contarem o abuso para alguém. (Certo. É comum que as vítimas de agressão sexual esperem algum tempo antes de contar a alguém. Se a pessoa foi agredida quando criança, pode ser que ela espere anos ou até décadas. Os motivos são numerosos: pode ser que as vítimas queiram negar o fato de que alguém de confiança possa ter-lhes feito isso; pode ser que queiram deixar isso no passado; pode ser que acreditem que elas mesmas causaram a agressão por causa de seu comportamento quando criança; ou pode ser que temam a reação de outras pessoas ao revelar a verdade.)

Os homens violentam crianças porque não conseguem encontrar uma companheira sexual que consinta. (Falso. Os estudos mostram que a maioria dos violentadores é casada ou está num relacionamento consentido.)

As drogas e o álcool são a causa dos crimes sexuais. (Falso. Embora as drogas e o álcool estejam frequentemente envolvidos nas agressões sexuais, não são a causa dos crimes sexuais. Ao invés disso, o uso de drogas e álcool pode desinibir o abusador e aumentar a vulnerabilidade da vítima potencial.)

As vítimas da agressão sexual frequentemente têm parte da culpa pela agressão. (Falso. As vítimas maiores e menores de idade nunca são culpadas pela agressão, seja qual for o comportamento delas. Por causa da diferença de idade, as crianças são legalmente incapazes de consentir nos atos sexuais. Muitas vezes, elas são obrigadas a sentirem-se como participantes voluntárias, o que contribui para o sentimento de culpa.)

Se uma vítima não diz “não” ou não revida, não é agressão sexual. (Falso. Pode ser que as vítimas da agressão sexual não digam “não” ou não revidem por vários motivos, incluindo o medo. As vítimas de estupro frequentemente se sentem “congeladas” pelo medo durante a agressão, tornando-as incapazes de revidarem.) (Informações retiradas de <http://oag.ca.gov>, em 27/07/2013).

Os dois textos apresentados acima, que trabalham na perspectiva de um jogo de verdade entre o “certo” e o “errado”, o “verdadeiro” e o “falso”, são indicativos do modo como o incesto e a violência sexual infantil em geral podem ser percebidos e controlados, a partir da análise das minúcias dos atos de prováveis agressores, e da possibilidade de rápida intervenção por parte da família, do responsável pela criança ou de algum agente público.

Para retomar o fio dessa discussão, parte dos argumentos utilizados para lidar com a questão do incesto tem certamente conteúdo psicanalítico e trabalha na linha da “hipótese da sedução” freudiana. Um dos principais autores nessa seara é Sandor Ferenczi, conforme vimos no capítulo I. Segundo o psicanalista húngaro, “la seducciones incestuosas se producen habitualmente de este modo: un adulto y un niño se aman; el niño tiene fantasías lúdicas, como por ejemplo desempeñar un papel maternal respecto al adulto. Este juego puede tomar una forma erótica, pero permanece siempre a nivel de la ternura. No ocurre lo mismo en los adultos que tienen predisposiciones psicopatológicas, sobre todo si su equilibrio y su control personal están perturbados por alguna desgracia, por el uso de estupefacientes o de sustancias tóxicas. Confunden los juegos de los niños con los deseos de una persona madura sexualmente, y se dejan arrastar a actos sexuales sin pensar en las consecuencias” (Ferenczi, 1984, p. 144).

Para Ferenczi, o incesto pode ser visto ou como fantasias da criança ou como distúrbios psicopatológicos do adulto.

Outros autores como Freud, Lévi-Strauss e Foucault também teorizaram sobre a questão do incesto. Conforme tratado no capítulo inicial desta tese, em *Etiology of Hysteria*, Freud acredita que o estado histérico é efeito tardio e duradouro de emoção vivida no passado, cuja origem dos sintomas pode estar ligada às experiências sexuais na infância com pessoas adultas. Segundo as palavras de Freud, “exponho, portanto, a tese de que, na base de todos os casos de histeria, há uma ou mais ocorrências de experiência sexual prematura, ocorrências estas que pertencem aos primeiros anos da infância” (Freud, 1996, p. 203). Essa formulação freudiana é perpetuada na maioria das análises sobre incesto que podemos encontrar, seja em trabalhos acadêmicos seja em manuais prescritivos.

Mas o problema não tratado por Freud foi o seguinte: com quem essas crianças tiveram tais experiências sexuais? A história mostra que Freud não enfrentou a questão do incesto abertamente. Após muitas voltas em seus principais ensaios, Freud conclui que a criança pode ter iniciado sua vida sexual com “uma babá, uma governanta, um tutor ou, infelizmente, com frequência grande demais, um parente próximo – iniciou a criança no contato sexual e manteve com ela uma relação amorosa regular – uma relação amorosa que teve, além disso, seu lado mental desenvolvido – que, muitas vezes, durou anos” (Freud, 1996, p. 204).

Para o psicanalista, haveria laços lógicos e associativos entre o incesto e os sintomas histéricos. De qualquer forma, não fazia parte da formulação freudiana a ideia da figura do pai

abusador, ou da criança abusada, como se viu na segunda metade do século XX, conforme apontado por Ian Hacking (2000).

A mesma brevidade ao tocar no tema do incesto ocorreu com um dos principais cientistas, que tratou sobre sexualidade no final do século XIX, Richard von Krafft-Ebing (2011), que dedicou apenas página e meia, no penúltimo item de sua obra mais importante, *Psychopathia Sexualis*, publicado em 1886, para falar sobre o incesto.

Claude Lévi-Strauss foi quem melhor desenvolveu o argumento acerca da universalidade do tabu do incesto nas sociedades humanas. O antropólogo procurou entender a razão pela qual o incesto era proibido entre pais e filhos, irmãos e, até mesmo, entre primos paralelos. Em primeiro lugar, Lévi-Strauss não entendia o incesto como questão biológica, que levaria a humanidade à degenerescência, uma vez que os primos paralelos têm a mesma distância biológica que os primos cruzados. A tese central de Lévi-Strauss, em *As estruturas elementares do parentesco* (1982), é que o incesto conjuga a natureza e a cultura, coordena a universalidade e a particularidade, gerando trocas simbólicas e materiais, sustentadas pelas ideias de descendência e, principalmente, de aliança. Com isso, Lévi-Strauss falou em tabu do incesto como espécie de proibição universal fundante das sociedades humanas. Já para outros autores do final do século XIX, como Freud e Krafft-Ebing, o incesto parece ter conteúdo biológico e moral.

Tal como Lévi-Strauss, Foucault discutiu brevemente o dispositivo de aliança, que envolvia matrimônio, parentesco e transmissão de bens. A diferença é que, para Foucault, a sociedade ocidental inventou o dispositivo da sexualidade – que reduziu a importância do dispositivo de aliança – para estender as formas de poder e de controle sobre os sujeitos.

Em *História da Sexualidade I* (1988), Foucault menciona a questão do incesto em algumas passagens ao falar da *psiquiatrização do prazer perverso*: “[...] na preocupação com o sexo, que aumenta ao longo de todo o século XIX, quatro figuras se esboçam como objetos privilegiados de saber, alvos e pontos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso, cada uma correlativa de uma dessas estratégias que, de formas diversas, percorrem e utilizam o sexo das crianças, das mulheres e dos homens” (Foucault, 1988, p. 100).

O autor ainda complementa: “se, durante mais de um século, o Ocidente mostrou tanto interesse na interdição do incesto, se, com concordância quase total viu nele um universal social e um dos pontos de passagem obrigatórios para a cultura, talvez fosse porque encontrava nele um meio de se defender, não contra um desejo incestuoso mas contra a extensão e as implicações desse dispositivo de sexualidade posto em ação, e cujo

inconveniente, entre tantos benefícios, era o de ignorar as leis e as formas jurídicas da aliança” (Foucault, 1988, p. 103).

Para Foucault, o incesto é continuamente objeto de apelo, de obsessão, de mistério e de segredo em nossa sociedade não em termos de aliança, como no pensamento de Lévi-Strauss, mas em termos de controle da sexualidade.

A feminista sul-africana Diana Russell publicou estudo sobre a forte prevalência de relações incestuosas nas famílias norte-americanas, chamando o fato de grande epidemia. O livro *The Secret Trauma* (1999) é análise complexa da questão e leva em consideração a mudança da incidência de abuso ao longo do tempo, a gravidade do abuso, a idade das vítimas, os fatores de classe, raça e etnia, e os efeitos ao longo prazo na vida das vítimas. Para Russell, “even the widespread use of the word ‘seduce’ in this context is an offensive misnomer. It assumes a mutuality – if not initially, then once the child has submitted. But the notion that a father could seduce, rather than violate, his daughter is itself a myth. And the notion that some daughters seduce their fathers is a double myth” (Russell, 1999, pp. 392-393).

Além disso, ao entender o incesto como epidemia a autora chama atenção para os segredos não revelados do interior dos lares americanos, que perpetuam o patriarcalismo e demarcam o lugar de subordinação das mulheres e das crianças.

Tradicionalmente, o incesto está inserido na discussão do domínio do poder patriarcal: o pai incestuoso entende a casa, a esposa, as crianças e até eventuais empregados como propriedades particulares e age como tal, controlando e dominando a vida dessas pessoas. Além disso, a palavra “mito” é frequentemente usada para abordar o problema como um recurso retórico que traga o problema para uma arena de embate político, como vimos acima com o jogo entre o “verdadeiro” e o “falso” dos manuais prescritivos.

Portanto, sabemos que os conceitos são socialmente construídos e se tornam realidade. Nesse sentido, as noções de pornografia infantil e de incesto foram rapidamente absorvidas pela ideia de pedofilia, tornando-se um dos maiores problemas de nossa sociedade, por colocar as crianças diante de um risco extremo. A pedofilia, na forma de pornografia ou de incesto, passou a ser um mal maior, um perigo eminente e uma monstruosidade a ser combatida, afinal, tudo o que é socialmente construído adquire significado real.

PEDOFILIA E O PÂNICO MORAL: O CASO DA ESCOLA BASE

Assistimos nos últimos anos a uma espécie de consternação em nível mundial, com repercussões em diversos âmbitos da sociedade, sobre a questão da pedofilia. Em quase todos os debates, as análises sobre o abuso sexual infantil estão envolvidas em conteúdos moralizantes. Nos últimos dez anos, o problema da pedofilia tomou magnitude tão ampla na sociedade brasileira que, por um lado, não era mais possível ignorar ou justificar a ausência de estudos de natureza sociológica sobre o assunto. Essa é uma questão.

Por outro lado, nota-se que a reação de alguns setores da sociedade diante da percepção do perigo é desproporcional em relação ao fato em si. Como este trabalho propõe uma abordagem crítica para compreender os conteúdos moralizantes utilizados nos enfoques que tratam da pedofilia, para além da discussão centrada na relação entre crime e doença (distúrbio mental), cabe agora, no final desse capítulo, analisar essa complexa construção social – que opera no plano moral e envolve diferentes atores - a partir das discussões dos estudos do pânico moral, porque percebe-se que um único tema, a pedofilia, é capaz de envolver questões políticas, sociais, raciais, religiosas e de gênero.

O termo pânico moral foi utilizado pela primeira vez em 1971 pelo sociólogo britânico Jock Young para explicar os significados socioculturais do uso de drogas. Posteriormente, foi utilizado por Stanley Cohen (1972) em seu estudo sobre a constituição de duas gangues rivais de jovens ingleses, os *Mods* e os *Rockers*. Stanley Cohen pretendia utilizar esse conceito para explicar o papel da mídia em estereotipar e deformar a ideia de desvio e de desviante.

A partir desse momento, significantes desenvolvimentos em torno da ideia de pânico moral começaram a tomar forma ao longo das décadas de 70 e 80, com foco, sobretudo, no papel que os formadores de opinião, os setores conservadores e religiosos da sociedade, e a própria mídia tinham na construção, amplificação e exagero no tratamento dos casos de desvio. Assim, o conceito de pânico moral se desdobrou em termos de um conjunto amplo de escritos sociológicos destinados a desnaturalizar, contextualizar e criticar a ideia de desvio; e para tratar de uma fonte mais profunda de indignação moral que vincula a identidade do regulador à do regulado.

A partir desses primeiros trabalhos, algumas críticas foram feitas sobre as características que formam os pânicos morais e os processos que se desdobram como consequência deles, uma vez que a expansão das mais variadas e complexas formas de mídia faz com que tais eventos entrem cada vez mais em contato com as teorias sociais espontâneas e imediatistas, que tendem a utilizar a noção de pânico moral como fonte de explicação para todos os problemas de desordem social.

Por isso, é preciso tomar alguns cuidados. Em primeiro lugar, o pânico moral não deve

ser entendido como algo excepcional, fruto de reação irracional. Ao contrário, o pânico moral representa formas de ação social rotineira e racional. Em termos durkheiminianos, ou mesmo interacionistas, o pânico moral está longe de ser visto como fenômeno irracional que surge de maneira aleatória de tempos em tempos: deve ser visto como componente de manutenção do universo simbólico produtor de normalidade. Em linhas gerais, entende-se o pânico moral como ameaça de ruptura em relação à moral normativa.

O conceito de pânico moral por si só não explica a complexidade das relações que estabelecem os mecanismos de regulação e de normatização da sociedade. No caso da pedofilia isso é claro. Para tal, é preciso associar a ideia de pânico moral à análise dos discursos para entender de que maneira as atividades do dia a dia se tornam moralizantes em forma de julgamentos que constituem os jogos de verdade entre o certo e o errado. Os pânicos surgem a partir da agitação de diversos segmentos sociais, se mantêm na superfície da sociedade por algum tempo e depois desaparecem, sem antes fazer estrago e deixar sequelas. Cabe ao analista relacionar o pânico moral, como um tipo de problema social, a um quadro explicativo mais amplo do comportamento social, a fim de entender as bases estruturais e institucionais de determinado pânico.

A moralização é processo racional que envolve várias maneiras de perceber um desvio moral (agente de risco), a fim de adotar conduta moralmente responsável que remodela a conduta individual ou coletiva. Trata-se de processo de longa duração no qual um grupo de pessoas tende a encorajar (e prescrever) formas de comportamento e de autocontrole aos outros (como acontece com as campanhas que visam estabelecer uma alimentação saudável, incentivar a prática de exercícios físicos, ou combater o fumo, por exemplo).

Segundo Sean Hier (2011), como distúrbios voláteis (ou crises momentâneas) no curso de longa duração da regulação moral, o pânico moral tende a se desenvolver no momento em que essa regulação entra em estado calamitoso. Durante episódios de pânico moral, a moral dialética, que justapõe discursivamente estratégias de gestão de risco individual com dimensões coletivas de danos, é invertida. Assim, os pânicos morais se situam de maneira separada das estratégias coletivas de gestão do risco. Portanto, o pânico moral é conceituado como uma manifestação volátil (móvel, fluida e momentânea) de um projeto de regulação moral mais amplo, profundo e de longo prazo.

Mas, afinal, qual é o elemento moral do pânico moral?

Em *Economia e sociedade* (2000), Max Weber fez distinção entre *Zweckrationalität*, ou a racionalidade baseada na prática, cálculo instrumental para alcançar um determinado objetivo; e *Wertrationalität*, ou racionalidade moral e expressiva baseada na valorização

absoluta de dado objetivo ou finalidade. Para Weber, a *Zweckrationalität* é amoral: calcula-se o mais efetivo meio de atingir uma variedade de objetivos, que pode até mesmo ser um assalto, um estupro ou um roubo. Em contraste, a *Wertrationalität* é baseada na realização de um fim por ele mesmo, independentemente dos significados escolhidos para atingi-lo. Portanto, a “moral”, num pânico moral, é a expressão de ultraje pela violação de um valor absoluto; o significado profundo de algo que alguns setores da sociedade consideram bom por ele mesmo: os princípios que sustentam a decência, a virtude e o que é considerado correto. No pânico moral, a hostilidade expressa comportamento inaceitável ou submete as condições de um comportamento bom e aceitável.

No caso da pedofilia, trata-se da violação sexual de uma criança, que é vista como ser imaculado e inocente. Estes são os valores a serem preservados. E os principais atores que geram e amplificam os pânicos morais são: a mídia, que publica e divulga as notícias dos supostos casos; os representantes da lei, incluindo defensores públicos, a polícia, e, principalmente, os políticos que propõem, elaboram e endurecem a legislação; os ativistas dos movimentos sociais de matrizes conservadoras e religiosas que organizam campanhas, recrutam pessoas, proselitizam, protestam e fazem lobby em nome das causas que defendem; além do público em geral que sente, verbaliza e age de acordo com os alardes.

Nas palavras de Jock Young, “you cannot have a moral panic unless there is something morally to panic about, although it may not be the actual object of fear but the displacement of another fear, or more frequently, a mystification of the true threat of the actual object of dismay. [...] Further, in the most substantial cases, the objects of panic do represent a direct threat to the core values, the strategy of discipline, and the justification of rewards of those that panic. Only there is a direct threat in a moral and symbolic kind rather than in a material sense” (Young, 2007, pp. 53-65).

No caso da questão da pedofilia no Brasil, pode-se afirmar que há diversos conteúdos moralizantes que alimentam os alardes geradores de pânico moral.

O objeto em discussão nessa tese é o recente esforço em criminalizar a pedofilia. No Brasil, até o presente momento, o maior exemplo de pânico moral envolvendo abuso sexual infantil foi, sem dúvida, o escabroso caso da *Escola de Educação Infantil Base* (ou somente *Escola Base*), no bairro da Aclimação, na cidade de São Paulo, em 1994. Uma vez que não há pânico moral sem que haja algo para temer, que pode ser objeto real ou apenas ameaça de, o caso da *Escola Base* é, sem dúvida, o principal exemplo para ilustrar essa formulação.

A história desse caso começou quando duas mães procuraram a polícia e disseram que seus filhos foram molestados sexualmente dentro da escola. As mães registraram a queixa no

dia 27 de março, um domingo, mas a apuração do caso foi deixada para o dia seguinte. Na segunda-feira, dia 28, a polícia solicitou à justiça um mandado de busca e apreensão para a casa dos acusados e realizou a primeira busca na escola; e requereu também ao Instituto Médico Legal (IML) exame de corpo de delito das supostas vítimas. O jornal *Diário Popular* teve conhecimento da história, mas decidiu não publicar. Então as mães chamaram a *Rede Globo*. Em 29 de março, os seis acusados foram, voluntariamente, à delegacia para depor, mas não foram ouvidos. Do IML chegou um telex indicando que poderia ter havido abuso, mas que só o laudo final poderia confirmar. O delegado Edélson Lemos passou a investigar a denúncia e, mesmo sem provas, convocou a imprensa e conseguiu virar os holofotes para o caso, que foi chamado de “escola dos horrores”.

Na mesma noite de 29 de março, o *Jornal Nacional* levou ao ar a primeira reportagem sobre o caso. Outros jornalistas também não questionaram a versão do delegado e os quatro proprietários da escola, alguns funcionários, além de dois pais de alunos só não foram linchados porque se esconderam a tempo. Nesse dia, segundo Alex Ribeiro, o “*Jornal Nacional*, da Rede Globo, soltou a notícia que insistiu em ouvi-los, mas eles recusaram-se a falar. Já os acusados dizem que não foram procurados pelo repórter” (Ribeiro, 1995, p. 43).

Os principais veículos de comunicação do país, juntamente com a polícia, promoveram um julgamento das pessoas envolvidas e as vidas de seis inocentes foram destruídas em 48 horas: a notícia ganhou repercussão nacional, provocando a ira da população e o fechamento imediato da *Escola Base*. Nas palavras de Ribeiro, “os reflexos da cobertura começaram a aparecer na madrugada de terça para quarta. Um coquetel molotov foi lançado dentro da escolinha, espalhou fogo em uma janela e no assoalho e só não causou um incêndio porque foi apagado por um funcionário que dormia no local” (Ribeiro, 1995, p. 45).

Em seguida, uma avalanche de denúncias começou rapidamente a tomar conta do noticiário, com consequências mais graves aos acusados. Segundo Ribeiro, “a imprensa já havia provocado a ira popular: na madrugada de quinta para sexta, a escolinha foi saqueada. Móveis e materiais escolares foram destruídos e aparelhos eletrônicos furtados. Segundo os jornais do dia seguinte, 30 pessoas participaram do saque e policiais militares deram cobertura. Sete pessoas foram presas, mas depois liberadas pela polícia” (Ribeiro, 1995, p. 62).

Na manhã seguinte aos atos de depredação, dia 1º de abril, uma sexta-feira santa, os pais de outros alunos levantaram a suspeita de uso de drogas e de contaminação com o vírus da AIDS. Na sequência, o sigilo bancário dos seis suspeitos foi quebrado. As coisas aconteceram com tanta velocidade que “os suspeitos começaram a semana acusados de abuso

contra duas crianças e terminaram com sete acusações. Ainda teriam drogado as crianças e poderiam ter passado doenças venéreas e o HIV para elas” (Ribeiro, 1995, pp. 61-62).

Na segunda semana do caso, no dia 5 de abril, o delegado Edélson Lemos se reuniu com os advogados dos acusados e exigiu a apresentação dos suspeitos, pois o juiz Galvão Bruno havia determinado a prisão de todos. Os dois pais acusados foram capturados, mas os outros quatro conseguiram escapar. No mesmo dia, chega às mãos da imprensa a cópia do laudo inconclusivo do IML (antes só havia um telex). Com isso, no dia 6 de abril, a imprensa passou a assumir uma postura crítica diante do trabalho do delegado Lemos por causa das provas frágeis apresentadas contra os acusados. E no dia 8 de abril, o juiz mandou soltar os dois presos. Além disso, o delegado Lemos foi afastado do caso e em seu lugar assumiram os delegados Gérson de Carvalho e Jorge Carrasco.

Mas a história que já era escabrosa, e parecia estar perto do fim, ganhou novo componente. No dia 11 de abril, o americano Richard Pedicini, que vivia numa casa luxuosa perto da escola, foi envolvido em toda aquela trama a partir de denúncia anônima de que uma Kombi escolar foi vista estacionada na frente de sua casa. A polícia fez uma busca na casa do americano e encontrou algumas fotografias de crianças supostamente fazendo pose sensual. Como consequência, mesmo não tendo nenhuma ligação com o caso, o acusado ficou detido por nove dias.

No dia 12 de abril, as crianças foram à casa do americano para o reconhecimento do suposto local dos abusos. No dia seguinte, os jornais publicaram que a casa tinha sido reconhecida, mas o delegado Carvalho desmentiu a afirmação e desfez qualquer ligação entre um caso e outro. No dia 14 de abril, os jornais foram obrigados a voltar atrás sobre o reconhecimento – e somente no dia 20 de abril, o americano foi solto. Finalmente, no dia 22 de junho, o delegado Gérson de Carvalho concluiu que os seis acusados eram inocentes. E em 13 de julho de 1994, o inquérito do caso *Escola Base* foi arquivado por falta de provas. Em 7 de abril de 1995, o inquérito do americano Richard Pedicini, envolvido na história por denúncia anônima infundada, também foi arquivado.

No final da história, todos os acusados eram inocentes. E tudo aquilo não passou de um engano, fruto da irresponsabilidade das duas mães que fizeram a denúncia, do espetáculo promovido pelo delegado e pelo sensacionalismo da imprensa, que tentou se desculpar posteriormente, mas já era tarde demais. Os danos causados pelo pânico moral aos acusados foram irreversíveis em todos os aspectos e permanecem até os dias de hoje. Tudo isso aconteceu há 20 anos, quando ainda não havia redes sociais e nem essa discussão acalorada sobre a pedofilia.

Aliás, no episódio da *Escola Base*, que ocorreu em 1994, em nenhum momento o termo pedofilia foi utilizado, o que confirma a percepção de que o termo, antes monopólio da psiquiatria e da psicologia especializada, só passou a ter significado na consciência coletiva na primeira década do século XXI.

É importante dizer que o pânico moral ocorre sempre sobre algo concreto. No caso acima, o delegado dizia a todo instante que havia provas suficientes para condenar os acusados. Portanto, não se tratou de ilusão irracional ou interpretação distorcida da realidade. E, como já foi dito, o pânico moral serve para reafirmar os valores morais que se deseja preservar. Mas é preciso ter atenção ao usar o conceito de pânico moral para não correr o risco de deixar mais nebulosa a complexidade das relações, que envolvem um tema sujeito ao pânico moral, e para não ser uma resposta às ações coletivas aparentemente tidas como irracionais. Segundo Gayle Rubin, “every moral panic has consequences on two levels. The target population suffers most, but everyone is affected by the social and legal changes” (Rubin, 1993, p. 163). O caso da *Escola Base* nos ajuda a pensar nessas consequências sociais e mudanças legais.

Assim, no momento de pânico moral, o atípico torna-se típico, a exceção a regra, o raro em frequente, o pouco em muito. Mas é a forma de comunicar esses problemas que fomenta o pânico moral. Exemplo disso, segundo Goode e Ben-Yehuda (*apud* Hier, 2011), é a pesquisa realizada pelo Instituto Gallup sobre a sensação de criminalidade nos EUA. Trata-se de pesquisa de opinião anual, a partir de amostra, para mensurar a percepção de insegurança das pessoas.

Em 2009, a pesquisa mostrou que a sensação de criminalidade havia aumentado em 67%; em 2008, o aumento foi de 74%, aumento substancialmente alto se comparado, por exemplo, com 2002, quando o aumento foi de 43%. De acordo com os dados oficiais do governo norte-americano, fornecidos pelo FBI, entre 1990 e 2009 houve redução da criminalidade nos EUA, incluindo os anos de 2008 e 2009, quando a percepção de criminalidade atingiu o pico. Nesses anos, o número de assassinatos diminuiu em 10% e o roubo de carro em 18,7%. Isso demonstra que o público em geral se recusa a acreditar que a criminalidade esteja diminuindo em razão de crescente insatisfação com os rumos do país, sobretudo em relação à economia. Portanto, o crescimento da percepção de um problema, mesmo no momento de diminuição dos casos, é uma pista de como o pânico moral pode ser construído.

O pânico moral está completamente vinculado ao poder disciplinar e ao controle social. Por essas razões, é difícil afirmar que o pânico moral seja orquestrado pelas elites e por

agentes interessados em manter a ordem. Em contrapartida, sabemos que a mídia não é pluralista e tem forte tendência conservadora; e se torna cada dia mais centralizada e oligopolizada; de modo que os temas que geram pânico moral circulam em torno de setores que tendem a ser marginalizados por uma estratificação de classe, de gênero, de identidade sexual e de hierarquia moral, as chamadas “classes perigosas”, que estão legadas à pobreza e às formas mais rígidas de punição. Entre esses grupos, podemos citar: famílias pobres, moradores da periferia, jovens negros, homossexuais, mães solteiras, imigrantes, usuários de droga. E, depois dos atentados de 11 de setembro, principalmente nos EUA, os terroristas, que estão diretamente relacionados com questões raciais e religiosas (árabes e islâmicos).

Outros exemplos históricos de pânicos morais podem ser incluídos nessa lista. Na década de 50, diversos ativistas e a mídia diziam que existia uma onda de violência sexual contra mulheres e crianças nos EUA. O que se viu foi que tais crimes não aumentaram nesse período. Pressionados pela falta de emprego no pós-guerra, e pelo retorno dos veteranos, a ideia era manter as mulheres e as crianças no ambiente doméstico desempenhando seu papel de dona de casa e protegendo as crianças, principalmente as meninas, de qualquer perigo externo.

Na década de 80, encontramos a já citada campanha feminista antipornografia. Aliada a grupos conservadores, alegava-se que tais materiais representavam ofensa moral a todas as mulheres e poderiam encorajar os homens a cometer violência sexual, principalmente estupro. Na década de 1990, houve alarde, principalmente na Inglaterra, de que crianças eram sequestradas para rituais satânicos. Nos anos 2000, os jogos eletrônicos eram considerados responsáveis por causar delinquência juvenil e massacres em escolas, como aconteceu em Columbine (EUA), em abril de 1999. Na mesma medida, na década de 2010, o *bullying* passou a ser compreendido como causas de potenciais assassinos. E assim sucessivamente, os exemplos são inúmeros.

Mas o pânico moral revela muito mais sobre as forças que operam em lugares inespecíficos, especialmente para aqueles capazes de prescrever ações aos problemas criados. E revela também as verdades sobre os processos legais e políticos no qual a percepção pública é criada enfatizando as questões emocionais com o objetivo de criar suporte para as políticas de gestão de risco.

Evidentemente que hoje em dia há vozes que se levantam contra os discursos criadores de pânicos morais. Os usuários recreativos de drogas denunciam a visão equivocada da mídia e defendem abertamente os benefícios da descriminalização de algumas drogas; a população LGBT volta-se contra o preconceito, o ultraje, a discriminação e luta por reconhecimento e

direitos; e até mesmo os jovens que não têm agenda política definida, discurso unificado ou mesmo lideranças conseguem ter a rebeldia reconhecida como legítima por analistas (como aconteceu nos episódios envolvendo os filhos de imigrantes na França em 2005; jovens de Londres que em 2011 se revoltaram após a morte de um jovem pela polícia; jovens da chamada Primavera Árabe, e até mesmo os jovens no Brasil em junho de 2013).

Mesmo sendo representação exótica, marginal e atípica de eventos aparentemente descaracterizados, o pânico moral aponta para dimensões da realidade social que de outra maneira permaneceriam encobertos. Pode-se dizer que a noção de pânico moral ajuda a entender o que há por baixo da superfície da sociedade.

Mas é preciso entender que, de modo geral, o pânico moral é atávico e contagioso. Da mesma maneira, não se trata de dizer que o pânico moral seja ilusório, mesmo que o problema muitas vezes tenha proporções menores do que aquilo que é propagado. Por não ser ato irracional, o pânico moral pode ser também resultado de oportunismo político. A base de formação do pânico moral é um discurso moralizante que contribui para a constituição de políticas de gestão de riscos eminentes. O problema é que ao ser distorcido e exagerado pela mídia e por grupos de interesse a criação desses perigos acaba tendo resultados catastróficos e desproporcionais, como vimos no exemplo da *Escola Base*. No entanto, com a mesma velocidade que a mídia cria, propaga e amplifica um pânico moral, em pouco tempo tende a desaparecer e o problema real permanece não resolvido.

A maneira mais imediata da sociedade tratar os objetos do pânico moral é a partir da insegurança existencial que atua no domínio da moral. Daí, o tema da pedofilia poder ser considerado um pânico moral pelas seguintes razões:

- 1.) é um problema real;
- 2.) tem participação de agentes importantes como políticos e ativistas;
- 3.) é amplificado pela mídia;
- 4.) há criação de estereótipos, exageros e distorções;
- 5.) tornou-se tema de discussão cotidiana entre as pessoas.

O pânico moral não se reduz ao problema em si, seja qual for. Ele contribui para a definição (forma e conteúdo) de um problema concreto. No caso da pedofilia, temos a ação (i.e. os potenciais agressores, ou os pedófilos), a reação (i.e. grupos de defesa, campanhas e formulação de leis), e os impactos (i.e. criminalização do desejo, controle social do comportamento sexual e dos corpos). O pânico moral generaliza casos isolados e os tornam

epidêmicos cujas respostas são muitas vezes inapropriadas. Isso significa dizer que não se trata apenas de boatos, discursos de medo e reações irracionais, mas de uma questão concreta, discutida por grupos aparentemente responsáveis, por meios de comunicação com certa credibilidade e por pessoas bem intencionadas.

Pode-se dizer que o pânico moral em torno do sexo entre adultos e crianças é, portanto, baseado em preocupações reais e que o problema é inflamado pela mídia e por outros agentes sociais interessados que exploram o tópico até a exaustão. O discurso médico, amplificado pelos meios de comunicação, por muitas vezes, tende a popularizar temas que surgem e desaparecem com a mesma velocidade.

Então, por que um tema se torna mais proeminente em determinados momentos que em outros? Quais forças históricas e sociais contribuem para a emergência dos discursos que movem as discussões? No caso da pedofilia, de um lado, temos uma suposta preocupação com a saúde e o bem estar da criança (física e mental) e, de outro, a sexualidade dos adultos. E as duas questões juntas ganharam atenção quase que simultaneamente na última década.

Hoje em dia, a pedofilia é uma questão entre as várias que envolvem o controle da sexualidade adulta contemporânea. Embora a pedofilia seja uma preocupação relativamente recente, sabe-se que a prática sexual entre crianças e adultos tem longa história no mundo ocidental, como mostrado no primeiro capítulo. Mas só porque o sexo entre adultos e crianças ocorreu como prática comum no passado, isso não quer dizer que tenha o mesmo significado nos dias de hoje. Pelo contrário, em termos de pânico moral, a sociedade tende a reprovar por completo essa prática, e a transformar o sujeito que sente desejo sexual por criança num monstro.

Por tudo que foi exposto até aqui, pode-se dizer que a questão da pedofilia certamente se encaixa nesse contexto de geração de pânico moral. Repentinamente, e com incertezas de toda sorte, essa questão emerge como grande problema social envolvendo os mais diversos tipos de profissionais e recebendo muita atenção do público ultimamente. Não por acaso, a mídia passou a discutir os casos de pedofilia com mais frequência; algo que não acontecia poucos anos atrás.

Diariamente, passamos a assistir, ler e ouvir reportagens e discussões sobre o abuso sexual infantil, o incesto, a prostituição infantil, o tráfico de criança para exploração sexual, apresentadas em rede nacional pelos meios de comunicação de massa de modo tão intenso que poderia levar qualquer observador a imaginar que estamos diante de verdadeira epidemia (termo médico utilizado constantemente pela mídia). Tudo isso contribui na criação da sensação de que o número de casos de pedofilia está crescendo assustadoramente. A dúvida é

saber se o número de casos está realmente aumentando ou se nos últimos tempos esse problema passou a ser discutido abertamente com mais frequência gerando mais denúncias e alardes. Apesar de todo sensacionalismo, é possível dizer que a mídia pode funcionar como elemento encorajador às famílias que realmente necessitam tratar desse e de outros assuntos abertamente, apesar de toda a carga moralizante contida nas mensagens dos veículos de comunicação.

O professor e psiquiatra americano George W. Barnard (1989), juntamente com outros autores, publicou um livro no final da década de 80 e início da década de 90, *The Child Molester: An Integrated Approach to Evaluation and Treatment*, que já falava abertamente numa onda de abuso sexual infantil nos EUA. Mas o que se viu foi a gradual e contínua repercussão de casos de abuso sexual infantil a partir de depoimentos (confissões) de adultos que se propuseram a falar dos abusos sofridos na infância. Então, a sociedade passou a dar outros tipos de respostas no sentido de buscar modos de intervenção, de tratamento, de prevenção e de controle ao problema.

Os profissionais de saúde mental e de outros serviços estavam convencidos de que era possível tratar os agressores para controlar o comportamento sexualmente violento e danoso às crianças. Apesar do crescimento do conhecimento técnico e especializado para tratar clinicamente dos agressores, percebe-se a organização de um movimento político preocupado apenas em aumentar as penas dos acusados. Uma expressão muito usada pelas forças conservadoras nos EUA naquele período sintetiza bem o sentimento que alimenta o pânico moral: “nothing works with child molesters so let’s lock’em up and throw away the key”.

Algo parecido está também presente no já citado livro *História do estupro*, de Georges Vigarello, publicado em 1998 na França. No mesmo ano, o livro foi traduzido e publicado no Brasil (a publicação em inglês ocorreu apenas em 2001). Embora a pesquisa tenha sido realizada num período anterior aos alardes sobre a pedofilia que ocorreram pós-1998, Vigarello foi sensível o suficiente para perceber a mudança vertiginosa no tratamento dos crimes sexuais envolvendo crianças.

Para o autor, “um inexorável aumento das penas acompanha, há vários anos, esse clima de inquietação. A duração da reclusão criminosa imposta aos estupradores de crianças passou, entre 1984 e 1993, de 8,5 para 11 anos, em média. A isso se acrescentam os pedidos de restabelecimento da pena de morte, ruidosamente formulados depois dos crimes mais horríveis, ou as tentativas de modificar a escala das penas respondendo às mesmas emoções” (Vigarello, 1998, p. 241). O autor se referia à França, mas o mesmo movimento de aumento das penas pode ser observado nos EUA, no Brasil e em outros países. A jurisprudência

mobilizada no capítulo III desta tese demonstra claramente o aumento do uso da categoria pedofilia nos julgamentos, acompanhado do aumento das penas aplicadas em meio ao debate acalorado no campo dos saberes e dos poderes.

A justiça criminal está repleta de casos de agressores sexuais infantis. Os molestadores sofrem forte oposição moral e a única possibilidade (alternativa) encontrada parece ser o endurecimento das penas antes de qualquer possibilidade de ajuda ou de tratamento médico, psiquiátrico ou psicológico. Nos países em que as penas são mais duras contra agressores sexuais pouco ou quase nenhum serviço de avaliação especializado ou tratamento é oferecido. E quando o serviço está disponível nem sempre é oferecido no serviço público.

Ninguém é capaz de dizer, com precisão, quantas crianças são abusadas sexualmente todos os anos no Brasil. O que existe em termos de estatísticas no Brasil são os dados coletados sem muito rigor e precisão a partir daquilo que é registrado nos boletins de ocorrência policial; em dados esparsos fornecidos pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República; nos casos registrados pela justiça a partir dos julgamentos; nos casos divulgados pela mídia; e, mais recentemente, no banco de dados criado pela 4ª Delegacia de Repressão à Pedofilia de São Paulo, conforme vimos no capítulo anterior.

Desse modo, a cada ano há um número inestimado de crianças abusadas no Brasil. E o maior problema em relação aos números (e no que eles poderiam ajudar em pesquisas acadêmicas, trabalhos de prevenção e elaboração de políticas públicas) é que muitos casos de abuso sexual infantil não são sequer reportados. Normalmente, os dados sobre a vitimização não-fatal de crianças e jovens são inexistentes³³.

Por isso, não é possível afirmar se os casos de pedofilia cresceram ou diminuíram nos últimos anos no Brasil. Não há, portanto, elementos palpáveis para dizer se foram os casos de pedofilia ou se foram as queixas (ou somente a percepção) de abusos que cresceram nos últimos anos. As estatísticas disponíveis não são confiáveis, no sentido de dar uma ideia geral e ampla ao problema. É comum encontrar trabalhos acadêmicos que chamam atenção para a ausência de dados estatísticos de inúmeras naturezas, principalmente quando se trata de estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil.

Assim, qual é a atitude do Estado e da sociedade diante do abuso sexual infantil? Muitos rapidamente poderiam responder que se trata de uma condenação universal, de um

³³ De acordo com Peres *et al.* (2006), esse dados “não são fáceis de se obter por vários motivos: 1. os registros policiais são falhos; 2. as pesquisas de vitimização rotineiras incluem apenas crianças com idade superior a 12 anos; 3. em poucos países, há coleta regular de dados de morbidade em hospitais, atendimentos de emergência e postos de saúde. Em termos de ocorrências policiais, o perfil da violência que vitima jovens e crianças é muito difícil de ser conhecido, porque a pouca idade das vítimas as deixa dependentes da cooperação de adultos para notificarem à polícia aquelas ocorrências nas quais foram vítimas” (Peres *et al.*, 2006, p. 16).

crime horrível e repulsivo. Outros diriam que até mesmo os outros criminosos não gostam de abusadores infantis, pois quando são enviados à prisão frequentemente permanecem presos numa custódia de proteção (também conhecido como “seguro”) para que os outros presos não os agridam e matem.

A Penitenciária Orlando Brando Filinto, com população carcerária de 2.197 detentos, localizada em Iaras (SP), pequena cidade no interior do estado com um pouco mais de seis mil habitantes, é exemplo disso, pois concentra a maioria dos condenados por crimes sexuais e pedofilia do estado de São Paulo. Essa penitenciária funciona como uma espécie de “seguro” instituído de forma velada pelo próprio Estado³⁴, ao estilo “tranque-os e jogue fora as chaves”.

De modo geral, a sociedade parece acolher certas respostas dadas pelo Estado, mas é preciso olhar para a totalidade das ações de outra maneira. Fruto de prioridades midiáticas e de oportunismo político, o combate à pedofilia se tornou na última década um dos principais lemas de grupos conservadores. Recentemente, um número imenso de programas de TV, reportagens especiais, documentários e filmes baseados em “fatos reais” dramatizaram os mais diferentes casos de abuso sexual infantil.

Entre eles, encontramos toda sorte de práticas e de formas de abuso sexual infantil, como o incesto em famílias de classe média; a venda e o tráfico de crianças; a prostituição infantil; a pornografia infantil; o sacrifício e a expiação de crianças em rituais; o canibalismo; o estupro de vulnerável; e a pedofilia. Além disso, número grande de celebridades³⁵ começou a falar abertamente que foi abusada sexualmente quando crianças. Há também um número de denúncias contra médicos, professores, padres e treinadores de times esportivos acusados de molestar seus pupilos³⁶.

³⁴ Apesar de extraoficial, o presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, em reunião no Ministério da Justiça, realizada nos dias 12 e 13 de dezembro de 2011, confirma a especificidade da Penitenciária Orlando Brando Filinto. Segundo o conselheiro, “atualmente o estabelecimento é destinado aos presos que praticam crimes contra a dignidade sexual” (Publicado no DOU, em 03/07/2012).

³⁵ Em maio de 2013, a apresentadora Xuxa afirmou, em depoimento para a TV, que sofreu abusos sexuais até os 13 anos de idade.

³⁶ O caso que mais chamou atenção foi o da nadadora Joanna Maranhão. Em fevereiro de 2008, ela revelou em entrevista que havia sido abusada sexualmente por um ex-treinador dos 6 aos 9 anos de idade. De acordo com a lei em 2008, o abuso sexual na infância e na adolescência tinha que ser denunciado até a vítima completar 19 anos. Depois disso, o crime seria prescrito. Como a atleta só fez a denúncia aos 20 anos, ela foi impedida de processar o ex-técnico, que passou a processá-la por injúria, calúnia e difamação. Isso fez com que ocorresse alteração no Código Penal sobre o tema da prescrição. A Lei nº 12.650/12, denominada de Lei Joanna Maranhão, acrescentou ao artigo 111 do Código Penal o inciso V, com a seguinte redação: “V – nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal”. A mudança tem o objetivo de preservar o direito à dignidade sexual do menor até atingir a maioridade. Agora, a criança vítima de abuso sexual, que não revelar o fato durante sua menoridade, pode agir a partir dos dezoito anos que a denúncia não será considerada prescrita.

É realmente difícil mensurar o impacto de toda essa discussão, na mídia, sobre o problema do abuso sexual infantil. Não se sabe ao certo se de fato há crescente preocupação e discussão sobre o problema ou se o tema só interessa enquanto render níveis considerados de audiência e venda de publicações. De qualquer modo, é fato que a discussão está na ordem do dia e isso é importante para reconhecer que o abuso sexual infantil não é um problema localizado num espaço social restrito: trata-se de prática que ocorre e é debatida em todos os níveis da sociedade, perpetrados por indivíduos aparentemente bem educados, influentes e com certa respeitabilidade.

Nas palavras de Laura Lowenkron (2012), “vale notar também que é por meio das investigações policiais contra a ‘pornografia infantil na internet’ que as cenas de crianças e adolescentes envolvidos em interações e performances sexuais passam a circular em documentos e discursos oficiais, inicialmente nas páginas do inquérito policial – caracterizado pelo acesso restrito e voltado para a produção de provas que sirvam de base para a acusação criminal – e em seguida em narrativas jornalísticas e discursos políticos que constituem e alimentam o imaginário social a respeito dos perigos sexuais que ameaçam as crianças e a sociedade” (Lowenkron, 2012, p. 4).

A construção de problemas sociais não é motivada apenas por conflitos de interesse material e de preocupações humanitárias, mas também por conflitos de valores. O pânico moral pode estar empiricamente associado aos processos de regulamentação moral, mas é analiticamente um conceito. E como um conceito típico-ideal representa o início da análise, um modo inicial de abordar e iluminar o problema e não a totalidade da análise nela mesma.

Para Gayle Rubin, “moral panics rarely alleviate any real problem, because they are aimed at chimeras and signifiers. They draw on the pre-existing discursive structure which invents victims in order to justify treating ‘vices’ as crimes” (Rubin, 1993, p. 163). Portanto, sabe-se que as noções são socialmente construídas e ganham estatuto de realidade. Nesse sentido, a ideia de que a pedofilia é problema generalizado tornou-se uma das maiores ansiedades de nossa sociedade, por colocar as crianças diante de risco considerado extremo.

Assim, a pedofilia passou a ser perigo eminente e quase inevitável; com significados socialmente construídos a partir de estímulos deflagrados pelo pânico moral que tomou conta da discussão em torno do problema. Mas não se trata apenas em dizer simplesmente que a pedofilia é fruto de pânico moral generalizado e que praticamente não existe. Pelo contrário, trata-se de problematizar a questão a partir da relação entre o objeto e os sujeitos envolvidos.

A ESTETIZAÇÃO DA SEXUALIDADE CONTEMPORÂNEA

Nesse capítulo final, o percurso teórico, investigativo e empírico que percorreu toda a tese se completa com a retomada da discussão sobre sexualidade, saber-poder e subjetivação, objetivando verificar as questões lançadas no início do trabalho. Aqui, o processo de criminalização da pedofilia no Brasil aparece como mote genealógico para compreender a ideia contemporânea de sexualidade e o sujeito pedófilo como monstro contemporâneo responsável pela generalização do pânico moral, desencadeado com os alardes em torno da questão da pedofilia. Inicialmente, busca-se entender o processo de pedagogização do sexo das crianças, realizado pela normatização das famílias e pela presença do saber médico na dinâmica das práticas sexuais, a partir de abordagem sócio-histórica apresentada por alguns sociólogos, historiadores e antropólogos brasileiros. Em seguida, discute-se a noção de “monstro” para tratar esteticamente da figura do abusador sexual infantil enredado nas técnicas produtoras de subjetivação. Para ilustrar a ideia de pedófilo como monstro contemporâneo, analisa-se o caso do médico pediatra Eugênio Chipkevitch que em 2002 foi acusado de abusar de cerca de 40 crianças em seu consultório o que culminou com sua condenação, em 2004, a 124 anos de prisão. Há material suficiente para a análise desse caso, uma vez que foi amplamente divulgado pela imprensa. Assim, com a imagem do pedófilo como monstro contemporâneo, e após mobilizar diversas práticas discursivas, que desafiam as fronteiras entre o saber jurídico e o poder psiquiátrico produtores de subjetividades, encerra-se esta tese sobre as narrativas discursivas do processo de criminalização da pedofilia no Brasil.

SEXUALIDADE E PEDAGOGIZAÇÃO DO SEXO DAS CRIANÇAS

Segundo Jacques Donzelot (1986), o século XVIII na Europa foi marcado pela revalorização da educação e da atenção médica sobre as crianças. Essa espécie de reorganização do comportamento dos adultos em relação à infância teve algumas estratégias de ação bem definidas e coordenadas. De um lado, houve a difusão da medicina doméstica como conjunto de conhecimentos e de técnicas elaborado a partir da publicação de manuais prescritivos, que permitiram às famílias burguesas retirarem seus filhos da influência “negativa” dos serviçais – e dos efeitos da promiscuidade – para constituir nova relação entre as mães e os filhos, e reconhecer a importância do médico da família. Por outro lado, ocorreu o desenvolvimento da economia social que visava administrar a vida das famílias pobres “com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos” (Donzelot, 1986, p. 22).

Ignoradas pela medicina durante séculos, as mães e as crianças passaram a ter, com a ascensão da burguesia, atenção especial, que Donzelot chamou de “frentes de luta”, cujo foco estava nas minúcias das ações diárias, como a amamentação materna, o vestuário das crianças, os jogos infantis, a criação de espaços reservados às crianças, o aumento do nível de proteção contra riscos externos (perigos físicos e morais), enfim, uma vigilância ortogonal para facilitar o disciplinamento e a regulamentação dos movimentos das famílias burguesas emergentes.

Em relação às famílias pobres, o foco estava em reestabelecer a vida familiar nuclear e proteger as crianças, a fim de torná-las força economicamente útil. Nesse mesmo contexto, a sexualidade passou a ser foco de atenção. Ainda segundo Donzelot (1986), “o início do século XX se apresenta como o momento de última competição entre dois modos de gestão da sexualidade: a do padre, sobre a qual ainda repousa o poder das famílias, e a do médico que avança em nome da higiene pública, do interesse superior da sociedade. Isso quer dizer que o impacto desse *desfecho tecnológico* não se reduz a um combate edificante entre um antigo notável e outro moderno, como também não se reduz à guerra entre o secular e o confessional” (Donzelot, 1986, p. 158 – grifos do autor).

Similarmente, no Brasil, a preocupação com as crianças não se restringiu apenas aos problemas de controle da delinquência infantil e do abandono das crianças pobres. Houve historicamente toda a atenção especial voltada à problemática que envolvia o controle da sexualidade infantil centrada na educação, na saúde, na higiene, no esquadrinhamento da vida

doméstica, na redução dos contatos interpessoais, na psychologização da infância, na proteção aos riscos externos e numa vida cada vez mais racionalizada e secularizada.

A preocupação com a sexualidade brasileira em geral, e com a questão da sexualidade infantil, em particular, está presente na sociologia, na antropologia e na historiografia brasileira já há algum tempo. À guisa de ilustração dessa discussão acerca da sexualidade no Brasil, encontramos diversos trabalhos que realizaram importantes balanços sobre o assunto: o livro de Maria Andréa Loyola, *A sexualidade nas ciências humanas* (1998), que faz um balanço sobre esses estudos a partir da segunda metade do século XX, e o artigo “A antropologia da sexualidade no Brasil” (2000), no qual a autora traça as trajetórias e as convergências entre os estudos de sexualidade no país; o livro organizado por Maria Luiza Heilborn, *Sexualidade. O olhar das ciências sociais* (1999) e o artigo “Estudos de gênero no Brasil”, escrito em parceria com Bila Sorj, para a coleção *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)* (Miceli, 1999), indicam a preocupação com a sexualidade nos estudos de gênero a partir da década de 1980; e também destacamos a coletânea *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*, organizada por Piscitelli, Gregori e Carrara (2004), com destaque para o artigo de abertura “A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções”, de Luiz Fernando Dias Duarte. Compondo essa discussão, são fundamentais os estudos feministas, de gênero e de sexualidade encontrados em diversas revistas e centros de pesquisas do país, como os *Cadernos Pagu*³⁷ e a *Revista Estudos Feministas*³⁸, e os trabalhos das equipes de pesquisadores que formam o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM)³⁹, criado em 2002 pelo Instituto de Medicina Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ).

O artigo de Maria Andréa Loyola (2000), mencionado acima, traz importante balanço sobre os estudos de sexualidade no Brasil. Para a autora, os trabalhos iniciais foram publicados no final da década de 70 e início de 80. Naquela época, a maior parte dos artigos e das teses acadêmicas voltava-se basicamente para o estudo das identidades sexuais, o direito à reprodução, as formas de contracepção, a questão de gênero, a mudança do papel social da mulher, o universo homossexual e o advento da AIDS.

³⁷ Publicação interdisciplinar do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Universidade Estadual de Campinas (PAGU/UNICAMP), criada em 1993 para divulgar reflexões teórico-metodológicas centradas na questão de gênero, mas também de temas como sexualidade, trabalho, educação, violência, teorias feministas e perspectivas relacionadas.

³⁸ Criada em 1992 pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, hoje o periódico integra o Instituto de Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

³⁹ Além de pesquisas, o CLAM é responsável pela publicação, desde 2009, da revista virtual *Sexualidad, Salud y Sociedad*, responsável por produzir um intercâmbio latino-americano das discussões sobre gênero, raça, classe social, saúde e sexualidade.

Nesse mesmo contexto, surgem os trabalhos feministas, que discutiam o problema da violência doméstica e a participação das mulheres como força de trabalho; as novas configurações de família; o exercício solitário da função parental; e, evidentemente, a questão da sexualidade e das práticas sexuais abusivas. Segundo Loyola, “esses trabalhos surgiram num contexto fortemente marcado pelo machismo e, ao mesmo tempo, por uma grande difusão da psicanálise e da ideologia individualista-igualitária entre as classes médias urbanas” (Loyola, 2000, p. 146).

Pode-se dizer que esses trabalhos foram os pioneiros na discussão da sexualidade contemporânea no Brasil e serviram de base para o desenvolvimento de pesquisas posteriores do ponto de vista dos direitos, das identidades e dos roteiros sexuais, além de problematizar as relações de dominação e de poder.

Para Luiz Fernando Dias Duarte (2004), “até os anos 60, apenas dois autores tinham se dedicado mais explicita e sistematicamente no Brasil à análise sociológica da sexualidade: Gilberto Freyre e Roger Bastide” (Duarte, 2004, p. 61). O autor se refere, evidentemente, ao livro *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, e aos trabalhos de Bastide que trataram das características culturais do universo social brasileiro, formadas a partir da presença dos elementos afro-brasileiros. E, a partir da década de 70, Duarte aponta a importância dos estudos de sexualidade com a publicação de trabalhos de cunho etnográfico que foram capazes de unir a pesquisa acadêmica, o ativismo político e a elaboração de políticas públicas.

Segundo Regina Barbosa e Richard Parker (1999), “nas últimas décadas, especialmente nos anos 80 e 90, tem havido um importante crescimento da pesquisa e da reflexão voltadas à sexualidade e à experiência sexual, em particular no campo das ciências sociais. As razões desse crescimento são certamente complexas e estão associadas ao amplo conjunto de mudanças que vêm ocorrendo nas ciências sociais nesse final de século, bem como à série de movimentos que se desenvolveram no interior da própria sociedade” (Barbosa & Parker, 1999, p. 9). Para os autores, essas pesquisas são o resultado de mudanças recentes ocorridas na sociedade a partir de movimentos sociais e de formulações de políticas públicas em torno das questões relacionadas ao gênero, às sexualidades dissidentes, aos direitos de reprodução e à saúde.

Outro aspecto importante foi apontado por Maria Filomena Gregori em sua tese de livre-docência, *Prazeres Perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade* (2010). Para a autora, os estudos realizados no Brasil, que operam na interface entre violência e sexualidade, giram em torno de três vertentes: “em primeiro lugar, os estudos que tratam dos limites da sexualidade, ao investigar práticas sexuais tomadas como abusivas, merecedoras de sanções e

punição; outra vertente de pesquisas se dedica a acompanhar e discutir as ansiedades geradas pelas práticas sexuais no âmbito da moralidade, em particular ao debate criado em torno do que Vance e Rubin (2003)⁴⁰ qualificam como pânico sexual; e, finalmente, estudos que focalizam a articulação entre o prazer e o perigo, envolvidos na sexualidade ou que indagam sobre a importância da transgressão para o erotismo” (Gregori, 2010, pp. 24-25). A autora ainda menciona os estudos que investigam os abusos sexuais no interior das famílias brasileiras e as violências sexuais cometidas contra mulheres.

No Brasil, por muito tempo, o comportamento sexual foi objeto de estudos que interpretavam a formação do país moderno a partir do processo final de colonização. Conforme foi apontado, *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre (2003), é um bom exemplo dessa produção. Para o autor, a família brasileira foi formada sob o regime patriarcal, tendo como base as relações sexuais estabelecidas durante a escravidão entre senhores e escravas, senhoras e escravos, adultos e crianças. No cativeiro, misturava-se violência, sadismo, masoquismo e luxúria.

Para Freyre, “não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias” (Freyre, 2003, p. 399). Para o autor, o sistema social e econômico baseado na escravidão favoreceu também o abuso sexual infantil. Segundo Freyre, “negras tantas vezes entregues virgens, ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres da sífilis das cidades. Porque por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem” (Freyre, 2003, p. 400).

Apesar das críticas fundamentadas à obra de Gilberto Freyre, sobretudo em relação ao método utilizado e ao estilo ensaístico, é fundamental admitir que o autor corretamente não tratou da questão sexual no Brasil isoladamente sem considerar as noções de raça, classe social e dominação patriarcal presentes no sistema de escravidão, ou seja, não apenas as mulheres e as crianças eram violentadas pela dominação senhorial, mas as mulheres negras e escravas, as crianças negras e escravas.

Segundo Mariza Corrêa (1998), encontramos ainda diversas teorias explicativas sobre o Brasil elaboradas em fins do século XIX e início do XX (muitas delas com conotações racistas) que tratavam de disciplinar a sexualidade da população contra a ideia de degenerescência adquirida com o processo de miscigenação. Os trabalhos de Nina Rodrigues,

⁴⁰ A autora se refere ao livro *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*, editado por Carol Vance em 1984.

e de outros cientistas influenciados pelo positivismo e pelo darwinismo social, evidenciam a tentativa de depurar o sexo em instâncias discursivas e produtoras de verdades científicas. E um dos focos de atuação concreta desse saber médico-legal estava justamente no disciplinamento das crianças para afastá-las do perigo de uma sexualidade.

Além disso, havia a preocupação em estabelecer um lugar às sexualidades ilegítimas, prescrevendo normalidades e desvios, doenças e crimes. Uma das principais críticas ao trabalho de Nina Rodrigues foi que ele considerou o negro, a questão racial e a sexualidade como elementos centrais da produção da miscigenação, sem pensar na situação de escravidão. Mais uma vez, Gilberto Freyre lembra que: “diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava” (Freyre, 2003, p. 398).

Pode-se dizer que o tema da sexualidade está presente e, de certa forma, consolidado em diversas áreas das ciências sociais no Brasil. Porém, especificamente sobre o contato sexual entre adultos e crianças, ou mesmo sobre a sexualidade infantil, não há muitos trabalhos sobre o tema; quase todos se concentram na questão da violência contra o menor, ou então tratam da problemática das crianças abandonadas e da delinquência juvenil. A imagem dos “meninos de rua” ainda paira na paisagem social brasileira, e nos trabalhos acadêmicos, com muita evidência.

Conforme apresentado ao longo desta tese, o apogeu dos estudos sobre crianças abandonadas ocorreu nas décadas de 80 e 90. Os trabalhos mais recentes não alteraram muito o debate centrado na questão da pobreza, embora apontem para outras problemáticas como uso de drogas, especialmente o crack, a circulação de crianças nas ruas das cidades, as transformações da FEBEM, a criminalidade infantil e os debates em torno da redução da maioridade penal. Dentre esses trabalhos – uns mais críticos outros mais prescritivos – destacamos: *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo* (Frontana, 1999); *Viração: experiências de meninos nas ruas* (Gregori, 2000); e *O cotidiano infantil violento: marginalidade e exclusão social* (Pacheco, 2007).

Dentre os poucos trabalhos que tratam especificamente de sexo e crianças, destaca-se o artigo do antropólogo Luiz Mott, “Cupido na sala de aula: pedofilia e pederastia no Brasil Antigo” (1989). Nesse texto, ao analisar a documentação inquisitorial portuguesa, o autor encontrou diversas denúncias de cidadãos do Reino e Ultramar que mantiveram relações homossexuais com crianças e adolescentes no período colonial no Brasil. De acordo com os documentos, a maioria dos acusados respaldou-se na indiferença dos inquisidores que toleraram os estupros infantis do século XVI ao XVIII.

Para Mott, “em nossa tradição luso-brasileira, parece que as relações sexuais entre adultos e adolescentes, além de frequentes, não eram condutas das mais condenadas pela Teologia Moral, pois mesmo quando realizadas com violência, a pedofilia em si nunca chegou a ser considerada um crime específico por parte da Inquisição” (Mott, 1989, p. 32). De acordo com o pesquisador, os representantes do Tribunal do Santo Ofício em visita ao Brasil, aparentemente, não se surpreenderam com os casos de pedofilia ou com os abusos cometidos contra crianças, mas com os atos de sodomia, considerado “pecado abominável”.

Segundo o autor, esse cenário começou a ser alterado somente no final do século XIX por dois motivos. Primeiro devido ao discurso vitoriano e moralizante que, sob a alegação de proteger a infância, reprimiu e dessexualizou completamente as crianças. Em segundo lugar, pelo surgimento do discurso de defesa à infância que entendia as crianças como sujeitos de direito e livres dos perigos externos, sobretudo livres do sexo. O final do período colonial foi marcado, portanto, pela apropriação da família e da infância pelo saber médico higienista, que lutava contra os efeitos da miscigenação e da suposta degenerescência da nação. Essa transição ocorreu, à revelia da Igreja e do pai-proprietário, por meio do discurso de proteção à infância e pelo papel que a educação e a saúde passaram a adquirir como garantias de existência da própria nação.

Assim, não é de hoje que a sexualidade infantil é objeto de intervenções médicas e disciplinares, operadas por práticas discursivas e institucionais. O livro de Jurandir Freire Costa, *Ordem médica e norma familiar* (1983), fala das práticas médico-higiênicas que se instauram na intimidade da família burguesa desde o século XIX, e que perduram até os dias de hoje. Ele afirma que a família brasileira passou, nas últimas décadas, a depender cada vez mais de especialistas (pedagogos, psicoterapeutas e profissionais afins) para solucionar seus males domésticos, mas que, no fundo, esses mesmos especialistas contribuíram para desestruturar as próprias famílias e impor nova norma de saúde e de equilíbrio como manipulação político-econômica de determinada classe social: a burguesia.

Para Costa, “a família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, tornou-se no mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa” (Costa, 1983, p. 13). Consequentemente, o destino político da burguesia afetou a vida de todas as famílias brasileiras sem distinção. Assim, o corpo, o sexo, os sentimentos conjugais, o convívio familiar e as noções de higiene e de moralidade passaram a ser normatizados a partir de uma dinâmica de raça e classe social cujo modelo é o corpo saudável e harmonioso da camada branca dominante. Ainda segundo Costa, “o conjunto de interesses médico-estatais interpôs-se entre a família e a criança, transformando a natureza e a representação das características

físicas, morais e sociais desta última. As sucessivas gerações formadas por essa pedagogia higienizada produziram o indivíduo urbano típico do nosso tempo. Indivíduo física e sexualmente obcecado pelo seu corpo; moral e sentimentalmente centrado em sua dor e seu prazer; socialmente racista e burguês em suas crenças e condutas; finalmente, politicamente convicto de que da disciplina repressiva de sua vida depende a grandeza e o progresso do Estado brasileiro” (Costa, 1983, p. 214). Para o autor, essas transformações modelaram o que se entende, atualmente no Brasil, por família cujo foco está centrado numa sexualidade cada vez mais controlada, asséptica, esquadrinhada em instâncias discursas e permeada por relações de saber e poder.

As ideias de Jurandir Freire Costa estão próximas das apresentadas por Foucault no curso *O poder psiquiátrico*, ministrado no *Collège de France* em 1973-1974, no qual ele discutiu, entre outras coisas, o papel da família no controle das ações das crianças. Para o filósofo francês, “a vigilância da criança tornou-se uma vigilância em forma de decisão sobre o normal e o anormal; começou a vigiar seu comportamento, seu caráter, sua sexualidade; e é então que vemos emergir justamente toda essa psicologização da criança no interior da própria família” (Foucault, 2012, p. 154).

Segundo Foucault, em *A vontade de saber* (1988), “não se deve entender a família, em sua forma contemporânea, como uma estrutura social, econômica e política de aliança, que exclua a sexualidade ou pelo menos a refreie, atenuar tanto quanto possível e só retenha dela as funções úteis. Seu papel, ao contrário, é o de fixá-la e constituir seu suporte permanente. Ela garante a produção de uma sexualidade não homogênea aos privilégios da aliança, permitindo, ao mesmo tempo, que os sistemas de aliança sejam atravessados por toda uma nova tática de poder que até então eles ignoravam. A família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança” (1988, pp. 102-103).

Para Foucault, a família moderna tornou-se espaço privilegiado da vigilância constante das ações cotidianas e da efetivação dos interditos sexuais das crianças, a partir da disciplinarização dos gestos e da intervenção psiquiátrica na infância.

Esses mecanismos disciplinares são conhecidos no Brasil desde o final do século XIX, com a ação da medicina legal. A atuação desse saber médico sobre a família brasileira funcionou, portanto, como verdadeiro dispositivo de sexualidade e de pedagogização do sexo das crianças; com o olhar centrado na família nuclear como ponto de fixação e de controle: homens e mulheres deveriam se transformar em guardiães da sociedade saudável, com hábitos

de higiene, de educação, de cuidados com o corpo e de novas características de valores morais de acordo com o discurso matrimonial, responsável, autocontrolado e, de preferência, reprodutivo. Tais representações sociais sobre a sexualidade – e a suposta assexualidade infantil – parecem também ter moldado a produção científica sobre o sexo e as crianças, dada a ausência de trabalhos sobre a sexualidade infantil.

PEDOFILIA: UM MOTE GENEALÓGICO DA IDEIA CONTEMPORÂNEA DE SEXUALIDADE

Recentemente, um novo objeto fez seu aparecimento na paisagem social do Brasil contemporâneo e nela passou logo a ocupar lugar privilegiado: o pedófilo – um louco criminoso. Diversos atores sociais se uniram numa cruzada para esconjurar esse perigo: juristas e psiquiatras, legisladores e defensores dos direitos das crianças, jornalistas e religiosos. Todos constataram a mesma coisa: é preciso defender a sociedade contra este mal. Desse modo, o processo de criminalização da pedofilia no Brasil é bom mote genealógico para compreender a ideia contemporânea de sexualidade, as fronteiras entre o saber médico e o poder judiciário, as estratégias de atuação do poder disciplinar, do controle da população e dos corpos.

Mas pensar a pedofilia no âmbito da sexualidade contemporânea é desafio imenso. Por isso, caminhamos, num primeiro momento, *pari passu* com a discussão iniciada por Michel Foucault em *História da sexualidade 1: a vontade de saber* (1988), ao buscar as instâncias de produção discursiva que organizam os silêncios, produzidos por certa mecânica de poder para, em seguida, apontar alguns caminhos possíveis de entendimento sobre a pedofilia no Brasil. Segundo Foucault, não existem fatos ou verdades únicas sobre a sexualidade, somente interpretações e perspectivas. Para o autor, trata-se de “interrogar o caso de uma sociedade que desde há mais de um século se fustiga ruidosamente por sua hipocrisia, fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar” (Foucault, 1988, p. 14).

Ainda nas palavras do autor, não se trata de dizer apenas que “a sexualidade, longe de ter sido reprimida nas sociedades capitalistas e burguesas, se beneficiou, ao contrário, de um regime de liberdade constante” (Foucault, 1988, p. 16). Isso não significa que nossa sociedade é mais tolerante e menos repressiva em relação à sexualidade do que em épocas anteriores. Significa que as formas de atuação do poder tornaram-se mais sutis e discretas. Segundo

Foucault, a sexualidade a partir do século XVI na Europa se apresentou em forma de discurso em vez de sofrer um processo de restrição. Desse modo, continua o autor, “não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi o sexo a partir da Idade Moderna” (Foucault, 1988, p. 17).

As principais ideias desenvolvidas por Foucault nesse primeiro volume da *História da sexualidade* (A vontade de saber) são: afastar a hipótese repressiva da sexualidade como foi pensada no século XIX para se opor à tese de Reich; sugerir alguns problemas a serem pesquisados sobre a temática; e discutir a direção das condutas a partir de tecnologias de poder que atuam politicamente sobre o corpo dos indivíduos. Foucault apresenta principalmente alguns problemas históricos e teóricos sobre a sexualidade nesse primeiro volume como uma espécie de programa de pesquisa.

A intenção do autor era fazer a revisão dos discursos, das intenções estratégicas dessa “grande narrativa” que sustenta e produz subjetividades. O discurso da sexualidade seria o resultado da ascensão do poder disciplinar da vigilância do corpo e da alma dos sujeitos. A questão não era apenas entender o sexo como fato discursivo e, sim o que decorre dessa discursividade nos dias de hoje. A incitação crescente do discurso sobre o sexo e a proliferação de sexualidades polimorfos e dissidentes fez aparecerem as fronteiras entre o lícito e o ilícito; e surgir, principalmente, a gestão sobre o sexo, pois “cumprir falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. Em jogo, o problema das sexualidades ilegítimas, periféricas e ilícitas. O sexo não se julga apenas, administra-se” (Foucault, 1988, p. 27).

Em *A vontade de saber* (1988), Foucault chama atenção para a “verdade do sexo” localizada no aparato discursivo. Dessa forma, tratamos de olhar para a pedofilia de modo similar, pois sabemos que o discurso não é sinônimo de verdade. Está relacionado ao poder produtor de sujeitos a partir de práticas e técnicas, aparentemente banais, que atuam nas minúcias e nos detalhes. O sexo se tornou algo a ser dito constantemente como espécie de erotismo discursivo generalizado. É preciso fazer falar cada vez mais sobre o sexo para que sua verdade possa aparecer. Segundo Foucault, até o século XVIII, o sexo era questão circunscrita ao quarto do casal e passou, a partir do século XIX, não só a ser problema moral, mas preocupação da vida como um todo. E as sexualidades periféricas, que sempre estiveram à margem do saber e do poder, passaram a ser o centro das problematizações morais em torno do sexo.

O sexo tornou-se, portanto, objeto de verdade, da verdade do sujeito. Para Foucault, existiram dois grandes procedimentos históricos que produziram a verdade do sexo. O primeiro foi a *ars erotica*, localizada principalmente no Oriente, no qual a verdade era extraída do prazer. O segundo foi a *scientia sexualis*, produzida no Ocidente em forma de poder-saber. Além disso, a principal forma de produção dessa verdade se daria por meio do dispositivo da confissão. A confissão tornou-se, no Ocidente, a técnica mais valorizada na produção da verdade. Primeiramente, a confissão era um exame de consciência ligado aos rituais da Igreja; em seguida, adquiriu forma jurídica e psicanalítica.

Desse modo, a confissão passou a ser uma verdade inteiramente permeada pelas relações de poder. Segundo Foucault, “a obrigação da confissão nos é, agora, imposta a partir de tantos pontos diferentes, já está tão profundamente incorporada a nós que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage; parece-nos, ao contrário, que a verdade, na região mais secreta de nós próprios, não ‘demanda’ nada mais que revelar-se; e que, se não chega a isso, é porque é contida à força, porque a violência de um poder pesa sobre ela e, finalmente, só se poderá articular à custa de uma espécie de liberação” (Foucault, 1988, pp. 59-60). O dispositivo da confissão funcionou, portanto, como meio de controlar a vida sexual dos fiéis religiosos, dos indivíduos e dos pacientes em análise.

Para Foucault, não se deve considerar a sexualidade “como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tenderia, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (Foucault, 1988, p. 100). Como dispositivo histórico, a sexualidade é invenção recente das organizações modernas responsáveis por produzir sujeitos e controlar os corpos. Por essa razão, Foucault se preocupou em problematizar a vida sexual na Grécia antiga a partir da questão da autoconstituição dos sujeitos, da ideia de autonomia e de liberdade individual, do cuidado de si e da ética.

Parte dessa discussão sócio-histórica já foi apresentada no capítulo I desta tese. Agora, cabe retomar a problemática grega para tentar iluminar algumas questões do presente. Já foi dito também, mas é importante que fique claro que a problematização do presente a partir do passado não significa anacronismo, mas “ontologia do presente” que busca explorar as tensões que constituem os sujeitos.

Assim, em *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres* (1994), Foucault procura reconstruir o campo de problematização moral dos gregos. Nesse segundo volume, são discutidas quatro noções fundamentais da cultura grega, que refletem sobre a moral sexual, a saber: *aphrodisia*, *chrésis*, *enkrateia* e *sōphrosunē*. O que Foucault propõe não é retomar o estilo grego como modelo de vida, mas aproximar-se de sua problemática para discutir o que somos no presente.

Em linhas gerais, os *aphrodisia* são “atos, gestos, contatos que proporcionam uma certa forma de prazer” (Foucault, 1994, p. 39). A questão central se encontra na substância ética e na dinâmica entre ato-prazer-desejo. O sexo não é um mal em si mesmo. É uma prática considerada natural: são “coisas que interessam ao corpo e à vida do corpo em geral” (1994, p. 46). A imoralidade ocorre a partir de duas noções: *quantidade* (frequência dos atos) e *polaridade* (adequação dos papéis). A moralidade se desenvolve em torno do excesso e da passividade – daí a problemática da penetração para os gregos. A *chrésis* é o uso dos prazeres: o uso que será submetido à dinâmica dos *aphrodisias*, ou seja, ao bom uso do prazer (a temperança). Neste caso, o sujeito domina seus desejos. É através da luta consigo mesmo em que o sujeito moral se constitui a partir das práticas de si. A *enkrateia* é o controle de si e “se caracteriza sobretudo por uma forma ativa de domínio de si que permite resistir ou lutar e garantir sua dominação no terreno dos desejos e dos prazeres” (1994, p. 61). Esta postura ativa opõe-se à passividade nas relações sexuais com desdobramentos concretos para a vida social e política dos cidadãos. Trata-se de relação agonística, de luta e de atitude em relação aos adversários e na relação consigo mesmo para se constituir como sujeito moral. Este combate deve culminar com a vitória moral do sujeito (domínio de seus prazeres e desejos), caso contrário, o sujeito seria escravo de si mesmo, de seus prazeres e desejos tornando-se inapto para a vida política. Finalmente, a *sōphrosunē* é “o estado que se tende a alcançar pelo exercício do domínio e pelo comedimento na prática dos prazeres caracterizada como uma liberdade” (1994, p. 73). É o estado geral do sujeito em que a conduta é marcada pela ideia de temperança, sabedoria e justiça, pois “ser livre em relação aos prazeres é não estar a seu serviço, é não ser seu escravo” (Foucault, 1994, p. 74).

Ao analisar os modos de existência dos gregos, Foucault tenta interpretar a estilística de si a partir do trabalho austero consigo mesmo. Desse modo, pode-se dizer que na Grécia o ato sexual era visto como algo natural e necessário para a reprodução da vida, da espécie humana, das famílias e da cidade. Mas essa atividade sexual tida como natural e livre deveria ser exercida com comedimento, sem excessos e de maneira moralmente discreta e regrada.

Portanto, a problematização ética na Grécia, que passava pela questão do governo de si e dos outros, esteve ausente de dispositivos disciplinares ou punitivos das sociedades capitalistas e burguesas, que constituíram os sujeitos de acordo com os códigos e as prescrições normativas. Os gregos não estavam na condição de sujeitos sujeitados, porque se submetiam às regras instituídas por eles mesmos, a partir do trabalho de deliberação pública, do consenso sobre as regras, no caso, as regras sexuais.

A liberdade, que na sociedade disciplinar só poderia ser pensada nos termos do poder, era pensada pelos gregos como pré-condição para a constituição do sujeito moral e ético. A elaboração do sujeito ético se constituiria, então, como escolha possibilitada pelo exercício da liberdade, prerrogativa de apenas alguns, dentre os cidadãos gregos. A estetização da vida não seria imposição e sim a estetização da liberdade, através da opção pessoal.

A ideia de ética estaria ligada à noção de autonomia do indivíduo como governo de si, que é, ao mesmo tempo, condição para o governo dos outros e de autoconstituição dos indivíduos por eles próprios. Foucault não encontrou nos gregos um termo preciso que designasse “sexualidade”, mas sim uma moral sexual. Segundo o autor, “nossa ideia de ‘sexualidade’ não apenas cobre um campo muito amplo, como visa também uma realidade de outro tipo: e possui, em nossa moral e em nosso saber funções inteiramente diversas” (Foucault, 1994, p. 36). O ato sexual percebido pelos gregos não era um mal ou um objeto de desqualificação ética, desde que feito de forma moderada de acordo com a ética sexual.

Após toda essa discussão acerca da problematização sobre as técnicas de objetivação que atuam sobre o indivíduo através do dispositivo da sexualidade, da produção discursiva do poder e do sexo, pode-se afirmar que Foucault preocupou-se em mostrar, ao longo de seus trabalhos, como fomos capturados por nossa própria história. É importante ter em mente que a sexualidade era entendida pelo autor como um dispositivo sócio-histórico que aciona e articula saberes e poderes. Nas palavras de Foucault, o dispositivo é: “um conjunto realmente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquiteturais, decisões regulamentadoras, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Resumidamente: coisas ditas, assim como coisas não ditas. O dispositivo, ele mesmo, é uma rede que se estabelece entre esses elementos. Por dispositivo eu entendo, vamos dizer, uma espécie de formação que, num momento dado, teve por questão maior responder a uma urgência, uma questão urgente. O dispositivo tem então uma função estratégica dominante. Eu disse que o dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que trata-se de certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e planejada, combinada nessas relações de força, seja para fazê-las desenvolver numa

determinada direção, seja para bloqueá-las, ou para estabilizá-las, utilizá-las. O dispositivo, então, encontra-se escrito num jogo de poder, mas sempre ligado também a uma ou várias fronteiras do saber que nascem aí mas também condicionam essa rede. É isso um dispositivo: estratégias de relações de força que suportam tipos de saber, e são suportadas por esses saberes” (Foucault, 2009a, p. 299).

O dispositivo é, portanto, prática que articula mecanismos de ação e de enunciados. Não é puramente discursivo ou prático. É prática discursiva. O dispositivo é capaz de articular diversas realidades arqueológicas contidas num mesmo objeto. Nesse sentido, Foucault afirma que “a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (Foucault, 1988, p. 100).

Integrando noções de dispositivo disciplinar e de dispositivo da sexualidade, Foucault considera ambos como processos de constituição de *sujeitos a*, sujeitos que são, ao mesmo tempo, objetos. Assim, autonomia e soberania do sujeito se configurariam como ideais que aparentemente deveriam estar presentes na constituição da individualidade moderna.

Com isso, podemos dizer que o dispositivo disciplinar esteve ligado ao processo de objetivação do indivíduo moderno, e o dispositivo da sexualidade se configuraria como uma tecnologia de constituição do indivíduo como sujeito de sexualidade moldada a partir de saberes, de estratégias de poderes e de práticas sociais.

Por essas razões, Foucault chamou a sexualidade de “supersaber”, definido dessa maneira nas palavras do autor: “creio que a cultura ocidental foi surpreendida por uma série de desenvolvimento, de hiperdesenvolvimento do discurso da sexualidade, da teoria da sexualidade, da ciência da sexualidade, do saber sobre a sexualidade” (Foucault, 2006, p. 58).

Todavia, Foucault queria mostrar o que somos a partir da crítica do presente (ou de uma *ontologia de nós mesmo*) para dizer que se pode pensar diferentemente do que se pensa e, quem sabe, recusar tudo isso, caso não seja esta a sexualidade que se espera ou o tipo de individualidade sujeitada pelos dispositivos disciplinares que se deseja. Segundo o autor, no texto “O que são as luzes?”, o trabalho da crítica não é apenas o da rejeição do mundo, “deve-se escapar à alternativa do fora e do dentro; é preciso situar-se nas fronteiras. A crítica é certamente a análise dos limites e a reflexão sobre eles” (Foucault, 2008b, p. 347).

A sexualidade é um dos pontos centrais que articulam saber e poder, crime e loucura, normal e patológico. A sexualidade é campo favorável de entendimento das relações sociais.

Segundo Maria Andréa Loyola, “os antropólogos chamaram a atenção para o fato de que a sexualidade constitui o pilar sobre o qual se assenta a própria sociedade e que, portanto, está sujeita a normas; normas que podem variar de uma sociedade para outra, mas que constituem um fato universalmente observável, sendo o tabu do incesto a mais básica e fundamental dentre todas” (Loyola, 1998, p. 18). A antropologia clássica, desde *A vida sexual dos selvagens*, de Bronislaw Malinowski (1983), já apontava para o fato de que a partir da sexualidade, como um sistema classificatório, era possível perceber a formulação de alianças, as noções organizadoras da sociedade, como o permitido e o proibido, a natureza e a cultura, a pureza e o perigo, as trocas simbólicas e econômicas, a reprodução da ordem biológica e social do mundo, entre outras dimensões complexas da vida social. Desse modo, a presente ideia de pedofilia pode ser utilizada socialmente para produzir uma espécie de bom senso da sexualidade desejável e aceitável.

Em suma, a ideia até aqui era apontar alguns caminhos possíveis de entendimento da pedofilia no Brasil, no contexto da sexualidade contemporânea. Os escritos de Foucault forneceram as ferramentas teóricas essenciais para se compreender o *modus operandi* dos discursos produtores de sujeitos de sexualidade. Porém, antes de encerrar essa seção, cabe apontar alguns transbordamentos críticos acerca das sexualidades contemporâneas.

Segundo Gayle Rubin, no artigo “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality” (1993), as transformações industriais do mundo ocidental trouxeram novas formas de estratificação social. As desigualdades sociais resultantes do sistema econômico, baseado na exploração do trabalho, são bastante conhecidas e foram discutidas em detalhe por diversos pensadores críticos ao longo de mais de um século. A construção de sistemas modernos de racismo e de injustiça étnica foram bem documentadas e criticamente avaliadas. Para a autora, o pensamento feminista foi capaz de analisar com vigor a organização dominante da opressão patriarcal de gênero. Mas, embora grupos eróticos específicos como os ativistas homossexuais e as profissionais do sexo, se organizassem contra a discriminação e os maus-tratos sofridos, não houve muitas tentativas de localizar determinadas variedades de perseguição sexual dentro do sistema mais geral de estratificação sexual. No entanto, lembra a autora, existe um sistema desse tipo de estratificação em pleno funcionamento na sociedade contemporânea.

A autora chamou esse sistema de “lei do sexo”, que funciona como espécie de instrumento sofisticado de estratificação social que se dá pelo viés sexual e de perseguição aos grupos dissidentes. Para Gayle Rubin, o Estado intervém regularmente no comportamento sexual num nível que não seria tolerado em outras áreas da vida social, mas a maioria das

peessoas não está ciente da extensão desse tipo de “lei”, nem da quantidade de sanções legais de caráter punitivo sobre o comportamento sexual considerado ilegítimo.

Além disso, a aplicação de tais “leis do sexo” varia drasticamente de acordo com o clima político de cada país. Segundo a autora, apesar dessa geografia geral político-jurídica, pode-se fazer algumas generalizações provisórias e qualificadas para analisar criticamente a questão. Para a autora, a “lei do sexo” não se aplica somente às leis contra a coerção sexual, ao abuso sexual ou mesmo como repressão ao estupro: ela opera nas proibições relacionadas ao sexo consensual e às chamadas ofensas morais. Assim, as “leis do sexo” são sutilmente duras e as penalidades para quem infringe os estatutos sexuais são desproporcionais em relação aos eventuais danos sociais ou individuais causados.

Para Rubin, a “lei do sexo” é especialmente feroz na manutenção das fronteiras entre a infância (constituída a partir da noção de “inocência”) e a sexualidade adulta. A sociedade, ao invés de reconhecer outras formas de sexualidade – e de tentar pensar em formas mais solidárias e responsáveis de compreensão das práticas dissidentes –, simplesmente se recusa a pensar no assunto e se esforça em negar e punir qualquer interesse sexual de adultos por crianças. A autora chama atenção para a quantidade de legislação dedicada à proteção das crianças contra a exposição precoce à sexualidade.

Os principais mecanismos utilizados para assegurar a separação sexual por idades são as leis que impõem idade mínima para o consentimento sexual. A autora faz questão de lembrar que não é permitido aos menores qualquer acesso à sexualidade adulta, mesmo que na forma de livros ou filmes. No entanto, as crianças e os jovens são expostos às mais horríveis representações de violência no noticiário cotidiano, porém são impedidos de visualizarem fotos explícitas da genitália. E jovens sexualmente ativos são frequentemente encarcerados em abrigos de menores, ou punidos de alguma forma por sua precocidade sexual.

O dispositivo da sexualidade é justamente um desses mecanismos utilizados no agenciamento das condutas, que se desejam enquadrar nas “leis do sexo” vigentes. E, por englobar práticas discursivas e não-discursivas, esse dispositivo produz as normatividades e, conseqüentemente, as noções de desvios sexuais. A norma e a transgressão não devem ser necessariamente entendidas como pares binários de oposição quando o assunto é sexualidade. Nesse sentido, a pedofilia fala mais da norma (no sentido de iluminar o “normal”) do que da transgressão. Segundo Adriana Piscitelli, “fora desse mecanismo, aparecem apenas aqueles cujas práticas sexuais estão sujeitas a um grau de coerção que tem como efeito a ausência de condições de aparição e visibilidade e impedem qualquer possibilidade de formular uma

identidade ‘positiva’, como é o caso dos envolvidos no incesto consentido” (Piscitelli, 2009, p. 16).

Uma última nota para encerrar essa seção é o fato de a sexualidade ser tratada por Foucault, e por outros autores discutidos aqui, como categoria relacional. De acordo com Bozon, “a sexualidade é uma esfera específica – mas não autônoma – do comportamento humano, que compreende atos, relacionamentos e significados” (Bozon, 2004, p. 14). Numa análise sociológica, é impossível separar as relações sexuais das relações sociais, pois se trata de categoria mutuamente implicada entre saberes e poderes normalizadores responsáveis, entre outras coisas, pela constituição dos sujeitos. E a pedofilia seria justamente uma categoria limítrofe para pensar a sexualidade contemporânea.

PEDÓFILO: O MONSTRO CONTEMPORÂNEO (ANÁLISE DO CASO EUGÊNIO CHIPKEVITCH)

No curso *Os anormais*, apresentado no *Collège de France* em 1975, Michel Foucault desenvolve uma discussão em torno das três figuras que constituíram o domínio da anormalidade como objeto da psiquiatria a partir do século XVIII: o monstro humano, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora.

O indivíduo a ser corrigido, ou indisciplinado, seria uma figura bem específica dos séculos XVII e XVIII, que apareceu no interior das famílias e de suas relações institucionais, como a escola. A diferença entre o monstro humano e o indivíduo a ser corrigido é que o primeiro é exceção e o segundo, fenômeno recorrente. Desse modo, o indivíduo a ser corrigido “requer um certo número de intervenções específicas em torno de si, de sobreintervenções em relação às técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção” (Foucault, 2010, p. 50).

Apesar de fazer parte do grupo dos anormais, Foucault anuncia a discussão em torno da figura do incorrigível, mas acaba não desenvolvê-la ao longo do curso e centra sua análise no monstro e na criança masturbadora. A criança masturbadora, ou onanista, se relaciona em certa medida com o monstro e o incorrigível. Segundo Foucault, “toda a campanha contra a masturbação se orienta, desde cedo, desde o início, podemos dizer, contra a sedução das crianças pelos adultos; mais ainda do que pelos adultos, pelo *entourage* imediato, isto é, todos os personagens que constituem, na época, as figuras estatutárias da casa. O criado, a governanta, o preceptor, o tio, a tia, os primos, etc., é tudo isso que vai se interpor entre a

virtude dos pais e a inocência natural das crianças, e que vai introduzir a dimensão da perversidade” (2010, p. 212).

Além disso, os corpos, os gestos e as atitudes das crianças são colocados sob vigilância e se estabelece nova forma de relação entre pais e filhos. O objeto principal dessa vigilância é o corpo da criança que passa a ser valorizado economicamente. De um lado, a família conjugal garantiria a reprodução e, por outro lado, o cuidado com as crianças seria a certeza de uma população saudável, daí o medo em torno da sexualidade das crianças e o investimento no controle de seus corpos.

Mas aqui nos interessa, principalmente, a formulação de Foucault em torno da noção de “monstro”. Para o autor, a noção de monstro humano é uma categoria jurídica por violar não apenas as leis da sociedade, mas principalmente por violar as leis da natureza. O monstro humano estaria no registro “jurídico-biológico” por combinar o impossível e o proibido. Nas palavras de Foucault, “podemos dizer que o que faz a força e a capacidade de inquietação do monstro é que, ao mesmo tempo em que viola a lei, ele a deixa sem voz. Ele arma uma arapuca para a lei que está infringindo. No fundo, o que o monstro suscita, no mesmo momento em que, por sua existência, ele viola a lei, não é a resposta da lei, mas outra coisa bem diferente. Será a violência, será a vontade de supressão pura e simples, ou serão os cuidados médicos, ou será a piedade. [...] O monstro é uma infração que se coloca automaticamente fora da lei, e é esse um dos primeiros equívocos” (Foucault, 2010, p. 48). Paradoxalmente, é a noção de monstro que dará inteligibilidade e força à ideia de normalidade imposta pela lei. É importante reter essa interessante formulação de Foucault acerca da inteligibilidade da lei para alcançar o problema discutido nessa seção a partir do caso de Eugênio Chipkevitch.

Segundo Jorge Leite Jr. (2012), “o ‘monstro’ é, por excelência, a marca hiperbólica de algo fora da ordem, seja ela ‘natural’, ‘sobrenatural’ ou, no mínimo, fora dos ordenamentos conhecidos. Ele apresenta ‘outra ordem’ do real ou, muitas vezes, um sinal, um aviso enviado pelo universo mágico para alertar contra possíveis ‘desvios’. Constantemente, a monstrosidade é entendida como uma transgressão das leis estabelecidas, visando, através de sua presença, inspirar temores e dúvidas ou punir contra infrações”. E o autor ainda complementa: “antes de tudo, o monstro representa uma categoria de pensamento, uma tentativa inteligível de classificar e orientar condutas em relação àqueles seres e pessoas que a princípio escapam da inteligibilidade cultural do período” (Leite Jr., 2012, pp. 561-562).

O monstro, portanto, pode ser visto como grande paradoxo, porque interroga o sistema jurídico e o sistema médico, por transgredir simultaneamente as leis da natureza e as leis

jurídicas. Nesse sentido, o monstro humano e o desviante sexual se comunicam na medida em que o campo da anomalia é permeado pelo problema da sexualidade. E o que faz com que o pedófilo seja considerado um monstro humano não é somente o fato de ele violar um conjunto de leis recém-criadas – que visam manter as crianças afastadas dos perigos e dos predadores sexuais. É o distúrbio que causa às regularidades jurídicas e às normas morais que formam as representações da sociedade, que tende a olhar com repulsa para o pedófilo, cuja condição de monstrosidade é o seu próprio crime. A noção de monstrosidade, tal como empreendida nos dias de hoje, é uma via de acesso às formas de subjetivação da sociedade contemporânea no que se refere às condutas consideradas “normais”, pois a figura do monstro representa justamente uma forma de transgressão dessas normas.

No Brasil, o exemplo mais recente, e nacionalmente conhecido, de como a noção de monstrosidade pode ser utilizada para compreender a categoria de agressor sexual infantil foi, sem dúvida, o caso do médico Eugênio Chipkevitch, chamado de “médico monstro”.

Em 2002, o médico pediatra Eugênio Chipkevitch foi acusado de abusar sexualmente cerca de 40 crianças em seu consultório localizado num bairro de classe média alta em São Paulo. A história começou quando um técnico de uma empresa telefônica encontrou algumas fitas de vídeos jogadas numa caçamba de entulho ao lado do poste em que trabalhava. Acreditando na hipótese de que poderia reutilizar as fitas, o rapaz recolheu o material, levou para casa e, após assistir algumas cenas do que estava gravado, repassou as fitas a duas emissoras de televisão.

Na noite de 20 de março de 2002, uma das emissoras levou ao ar, em rede nacional, as primeiras imagens de Chipkevitch molestado sexualmente crianças que eram suas pacientes. As imagens exibidas mostravam o médico dopando e abusando sexualmente dos adolescentes. Os abusos começavam na maca como se fosse um exame clínico comum, com a aplicação de injeções, e em seguida os meninos, já inconscientes, eram despidos, acariciados e molestados.

No momento em que as gravações foram ao ar, a identidade do médico ainda era desconhecida, mas alguns pais e pacientes reconheceram o médico e na mesma noite procuraram a polícia para prestar queixa. Na manhã do dia seguinte, ao chegar à clínica, a secretária percebeu que a caixa postal do telefone estava cheia de recados e de ameaças dos pais que tinham visto o programa na noite anterior e telefonou ao médico para informá-lo o que havia acontecido.

Na mesma tarde, o médico foi preso em seu apartamento em São Paulo. Além dos vídeos entregues pelo técnico de telefonia às emissoras de televisão e à Polícia Civil, foram apreendidos em sua casa e consultórios computadores, arquivos digitais e a câmera utilizada

nas gravações. As 37 fitas de vídeo encontradas somavam mais de 15 horas de gravações e mostravam cenas de abusos sexuais cometidos contra cerca de 40 vítimas – todos meninos, com idade entre 8 e 17 anos.

O caso ganhou rapidamente grande repercussão na mídia, que passou a chamar o médico de monstro. A imprensa deu muita ênfase ao fato de Eugênio Chipkevitch ser um dos pediatras mais reconhecidos do país, formado em medicina pela Universidade de São Paulo em 1978, com residência no Hospital das Clínicas; membro da *Society for Research on Adolescence*, da *International Association for Adolescent Health*, da *American Academy of Pediatrics*; diretor do Serviço de Adolescentes do Hospital Infantil Darcy Vargas (SP); e do Instituto Paulista da Adolescência (IPA).

Os textos jornalísticos destacavam os diversos trabalhos publicados pelo médico e o fato de o nome dele ter sido mencionado pela Universidade de Cambridge, no ranking dos dois mil cientistas mais importantes do século XX, com direito a verbete na publicação *Who's Who in Science and Engineering* em 1998. As informações publicadas sobre o médico, especialmente nas revistas semanais, diziam que ele havia introduzido, no Brasil, a especialidade médica conhecida como hebiatria (tratamento de problemas relacionados à passagem da infância à puberdade) e atendia exclusivamente famílias de classe média alta, que pagavam valores altos pelas consultas. Ao longo de mais de duas décadas de exercício da profissão, o médico atendeu em torno de dois mil pacientes adolescentes.

No dia 25 de março de 2002, a revista *Época* publicou matéria sobre o caso com a manchete “O médico é o monstro” e ainda complementou: “respeitado, com currículo invejável e autoridade em adolescência, o pediatra Eugenio Chipkevitch abusava sexualmente de crianças”. Na edição de 27 de março de 2002 da revista *Veja*, o texto de conclusão da matéria sobre o caso é categórico: “Muitos deles [os pedófilos] vivem atormentados pelo sentimento de culpa. Não é o caso de Chipkevitch, que parece pertencer a outra categoria – a dos psicopatas. São pessoas desprovidas de senso moral, incapazes de distinguir o bem do mal, e que muitas vezes viram maníacos assassinos. O sintoma de quem padece dessa forma mais grave é o ritual de drogar as vítimas e gravar tudo em vídeo. Não há cura nesses casos. Alguns pedófilos conseguem resistir às tentações, a duras penas. Chipkevitch não parece ser desse tipo. Será para sempre um monstro”. E no dia 1º de abril de 2002, a revista *IstoÉ Gente* publicou como matéria de capa: “Eugênio Chipkevitch Doutor Vergonha”. A matéria com várias páginas trouxe principalmente depoimentos dos pais das vítimas e do Promotor de Justiça responsável pelo caso.

Por causa desse apelo popular, o processo tramitou rapidamente na Justiça e já estava definitivamente concluído em 2004. O médico foi condenado em primeira instância a uma pena de 124 anos de prisão em regime fechado, mais multa por crimes de atentado violento ao pudor com violência presumida, e teve o seu registro profissional cassado. E a pena ainda foi agravada justamente pelo fato de ser médico e de ter usado essa posição de confiança para cometer os crimes. Posteriormente, a pena foi reduzida para 114 anos. O médico cumpre a pena atualmente num presídio paulista.

Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 29 de março de 2003, o médico falou pela primeira e única vez sobre a condenação e as gravações em que aparece abusando sexualmente dos pacientes. Para o médico, se tratava de “pesquisas científicas sobre a sexualidade dos jovens”. Destacamos os principais trechos dessa longa entrevista que são extremamente interessantes, pois encontramos aí um médico condenado por prática de “atos libidinosos diversos da conjunção carnal” com crianças e adolescentes utilizando o próprio discurso médico para se defender. Algumas passagens são extremamente reveladoras. Vejamos:

Estado - O que o senhor diz sobre as acusações?

Eugênio Chipkevitch - Existe um fato, que são as fitas, onde há imagens que não podem ser negadas e elas existem. O que veio no momento seguinte ao que essas fitas foram parar numa emissora de TV foi a interpretação que aquelas imagens receberam na mídia, o que levou a um linchamento, a um assassinato moral da minha pessoa em questão de minutos, em cadeia nacional, me impossibilitou qualquer defesa que pudesse levar a público o significado dessas imagens.

Estado - Eu queria que o senhor respondesse diretamente sobre a acusação. O senhor sabe das imagens, algumas são bem claras, outras não são....

Chipkevitch - O que aparece em todas as fitas são gravações de procedimentos médicos, vários. Predominantemente, um deles que eu posso descrever: a aplicação de um relaxante muscular, cujo nome químico é Midasolan, nome comercial, Dormonide, e cujo objetivo era induzir a um relaxamento muscular necessário para o exame. Os pacientes eram exaustivamente informados. Cheguei a imprimir um folheto de orientação a respeito do problema de saúde que ensejava aquele exame. Eu te pediria até um exercício de imaginação: imagine que você não tenha a menor ideia de como se faz um exame ginecológico. Aí, sua namorada ou alguém que você conhece vai e você vê depois uma gravação do exame ginecológico feito. E junto com essa

gravação você tem uma pessoa interpretando, dizendo que acabaram de abusar daquela mulher. Olha, o médico apalpou durante cinco minutos o seio de maneira lasciva ou ele demorou com o dedo na vagina mais tempo que deveria. Isso é abuso sexual! Eu estou te dando esse exemplo que me ocorre agora para dizer de um exame, extremamente raro e extravagante que eu estava tentando estudar e padronizar no sentido de buscar uma solução para uma doença. Muitos médicos não conhecem esse procedimento, muito menos a mídia e muito menos a polícia. E quem interpretou as imagens em minutos foi, primeiro a mídia, em seguida o Ministério Público e a polícia. Fui transformado de cientista renomado internacionalmente em um monstro. Estado - O senhor está me dizendo que em nenhum momento praticou qualquer violência sexual?

Chipkevitch - Vamos entrar no mérito. Um dos procedimentos que eu gravava era um exame chamado termografia escrotal, uma medida de temperatura do escroto, um tipo de técnica que se propôs na década de 70 nos EUA para estudo de varicocele, um tipo de varizes no escroto, que surge na puberdade, a partir dos 13, 14, 15 anos, em cerca de 20% dos meninos, e continua pela vida adulta. A varicocele é a maior responsável pela esterilidade masculina. O grande dilema é: qual o momento ideal de operar a varicocele para prevenir a infertilidade? Sabe-se que na idade adulta é tarde. Metade dos casos não se recupera. Na adolescência, muitos médicos acham que é cedo e só 20% vão ficar estéreis. Mas como eu identifico os 20% que estão caminhando para a infertilidade? Esse era o enfoque. Percebi que induzindo o relaxamento eu tornava o exame mais confiável. Daí veio o Dormonide, não no sentido de induzir uma sedação, mas um relaxamento. Ele reduz a ansiedade, constrangimento, tudo isso. No decorrer da pesquisa, fui percebendo manifestações sobre a sexualidade desses meninos que eu interpretei como favorecidas pelo Dormonide. O medicamento, provavelmente, rebaixa a crítica, deixa o paciente mais à vontade, mais espontâneo. E eu fui percebendo algumas manifestações de sexualidade, porque o exame exige manipulação dos genitais. A partir daí, eu resolvi filmar para entrar no estudo da sexualidade.

Estado - Na fase policial e na Justiça o senhor se manteve calado. Não confessou, mas também não negou os crimes. Em algum momento dessa sua pesquisa ocorreram abusos sexuais?

Chipkevitch - Como te falei, é uma interpretação delicada. Na minha visão, não ocorreu abuso sexual. Posso admitir infrações éticas, no sentido de orientar o

paciente que ele seria submetido a um exame, o que significava aquele exame, para que ele servia. As pessoas que assistiram a algumas imagens, talvez um pouco mais fortes de manipulação de genitais, de manifestações próprias dos adolescentes, podem interpretar como abuso sexual, sim.

Estado - E não eram?

Chipkevitch - Eu não interpreto como. Era uma pesquisa, admito que extravagante. Admito ter cometido infrações éticas, que podem estar no código de ética médica, no sentido de não informar o paciente exatamente de tudo que vai ser feito, pedindo sua permissão. Os pais que ficavam na sala de espera estavam informados que seria aplicado um relaxante muscular que tem como efeito colateral uma sedação, lapsos de amnésia, que aquilo ia durar uma hora, uma hora e meia, e ele sairia meio zozinho. Não era informado que haveria uma filmagem. Essa é a infração que cometi. Admito que até pelo Estatuto da Criança e do Adolescente isso é um crime, mas o objetivo da filmagem não era pornográfico. Fazia parte de uma pesquisa da sexualidade dos adolescentes.

Estado - Não havia nenhum prazer do senhor em tocar nos adolescentes?

Chipkevitch - Não. Inclusive quem assistir às fitas com isenção não vai perceber, provavelmente, um gosto. É difícil, porque depende muito da interpretação da pessoa e de todo background que ela traz no momento em que vai assistir. O que a mídia fala, cenas chocantes... Se a mídia mostra uma cirurgia cardíaca, tem muita gente que sai da sala.

Estado - O senhor entende então que as pessoas se choquem com as imagens?

Chipkevitch - Algumas das cenas eu compreendo. Com certeza, compreendo.

Estado - Então, partindo desse princípio, como é que o senhor encara as acusações de ser um pedófilo?

Chipkevitch - Essencial essa pergunta. O que se entende pela palavra que você acabou de pronunciar, pedofilia? No Aurélio, no Houaiss, pedofilia é a atração sexual de um adulto por uma criança impúbere. (Ele mostra o livro) Se você for ler o DSM IV (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), a Bíblia da psiquiatria mundial, existe um capítulo aqui dentro que define cientificamente a pedofilia: prática ou desejos repetidos, recorrentes, durante mais de seis meses de um adulto por uma criança impúbere, entre parênteses, geralmente abaixo de 12 a 13 anos. Repito: eu não atendia crianças em meu consultório, com raras exceções, algumas clientes que insistiam em que atendesse alguém de 8, 9, 10 anos. Eu não sou

pedófilo, eu não sou pedófilo. Coisa que eu te confesso aqui e agora. Não sou pedófilo por uma definição científica do que é pedofilia. Eu não sou pedófilo, inclusive, porque todas as imagens gravadas, principalmente das 11 representações que tenho contra mim envolvendo as fitas, são de adolescentes acima de 14 anos.

Estado - O senhor é homossexual?

Chipkevitch - Quanto à minha sexualidade, posso lhe confessar que sou bissexual. Me descobri assim meio tarde, aos 27, 28 anos. Eu nunca tinha tido relação homossexual antes dessa idade. Tive namoradas, tive parceiras e desde essa idade me defino como bissexual. Uma das acusações contra mim é a de corrupção de menores, porque uma mãe me acusou. Disse que eu estaria me encontrando com o filho dela, de 17 anos e meio. Ele fez 18 anos, dois meses depois de eu ser preso. Era o rapaz com quem eu estava me encontrando há alguns meses, que eu conheci na internet. A idade de consentimento sexual na grande maioria dos países varia entre 15 e 16 anos. Admite-se que a maioria se inicia sexualmente nessa idade porque eles têm, e devem ter, liberdade de opção sexual nessa idade. Como aos 16 se admitiu que são maduros para votar, como aos 18 se abaixou a maioridade civil. No Brasil, você sai com um rapaz de 17 anos e meio, que te escolheu pra sair com você, que está no segundo ano da faculdade, que se define como homossexual, que te escreve cartas apaixonadas e a Justiça considera que você o corrompeu, o aliciou.

[...]

Estado - O senhor tinha ideia em que tudo aquilo contra o senhor se transformaria?

Chipkevitch - Eu mal conseguia raciocinar, quanto mais planejar uma fuga. Você é um sujeito respeitado, requisitado, procurado, idolatrado, com uma carreira respeitada, você criou uma clínica em evidência... Quantos crimes não comete o Estado para punir um? Que balança é usada? Não se constrói uma clínica do tamanho da minha como uma fachada para abusar de pessoas lá dentro. Em nenhum momento, ninguém pensou que ao fazer aquilo comigo, daquela forma, estavam me aniquilando e a mais milhares de pessoas.

Estado - Como assim?

Chipkevitch - Como é que não se leva em conta que, ao denegrir a imagem de um profissional daquela maneira monstruosa e vil, você não afeta a saúde mental de muita gente? Primeiro: pelo menos 15 pacientes adolescentes estavam no meio de uma psicoterapia no dia que fui preso. Um momento de terapia que tem o seu curso, em que o terapeuta é um modelo de identificação, é o suporte, às vezes é uma figura

tão importante quanto os pais. Adolescentes que te chamam, muitas vezes, de meu melhor amigo. (Começa a chorar e abaixa a cabeça). Eu vou me emocionar, quando falar do meu filho, como me emociono falando dessa gente toda que... que era como filho pra mim.

[...]

Estado - Se o senhor fosse solto, se sentiria seguro? Teria medo?

Chipkevitch - Com certeza teria medo. Olhei na capa da IstoÉ Gente incitação ao meu assassinato (o médico está processando a revista). A capa exibia a minha foto e ao lado a frase de um suposto pai: 'Eu não mataria com as próprias mãos, mas contrataria alguém para matar'. Ouvi um programa de TV a meu respeito, encerrando com uma entrevista de um transeunte com a pergunta: o que você faria com o Chipkevitch? Prisão perpétua para ele, respondeu a pessoa. Não há prisão perpétua no Brasil, disse o repórter. Cadeira elétrica então, ele completou. E a matéria encerra ali.

Estado - O senhor mostra uma profunda decepção com a Justiça. Ainda assim tem esperança de sair da prisão?

Chipkevitch - O princípio da Justiça diz o seguinte: quanto mais grave o crime, mais amplo o direito à defesa porque maior será a sentença. A minha sentença é histórica, insólita, inédita. Eu tinha a prova do meu crime, que são imagens e áudio e eu queria ter acesso a elas. Pedi que o áudio fosse transcrito e foi recusado. Pedi para assistir àquelas imagens com meus advogados, como eu estou te dando essa entrevista hoje, com privacidade e sigilo. Também pedi uma perícia nas fitas. As fitas não têm data, mas contêm um lote gravado lá dentro, que permitiria determinar datas aproximadas em que as filmagens foram feitas e me permitira dizer que os pacientes que dizem que foram filmados em 1994 não foram, porque essa fita é de 1997. Mas a alegação é que ia danificar as fitas. Elas valem mais do que meu destino. Meus advogados se negaram a entregar as alegações finais porque todos os pedidos para produzir provas foram negados. O juiz simplesmente destituiu meus advogados.

Estado - O que o senhor imagina ser uma sentença justa no seu caso?

Chipkevitch - Não sou juiz, não vou estipular uma sentença pra mim. 124 anos de cadeia corresponderia a um indivíduo que tenha assassinado culposamente 20 pessoas ou dolosamente 5 a 10, 124 anos é uma sentença de morte velada.

Estado - E a medicina? Ainda pensa em exercê-la?

Chipkevitch - Fui suspenso pelo CRM, com o qual - faço questão de falar - me decepcionei profundamente, no momento em que mais precisei dele. O CRM me propôs uma perícia, uma junta de psiquiatras para me examinar. Me neguei, não sou maluco para ser examinado. Eles resolveram por uma perícia indireta, que concluiu que eu sou de pedofilia. Um laudo espúrio, cientificamente inválido. Além disso, o CRM moveu um processo ético disciplinar. Pedi que me arrumassem um advogado dativo. Eles o fizeram. Ele apareceu no meu interrogatório com a defesa escrita e cochichou: 'o senhor se declara insano mental que é o que mais me interessa'. Não aceitei esse defensor. Sobre voltar a exercer, não tenho ideia. Meu futuro, neste momento, são 124 anos de cadeia.

Nessa entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Chipkevitch realiza uma espécie de escrita de si mesmo, ou seja, ele efetiva simultaneamente uma análise não somente dos fatos, mas de si mesmo como um sujeito dotado de saber e de sexualidade. Apesar do constrangimento da situação da entrevista, e ciente de que suas palavras seriam publicadas e interpretadas pelo público, o médico exerceu um movimento de seu pensamento no sentido de dar ordem àquela conduta que ele considerava normal, sobretudo da prática médica.

Na entrevista, Chipkevitch tentou realizar um exame de consciência, por meio do dispositivo da confissão, ao reconhecer sua falha ética ao ter gravado as sessões, mas também exalta certa redenção moral por causa de sua carreira notável como cientista. É interessante perceber em sua fala as tensões dos jogos de verdade que colocou, de um lado, o seu procedimento científico e, de outro, os discursos em torno de sua perversidade sexual e sua monstruosidade.

Para ele, não existem somente fatos e verdades, mas interpretações e perspectivas sobre seus procedimentos como médico. Apesar de todo seu esforço narrativo em procurar dar sentido e coerência aos seus atos, a figura monstruosa de Chipkevitch já estava construída pela imprensa e pelo sistema judiciário, dotado de poder normatizador.

Assim, além das matérias publicadas na imprensa e da extensa entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, encontramos informações sobre o caso Eugênio Chipkevitch no arquivo de jurisprudência do TJSP. O primeiro documento, disponibilizado em 15 de agosto de 2002, foi um pedido de *habeas corpus* negado para o médico, que ainda aguardava o julgamento em prisão preventiva. Em 30 de janeiro de 2003, outro pedido negado. Nesse segundo pedido, vale destacar o debate entre a defesa e a acusação, que se desdobrará em outras peças do processo.

Em primeiro lugar, a defesa enumera alguns passos importantes do processo e, inclusive, dos fatos mencionados por Chipkevitch durante a entrevista; em seguida, a acusação contra-argumenta todos os pontos enumerados e recorrer ao apelo popular do caso. Vejamos:

1.) a suspensão do curso da ação penal, uma vez que o processo se encontra remetido a alegações finais, com a defesa impedida de manifestar-se a respeito do mérito; 2.) que o magistrado negou a produção de prova que serve de estrutura primeira da atividade defensiva, ocorrendo cerceamento de defesa; 3.) que o 'habeas corpus' não previne a jurisdição e o presente deve ser distribuído livremente e não para a Sexta Câmara que julgou o pedido anterior; 4.) que o paciente exigiu do magistrado, e lhe foi negado o cumprimento dos dispositivos constitucionais asseguradores da plena e ampla defesa; 5.) que não foi permitido ao paciente: a) exibição das fitas, com respectiva filmadora, em local e de forma a que pudesse comunicar-se reservadamente com seus advogados; b) perícia completa nos filmes, assegurando-se as partes da integralidade dos mesmos; c) transcrição dos componentes audíveis, pois deve ter havido em todas, em muitas ou em algumas, diálogo entre o acusado e aqueles que se dizem vítimas; 6.) que a autoridade policial, durante o transcorrer do inquérito, negou fotografias aos defensores, deixou de numerar os autos, exibiu o paciente algemado e que os quesitos remetidos à perícia tinham formulação incompleta; 7.) que não houve condições de se saber a data aproximada da consecução das condutas descritas na denúncia; 8.) que é difícil afirmar, em tese, porque meios o paciente teria praticado a infração penal que lhe é atribuída; 9.) que, no caso, é preciso discutir-se infração por infração, caso por caso, fato por fato, descrição por descrição; 10.) que o magistrado negou todas as providências requeridas pela defesa, inclusive as reiteradas na fase do artigo 499, do Código de Processo Penal; 11.) que o procedimento deve ser invalidado a partir do interrogatório do paciente, procedendo-se, posteriormente, a prova pericial, reabertura da instrução com acareação entre mãe e filhos que prestaram depoimentos destoantes, revogando-se o decreto de prisão preventiva; 12.) que o paciente é médico respeitado, autor de obras citadas no mundo inteiro, tem domicílio fixo e não deve ser mantido no cárcere.

Após a acusação afastar a hipótese de mudança do curso da ação penal, o Defensor Público ainda diz:

A afirmação de que a defesa se encontra impossibilitada de se manifestar a respeito do mérito não encontra o mínimo amparo legal.

Consoante informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, apresentou o paciente defesa prévia.

As diligências requeridas pela defesa na fase do artigo 499 do Código de Processo Penal foram, judiciosamente, indeferidas pela autoridade impetrada. Ademais, como consta nas referidas informações, por acórdão unânime desta Colenda Sexta Câmara, ficou expressamente consignado que a defesa poderia solicitar cópias das fitas para consulta particular, às suas expensas.

Ao contrário do aduzido, o MM. Juiz não abriu qualquer túnel de escape.

Chega a ser pueril a afirmação de que o paciente não poderia desembolsar o dinheiro suficiente para a sua atividade por se encontrar ‘preso e desnutrido da possibilidade de trabalho’.

Os próprios impetrantes, quando pleiteiam a revogação da prisão preventiva decretada, reconhecem que o réu ‘tem currículo respeitadíssimo. E autor de obras citadas no mundo inteiro. Tem domicílio fixo’. Não foi por outra razão que contratou os serviços profissionais de 02 (dois) renomados criminalistas.

[...]

Na hipótese, o magistrado não considerou necessárias a produção das provas requeridas pela defesa e fundamentou o seu entendimento.

Como bem ressaltou o culto Procurador de Justiça oficiante, se as provas referentes às fitas de vídeo fossem feitas da maneira que pretende o impetrante, o risco de destruição seria imenso, o que seria inadmissível, uma vez que constituem comprovante essencial dos delitos. Mas não é só. Se as provas pudessem ser produzidas da forma como pretendem os impetrantes o processo levaria dezenas de anos para ser concluído.

[...]

Como se vê, nenhuma nulidade foi demonstrada pelos impetrantes que pudesse ocasionar a anulação da ação penal. Ademais, a prisão preventiva exige prova bastante do crime e indícios suficientes de autoria, o que existe, à saciedade, no caso dos autos.

E conclui:

O paciente está sendo acusado de crime que gera clamor público, que ocasionou abalo da opinião do povo em geral.

Em outro pedido de *habeas corpus*, em setembro de 2006, mais uma vez foi negada liberdade do médico com o argumento de que:

[...] ao réu são imputados crimes hediondos, praticados com abuso de crianças já debilitadas, que procuravam no ora paciente a cura para seus males. A periculosidade revelada impõe a custódia processual para garantia da ordem pública, pois a anormalidade de comportamento revela ausência de condições para o convívio em sociedade. E a defensoria conclui dizendo que: ao paciente resta compreender que está preso e foi condenado porque praticou crimes graves, não porque a mídia tornou pública a conduta. A imprensa cumpre seu importante papel de divulgar o que os jornalistas reputam relevante difundir, mas não lhe cabe e nem deseja influir na decisão do magistrado, que julga à luz dos fatos e da lei. A prisão do paciente, portanto, é fruto da só realização de justiça.

A mais recente investida da defesa em obter revisão da pena ocorreu em fevereiro de 2012, porque uma das vítimas desistiu da ação dizendo não se reconhecer nos vídeos. Porém, a pena permaneceu “íntegra e inabalável” sob a alegação de que as provas materiais eram inquestionáveis, apesar da declaração contrária posteriormente realizada pela vítima. Com isso, o voto de indeferimento dizia que:

A tese principal que embasa o pedido revisional reside no fato de que teria surgido prova nova.

A vítima A., que antes acusava o peticionário, afirmando que se identificava em fotos existentes nos autos, posteriormente no bojo de ação indenizatória, inovou dizendo o contrário, ou seja, que não se reconhecia nas fotos antes referidas.

Assim, as palavras da vítima, que em determinado momento justificaram a condenação, agora, alteradas, bastariam para demonstrar a inocência.

Todavia, a condenação do peticionário, no que concerne especificamente a A., não está apoiada exclusivamente no relato da suposta vítima.

A sentença e o acórdão apoiaram-se também em outros elementos do processo, com destaque para as palavras de Maria de Lourdes, mãe de A., que, em pelo menos dois momentos distintos - na fase extrajudicial e em juízo - identificou seu filho nas mesmas fotos e se reportou ao modo como agia Eugênio e ainda às condições em que A. deixava a sala de exames.

Encontram-se também no arquivo de jurisprudência do TJSP, os processos movidos por Eugênio Chipkevitch contra a imprensa por danos morais por tê-lo chamado de “médico monstro”. Todos os pedidos foram negados e julgados improcedentes sob a alegação de que os veículos de comunicação trataram exclusivamente de divulgar os fatos que ensejaram a prisão do réu. A defensoria fez questão de alegar que:

O título da reportagem nada mais é do que uma alusão à obra ‘O médico e o monstro’, escrita por Robert Louis Stevenson, um clássico da literatura que já ganhou diversas versões cinematográficas. Escrita no ano de 1886, narra a vida dupla de um habitante escocês, denominado William Brodie. De dia, um respeitado marceneiro, à noite, roubava as casas dos moradores da cidade. Referido título é utilizado, na medida em que a matéria narra a bem sucedida carreira de médico do autor, para após descrever parte do conteúdo das fitas e da prática de atos a ele imputada, que culminaram com seu encarceramento.

Num segundo pedido de indenização por danos morais, em 2009, a defensoria basicamente reproduziu o voto apresentado acima e fez algumas avaliações morais do tipo: *evidente que ninguém gosta de ser chamado de monstro, mas o que o apelante fez autoriza este adjetivo.* E ainda completou para concluir a decisão: *como a reportagem diz, há uma certa ‘ética’ entre os próprios presos, no sentido destes não tolerarem os companheiros acusados de crimes contra os costumes. No caso do apelante, a repulsa pelo que fez é tamanha que até mesmo entre os condenados e crimes contra os costumes há os que o ‘condenam’ ainda mais, pois ele não teria tido a ‘ética’ de praticar sua conduta apenas contra adultos, mas contra crianças e adolescentes sedados. Ora, quem faz algo que é considerado abjeto até mesmo pelos condenados por crimes considerados pelos outros*

condenados como inaceitáveis, não pode ter outra adjetivação que não monstro. Por fim, o médico ainda teve que pagar as despesas processuais e os honorários dos advogados.

Com tudo isso, pode-se dizer que o médico não foi apenas condenado por seu crime, mas por transgredir as condutas esperadas como normais, ou mesmo “naturais”, do exercício de sua profissão. A sua monstruosidade está justamente no rompimento desse padrão de normalidade esperada, na extravagância de como isso foi feito e, principalmente, na interpretação da Justiça e da sociedade sobre seus procedimentos.

Para além do aspecto de “monstro humano”, figuras como Eugênio Chipkevitch estão inscritas naquilo que Foucault (2006) denominou de “indivíduo perigoso”, cuja periculosidade é constituída a partir do encontro do aparelho judiciário com a psiquiatria, por estar na fronteira entre o crime e a loucura. Para Foucault, “o indivíduo, no qual loucura e criminalidade se associam e colocam o problema de suas relações, não é o homem da pequena desordem cotidiana, a pálida silhueta que se move nos confins da lei e da norma, mas sim o grande monstro. No século XIX, a psiquiatria do crime se inaugurou por uma patologia do monstruoso” (Foucault, 2006, p. 7). Isso significa dizer que é preciso criar monstros para que depois eles possam ser combatidos, interditados e, assim, a sociedade possa se sentir mais segura.

Os exemplos clássicos mais conhecidos na literatura do entrecruzamento entre a psiquiatria, o crime, a loucura, a sexualidade desviante e a justiça penal são os casos de Pierre Rivière, apresentado por Michel Foucault (1977), e de Febrônio Índio do Brasil, discutido por Peter Fry (1982). No primeiro exemplo, Foucault coordenou um grupo de trabalho coletivo responsável em reescrever o caso de um jovem de 20 anos de idade, chamado Jean Pierre Rivière que, em 1835, degolou sua mãe, sua irmã e seu irmão numa pequena comuna camponesa na França. Aparentemente, não se tratava de um “grande caso”, mas a publicação do dossiê nos *Annales d'hygiene publique et de médecine légale* em 1836 chamou atenção para o fato da utilização de conceitos psiquiátricos na justiça penal para condenar Rivière, que terminou por se suicidar na prisão.

O segundo exemplo é o caso de Febrônio Índio do Brasil, acusado de ser um assassino, um “louco moral”, nos anos 1930 no Brasil. Seu processo condenatório foi elaborado a partir da ligação entre sadismo, homossexualidade, profecia espiritual e insanidade para justificar a detenção do réu numa instituição psiquiátrica por 57 anos até a sua morte, aos 89 anos de idade. Febrônio foi o prisioneiro que mais tempo ficou encarcerado num hospital psiquiátrico no Brasil, por ser considerado um “louco criminoso”.

O caso de Eugênio Chipkevitch talvez seja um dos exemplos mais alegóricos da história recente do país em que foram confrontados os limites dos saberes presentes nas fronteiras entre o normal e a monstrosidade, o lícito e o ilícito, do impossível e do proibido, e da força do dispositivo da confissão como constituição da verdade do sujeito. Durante a apresentação desse caso, chamou atenção a referência que um Defensor Público fez da obra *O médico e o monstro*, de Robert Louis Stevenson, para justificar o seu voto numa ação por danos morais que Chipkevitch moveu contra os veículos de comunicação que chamaram o médico de monstro. De fato, o personagem Eugênio Chipkevitch é tão complexo e misterioso que nem autores como Agatha Christie, Edgar Allan Poe, ou mesmo Rubem Fonseca, seriam capazes de criar uma história assim com tantos meandros. O médico Chipkevitch não apenas infringiu as diversas leis e códigos de conduta, como simplesmente deixou a própria lei sem voz, cuja resposta foi uma condenação a 124 anos de prisão em regime fechado.

A monstrosidade de um indivíduo, portanto, não está somente no ato, mas naquilo que a sociedade consegue tolerar (ou não); nas barreiras entre a natureza e a cultura; entre o humano e o animal; e, por que não dizer, nas fronteiras entre o universo dos adultos e o das crianças. O monstro não é necessariamente um criminoso ou um doente, mas alguém que rompe com as normas estabelecidas pela sociedade e ultrapassa os limites suportados. A monstrosidade pode ser considerada categoria estética, porque é capaz de provocar medo, espanto e nojo nas pessoas, ou seja, trata-se de fenômeno de desarmonia do gosto e do desejo.

Nesse sentido, pode-se dizer que o pedófilo viola um contrato tácito da sociedade contemporânea, pois ter desejos e fantasias sexuais por crianças não é necessariamente uma doença ou um crime. É uma forma de monstrosidade. De acordo com as leis vigentes, o crime sexual contra a criança se configura nas relações sexuais com menores abaixo da idade mínima de consentimento, e também na produção de pornografia ou no consumo de material pornográfico infantil, não no desejo. Entretanto, na prática o que se aplica, conforme a apresentação do caso do médico Eugênio Chipkevitch demonstrou, é a criminalização dos desejos sexuais dissidentes.

SUBJETIVAÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO DO DESEJO

A principal ambiguidade do objeto desta tese é justamente o fato de a pedofilia não ser crime e, ao mesmo tempo, estar prescrita na literatura psiquiátrica como parafilia, transtorno, ou perversão sexual, e não poder ser considerada doença. Criminalizar a pedofilia é

criminalizar algo que está no âmbito do desejo. Um crime, seja ele qual for, não está na potência, mas no ato. A pedofilia é elemento volitivo, que pode ser importante para caracterizar o dolo, mas ainda assim está no domínio da vontade, do desejo que pode ou não ser concretizado.

Desse modo, o chamado processo de criminalização da pedofilia no Brasil – subtítulo desta tese – é cercado de paradoxos. É por essa razão que se adotou, em primeiro lugar, uma postura crítica para desempenhar a pesquisa genealógica das narrativas sobre a pedofilia; e, em segundo lugar, a criminalização não foi tomada aqui como fato em si, mas como processo enredado em múltiplas problematizações.

A antropóloga Laura Lowenkron (2012) percebeu bem a intenção da CPI da Pedofilia no Senado, sobretudo de seu presidente, na intenção de tipificar a categoria pedofilia como crime. Segundo a autora, “vale lembrar que, apesar de a CPI da Pedofilia ter sido criada com a finalidade de apurar crimes de pedofilia, não existe o tipo penal ‘pedofilia’ no Brasil. Muito embora o Senador Magno Malta tenha manifestado diversas vezes o desejo de tipificá-la, a proposta gerou muitas controvérsias internas ao grupo de assessores técnicos da comissão e o termo não foi incorporado na versão final de nenhum projeto de lei. Desse modo, é importante esclarecer que a categoria ‘pedofilia’ aparece na CPI como um *termo guarda-chuva* para se referir a um conjunto de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, em especial, àqueles relacionados à disseminação de imagens de ‘pornografia infantil’ na rede mundial de computadores” (Lowenkron, 2012, p. 97 – grifo nosso).

De fato, apesar de todos os esforços de alguns políticos e juristas, a categoria pedofilia não foi utilizada nos dispositivos legais para caracterizar o crime de abuso sexual infantil ou a pornografia infantil. No entanto, o que a autora não percebeu foi o fato de que, independentemente da letra fria da lei, a categoria pedofilia está aí operando vivamente nas decisões penais e nas narrativas jurídicas e científicas sobre o abuso sexual infantil, conforme vimos na exaustiva descrição dos processos penais apresentada no capítulo III desta tese e também em outros casos discutidos.

Certamente, após os trabalhos da CPI no Senado, a noção de pedofilia não foi tipificada como crime previsto em lei, mas também não pode ser vista como um “termo guarda-chuva” para descrever diversas formas de abusos sexuais infantis. Tal como é pensada atualmente, a categoria pedofilia é utilizada como balizador de controle das condutas individuais e dos riscos representados pelos desejos sexuais dissidentes – e suas virtualidades – nas mais diferentes esferas de poder: médica, jurídica, política, religiosa.

O saber psiquiátrico, em alguns momentos, entra em choque com a lei porque a pedofilia propriamente dita refere-se ao interesse sexual de adultos por crianças, ou por adolescentes pré-púberes, e isso não caracteriza necessariamente um crime específico. No geral, a psiquiatria entende a pedofilia como uma condição, um conjunto de interesses e de obsessões – ou um “transtorno pedofílico”, para usar a linguagem do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) –, o que não resulta em violar qualquer lei, porque não conduz necessariamente a qualquer tipo de ação criminosa. Na linguagem médica e científica, as relações sexuais com crianças pré-púberes podem ser consideradas um *malum in se* contrário à natureza, mas o desejo em si não é um crime. O ato criminoso está na violação da lei do consentimento.

Maria Filomena Gregori (2010), com base num artigo de Sergio Adorno⁴¹, faz interessante distinção entre crime e violência, para pensar os limites da sexualidade. Para a autora, “crime implica a tipificação de abusos, a definição das circunstâncias envolvidas nos conflitos e a resolução, destes, em âmbito jurídico. Violência, termo aberto aos contenciosos teóricos e às disputas de significado, implica o reconhecimento social (não apenas legal) de que certos atos constituem abuso, o que exige decifrar dinâmicas conflitivas que, menos do que compostas por comportamentos tomados individualmente, supõem processos interativos atravessados por posições desiguais de poder, entre os envolvidos” (Gregori, 2010, p. 27). Isso significa dizer que a pedofilia até pode não ser um crime previsto em lei, mas a violência sexual infantil – entendida como pedofilia – estabelece vínculos entre sujeitos, objetos e o controle da população, por meio das mais diversas estratégias de poder que tipificam as condutas desviantes.

Num país com vocação para o linchamento moral (vide o caso da *Escola Base* apresentado no capítulo anterior), o pedófilo inegavelmente oferece terreno fértil para o desenvolvimento de tecnologias de controle social que as diversas formas de violências evocam. A pedofilia não é apenas um crime ou uma doença; e também não pode ser reduzida a uma única causa com solução simples na esfera policial ou jurídica.

Porém, os “mitos”, as generalizações e os estereótipos formados por diversos agentes e áreas do conhecimento, ampliados pelos meios de comunicação e absorvidos pelo senso comum, são mais fáceis de entender e de aceitar, além de serem mais satisfatórios de combater, do que a realidade dos fatos. Exemplo disso são os cartazes utilizados pela

⁴¹ A autora se refere ao artigo “Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo”. *Novos Estudos*. CEBRAP. n. 43, pp. 45-63, novembro 1995.

prefeitura de São Paulo no *Jornal do Ônibus* na campanha “Pedofilia é Crime”, iniciada em 2009 e reproduzida nos anos seguintes, conforme podemos observar nos cartazes abaixo.

Tais campanhas morais são entendidas como verdadeiro desserviço às pessoas que sofrem desse tipo de transtorno que, em vez de buscarem ajuda, tendem a permanecer em silêncio. A lei, de fato, não caracteriza a pedofilia como crime, mas a sociedade, com o aval do Estado e fortemente influenciada pela mídia, não entende dessa maneira.

Fonte: Jornal do Ônibus - SPTTrans, campanhas de 2009, 2010, 2011 e 2012.

Pode-se dizer que a pedofilia não é crime, mas também não é um “termo guarda-chuva” para explicar toda sorte de abuso sexual infantil. A pedofilia deve ser entendida como um mote genealógico da sexualidade contemporânea e das sanções legais punitivas das condutas sexuais dissidentes. Isso nos faz pensar novamente em Michel Foucault que sempre afirmou, em diversos momentos, que sua preocupação nunca foi a questão do poder em si, mas a questão do sujeito. É neste ponto que se insere a discussão acerca do biopoder, que atua politicamente sobre o corpo e sobre a população. E engendra dispositivos e tecnologias que conduzem ao processo de subjetivação. Segundo Foucault, entre os séculos XVII e XVIII

houve no mundo Ocidental um deslocamento no que diz respeito às tecnologias de poder. Esta mudança se referiu à passagem do direito de morte exercido pelo soberano, que tinha o direito de matar ou deixar viver, para o direito de viver, que caracterizou a época clássica com repercussões até os dias atuais.

As principais mudanças operadas partiram dos suplícios medievais em direção aos dispositivos disciplinares das sociedades burguesas. O suplício era manifestação pública de punição e representava o desejo do soberano: era a forma pela qual o rei reforçava simbolicamente seu poder na ostentação dos corpos dos condenados. No final do século XVIII e início do XIX, a “reforma humanista” atacou o excesso de rigor nas punições. Apoiados na ideia de que a sociedade era constituída por indivíduos que se reúnem através do contrato social, os reformadores do século XVIII tiraram do corpo o alvo principal da repressão e a punição passou do desejo do soberano para algo inscrito juridicamente em leis.

A punição tornou-se, então, parte velada do processo penal: “deixa o campo de percepção quase diária e entra no da consciência abstrata” (Foucault, 1987, p. 12). A principal mudança ocorrida no final do século XVIII tendeu ao poder de gestão sobre a vida. O confisco dos corpos já não era mais o foco central do poder, mas sim o controle, a vigilância, a organização da força fabril e a normatização da vida, ou seja, o direito sobre o corpo individual passou a ser o direito sobre o corpo social. O poder não era mais o de matar, mas o de deixar viver; o investimento agora se daria no corpo vivo, sadio e normatizado.

Esse movimento é mais bem explicado nas palavras de Foucault na *aula de 17 de março de 1976*, do curso *Em defesa da sociedade*: “depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie” (Foucault, 1999, p. 289).

Mais do que poder circunscrito, o poder disciplinar é entendido como técnica, rede que atravessa e perpassa diversos espaços, cujo foco é o esquadramento e a vigilância permanente do indivíduo. Nesse sentido, não se trata necessariamente de um poder massificante. Pelo contrário, pode-se dizer que o poder disciplinar está centrado no corpo individual: no adestramento, na ampliação da força, na docilidade e utilidade desse corpo: trata-se de um poder anátomo-político.

O biopoder, por sua vez, não anula a disciplina (ou a supera), mas o enfoque está no controle da vida e em sua multiplicidade. O biopoder centrou-se no corpo-espécie e nos processos biológicos: nascimento, mortalidade, longevidade. É um poder exercido por meio

de intervenções e controles reguladores. Uma biopolítica de controle da população. Trata-se de um conjunto de disposições e de técnicas historicamente criadas para controlar os sujeitos e instituir os lugares socialmente marcados para os gêneros e as identidades sexuais. Nas palavras de Foucault, “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Foucault, 1988, p. 131). Ou seja, trata-se de uma grande tecnologia de duas faces: anatômica e biológica.

Pode-se dizer que a disciplina está para o indivíduo assim como o biopoder está para a população. Mas é importante frisar que o poder disciplinar e o biopoder não são excludentes. A tecnologia do biopoder não opera somente no corpo individual, mas no “corpo-molar da população” (Maia, 1995, p. 97). Os principais instrumentos e mecanismos dessa tecnologia biopolítica são: o controle da sexualidade, a saúde pública, a habitação, os índices de crescimento demográfico, o fluxo migratório, a ocorrência de epidemias e todo tipo de medição e mensuração que permite sujeitar os corpos, controlar e intervir na vida das populações. Dessa forma, o poder disciplinar e o biopoder se integram num controle/gestão mais efetivo dos corpos e atuam sobre a vida da sociedade como um todo.

O biopoder incide sobre a população, que não é apenas vista como um conjunto de sujeitos de direito, mas como um “conjunto de elementos que de um lado se aproxima do regime geral dos seres vivos (a população depende então da espécie ‘humana’: noção nova à época, distinta da noção de ‘gênero humano’) e de outro, pode dar lugar às intervenções concentradas (por intermédio das leis, mas também das mudanças de atitude, da maneira de fazer e de viver que podem ser obtidas pelas ‘campanhas’)” (Foucault *apud* Maia, 1995, pp. 98-99, nota 11). Nessa nota de rodapé do artigo de Antônio C. Maia, o autor cita o trecho de um texto de Foucault ainda não traduzido para o português e que é bastante esclarecedor. Nessa citação, encontra-se uma passagem que explica bem a relação entre a sociedade e a noção de biopoder: a questão da gestão calculista da vida que se dá por meio de *mudanças de atitude* e de *campanhas públicas*. Segundo Foucault, “a atuação do poder se dá de formas muito mais sutis, não se exercendo basicamente em aspectos negativos [...] o poder tem um aspecto produtivo fundamentalmente” (Foucault *apud* Maia, 1995, p. 90). O biopoder atua nas instituições da sociedade e é exercido através de dispositivos que envolvem o nível discursivo e o extradiscursivo, trata-se de um poder que produz saberes, ideias, conduz almas, cria identidades e subjetividades.

O biopoder está ligado à proliferação de “saberes e tecnologias políticas sobre os corpos implicados tanto como indivíduos quanto como integrantes de um conjunto

populacional” (Martins, 2006, p. 179). O biopoder opera na população com suas leis e regularidades. Isso significa dizer que numa simples campanha publicitária promovida pelo poder público podem estar vinculados diversos saberes-poderes que operam sobre a sociedade. As mensagens vinculadas nessas campanhas contribuem para a divulgação de saberes-poderes médicos e jurídicos; essas mensagens estão no registro da norma e da regulamentação.

Vale lembrar, conforme disse Carlos José Martins (2006), que a primeira missão do médico e, também a do jurista, é política. Os saberes da medicina e da justiça buscam regulamentar as relações físicas e morais dos indivíduos e da sociedade. Para exercer tal poder, a medicina e a justiça necessitam criar mecanismos mais sutis e racionais de controle. Para Foucault, “a medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e reguladores” (Foucault, 1999, p. 302). E, em relação ao objeto aqui estudado, a pedofilia, os saberes médico e jurídico têm a dupla tarefa de definir a verdade do desejo e a realidade do crime.

Esses saberes entram em funcionamento a partir de campanhas e estão no registro da formulação da *norma*. A norma, para Foucault, é consequência do biopoder; trata-se de elemento que circulará entre a disciplina e a regulamentação, entre o corpo e a população, que controlará a ordem disciplinar e os acontecimentos aleatórios da biologia e do direito. Para ele, “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (Foucault, 1999, p. 302).

Numa sociedade normatizadora, as tecnologias de poder estão centradas na vida individual e coletiva; e as operações políticas se dão em torno das regulamentações. De acordo com Marcio Alves da Fonseca, “porque constituído pela norma, e, portanto, impedido de ser ético, é que o indivíduo moderno é sujeito. Sujeito de uma identidade que entende como própria e que é o resultado dos mecanismos de objetivação e de subjetivação do poder normalizador (Fonseca, 2011, p. 140). Assim como o investimento no corpo está mergulhado num campo político, o investimento no biológico, segundo Foucault, tem seus reflexos políticos porque a vida tornou-se a réplica política de todos esses novos procedimentos de poder reproduzidos nas últimas décadas. Nas palavras de Foucault, esses procedimentos não estarão “mais somente às voltas com sujeitos de direito sobre os quais seu último acesso é a morte, porém com seres vivos, e o império que poderá exercer sobre eles deverá situar-se no nível da própria vida; é o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que lhe dará acesso ao corpo” (Foucault, 1988, p. 134).

Dessa forma, analisar as iniciativas de campanhas publicitárias, como a “Pedofilia é Crime” do *Jornal do Ônibus*, e de outras ações à luz da noção de biopoder é descrever as táticas e os mecanismos empregados pelos órgãos políticos, que se dão por meio das estratégias dessa rede de relações de poder, que buscam inserir a sexualidade contemporânea num sistema de utilidade regulada e fazê-la funcionar de acordo com as normas estabelecidas. Há nessas estratégias uma carga de controle que é inerente ao biopoder, cujo discurso é extremamente didático.

Entender as sexualidades, nos dias de hoje, não é interpretar os desejos e as fantasias. É interpretar as práticas discursivas que articulam diferentes saberes e poderes. Quais são os jogos de verdade que levam o ser humano a se reconhecer como sujeito de desejo? Quais são os jogos de verdade que fazem o indivíduo se perceber como doente, louco ou criminoso?

Em *A vontade de saber* (1988), Foucault esclarece que “os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeitos do poder, e também obstáculo, escore, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. [...] Ora o aparecimento no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e ‘hermafroditismo psíquico’ permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de ‘perversidade’; mas também possibilitou a continuação de um discurso de ‘reação’: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, e reivindicar sua legitimidade ou sua ‘naturalidade’ e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas” (Foucault, 1988, pp. 96-97).

No geral, as representações sociais vernáculas em torno do agressor sexual infantil entendem essa figura como alguém estranho, senil, insano, doente mental, viciado em álcool ou drogas, sexualmente frustrado, impotente e entediado, à procura de novas emoções. Essas representações ocorrem num universo social e político em disputa com importantes grupos interessados em inserir a sexualidade num sistema de utilidade regulada para fazê-la funcionar de acordo com as normas estabelecidas. Os estereótipos mais comumente formados pelo senso comum são variados e tendem a marginalização dos grupos dissidentes: vão desde um

homossexual à procura de meninos e garotos pré-púberes ao heterossexual interessado em meninas ou garotinhas. Talvez a história mais insidiosa seja a do agressor como vítima de uma criança provocativa e sedutora. Nesse caso, a vítima é responsável por sua própria agressão. E o perpetrador de fato não é devidamente responsabilizado por seu comportamento. Em muitos casos, ele é visto como um monstro sexual e brutal; às vezes, uma pessoa sexualmente inexperiente, passiva e tímida. Em alguns momentos, é supersexualizado; em outros, subsexualizado. Há algumas análises simplistas e contraditórias que tendem a fazer do agressor uma pessoa diferente das pessoas comuns. A mesma ideia é oferecida por profissionais (psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, médicos, assistentes sociais, sociólogos, policiais, jornalistas, advogados e juízes) que veem os abusadores infantis em termos de uma sexualidade proibitiva e repressiva.

Essas e outras ideias equivocadamente rotulam essas pessoas como sexualmente desviantes. Presta-se mais atenção às sanções sociais do que ao comportamento em si mesmo. Ou pior: os agressores sexuais infantis são vistos como produto de uma sociedade imoral e sexualmente permissiva, com leis frouxas que estimulam e encorajam as pessoas a consumirem pornografia, prostituição, drogas, bebidas e sexo fora do casamento. Algumas pessoas veem esse tipo de comportamento como reflexo de pobreza, de pouca educação e de pessoas com pouca envergadura moral e mental. Outras atribuem esse comportamento a uma atitude de personalidade criminosa. E ainda outros, sobretudo quando o agressor é um adolescente, entendem esse comportamento como típico da falta de maturidade adulta e masculina, como algo experimental e fruto de delinquência juvenil. Mas o estereótipo de que o pedófilo é um doente mental é equivocado; de que é um insano e psicótico é igualmente incorreto; e a crença de que é um homossexual reprimido também não tem qualquer suporte empírico, teórico, muito menos ético.

Os modos de subjetivação têm consequências concretas na vida das pessoas e fazem parte das lutas para dirigir, controlar e criminalizar o desejo. A teoria clássica do desejo, de inspirações psicanalíticas, procurava reconhecer no desejo a verdade do sujeito. Em *A verdade e as formas jurídicas* (1996), Foucault diz que a verdade é formada em vários lugares e produz subjetividades, objetos e saberes. Para o autor, as condições políticas e econômicas da existência não são um véu que oculta o sujeito do conhecimento. Ao contrário, trata-se de um meio pelo qual se formam os sujeitos de conhecimento histórico, a partir das práticas médicas e jurídicas, que produzem as verdades que circulam em nossa sociedade e formam novas subjetividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando as palavras “sexo” e “criança” são usadas em conjunto numa mesma frase, como nas narrativas sobre a pedofilia apresentadas nesta tese, elas podem provocar nas pessoas, num primeiro instante, reações de negação e de repulsa. Tais reações são confirmadas pelos discursos médicos e científicos, preocupados em apontar os danos causados às crianças pelo contato sexual com adultos. Na mesma medida, temos a emergência de saberes jurídicos correspondentes às ações políticas desencadeadas pelas agitações sociais, que visam controlar as condutas sexuais dissidentes. A tarefa desta tese consistiu em problematizar as maneiras específicas de sujeições, engendradas no interior da sociedade brasileira contemporânea, a partir dos jogos de verdade e dos efeitos de poder, que emergiram no debate público sobre a violência sexual infantil nas últimas duas décadas.

Inicialmente, antes de entrar na discussão central da tese, deu-se um passo atrás, a fim de problematizar os diversos significados conceituais da relação sexual entre adultos e crianças, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, para em seguida, apresentar algumas reflexões presentes praticamente em todo o debate contemporâneo sobre a pedofilia no Brasil, e em outros países. Quais sejam: as concepções de infância e de abuso sexual infantil; a problemática da sexualidade infantil; as primeiras definições médico-legais em torno da categoria pedofilia; a naturalização das categorias de inocência e de pureza como se as crianças fossem seres assexuados; e, por fim, a questão do consentimento como noção balizadora da ética sexual. A ideia principal foi, justamente, apresentar as dificuldades conceituais e os diferentes contextos históricos e sociais – e também culturais – nos quais as noções de criança, de infância e de abuso sexual infantil foram gestadas.

Em seguida, houve um mergulho no cenário das representações norte-americanas, especialmente do Canadá e dos Estados Unidos, com a apresentação de textos, de manuais de intervenções e de programas de ações nas áreas da saúde e da justiça, que buscavam cercar a questão da pedofilia de todos os lados, a partir de diagnósticos e métodos de avaliação de possíveis características específicas dos sujeitos pedófilos. A partir da análise dessa literatura internacional, sobretudo a norte-americana, foi possível perceber que a emergência dessa discussão ocorreu pelo menos duas décadas antes do debate realizado no Brasil. Para além da diferença temporal, a questão que mais chamou atenção foram as afinidades de conteúdo moral e prescritivo apresentadas nos mais variados textos e manuais. E, além das afinidades prescritivas, há também certa precedência lógica acerca das preocupações em torno da conduta sexual do adulto envolvendo crianças, que não se trata apenas de condenação tida

como universal, mas de mudança operada no interior da sociedade contemporânea que tornou a sexualidade uma problemática moral.

Os textos chamados científicos mobilizados aqui, tanto os nacionais quanto os internacionais, não visavam apenas sistematizar ou problematizar a sexualidade do ponto de vista de sua diversidade. Eles representam, em sua maioria, narrativas de organização da sexualidade no registro normativo. Por isso, houve esforço em vascular os cantos e contracantos desses textos científicos como “documentos arqueológicos” dos tratamentos clínicos propostos, das leis, dos discursos jurídicos e dos enunciados de verdade que se confrontaram ao longo dos cinco capítulos da tese. Com isso, foi possível perceber que boa parte dos pesquisadores brasileiros procurou encontrar soluções clínicas e terapêuticas inspiradas nas técnicas já utilizadas em outros lugares. Percebe-se que o mesmo recurso de originalidade da cópia foi reproduzido pelos juristas e pelos legisladores nas soluções jurídicas e penais para o problema.

A partir da análise dos discursos médicos e jurídicos em torno da pedofilia tivemos em mente algumas questões iniciais que conduziram a pesquisa: por que uma prática entendida como doença, ou desvio de conduta sexual, passou a ser classificada e tipificada como crime? Como esses discursos se transformaram e se relacionaram entre si? Por que os saberes médicos e judiciários incidiram ao mesmo tempo sobre o corpo do indivíduo e da população com efeitos disciplinares e reguladores?

Foi na tentativa de responder a essas e outras questões que se traçou um empreendimento arqueo-genealógico contemplando a relação entre os discursos e os saberes em campos do conhecimento aparentemente distintos. Essas questões propostas aludiam a um debate sobre a constituição de saberes, que incidiram sobre a construção da pedofilia como um problema médico-psiquiátrico e jurídico-penal investigado como problema de natureza sociológica das representações da sexualidade.

Por tudo que foi visto nesta tese, não é possível afirmar que a pedofilia seja, em sua totalidade, sinônimo de violência sexual contra a criança, embora os termos sejam usados de modo indiscriminado e intercambiável em quase todos os domínios do saber. Os diversos textos apresentados aqui demonstraram que muitos pedófilos nunca violentaram sexualmente uma criança; e que muitos agressores sexuais infantis não podem ser considerados pedófilos, por não se enquadrarem na definição psiquiátrica da categoria.

Segundo a literatura consultada, ser pedófilo não é crime, embora ter contato sexual com crianças menores de 16 anos seja ilegal no Brasil e em vários países do mundo, com algumas variações. E, caso ocorra algum contato sexual entre adultos e crianças, o crime já

está previsto no Código Penal Brasileiro, no artigo 213, que é o crime de estupro, ou mesmo no artigo 217-A, que trata de “estupro de vulnerável”, definido como ato libidinoso com menor de catorze anos. Então, onde estaria o problema?

Conforme foi dito no início da tese, existem certas noções organizadoras de normas sociais, que dirigem as condutas dos adultos em relação às crianças, como vulnerabilidade, tutela e a ideia de que a infância deva ser um período livre de riscos e de perigos, que contribuem para a manutenção da lógica assimétrica entre adultos e crianças. Essas noções organizadoras são disseminadas pelas tribunas políticas e pela mídia, que é o principal provedor de conteúdo moral para a população em geral.

Não resta dúvida de que a mídia é uma grande propagadora das narrativas sobre a sexualidade nos dias de hoje. De certo modo, essa propagação acaba alimentando o senso comum, que tende a circunscrever a pedofilia ao homem adulto, que deveria obrigatoriamente preservar a sexualidade nos padrões normativos. E, uma vez que haja qualquer tipo de ameaça de transgressão a essas normas, surtos de pânico moral são desencadeados.

Pode-se dizer que vivemos um período em que a criança demanda cada vez mais cuidados especializados, proteção e tutela, enfim, de muita atenção. No entanto, ao mesmo tempo em que é foco de atenção, têm sido recorrentes as denúncias de abusos sexuais contra crianças. Tudo isso gerou intenso debate público do qual participam diversas instâncias de proliferações discursivas, que incluem conversas cotidianas, rumores, mídia impressa e eletrônica com seus *faits divers*, a reiterada narrativa cotidiana do monstro, que opõem concepções ditas científicas (de verdade), jurídicas (de direitos) e assistenciais (de cuidados e tutela). Desse modo, a criança, na sociedade contemporânea, se tornou foco de atenção no sentido foucaultiano de “problematização”: um objeto do pensamento que confronta os problemas de nossa sociedade.

As novas possibilidades de compartilhamento propiciadas pela internet tornaram a pedofilia mais visível e difícil de ser controlada. Nesse ambiente virtual, a sexualidade é super exposta e, ao mesmo tempo, silenciada. Daí a dificuldade de caracterizar o que ocorre na rede mundial de computadores. Segundo Adriana Piscitelli, a análise desses espaços virtuais “contribui para perceber aspectos relevantes nas configurações da sexualidade em diferentes cenários. Um desses aspectos é a íntima vinculação entre convenções de erotismo e mercado de consumo. Outro é a indiscutível importância adquirida pela web na disseminação dessas convenções, amplificando a circulação de informações e as interações relacionadas com diferentes estilos de erotismo e também como instrumento pedagógico” (Piscitelli, 2009, p. 11). Ainda segundo a autora, “a web aparece como uma mídia central no processo de dotar de

legitimidade estilos de sexualidade estigmatizados” (Piscitelli, 2009, p. 12). Simultaneamente, a internet tornou-se o meio de maior temor por parte dos aparatos policiais e judiciários, justamente por possibilitar a articulação de diversos grupos de sexualidades dissidentes e de propiciar a difusão da pornografia infantil.

Num segundo momento da tese, surgiu a figura do pedófilo como alguém caracterizado para além de um criminoso ou de um doente mental, mas como um campo privilegiado do saber. Ao mesmo tempo, o pedófilo despontou na paisagem social como sujeito que causa choque perceptivo na sociedade contemporânea. Mesmo não sendo doente, nem criminoso, os discursos institucionais dizem que o pedófilo causa abalo no gabarito de inteligibilidade da sexualidade contemporânea. Assim, de acordo com os discursos apresentados, esse sujeito não pode ser entendido como possuidor de sexualidade dissidente, porque não possui reconhecimento e nem legitimidade de seu desejo.

Pelo contrário, o pedófilo deve ser administrado e vigiado por todos, mesmo se for invisível, por meio de estratégias do poder disciplinar e do biopoder. De acordo com os enunciados morais das cruzadas antipedofilia, era preciso controlar o estilo de vida do pedófilo para afastar qualquer possibilidade de exercício de uma sexualidade considerada ilegítima. E mais, nas palavras de Marcio Alves da Fonseca: “o conjunto das sexualidades múltiplas, surgidas com o discurso médico sobre o sexo, deve ser entendido como correlato de procedimentos de poder, que agem sobre os corpos e seus prazeres, de modo a incitá-los e examiná-los e nunca a prescrever interdições” (Fonseca, 2011, p. 85).

Talvez um dos primeiros equívocos da maior parte das discussões acerca do abuso sexual infantil, locais e exóticas, esteja no excessivo valor atribuído à dimensão do ato sexual (penetração) e à genitália. Ao longo da tese, foi possível perceber que os discursos dos médicos e dos operadores do direito reduzem a discussão ao plano da biologia e da fisiologia, como construções sociais naturalizadas, e às provas materiais corpóreas, e desprezam totalmente a dimensão do desejo e do prazer.

As representações simbólicas e fantasiosas do poder fálico parecem ainda ter alguma ressonância nas representações sociais da sexualidade como significado da dominação masculina. O problema talvez esteja na ideia de que a sexualidade é representada exclusivamente pela genitália. É interessante perceber, por exemplo, que as mulheres não aparecem na categoria “agressores sexuais”. As pesquisas apresentadas afirmam que menos de 5% dos agressores sexuais infantis são mulheres, e que o número de reincidência é ainda

menor, abaixo dos 3%⁴². De fato, o saber psiquiátrico praticamente traça um perfil do pedófilo e esse rótulo é reproduzido indefinidamente: homem adulto, desconhecido, louco e moralmente desqualificado.

Não se sabe ao certo a razão para a ausência de mulheres na categoria de agressoras. Pode-se dizer que a pedofilia tem forte marcador masculino representado pelo pênis e mediado pela divisão sexual dos corpos em que a lógica patriarcal do falo insiste em operar. As representações sociais explicam que, no caso das mulheres, trata-se da iniciação sexual do menino, não de agressão sexual.

Esta tese não tratou de fazer caricatura dos agentes produtores de saberes, nem estudo sobre o perfil dos agressores, ou pesquisa a partir da perspectiva das vítimas. Fez-se uma genealogia das relações complexas entre os elementos, aparentemente distintos, dos discursos, que constituem a problemática contemporânea em torno da pedofilia. Os principais elementos giraram em torno de três eixos principais, são eles: os saberes produtores de verdades sobre a criança e o sexo, que formulam as concepções em torno das noções de infância e de abuso sexual infantil, definem o lugar da criança nas relações sociais e geram os gabaritos de inteligibilidade da sexualidade adulta; as relações de poder empenhadas a partir de estratégias, técnicas e procedimentos psiquiátricos e jurídicos que definem, enquadram e forçam os sujeitos a agirem de acordo com a vontade dos outros; e os modos de subjetivação a partir dos quais os sujeitos teriam de fazer suas, as normas impostas pelos outros, caso contrário, o desejo se transforma em monstrosidade e, conseqüentemente, em crime.

Esses três eixos – saber, poder e subjetivação – são as condições essenciais de inteligibilidade das ações biopolíticas, que atuam como mecanismos de controle e formas de intervenção estatal nas sexualidades dissidentes. O poder exercido sobre o pedófilo tende, antes de tudo, impor novos hábitos morais e estabelecer o adestramento de sua conduta. As ações dessa biopolítica são, antes, espécie de “ortopedia moral” a partir da qual a hipótese da “cura” é vista como saída possível.

Em países como o Canadá e os EUA, esse tratamento moral passa pelo cruzamento ortogonal dos saberes médico e legal, com intensa penetração na sociedade atual a partir de campanhas promovidas pelas técnicas de marketing social. No Brasil, esse tratamento moral está legado ao medo: novas legislações, endurecimento das penas, encarcerações e

⁴² Esses dados podem ser verificados no trabalho de Franca Cortoni: “The Recidivism Rates of Female Sexual Offenders Are Low: A Meta-Analysis”, publicado em *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*. 22 (4), pp. 387-401, 2010.

generalização de pânico morais. E a reação dos indivíduos, frequentemente, tende ao linchamento real e simbólico dos acusados e dos réus.

A descrição de alguns casos apresentados ao longo desta tese, coletados principalmente no interior da jurisprudência do TJSP, tratou justamente de recolher os fragmentos discursivos, mostrar as dispersões, simultaneidades e oposições; com destaque para o tecido narrativo geral do senso comum, que tende a perceber a pedofilia como uma perversão moral; sem perder de vista os discursos científicos do saber psiquiátrico, que opera na chave da perversão sexual; e os discursos jurídicos, que pensam a questão em termos de crime.

Com isso, foi possível constatar a transição e a simultaneidade do discurso médico-psiquiatra, centrado na perversão, para o discurso jurídico, focalizado no crime e na criminalização. As narrativas discursivas sobre as sexualidades, presentes nos processos penais apresentados, vão além do sexo e atingem os corpos dos sujeitos, os desejos e os prazeres dissidentes. As penas aplicadas aos réus de abuso sexual infantil parecem ter aspectos duradouros e fluidos, ou seja, buscam atacar o ato a partir de certos procedimentos legais e, ao mesmo tempo, gerir os sentidos e as expectativas ligadas a esses procedimentos.

As penas e, principalmente, os processos penais, pareciam atuar cada vez mais nesse segundo aspecto, por se apoderarem não apenas do corpo do criminoso, mas também da alma. Foi possível perceber, ainda, como em cada julgamento os elementos da decisão mudavam de valor e se reordenavam, de modo a destacar ora um aspecto ora outro do comportamento dos sujeitos. E, em determinadas circunstâncias, destacava-se certa intenção pedagógica das decisões judiciais com a finalidade de suprimir qualquer forma de dissidência da sexualidade.

Muito poderia ter sido feito nesta tese. Inclusive, durante a pesquisa, foi ventilada a possibilidade de uma etnografia dos tribunais de justiça, das varas da infância, dos conselhos tutelares, das delegacias, dos abrigos e até dos presídios. Porém, é praticamente impossível tratar de todos esses emaranhados numa única pesquisa. Houve poucas – porém, importantes – conversas com alguns profissionais da área técnica do TJSP, como psicólogos, assistentes sociais e especialistas na área do direito do menor, que explicaram, por exemplo, que a maior parte dos casos que chegam à justiça ocorre quando um adulto é pego em flagrante praticando relações sexuais com a criança ou está num contexto em que o risco de abuso é iminente. Nesses casos, o adulto é detido pela polícia e encaminhado para um centro de detenção provisória, onde aguarda a denúncia do promotor e o julgamento. Outra pesquisa interessante seria investigar a excessiva sexualização, erotização e adultização da infância que

transformam menininhas em mulheres sedutoras. Enfim, ainda resta muito a ser investigado sobre a relação entre adultos e crianças em nossa sociedade.

De todo modo, preferimos concentrar os esforços na sexualidade contemporânea. Nos dias de hoje, há empenho em demarcar as fronteiras da sexualidade. Pode-se dizer que a sexualidade na infância é interdita; na adolescência passa pela questão da prevenção (no campo da saúde) e da educação sexual; na juventude pode ser considerada como ato de transgressão, ou rito de passagem, para acessar o mundo adulto (ou um rito de iniciação para acessar o universo masculino ou feminino); o adulto, por sua vez, tem uma sexualidade circunscrita ao quarto do casal legítimo e procriador; e se pensarmos na chamada terceira idade, a sexualidade vai aparecer como redescoberta impulsionada pela medicalização.

Ao mesmo tempo, ocorre a racionalização da gestão da sexualidade dos indivíduos. E o sexo passa a ser cada vez mais institucionalizado e privatizado. A centralidade da sexualidade em nossa sociedade pode ser indicada na compulsividade do comportamento sexual, tal como o chamado “vício em sexo”, discutido por Carolina Branco de Castro Ferreira, na tese de doutorado: *Desejos regulados: grupos de ajuda mútua, éticas afetivo-sexuais e produção de saberes* (2012), como campo privilegiado de produção de moralidades e de sujeitos.

Para Michel Foucault, uma das formas de entender o modo como os seres humanos tornam-se sujeitos é através do reconhecimento da sexualidade. A sexualidade tem, sem dúvida, importância significativa na compreensão desse sujeito no interior da nossa sociedade. Investigar a sexualidade, para Foucault, “trata-se não de buscar o indizível, não de revelar o oculto, não de dizer o não-dito, mas de captar, pelo contrário, o já dito; reunir o que se pôde ouvir ou ler, e isso com uma finalidade que nada mais é que a constituição de si” (Foucault, 2006, p. 149). Daí a presente genealogia do processo de criminalização da pedofilia implicou em interpretar a sexualidade contemporânea não somente como as narrativas médicas e jurídicas presumem as crianças como vítimas dos desejos sexuais descontrolados dos adultos, mas como o efeito de nossa herança histórica, pois o sexo seria a nossa “verdade”.

A pedofilia foi pensada aqui como uma trama na qual vários pontos puderam se articular. Encontramos em torno dessa trama questões jurídicas, políticas, morais, científicas, policiais e religiosas. A loucura, o controle da sexualidade, a sexualidade infantil são, enfim, efeitos de um jogo de tecnologias de poder que buscam controlar os corpos e torná-los dóceis politicamente e produtivos economicamente. Daí o repentino interesse da burguesia pelas técnicas do poder disciplinar. Pode-se dizer que a família burguesa ainda exerce um poder de

tipo soberano sobre as crianças, não em termos de resíduo histórico do poder soberano, mas como engrenagem essencial de funcionamento dos sistemas disciplinares.

O poder coercitivo e pedagógico das famílias interioriza nas crianças a importância da disciplina, tais como: a obrigação de ir à escola, os hábitos de higiene, os modos e as etiquetas, a ética do trabalho, a religião e, principalmente, a fixação da sexualidade ao definir, ainda na gestação, o sexo da criança, ao impor regras de gênero, identidade sexual, segregação do espaço da casa, separação dos perigos da rua, entre outros. A moral sexual, ao lado da finalidade de procriação, da monogamia e da heterossexualidade, é prescrita às crianças no reduto soberano da família. E, de acordo com o senso comum, o modelo de família monogâmica ainda tem importância social enraizada numa tradição responsável em perpetuar a ideia reprodutiva da espécie humana e a sobrevivência da civilização Ocidental.

Por fim, conforme vimos nas ações políticas orquestradas pela CPI da Pedofilia no Senado, o Estado brasileiro claramente optou por privilegiar uma política de “caça aos pedófilos”, insistindo na prática de endurecimento das leis e no aumento das penas, em vez de garantir políticas públicas e ações integradas que visassem atender às vítimas de agressão sexual, melhorar as condições de vida das crianças e inibir a ação de possíveis agressores.

Pode-se afirmar que houve a multiplicação das estratégias de gestão da vida da população e das políticas higienistas de caráter normatizador, que muitas vezes se localizam do lado de fora do Estado. Nas palavras de Foucault: “a velha potencia da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (Foucault, 1988, p. 131). Isso significa dizer que diversas técnicas passaram a incidir biopoliticamente sobre os corpos e sobre a população recentemente. E, por mais que o Estado tenda a agir como mediador de identidades legítimas, a sexualidade de um pedófilo não obedece a um código de conduta moralmente estabelecido. Ela corresponde a uma estética da existência do sujeito.

Sabe-se que o sujeito – e não o poder – foi o principal foco de atenção de Michel Foucault em seus trabalhos, mais precisamente, a questão da subjetivação, que é o processo pelo qual se constitui um sujeito. Em entrevista concedida no dia 29 de maio de 1984, exatamente quatro semanas antes de seu falecimento, Foucault falou sobre a organização de uma consciência contemporânea de si: “ora, creio que uma experiência moral essencialmente centrada no sujeito não me parece mais hoje suficiente. E por isso mesmo um certo número de questões se colocam para nós nos mesmos termos em que se colocavam para a Antiguidade. A procura de uma forma moral que seria aceitável para todo mundo – no sentido de que todo mundo deveria se submeter a ela – parece-me catastrófica” (Foucault, 2006, pp. 262-263).

Tal problematização moral, de certa forma, permeou a tessitura desta tese.

No mundo social, nenhum fato é autoevidente o suficiente que possa falar por si só, nem tão obscuro que seja apenas interpretado por determinado grupo especializado. Por mais que o universo acadêmico tenha suas hierarquias e hegemonias há, frequentemente, problemas de representação social, que são sempre parciais e suscitam o desejo de realização de outras pesquisas. Nas mais diversas maneiras de falar sobre a relação entre adultos e crianças, haverá sempre algum espaço para novas pesquisas aprofundadas, interpretações e representações, além do surgimento de ambiguidades e de alardes que se espalham por nossa sociedade com conteúdos moralizantes de todos os lados.

Sabemos que toda análise teórica é uma tentativa precária de representar a realidade. Desse modo, os capítulos apresentados nesta tese não são respostas finais sobre o processo de criminalização da pedofilia no Brasil. São contribuições para compreender os modos de funcionamento da sociedade contemporânea brasileira a partir das práticas discursivas, dos arranjos situacionais, dos mecanismos de controle e das instituições que, de certa forma, tendem a naturalizar as relações sociais. Sabemos que os relatos científicos sobre qualquer sociedade são dispositivos racionais baseados em evidências e interpretações aceitáveis para determinados públicos. E, por melhor que sejam, haverá sempre questionamentos que ficarão sem respostas, deixando espaço à criação e à imaginação.

REFERÊNCIAS

- ADED, Naura Liane de Oliveira, *et al.* “Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura”. *Revista de Psiquiatria Clínica*. 33 (4): 204-213, 2006.
- ADORNO, Sérgio. “Criança: a lei e a cidadania”. In: RIZZINI, Irene (org.). *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.
- _____. “Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo”. *Novos Estudos*. CEBRAP. n. 43, pp. 45-63, novembro 1995.
- _____. “Adolescentes, crime e violência”. In: ABRAMO, H. W., *et al.* (org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. “Youth Crime in São Paulo: myths, images and facts”. In: ROTKER, S. (org.). *Citizens of Fear: Urban Violence in Latin America*. Rutgers: The State University of New Jersey Press, 2002.
- ALLEN, Clifford. *The Sexual Perversions and Abnormalities: A Study in the Psychology of Paraphilia*. London: Oxford University Press, 1940.
- ALVAREZ, Marcos César. *A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/USP, São Paulo, 1989.
- ANCIBURE, Francis; GALAN-ANCIBURE, Marivi. *La pédophilie: comprendre pour reagir*. Paris: Dunod, 2008.
- ANDRADE, Arthur Guerra de. *Consumo de drogas e impulsividade sexual*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina da USP, São Paulo, 2005.
- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARBOSA, Regina M.; PARKER, Richard. *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidade e poder*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- BARNARD, George, *et al.* *The Child Molester: An Integrated Approach to Evaluation and Treatment*. New York: Brunner/Mazel, 1989.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BELL, Alan P.; HALL, Calvin S. *The Personality of a Child Molester: An Analysis of Dreams*. Chicago: Aldine/Atherton, 1971.
- BERLINERBLAU, Virginia. “Pornografía infantil, paidofilia e internet”. *Cuaderno de medicina forense*. Buenos Aires, año 2, n. 2, 2003.

- BINARD, L.; CLOUARD, J. *Le Drame de la Pédophilie*. Paris: Albin Michel, 1997.
- BONNET, Catherine. *L'enfant cassé. L'inceste et la pédophilie*. Paris: Albin Michel, 1999.
- BOUSSAGUET, Laurie; MÜLLER, Pierre. *La pédophilie, problème public, France, Belgique, Angleterre*. Paris: Dalloz-Sirey, 2008.
- BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BRASIL. "Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 552". Brasília: Senado Federal, 2007.
- BRASIL. "Projeto de Lei do Senado (PLS), nº 338". Brasília: Senado Federal, 2009.
- BRASIL. *Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia*. Relatório Final. Brasília: Senado Federal, 2010.
- BROWN, N. *Historical Perspective on Child Abuse*. London: Routledge, 1985.
- BUDDENBAUM, Judith M. *Religious Scandals*. Santa Barbara: ABC-CLIO/Greenwood Press, 2009.
- CARDIA, Nancy. *Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência*. São Paulo: NEV/USP, 2012.
- CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- CARRARA, S.; VIANNA, A. "As vítimas do desejo: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980". In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (orgs.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CASTRO, Andrés, *et al.* *Violencia sexual infantil: la pedofilia en el entorno social del menor*. Santiago: Facultad de Derecho de la Universidad de Chile, 2004.
- "Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10". *Organização Mundial de Saúde (OMS)*. DATASUS, Décima revisão, versão 2008.
- COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. St. Albans: Paladin, 1972.
- COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- COOK, Mark; HOWELLS, Kevin. *Adult Sexual Interest in Children*. London/New York: Academic Press, 1981.
- CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

- CORTONI, Franca, *et al.* “The Recidivism Rates of Female Sexual Offenders Are Low: A Meta-Analysis”. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*. 22 (4), pp. 387-401, 2010.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COX, S. M; CONRAD, J. J. *Juvenile Justice: a guide to practice and theory*. Dubuque: Brown Publishers, 1978.
- DAVIDSON, Julia O’Connell. *The Sex Exploiter*. Paper for the 2nd World Congress against Commercial Sexual Exploitation of Children (UNICEF), Yokohama, Japan, 2001.
- DEL-FRARO FILHO, José. “Uma possível articulação entre neurose traumática e atuações pedofílicas”. *Reverso*. Belo Horizonte, ano 26, n. 51, pp. 57-64, ago/2004.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- DEYOUNG, Mary. “The World According to NAMBLA: Accounting for Deviance.” *Journal of Sociology and Social Welfare*, 16 (1), 1989, pp. 111-126.
- “Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders” (DSM-IV-TR). *American Psychiatric Association (APA)*, 2000.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. “A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções”. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (orgs.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- EGLINTON, J. Z. “International Journal of Greek Love”. Vol. 1, no. 1 & 2, 1965.
- ELLIS, Havelock. *Studies in the psychology of sex: the evolution of modesty, the phenomena of sexual periodicity, auto-erotism*. Philadelphia: F. A. Davis Co., 1914.
- ESBER, Karen Michel. *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. Dissertação (Mestrado) – UFG, Goiânia, 2008.
- FEIERMAN, J. R. (ed.). *Pedophilia: Biosocial Dimensions*. New York: Springer-Verlag, 1990.
- FELIPE, Jane. “Afiml, quem é mesmo pedófilo?”. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006, pp. 201-223.
- FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. “Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo”. *Pro-Posições*. v. 14, n. 3 (42), set./dez. 2003.
- FERENCZI, Sandor. *Psicoanálisis*. Madrid: Espasa-Calpe, 1984.

- FERREIRA, Carolina Branco de Castro. *Desejos regulados: grupos de ajuda mútua, éticas afetivo-sexuais e produção de saberes*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, 2012.
- FINKELHOR, David. *Child Sexual Abuse: New Theory and Research*. New York: The Free Press, 1984.
- FLEIG, Mario. *O pedófilo: vítima de seu desejo e perversão*. Intituto Humanitas Unisinos, 2013. (disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br>).
- FONSECA, Márcio Alves da. *Foucault e o direito*. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- _____. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2011.
- FOREL, August. *The Sexual Question: a scientific, psychological, hygienic and sociological study*. New York: Physicians and Surgeons Book Company, 1931.
- FORTES, Lore; AZEVEDO, Jeniffer Campos. “Discursos e representações sociais sobre pedofilia”. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Paper do GT *Sexualidades, Corporalidades e Transgressões*. Rio de Janeiro, 2009.
- FOUCAULT, Michel (coord.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- _____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1994.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.
- _____. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. *Ditos e escritos V – Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

- _____. *Ditos e escritos II* – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.
- _____. *Ditos e escritos III* – Estética: literatura e pintura. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.
- _____. *Segurança, território, população*: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2009b.
- _____. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. *O poder psiquiátrico*: curso no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- FRANÇA, Cassandra Pereira. “Emanações da caixa de Pandora”. *Revista de Medicina de Minas Gerais*. 2010, 20 (2): 218-224.
- FRANCE, Evêques de. *Lutter contre la pédophilie*: repères pour les éducateurs. Paris: Bayard Centurion, 2010.
- FREITAS, Marcos Cêzar (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- FREUD, Sigmund. *Um caso de histeria*. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.
- FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- FRY, Peter. “Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei”. In: EULÁLIO, Alexandre, *et al.* *Caminhos cruzados*: linguagem, antropologia e ciências naturais. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GABEL, Marceline (org.). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.
- GARCÍA, Juan Antonio Becerra. “Etiología de la pedofilia desde el neurodesarrollo: marcadores y alteraciones cerebrales”. *Revista Psiquiatria y Salud Mental*. Barcelona, 2009, 2(4): 190-196.
- GEISER, Robert C. *Hidden Victims: The Sexual Abuse of Children*. Boston: Beacon Press, 1979.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

- GOLDSTEIN, Seth L. *The Sexual Exploitation of Children: A Practical Guide to Assessment, Investigation, and Intervention*. New York: Elsevier, 1987.
- GONZÁLEZ, Grisolia. “Pedofilia: sexo y violencia”. *Anuario de Derecho*. Año 25, n. 25, Mérida, Venezuela, 2006.
- GOSSELIN, Guidino; ANDRÉ, Serge. *Qu’est-ce que la pédophilie?* Bruxelles: Luc Pire, 2008.
- GOUVEIA, Dora Mafalda Costa. “Abusos Sexuais de Menores Fontes de Informação Sociológica”. *Relatório*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006.
- GREGORI, M. F. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade*. Tese (Livre-docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, 2010.
- HACKING, Ian. *Rewriting the Soul: Multiple Personality and the Science of Memory*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- _____. *The Social Construction of What?* Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.
- HIER, Sean (ed.). *Moral Panic and the Politics of Anxiety*. London: Routledge, 2011.
- HISGAIL, Fani. *Pedofilia: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- IBOPE. “Índice de Confiança Social –ICS”. *Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística*, julho de 2013.
- KORBIN, Jill. *Child Abuse and Neglect: Cross Cultural Perspectives*. Berkeley: University of California Press, 1981.
- KARPMAN, Stephen B. *The Sexual Offender on His Offenses: Aetiology, Pathology, Psychodynamics and Treatment*. New York: Julian Press, 1954.
- KRAFFT-EBING, Richard von. *Psychopathia Sexualis*. New York: Arcade Publishing, 2011.
- LANDINI, Tatiana Savóia. *Pornografia infantil na internet: proliferação e visibilidade*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

- _____. “Pedofilia e pornografia infantil: algumas notas”. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (orgs.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- _____. *Horror, honra e direitos. Violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP, São Paulo, 2005.
- LAW, Richard; O'DONOHUE, William. *Sexual Deviance: Theory, Assessment, and Treatment*. New York: The Guilford Press, 2008.
- LECLERC, Gérard. *L'Eglise face à la pédophilie*. Paris: L'Oeuvre Editions, 2010.
- LEITE JR., Jorge. “Transitar para onde? monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 20 (2): 559-568, maio-agosto/2012.
- LEITES, Edmund. *A consciência puritana e a sexualidade moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LICHT, Hans. *Sexual Life in Ancient Greece*. London: Routledge, 1931.
- LIST REYES, Mauricio. *El amor imberbe: el enamoramiento entre jóvenes y hombres maduros*. México, DF: Ediciones Eon, 2010.
- LONDOÑO, Fernando Torres. “A origem do conceito menor”. In: DEL PRIORE, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- LOWENKRON, Laura. *Sexualidade e (Menor)idade: estratégias de controle social em diferentes escalas*. Dissertação (Mestrado) – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- _____. “Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas?”. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, v. 5, pp. 9-29, 2010.
- _____. “Todos Contra a Pedofilia: notas sobre a construção da pornografia infantil como ‘causa política’ e ‘caso de polícia’”. IX Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM). Paper do GT *Desejos que confrontam – antropologia e sexualidades dissidentes*. Curitiba, 2011.
- _____. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

- _____. “Abuso sexual infantil, tráfico de pessoas e a desconstrução da centralidade do consentimento”. X Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM). Paper do GT *Deseos que confrontan: antropologia y sexualidades*. Córdoba (Argentina), em 2013.
- LOYOLA, Maria Andréa (org.). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- _____. “A antropologia da sexualidade no Brasil”. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 10 (1): 134-167, 2000.
- LUCCHESI, Ivo. “A mídia e a cultura pedófila”. *Comum*. Rio de Janeiro, v.7, n. 20, pp. 103-124, jan./jun. 2003.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- MAIA, Antônio C. “Sobre a analítica do poder de Foucault”. *Tempo Social*, n. 7, v. 1-2, pp. 74-92, 1995.
- MALINOWSKI, B. *A vida sexual dos selvagens*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1983.
- MALTA, Magno. *Abuso sexual infanto-juvenil: algumas informações para os pais ou responsáveis*. Brasília: Senado Federal, 2008.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARSDEN, Vanessa F. M. Gomes. “Pedofilia, transtorno bipolar e dependência de álcool e opioides”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. 2009, 58 (2): 119-121.
- MARTINS, Carlos José. “A vida dos corpos e das populações como objeto de uma biopolítica na obra de Michel Foucault. In: SCAVONE, L; ALVAREZ, M. C.; MISKOLCI, R. (orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.
- MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- MENDONÇA, Delane Barros de Arruda. *A pedofilia no direito penal brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – UFPE, Recife, 2007.
- MINTZ, Steven. *Huck’s Raft: A History of American Childhood*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- MOHR, J. W., et al. *Pedophilia and Exhibitionism*. Toronto: University of Toronto Press, 1964.
- MONCORVO FILHO, Arthur. *A cruzada pela infância*. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1919.
- _____. *Pela infância, tudo!* Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1920.

- MORALES, Francisco Rolando Soza. *Frecuencia y caracterización de abuso sexual en varones menores de 15 años*. Monografia. Instituto de Medicina Legal de Managua, Nicaragua, 2008.
- MOTT, Luiz. “Cupido na sala de aula: pedofilia e pederastia no Brasil Antigo”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (69): 32-9, maio 1989.
- MRAZEK, Patricia B.; KEMPE, C. Henry. *Sexual Abused Children and Their Families*. Oxford: Pergamon Press, 1981.
- MUSE, M.; FRIGOLA, G. “La Evaluación y Tratamiento de Trastornos Parafilicos”. *Cuadernos de Medicina Psicosomatica y Psiquiatria de Enlace*. Nº 65, Madrid, 2003.
- NETO, Gustavo Adolfo Ramos Mello. “Um caso de pedofilia: articulações e clínica possível”. *Pulsional - revista de psicanálise*. Ano XIX, n. 185, março/2006, pp. 35-42.
- NICOLAS, Jean. *Dossier pédophilie*. Paris: Flammarion, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal: ou prelúdio de uma filosofia do futuro*. Curitiba: Hemus, 2001.
- _____. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- NISSE, Martine; SABOURIN, Pierre. *Quand la famille marche sur la tête: inceste, pédophilie, maltraitance*. Paris: Seuil, 2004.
- OLIVEIRA, Alessandro José de. “De ‘Pedófilo’ à ‘Boylover’: ilusão ou uma nova categoria sexual que se anuncia?”. In: DÍAZ-BENITEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs.). *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, pp. 455-480.
- ONU. “IV Conferência Mundial sobre a Mulher - Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. Beijing, 1995.
- PACHECO, Elza Dias (org.). *O cotidiano infantil violento: marginalidade e exclusão social*. São Paulo: L’Editora, 2007.
- PEREIRA, Mário Eduardo Costa. “Krafft-Ebing, a *Psychopathia Sexualis* e a criação da noção médica de sadismo”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 2, pp. 379-386, junho 2009.
- PERES, Maria Fernanda Tourinho, et al. *Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002*. São Paulo: NEV/USP, 2006.
- PISCITELLI, Adriana. “Comentário”. *Cadernos Pagu*. (21), 2003, pp. 211-218.
- _____. “Prefácio”. In: DÍAZ-BENITEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs.). *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- PLATT, Anthony. *The Child Savers: The Invention of Delinquency*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

- PONTELI, Nathália Nunes; SANCHES JR., Carlos Alberto. “Notas para uma análise sociológica da castração química”. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP-Marília*. Ano 2010, edição 5, n. 5, maio/2010.
- PRENDERGAST, William E. *Treating Sex Offenders: A Guide to Clinical Practice with Adults, Clerics, Children, and Adolescents*. Haworth Press: New York, 2004.
- RABELO, Mariana Cintra Rabelo. *Salvar cordeiros imolados: a gestão do combate à pornografia infantil na internet e a proteção de crianças*. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília, 2013.
- RADA, R. T. *Biological Aspects and Organic Treatment of the Rapist*. Cincinnati: Grove and Sutton, Inc., 1978.
- RIBEIRO, Alex. *Caso Escola Base: os abusos da imprensa*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.
- RIZZINI, I.; RIZZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Loyola, 2004.
- ROMI, Juan Carlos; SAMARTINO, Lorenzo García. “Algunas reflexiones sobre la pedofilia y el abuso sexual de menores”. *Publicación cuatrimestral del Cuerpo Médico Forense de la Corte Suprema de Justicia*. Año 3, n. 2-3, Buenos Aires, 2004.
- ROUSSEAU, George (ed.). *Children and Sexuality: From the Greeks to the Great War*. New York: Palgrave/Macmillan, 2007.
- RUBIN, Gayle S. “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David (eds.). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. New York: Routledge, 1993, pp. 143-178.
- RUSSELL, Diana D. H. *The Secret Trauma: Incest in the Lives of Girls and Women*. New York: Basic Books, 1999.
- RUSO, Jane Araujo. “Do desvio ao transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia psiquiátrica contemporânea”. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (orgs.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SADIGURSKY, Clésia Andrade. “A vitimização sexual em criança e adolescentes: os profissionais de saúde e os aspectos legais”. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. Vol. 10, n. 1, janeiro a junho de 1999.
- SCHLESINGER, Benjamin. *Sexual Abuse of Children in the 1980s: Ten Essays and an Annotated Bibliography*. Toronto: University of Toronto Press, 1986.

- SERAFIM, Antonio de Pádua, *et al.* “Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças”. *Revista de Psiquiatria Clínica*. 2009, 36 (3): 105-11.
- SETO, Michael C. *Pedophilia and Sexual Offending Against Children: Theory, Assessment, and Intervention*. Washington, DC: American Psychological Association, 2007.
- “Sexual Offences Against Children”. *Report of the Committee on Sexual Offences Against Children and Youths*. Canadian Government Publishing Centre, 1984 (Ottawa), vol. 1 and 2.
- SGROI, Suzanne M. *Vulnerable Population: Evaluation and Treatment of Sexually Abused Children and Adult Survivors*. Lexington: Lexington Books, 1988. (vol. 1).
- _____. *Vulnerable Population: Sexual Abuse Treatment for Children Adult Survivors, Offenders, and Persons with Mental Retardation*. Lexington: Lexington Books, 1989. (vol. 2).
- SILVA, Fábio Luiz Lopes da. “A pedof(am)ilia moderna: notas foucauldianas sobre um caso de pedofilia”. *FÊNIX – Revista de História e Estudos Culturais*. Julho/ Agosto/ Setembro de 2005, vol. 2, ano II, n. 3.
- SPIZZIRRI, Giancarlo, *et al.* “Transtornos de preferência sexual”. *Diagnóstico e Tratamento*. 2006, 11 (2): 116-8.
- SUTHERLAND, Edwin H. “The Diffusion of Sexual Psychopath Laws”. *American Journal of Sociology*. Vol. 56, No. 2 (Sep., 1950), pp. 142-148.
- TAYLOR, Max; QUAYLE, Ethel. *Child Pornography: an internet crime*. New York: Routledge, 2003.
- TERRY, Karen, *et al.* *The Nature and Scope of the Problem of Sexual Abuse of Minors by Priests and Deacons*. Washington, DC: USCCB, 2004.
- THORSTAD, D. “Pederasty and homosexuality”. Speech presented to the *Semana Cultural Lesbica-Gay*. Mexico City, June 26, 1998.
- TRINDADE, Jorge; BREIER, Ricardo. *Pedofilia: aspectos psicológicos e penais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- UNESCO. “World Congress Against Commercial Sexual Exploitation of Children”. Estocolmo, 1996.
- UNICEF. “Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)”, 2009.
- VANCE, Carol (ed.). *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. London/Boston: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- VATICANO. *Sobre os procedimentos relativos às acusações de abusos: uma guia para os leigos e não canonistas*. Cidade do Vaticano: L’Osservatore Romano, 2010.

- VERHOEVEN, Suheyla Fonseca Misirli. “Um olhar crítico sobre o ativismo pedófilo”. *Revista da Faculdade de Direito de Campos*. Ano VIII, n. 10, Junho de 2007.
- VIGARELLO, Georges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- WACQUANT, Lôic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- WALKER, Lenore E. A. (ed.). *Handbook on Sexual Abuse of Children: Assessment and Treatment Issues*. New York: Springer Publishing Company, 1988.
- WARD, Tony, *et al.* (eds.). *Sexual Deviance: Issues and Controversies*. London: Sage Publications, 2003.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 2000.
- _____. *Sociologia das religiões: e consideração intermediária*. Lisboa: Relógio d’Água Ed., 2006.
- WIEVIORKA, Michel. *The Violence: A new approach*. London: SAGE Publications, 2009.
- YOUNG, Jock. *The Drugtakers: The Social Meaning of Drug Use*. London: Judson, McGibbon and Kee, 1971.
- _____. “Slipping Away – Moral Panic Each Side of the ‘Golden Age’”. In: DOWNES, David, *et al.* (eds.). *Crime, Social Control and Human Rights*. Devon: Willan Publishing, 2007, pp. 53-65.

Legislação brasileira consultada

Constituição Federal
Código Penal
Código Civil
Código de Processo Civil
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Jurisprudência consultada nos arquivos do TJSP

214.389-3/0 - Indaiatuba (SP), 1997
264.486-3/4-00 - Santa Bárbara D’Oeste (SP), 1998
216.064.3/2 - São José do Rio Preto (SP), 1998
173.170.3/4-00 - Atibaia (SP), 1998
242.057-3/6 - Bragança Paulista (SP), 1998
264.535-3/9 - Presidente Prudente (SP), 1999
278.413-3/0 - Santa Bárbara D’Oeste (SP), 1999
254.403-3/9 - Avaré (SP), 1999

291.988-3/8-00 - São Paulo (SP), 2000
 00944128.3/9-0000-000 - São Paulo (SP), 2000
 341.410-3/0 - Guarulhos (SP), 2001
 319.334-3/6 - Mogi Mirim (SP), 2001
 339.277-3/1 - Mogi Mirim (SP), 2001
 343.054-3/9-00 - Guaratinguetá (SP), 2002
 294.264-3/6-00 - São José do Rio Preto (SP), 2003
 431.066.3/0-00 - Botucatu (SP), 2004
 409.062-3/5-00 - Praia Grande (SP), 2004
 00944128.3/9-0000-000 - São Paulo (SP), 2006
 00418128.3/8-0000-000 - Presidente Prudente (SP), 2007
 1.037.238-3/4 - Guarujá (SP), 2007
 00979107.3/4-0000-000 - São Paulo (SP), 2008
 01081232.3/4-0000-000 - São Paulo (SP), 2008
 1.179.979-3/1 - São Paulo (SP), 2008
 993.08.016148-8 - São Paulo (SP), 2008
 10843773/7-00 - Fernandópolis (SP), 2008
 993.08.018884-0 - Fernandópolis (SP), 2008
 990.08.124429-2 - Mogi das Cruzes (SP), 2008
 990.09.007131-1 - São Paulo (SP), 2009
 728.614-5/9-00 - São Paulo (SP), 2009
 990.09.007131-1 - São Paulo (SP), 2009
 552.594.4/5-00 - Santo André (SP), 2009
 2003.022951/7 - Barueri (SP), 2010
 990.08.045106-5 - Mogi Mirim (SP), 2010
 990.10.135143-9 - Osasco (SP), 2010
 990.10.310944-9 - Sorocaba (SP), 2010
 990.10.171886-3 - Sorocaba (SP), 2010
 990.09.237157-6 - Araraquara (SP), 2010
 0038666-90.2011.8.26.0000 - Tupã (SP), 2011
 0004272-07.2003.8.26.0075 - Santos (SP), 2011
 0003113-95.2011.8.26.0415 - Palmital (SP), 2012
 0071272-40.2012.8.26.0000 - São Caetano do Sul (SP), 2012
 0011905-51.2013.8.26.0000 - Cotia (SP), 2013
 0006914-37.2010.8.26.0291 - Jaboticabal (SP), 2014
 0000543-43.2012.8.26.0176 - Embu das Artes (SP), 2014

Processos relacionados ao caso Eugênio Chipkevitch

390.253-3/6-00 - São Paulo (SP), 2002
 404.924-3/3-00 - São Paulo (SP), 2003
 00900132.3/5-0000-000 - São Paulo (SP), 2006
 484.279-4/8-00 - São Paulo (SP), 2007
 416.077.4/3-00 - São Paulo (SP), 2009
 0096715-27.2011.8.26.0000 - São Paulo (SP), 2012